

intelligere

vol. 2, nº 1 | Mai/Ago 2016

Revista de História Intelectual

ISSN: 2447-9020



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
UNIVERSITY OF SÃO PAULO

Grupo de Pesquisa em História Intelectual (Departamento de História)
Research Group on Intellectual History (Department of History)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Sara Albieri (USP) - <i>editora executiva / executive editor</i>	Kleverton Bacelar Santana (UFBA)
Constance Blackwell (Foundation for Intellectual History)	Maurício de Carvalho Ramos (Filosofia – USP)
Estevão Rezende Martins (UnB)	Mauro L. Leitão Condé (UFMG)
Francine Iegelski (História – USP)	Paulo Iumatti (Instituto de Estudos Brasileiros -USP)
Francisco Vázquez García (Universidad de Cádiz)	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
José Antonio Vasconcelos (História – USP)	Silvio Moral Marques (UFSCar)
Julio Bentivoglio (UFES)	Temístocles Cezar (UFRGS)

CONSELHO CONSULTIVO / CONSULTING EDITORS

Adilson de Oliveira Franceschini (ESPM)	Jorge Grespan (História – USP)
Alberto Cupani (Universidade Federal de Santa Catarina)	José Reinaldo de Lima Lopes (Direito – USP)
Alexandre Avelar (Universidade Federal de Uberlândia)	José Ricardo de C. M. Ayres (Medicina Preventiva – USP)
Allan Megill (University of Virginia)	Laura Alemán (Udelar – Uruguay)
André Mello (Universidade de Brasília)	Leila Hernandez (História – USP)
André Mota (Medicina Preventiva – USP)	Luis Alberto Peluso (Universidade Federal do ABC)
Arturo Rodríguez Peixoto (Udelar – Uruguay)	Luiz Henrique Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)	Maria de Lourdes Mônaco Janotti (História – USP)
Dominic Scott (University of Kent)	Marisa Deaecto (Escola de Comunicações e Artes – USP)
Elias Thomé Saliba (História – USP)	Marlon Jeison Salomon (História – UFG)
Fabio Franzini (Universidade Federal de São Paulo)	Miguel Soares Palmeira (História – USP)
Francisco Alambert (História – USP)	Milton Meira do Nascimento (Filosofia – USP)
Francisco Martinho (História – USP)	Oswaldo Pessoa Jr. (Filosofia – USP)
Francisco O'Reilly (Udelar – Uruguay)	Raquel Glezer (História – USP)
Gregory Clayer (University of London)	Ricardo Navia (Udelar – Uruguay)
Horacio Gutierrez (História – USP)	Robert Calabria (Udelar – Uruguay)
Itamar Freitas de Oliveira (Universidade de Brasília)	Rolf Kuntz (Filosofia – USP)
Jean-François Braunstein (Filosofia – Univ. Paris 1)	Yamandú Acosta (Udelar – Uruguay)

EQUIPE EDITORIAL
EDITORIAL COMMITTEE

Tiago Santos Almeida (USP) – *editor gerente / managing editor*
Lauro Fabiano de Souza Carvalho (USP)
Michel Wunderlich (USP)

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
PUBLICATION STAFF

Bruno Bosso
Igor Muraro
Ivan Kowaleski Figueira de Barros
Vinicius Veneziani

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
COVER ILLUSTRATION

Sandro Castelli

APOIO
SPONSORS

Departamento de História / USP
LabTeo – Laboratório de Teoria da História e História da
Historiografia / USP
Programa de Pós-Graduação em História Social
Programa de Pós-Graduação em História Econômica
SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

DOSSIÊ “GEORGES CANGUILHEM, A HISTÓRIA E OS HISTORIADORES”

Tiago Santos Almeida (USP) – *Coordenador*
Marcos Camolezi (USP / Univ. Paris 1)
Iván Moya-Diez (Univ. Paris 1)
Matteo Vagelli (Univ. Paris 1)

intelligere

Revista de história intelectual

vol. 2, nº 1 (maio-agos. de 2016)

ISSN: 2447-9020

Intelligere, *Revista de História Intelectual* é um periódico científico quadrimestral, eletrônico, quadrilíngue (português, espanhol, francês e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual. Criado em 2015 por iniciativa do Grupo de Pesquisa em História Intelectual, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, **Intelligere** conta com ampla rede acadêmica de interlocução, formada por pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do exterior.

Intelligere publica artigos, ensaios, entrevistas e resenhas cobrindo uma ampla variedade de assuntos, com diferentes recortes temporais e metodológicos, desde que compatíveis com a história intelectual, aqui entendida *lato sensu* como um modo de visar ideias, conceitos, textos, autores, escolas e estilos de pensamento e formações intelectuais diversas, constitutivos desse campo de investigação.

Intelligere é uma publicação realizada na Universidade de São Paulo, com o apoio do SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Intelligere, *Journal of Intellectual History* is a quarterly journal, electronic, quadrilingual (Portuguese, Spanish, French and English) devoted to studies of Intellectual History. Created in 2015 by initiative of the Research Group on Intellectual History, Department of History, University of São Paulo, **Intelligere** has an extensive academic network of dialogue made up of researchers from several universities in Brazil and abroad.

Intelligere publishes articles, essays, interviews and book reviews covering a wide variety of subjects within different temporal cuts and methodological approaches, as long as compatible with a comprehensive sense of intellectual history, here conceived broadly as a way to target ideas, concepts, texts, authors, schools and styles of thought and diverse intellectual formations to constitute this field of research.

Intelligere is published at University of São Paulo with the support of SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Administração / Correspondência

Office / Contact

Revista Intelligere
Universidade de São Paulo – Departamento de História
LabTeo – Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia
Avenida Lineu Prestes, 338 - São Paulo-SP 05508-900 Brasil
Tel: (11) 3091-0303
E-mail: revistaintelligere@usp.br

Sumário

Artigos

Lidiane Soares Rodrigues

Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)

~ 1 ~

Julien Page

Introduction a une histoire conceptuelle de théories de Galois

~ 20 ~

Dossiê "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Tiago Santos Almeida

Apresentação do dossiê

~ 34 ~

Francisco Vázquez García

Senderos encontrados: Canguilhem y la escuela de los Annales

~ 36 ~

Mauro L. Leitão Condé

Entre o normal e o patológico: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica

~ 51 ~

Tiago Santos Almeida

História da medicina e história das ideias: de Sigerist a Canguilhem

~ 68 ~

Emiliano Sfara

Introduction générale à une philosophie de l'action chez Georges Canguilhem: le concept, le contexte et les œuvres

~ 84 ~

Gildo Magalhães dos Santos Filho

A ciência é uma ideologia?

~ 100 ~

Maurício de Carvalho Ramos

O conceito epistemológico histórico de nostoc a partir de uma leitura indiciária de *A teoria celular* de George Canguilhem

~ 112 ~

Francisco Assis de Queiroz
**Ciência e não-ciência ou as “duas culturas”:
dominação, quase hostilidade e quase diálogo**
~ 128 ~

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres
Georges Canguilhem e a construção do campo da Saúde Coletiva brasileira
~ 138 ~

Tiago Santos Almeida e Marcos Camolezi
Entrevista com Jean-François Braunstein
~ 155 ~

Tiago Santos Almeida e Marcos Camolezi
Entretien avec Jean-François Braunstein
~ 171 ~

Chamada para dossiê

Francine Iegelski, Júlio Pimentel Pinto, Stefania Chiarelli
História e literatura: ficção e verdade
~ 185 ~



ARTIGOS - ARTICLES

Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx
(São Paulo, 1958-1964)¹

Lidiane Soares Rodrigues

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP)

lsr@ufscar.br

Recebido em 29/12/2015. Aprovado em 29/04/2016.

Como citar este artigo: Rodrigues, Lidiane Soares. "Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 1-19. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Ideias, livros e conceitos de Karl Marx e de diversos autores marxistas foram incorporados às instituições científicas e culturais. Trata-se de uma importação da esfera política para a acadêmica que implicou rotações de sentido em relação às suas origens e conferiu ao marxismo, por meio das práticas dos agentes desta transferência, suporte para sua conservação, difusão e transformação. Concomitantemente, desenvolve-se a incorporação destas linhagens às leituras obrigatórias das ciências humanas e ao repertório de camadas cultivadas. O exame das apropriações que as elites acadêmicas e cultivadas realizaram de Marx, situá-las (tal obra e tais elites), institucionalmente: eis o que o presente artigo realiza. Sustentando que a legitimidade dos usos de uma tradição resulte *não exclusivamente* de seu valor intrínseco, mas do trabalho orientado de agentes interessados nela, elege-se uma experiência exemplar para a investigação. Este artigo trata de dois grupos universitários voltados inicialmente ao estudo da obra de Karl Marx, constituídos no final dos anos 1950. Inicia-se apresentando uma biografia coletiva dos mesmos, o programa de leituras e os usos diversos que fizeram delas. Para afinar a análise e por à prova o método defendido, seleciona para exame vertical, no interior de um grupo (o primeiro deles) e de uma disciplina (a Sociologia), duas trajetórias contrastantes (Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni) e modalidades diversas de marxismo (teórico e empírico / dominante e dominado). Finalmente, discute os ganhos propiciados por operar com três noções chave da sociologia da cultura no exame apresentado: *habitus*, campo e padrões de intenção – extraídos, respectivamente de Pierre Bourdieu e Michael Baxandall.

Palavras-chave: Marx no Brasil, Sociologia, Universidade, Trajetórias, Sociologia da Cultura e dos Intelectuais.

Readers and academic reading of Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)

Abstract: Ideas, books and concepts of Karl Marx and various Marxist authors was incorporated into scientific and cultural institutions. It is one of the political sphere

¹ O que se apresenta resulta parcialmente de um período de estudos pós-doutoral, patrocinado pela FAPESP, junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em que fui acolhida por Afranio-Raul Garcia Jr., por intermédio de Sergio Miceli. Torno público meu agradecimento a ambos e à agência financiadora.

importation into the academic implying sense of speed in relation to its origins and gave to Marxism, through the practices of the agents of this transfer, support for their preservation, dissemination and transformation. Concurrently, there is the incorporation of these lines to the required reading of the humanities and the repertoire of cultivated layers. Examination of appropriations that academic and cultured elites made of Marx, situate them (such work and such elites), institutionally. This is what this article does. Arguing that the legitimacy of the uses of a tradition result not only of their intrinsic value, but the work oriented agents interested in it, is elected an exemplary experience for research. This article looks at two university groups initially focused on the study of Karl Marx's work, made in the late 1950. It begins by proposing a collective biography, the reading program and the various uses they made of them. To refine the analysis and proof the advocated method selects for vertical take, within a group (the first one) and a discipline (sociology), two contrasting trajectories (Fernando Henrique Cardoso and Octavio Ianni) and various forms Marxism (theoretical and empirical / dominant and dominated). Finally, it discusses the profits propitiated to have operated with three concepts of cultural sociology: *habitus*, « field » and « patterns of intention » – taken from the works of Pierre Bourdieu and Michael Baxandall.

Keywords: Marx in Brazil, Sociology, University, Trajectories, Sociology of Culture and Intellectuals.

Introdução

As condições sociais e históricas que dão origem às teorias não são necessariamente as mesmas que propiciam sua longevidade. Se a obra de Karl Marx, e a tradição à qual as leituras dela deram início, por exemplo, tiveram emergência no campo político; lenta e paulatinamente, foram incorporadas às instituições científicas e culturais. Entrementes, a importação de um repertório teórico de uma esfera a outra – da política à científica – implicou rotações de sentido em relação às suas origens, encontrando nas práticas dos agentes desta transferência (alunos, professores, pesquisadores / teses, aulas, livros, comentários, seminários, congressos) suporte para sua conservação, difusão e transformação. Concomitantemente, processou-se a incorporação destas linhagens às leituras obrigatórias das ciências humanas e ao repertório de camadas cultivadas². Tornou-se, hodiernamente, uma evidência que a perenidade da obra de Marx e da tradição marxista dependa de práticas distintas daquelas que lhe originaram³. Valeria, ainda preliminarmente, assinalar que este processo, o qual Norbert Elias denominaria “intelectualização”, não é exclusivo do marxismo, posto que algo similar ocorreu com a obra de Sigmund Freud e a psicanálise⁴.

O exame das apropriações que as elites acadêmicas e cultivadas realizaram de Marx, exige situá-las (tal obra e tais elites), institucionalmente. Esta orientação implica caracterizar o trabalho de legitimação deste e de outros autores, em determinadas disciplinas científicas, à luz de tradições intelectuais nacionais. Situados os agentes – isto é, identificados os princípios seletivos que eles imprimiram às leituras e os interesses específicos do campo científico que os motivaram – importa ainda identificar o conteúdo e os modos desta apropriação e incorporação: de um lado, livros, autores, conceitos, ideias, métodos; de outro, práticas de leitura, edição, citação, comentários. Não são numerosas as pesquisas que defendam esta abordagem dirigida ao exame do marxismo universitário. Apesar disso, destacam-se duas promissoras investigações.

² Eric Hobsbawm, *Como mudar o mundo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011), 218.

³ A orientação filológica dada à reunião dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels (MEGA) é certamente o melhor exemplo atual disso. Ver.: Peter Schöttler, Jacques Grandjonc, “Une troisième MEGA? Entretien avec Jacques Grandjonc”, *Genèses* (vol.) 11, n. 1 (1993): 137-147; Marcelo Musto, “La MEGA et les nouveaux visages de Karl Marx”. *La Pensée*, 360, 2009.

⁴ Norbert Elias, “Scientific establishments”, em *Scientific Establishments and Hierarchies*, ed. Norbert Elias et al. (Dordrecht: D. Rieder, 1982), 3-4.

Isabelle Gouarné tratou da introdução do marxismo no campo científico francês, entre 1920 e 1939, por meio de um exame das instituições científicas, dos congressos internacionais, das trajetórias dos cientistas em circulação entre a Rússia e a França, neste intervalo de tempo. A autora chama atenção: a obra de Karl Marx e dos marxistas, por sólida e sofisticada que seja, não teria vigência entre os “científicos” não fosse o trabalho dos agentes de sua introdução, sedimentação e difusão. Este trabalho, por ela denominado de “invenção de um marxismo universitário”, instituiu crivos seletivos oriundos do estado dos diversos domínios em que se realizou (psicologia, demografia, ciências sociais, filosofia). Se a obra de Marx na França remonta à vida do próprio autor, sua introdução, na sociologia, por exemplo, dependia do trabalho de operadores lógicos e sociológicos que o tornassem compatíveis com Durkheim⁵.

É preciso advertir: enganar-se-ia quem supusesse que esta proposta implica ignorar o marxismo partidário. Sendo o espaço dos leitores e das leituras organizado em torno dos campos político-partidário e do científico-pesquisa, é a *relação* entre ambos que precisa ser investigada, e, mais precisamente, qual a porosidade e a refração que o sistema partidário nacional e o sistema de ensino correspondente exercem um sobre o outro. O estudo realizado por Frédérique Matonti, a respeito do periódico *Nouvelle Critique* (1967-1980), é, nos limites deste levantamento bibliográfico, exemplar. Para analisá-lo, ocupou-se da relação dos agentes que o elaboravam, simultaneamente, com a direção do Partido Comunista Francês (PCF) e com os pólos dominante/dominado, de suas áreas de criação intelectual. Desse modo, delineou a coerção/liberdade negociada dos historiadores, sociólogos, linguistas – em paralelo às atividades profissionais dos mesmos. E destronou interpretações que reduziam o PCF a uma espécie de “instituição total”, controladora de “intelectuais domesticados”. Contrariando esta visão, mostrou a fertilização conceitual suscitada por engenhosas alternativas criadas pelos intelectuais, que se submetiam parcial e refletidamente aos mandos da direção, posto que outros ganhos (como o gozo da participação política) faziam-nos acreditar valer a pena o custo de sua liberdade⁶.

O presente trabalho pretende unir seus esforços ao destas autoras.

Tendo em vista o amplo processo denominado acima por “intelectualização” do marxismo e esposando que a legitimidade dos usos de uma tradição resulte *não exclusivamente* de seu valor intrínseco, mas do trabalho orientado de agentes interessados nela, elege-se uma experiência exemplar para a investigação. Este artigo trata de dois grupos universitários voltados inicialmente ao estudo da obra de Karl Marx, constituídos no final dos anos 1950. Inicia-se apresentando uma biografia coletiva dos mesmos, o programa de leituras e os usos diversos que fizeram delas. Para afinar a análise e por à prova o método defendido, seleciona para exame vertical, no interior de um grupo (o primeiro deles) e de uma disciplina (a Sociologia), duas trajetórias contrastantes (Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni) e modalidades diversas de marxismo (teórico e empírico / dominante e dominado). Finalmente, discute os ganhos propiciados por operar com três noções chave da sociologia da cultura: *habitus*, campo e padrões de intenção – extraídos, respectivamente de Pierre Bourdieu e Michael Baxandall.

Sociogênese de uma prática: ler *O Capital* com amigos, “filosoficamente”

Em 1958, ao voltar de uma estada na França, o filósofo José Arthur Giannotti reuniu amigos, para ler *O Capital*, de Karl Marx. Além dele, frequentaram as reuniões deste grupo, com graus variados de assiduidade e envolvimento: os filósofos Bento Prado Jr. e Ruy Fausto,

⁵ Isabelle Gouarné, *L'introduction du marxisme em France* (Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2013), 182-190.

⁶ Frédérique Matonti. *Intellectuels communistes. Essai sur l'obéissance politique*. (Paris: La Découverte, 2005). Destacam-se estes dois trabalhos por se deterem especificamente na questão das esferas política e científica. Contudo, há outros que se aparentam a eles, no que tange à busca de alternativas a categorias de alcance heurístico reduzido, descritivas e normativas, como “marxismo de cátedra”, “marxismo ocidental”, “verdadeiro marxismo”, “traição do marxismo”, etc. Notadamente, o estudo da recepção de Marx na Argentina, realizado por Horacio Tarcus, *Marx en la Argentina. Sus primeros lectores, obreros, intelectuales y científicos* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2007).

os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, o historiador Fernando Novais, o sociólogo e crítico literário Roberto Schwarz, os economistas Paul Singer, Sebastião Advíncula da Cunha e Juarez Rubens Brandão Lopes – entre outros, mais jovens do que eles, como Francisco Weffort. Esta iniciativa e os percursos destes seminaristas são indissociáveis da história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (doravante, FFCL-USP) e da circulação num espaço internacional assimétrico de intercâmbio de práticas e ideias, realizada pelo mentor do grupo.

Fundada em 1934 e idealizada como alternativa às escolas tradicionais na formação das elites políticas, a FFCL-USP, seguiu rumos distintos dos que lhe foram atribuídos inicialmente. Sua consolidação institucional se processou numa “faixa crescente de desencontro entre os objetivos” do desiderato original, “tal como fora definido pelos setores de elite que eram seus mentores”⁷, e a direção profissionalizante que correspondia à atividade da clientela que efetivamente garantiria seu funcionamento. Nos primeiros anos da instituição, era marcante a presença de camadas sociais em descenso. Porém, crescentemente o estilo de trabalho ensaístico, associado à cultura letrada adquirida no berço familiar por esses grupos, destinados ao exercício do poder político, não mais se reproduz na escola. O recrutamento dela passa a se realizar entre extratos para as quais a novidade dos cursos é um atrativo e a incerteza do valor dos diplomas é, ainda assim, uma chance de ter uma profissão – notadamente, mulheres e filhos de imigrantes⁸. Gradativamente, entra em vigência um estilo de trabalho intelectual menos diletante, associado à disposição para o trabalho ascético e que mobiliza competências adquiridas por via escolar.

O círculo em questão corresponderia a este perfil (plebeu e laborioso), salvo pelo fato de ser exclusivamente masculino (e, de início, contar com a frequência esporádica de membros da aristocracia em declínio, que o abandonará, avessa ao ascetismo que caracteriza esta roda). Aí se encontram procedentes de imigrantes: José Arthur Giannotti e Octavio Ianni são descendentes de famílias italianas estabelecidas no interior de São Paulo; Roberto Schwarz e Paul Singer, de famílias judias estabelecidas na capital. Fernando Novais era filho de professor primário que ascendeu a inspetor. Os brasileiros, Fernando Henrique e Bento Prado Jr., tinham origem em “elites empobrecidas, de famílias ligadas à burocracia estatal (civil e militar), ao magistério secundário e ao desempenho de encargos intelectuais e culturais”⁹. A heterogeneidade é o traço característico do grupo, em oposição a certa homogeneidade do recrutamento das antigas escolas, celeiros da burocracia estatal. Esta diversidade de origens consiste no fundamento de numerosas tomadas de posição e confrontos intelectuais. Em contrapartida, a leitura coletiva, regrada, constante e prolongada no tempo, intensificou laços prévios de amizade e promoveu o alinhamento das modalidades de excelência de trabalho intelectual compartilhadas pelos membros – operou, em suma, a homogeneização e inculcação de certo *habitus*¹⁰.

As reuniões ocorriam quinzenalmente, aos sábados à tarde, alternando as casas dos participantes em que se realizavam e os expositores do texto. A cada um cabia a apresentação de um excerto ao qual se sucedia uma discussão e um jantar. O seminarista devia “explicar” seu excerto, seguindo o método conhecido como “leitura estrutural do texto”. A presença deste método de leitura deve-se ao trabalho das missões francesas contratadas para lecionarem durante as primeiras décadas da FFCL-USP. Na Filosofia, seu estabelecimento se deveu principalmente à presença de Martial Guérout, nos anos 1950, e posteriormente, ao fluxo contínuo dos alunos brasileiros recebido por Victor Goldschmidt na Universidade de Rennes – de onde retornava Giannotti na ocasião em que organiza o grupo de estudos¹¹. *Grosso modo*, o

⁷ Sergio Miceli, “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais” em *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1, ed. Sergio Miceli (São Paulo: Sumaré, 2001), 105.

⁸ Fernando Limongi, “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, em *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1, ed. Sergio Miceli (São Paulo: Sumaré, 2001).

⁹ Sergio Miceli. “Contra o retrocesso”. *Folha de S. Paulo*, 11 de setembro de 1999.

¹⁰ Não se dispõe de espaço para expor todos os liames de amizade prévia, importa apenas mencioná-los. Trabalha-se com a noção de campo e *habitus* tal como formulada por Pierre Bourdieu, *As regras da arte*. (Lisboa: Editorial Presença, 1996). Uma discussão da operacionalidade destas noções em afinidade com o que se procura neste trabalho encontra-se em Loïc Wacquant, “Esclarecer o habitus”, *Educação e linguagem*, 16, 2007.

¹¹ Uma explanação e uma justificação históricas da defesa do “tempo lógico” em detrimento do “tempo histórico”, para a explicação dos sistemas filosóficos, foi proferida por Martial Guérout, “Leçon

método consistia em explicitar a construção lógica dos argumentos do autor, eliminando rigorosamente da explicação dela as condicionantes históricas (*excerto 1*). Ele era aplicado a autores clássicos, que viveram em tempos longínquos, cuja obra constituía um “sistema filosófico”. Portanto, era algo de inédito no cenário adotar tal método para ler o texto de Karl Marx, implicando um problema. Seria ele apropriado para ler *O Capital* – livro tão incontornavelmente atrelado ao desenvolvimento histórico e de um autor tão dubitável em termos de encerramento de um sistema filosófico? Os seminaristas e o filósofo do grupo não ignoravam a questão. E se insistiram no método é porque sem ele a pedra de toque do empreendimento – tornar Karl Marx um autor legítimo academicamente (*excerto 2*) – não vingaria; e porque, no Brasil, ele ganhou sentidos diversos daquele originalmente formulado por Guérout¹².

A motivação do filósofo José Arthur Giannotti, mentor do grupo e zelador da execução desta metodologia de leitura, foi instada por sua circulação no espaço assimétrico das trocas internacionais de sua área¹³. Durante os dois anos em que estudou em Rennes e Paris, ele se familiarizou com práticas inéditas no cenário paulistano (leitura, comentário e tradução dos autores em que se especializavam os franceses e alemães) e com a hierarquia nacional e autoral do campo global filosófico (a França o acolhia, mas também ela sofria a dominação simbólica dos alemães nesse âmbito). Impactado, elaborou uma resposta ativa à dupla dominação (em relação à França e à Alemanha), e, relatando seus dramas a seu professor, João Cruz Costa, afirmou: “adotei uma divisa: estudar os alemães modernos à moda francesa. Vamos ver o que vai dar. Afinal o nosso barbudo era alemão (judeu) e ainda vamos lê-lo no original.”¹⁴

Há um liame entre a demanda por competências específicas instrumentais, (linguísticas e disciplinares) e a recomposição do grupo (saída de uns, entrada de outros). Embora a reconstituição factual desse processo seja impossível, a caracterização deste nexos é factível. A credibilidade do método de leitura dependia do conhecimento da língua original dos textos e a inteligibilidade do “sistema filosófico” em questão requeria o domínio dos clássicos da Economia Política. As margens entre estas demandas e o capital cultural dos jovens professores assistentes definem alguns convites que vai dando contorno ao grupo. Ora, qual o capital social dotado das competências em falta e à disposição do pequeno núcleo formado pelos professores-assistentes de catedráticos – posto não gozarem de ascendência cultivada em São Paulo – senão seus (ex)alunos brilhantes? Assim, Fernando Novais convida Paul Singer, seu ex-aluno na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA-USP). Por meio deles, também se unem ao grupo – Juarez Rubens Brandão Lopes e Sebastião Advíncula da Cunha. Estes três últimos têm sua formação deslocada no núcleo da FFCL-USP. São convidados tendo em vista as dificuldades de acompanhamento das discussões econômicas dos textos que o grupo se dispõe a ler¹⁵. Ademais, Singer não é convidado apenas por seu domínio da “ciência cinza”. Ele e Schwarz, ex-aluno de Fernando Henrique Cardoso no curso de Ciências Sociais, filhos de imigrantes alemães, possuem o indispensável domínio da língua materna do autor a ser lido. Este recurso linguístico possibilitará realizar a leitura de *O Capital* de modo coerente com o método de explicação filosófico (os demais seminaristas acompanharam em espanhol, francês e inglês). As competências instrumentais (língua e economia) são de domínio dos que terão uma posição dominada no início do grupo ao passo que o domínio do

inaugurale, Chaire d'histoire et technologie des systèmes philosophiques” (Paris: Collège de France, 1952). Na vida da instituição, este projeto circula por meio de um texto de Victor Goldschmidt, “Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos” em *A religião de Platão*. (São Paulo: Difel, 1963).

¹² Esta adaptação esteve no centro da pesquisa de estágio pós-doutoral, antes mencionada. Dito de modo sumário: se Guérout o justificava em função da posição assumida pela filosofia, junto à psicologia, ao ser importado para o Brasil, este método operou como uma espécie de cartilha educadora dos hábitos de leitura (impondo hierarquia dos textos e disciplina da prática), era “profilático”, segundo Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar* (São Paulo: Paz e Terra, 1994) – sentido, insistimos, adquirido *na e pela* importação do município paulistano.

¹³ Baseia-se, para este ponto em Johan Heilbron, “Exchanges culturels transnationaux et mondialisation: quelques réflexions”, *Regards sociologiques*, 22, 2000; Gisèle Sapiro. “Le champ est-il national?”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 200, 2013.

¹⁴ José Arthur Giannotti, correspondência para João Cruz Costa (Paris, 28/10/1957).

¹⁵ Fernando Novais, Entrevista em *Conversas com historiadores brasileiros*, ed. José Marcio Rego. (São Paulo: Ed. 34, 2000), 96.

“método de leitura” se concentra nos portadores da disciplina gradativamente dominante entre os leitores de Marx, a Filosofia (*excerto 3*). Entre um polo e outro, como se mostra adiante, o conteúdo temático da Sociologia vai se impondo.

Entre os seminaristas, vigorou a convergência de esforços coordenados voltados ao mesmo objetivo, mobilizando os recursos e competências que juntos reuniram: Giannotti é mentor do método de leitura, Roberto Schwarz possui domínio da língua alemã, pré-requisito para realização deste tipo de leitura, Paul Singer, além deste domínio, é convidado por ser economista. A virtual concorrência entre eles foi lentamente expulsa por meio da sedimentação de laços entre um representante de cada área. Assim, se Bento Prado Jr., Ruy Fausto e Giannotti – todos da Filosofia – concorrem no início das atividades, apenas o último permanece no posto de “superego teórico”; também não há outro crítico literário, a não ser Schwarz, nem outro historiador, a não ser Fernando Novais. Ainda que tenha levado outros economistas ao grupo, estes realizaram visitas esporádicas, e só Singer permaneceu vinculado. Se dois sociólogos, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, compareciam no início, a troca recíproca de referências foi mais impactante para o primeiro, encorajado a se afirmar no pólo teórico da discussão de sua área. Como se mostra a seguir, ele representará a modalidade mais valorizada e legítima de prática entre marxistas (teoria), e o segundo, seu oposto (empíria).

O Capital não foi o único livro que leram juntos. Segundo eles, a publicação em francês de *História e consciência de classe*, de Georg Lukács, assim como de *Questões de Método*, de Jean-Paul Sartre, instou-os a parar a leitura de Marx para se dedicarem a estes dois livros. Novamente, é impossível a reconstituição do deslize da agenda de leituras, mas tudo leva a crer que a sugestão tenha partido dos mais jovens (*excerto 3*). Os seminaristas se reuniram entre 1958 e 1964, quando o estabelecimento da ditadura civil-militar levou Fernando Henrique Cardoso a sair do país. Entretanto, o encerramento das reuniões não implica o fim do grupo, dotado de uma extraordinária longevidade, condicionada por sua forma de organização do trabalho. Vale sublinhá-la: a *inovação* da forma de *organização*. Eles não foram os primeiros a lerem Marx na instituição, mas os primeiros a fazerem-no em grupo, com método filosófico, reunindo calculadamente capitais específicos para tanto e elegendo *O Capital* como livro a ser lido. Os leitores *isolados* – lendo, cada qual a seu modo, um conjunto diferente de livros, destituídos de plataforma comum de problemas que os alinhasse e de recursos de difusão de sua prática – possuem uma capacidade mais baixa de promover efeitos no espaço institucional. Eis a divisa mais nítida em termos de inovação dos seminaristas – face tanto os leitores universitários de Marx que os antecederam quanto os solitários que os sucederam¹⁶. Esta inovação constituiu um diferencial e, não casualmente, os ingressantes no espaço passam a reproduzi-la.

O segundo círculo de leitura se formou em torno de dois membros que tiveram participação no seminário caracterizado acima. Em 1963, Roberto Schwarz retornava dos EUA e Ruy Fausto, da França. Eles reuniram colegas que, como eles, já tinham ido esporadicamente ao primeiro seminário – como Bento Prado Jr., Paul Singer, e os cientistas sociais Francisco Weffort, Michel Löwy e Gabriel Bolaffi. O segundo grupo contou também com a participação do filósofo João Quartim de Moraes e da filósofa Marilena Chauí; do arquiteto Sergio Ferro, da então estudante de medicina, Beth Milan, do economista Paulo Sandroni, da historiadora Emília Viotti, dos cientistas sociais Claudio Vouga, Emir Sader, José Francisco Quirino dos Santos, Lourdes Sola, Célia Quirino, Albertina Costa. A composição social dos membros deste grupo corresponde ao perfil tendencial de recrutamento dos alunos da FFCL-USP, tal como mencionado anteriormente. Roberto Schwarz, Ruy Fausto, Michael Löwy, Gabriel Bolaffi, Paul Singer têm origens judaicas, Emir Sader, libanesa. Além de imigrantes, diferentemente do grupo anterior, assinala-se presença feminina, equilibrando o número de estudantes por sexo.

As reuniões previam a “leitura de cerca de 50 páginas a cada duas semanas, valendo-se da diversidade de formação dos participantes num marco de homogeneidade geral em torno

¹⁶ A economia do artigo impõe que se restrinja *esta* apresentação ao conjunto de relações no interior do espaço acadêmico. Naturalmente, a pesquisa considerou o espaço de leitores político-partidários, a fim de surpreender as relações a que se fez referência introdutoriamente.

do marxismo”¹⁷. As reuniões não se encerraram após o golpe civil-militar, mas os propósitos do grupo vão se alterando e suas energias se voltam para a produção da revista *Teoria e Prática*. Esta publicação teve três números e foi interrompida devido à repressão policial em 1968. Ela consiste no suporte principal de publicização das atividades do grupo.

Excerto 1. “Os movimentos do pensamento filosófico estão inscritos na estrutura da obra (...) (isso implica) um tempo lógico (...) admitir um tempo lógico é bem menos formular uma teoria, por sua vez, dogmática, que uma regra de interpretação (...) (cujas diretrizes são (...): 1. (ela) concerne à própria exegese dos métodos. Refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado, é repor em movimento a estrutura e, desse modo, situar-se num tempo lógico (...); 2. repor os sistemas num tempo lógico é compreender sua independência, relativa talvez, mas essencial, em relação aos outros tempos em que as pesquisas genéticas os encadeiam. A história dos fatos econômicos e políticos, a história das ciências, a história das ideias gerais (que são as de ninguém) fornecem um quadro cômodo, talvez indispensável, em todo o caso, não-filosófico, para a exposição das filosofias.”¹⁸

Excerto 2. “na falta de um escrito metodológico do próprio punho do autor, recorre-se geralmente a textos colhidos a esmo ao longo da leitura de suas obras. Mas o que se obtém é por demais fragmentário para explicar e esclarecer o sentido da produção científica do próprio Marx” (é preciso então) “extrairmos da própria obra efetuada os processos metodológicos que levaram à sua realização”, e, por isso “minha intenção é subordinar o livro à mesma técnica de interpretação dos textos filosóficos (...) o livro de Marx exige a mesma conversão ao texto, que reclama toda obra filosófica de importância (...)”¹⁹

Excerto 3. Ironia como reconhecimento da hierarquia; jovens/capital linguístico x professores/posição dominante da Filosofia. “Roberto começou sua brilhante carreira de falsário genial e fabricante de canulares de alto nível, inventando uma pretensa carta de Lukács dirigida a mim; nessa missiva, escrita num alemão impecável, o mestre de Budapeste agradecia o envio de artigos meus [Michael Löwy] e de Roberto, inspirados por sua obra, que mereciam grandes elogios, por sua excepcional qualidade intelectual e literária (estou citando de memória, não tenho mais esse precioso documento à mão). Cúmplice da manobra, levei a falsa mensagem de Lukács à seguinte reunião do Seminário Marx, onde ela foi lida e discutida, suscitando o ceticismo de alguns e a inveja de outros – não cito nomes”.²⁰

Usos e efeitos inesperados de uma prática calculada

São numerosas as diferenças entre os dois grupos e elas se expressam nas maneiras distintas de fazer uso das leituras coletivas. Esta seção estabelece um contraste entre a morfologia social de ambos, atrelando-a a estes usos, para tornar inteligível a concorrência cúmplice que objetivamente se processou entre eles²¹.

Do ponto de vista do perfil dos componentes, assinalou-se, há em “Teoria e Prática”, mulheres; ao passo que entre seminaristas, não. Neste, como se viu, o tipo de leitura proposta pressupunha uma aposta na autonomia do trabalho intelectual, tornando-o menos atraente

¹⁷ Emir Sader, “Nós que amávamos tanto o Capital” (*Sociologias*, 14, 2005), 172. As informações sobre o primeiro seminário são extraídas de Roberto Schwarz, “Um seminário de Marx” (*Novos Estudos*, 50, 1998).

¹⁸ Victor Goldschmidt, “Tempo lógico e tempo histórico...”, 142.

¹⁹ José Arthur Giannotti, “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”, *Revista Brasileira*, 29, 1960, 63.

²⁰ Michael Löwy, “Ad Roberto” em *Um crítico na periferia do capitalismo*, ed. Milton Ohata (São Paulo: Companhia das Letras, 2007), 344.

²¹ Novamente, assinala-se que a análise completa caracterizaria a cumplicidade dos grupos (isto é, simultânea colaboração e concorrência), do ponto de vista: (a) da difusão de uma prática (ler em grupo); (b) da rotinização e crescente obrigatoriedade da leitura de Karl Marx; (c) do afastamento diferencial criado em relação aos não-leitores de Marx e aos leitores não-coletivos deste autor. Ela não é cabível no espaço disponível.

para ativistas político-partidários. Com efeito, enquanto no Seminário, eles são ausentes; eles se reúnem no círculo “Teoria e Prática”. Estas duas características do Seminário – a ausência de mulheres /ausência de militantes – não são indiferentes uma à outra e tampouco ao feitiço da produção do grupo. Ao contrário, realçam a feição *scholar* e profissional *da leitura e do uso desta leitura* pelos seminaristas – que fazem suas leituras renderem na elaboração e defesa de *teses* e na conquista de *títulos*. O propósito acadêmico explica tanto o fechamento às colegas/concorrentes/mulheres quanto a membros politizados e militantes partidários²². Por fim, a dimensão geracional, o índice da integração e respeitabilidade social distinguem os dois grupos. Os seminaristas são mais velhos, com famílias em vias de constituição, teses em andamento e obrigações assumidas junto aos catedráticos, por estarem em posições-chaves na hierarquia das disciplinas, dentro da instituição. Não dispõem de tempo para dividir os afazeres de docência, tese de doutorado e militância. Os seminaristas eram professores assistentes de catedráticos vitalícios e haviam feito toda sorte de trabalhos docentes necessários para o ganha-pão, porém mal remunerados e pouco prestigiados²³. Entre esta *posição compartilhada* – senão instável, peculiarmente insatisfatória – e o *modo em comum* por meio do qual se apropriaram das leituras coletivas, isto é, *importando-as para suas teses*, há um liame, se apostarmos na investigação da correspondência entre disposições cognitivas e posições objetivas no espaço social²⁴.

Os seminaristas não produziram artefato equivalente à revista do segundo grupo (doravante, “teórico-práticos”) ²⁵. Suas discussões inacabadas deixaram rastros difusos e estão *involuntariamente documentadas* em suas teses – posto que fossem idealizadas como *acabamento* delas. As teses são, com efeito, o suporte mais expressivo dos “padrões de intenção” que um membro inculcou no outro durante anos a fio de convivência ²⁶. Para realizá-los, cada seminarista precisava articular o repertório compartilhado com os demais seminaristas e a agenda de pesquisa de sua disciplina. É por esta razão que as teses defendidas por eles são elaboradas e defendidas coletivamente. Evidentemente, há diversas maneiras de lê-las, e são numerosas as interpretações que já se fez do grupo e de seus trabalhos. Contudo, três parecem mais estratégicas para a recuperação objetiva dos “padrões de intenção”: a. As teses umas em relação às outras; b. A relação das teses com a agenda da disciplina originária de cada seminarista; c. A relação das teses com (1) a Filosofia/ disciplina dominante no Seminário e com (2) a Sociologia/ disciplina dominante na FFCL-USP²⁷.

A articulação destas três chaves de leitura permite restabelecer o diálogo interno ao grupo. É notável que, em função da natureza dispersa dos rastros-teses, parcela significativa da clientela dos seminaristas (pares/alunos – aliados/adversários), com o avançar dos anos, tenha passado a ignorar a coesão e perenidade dos vínculos entre eles. O prolongamento no tempo e a dispersão no espaço das disciplinas concorreram para esse processo contraditório de *reposição da nota coletiva e esquecimento coletivo dela*. No que se refira às teses que estabeleceram o mencionado diálogo: defenderam-nas, na Sociologia, em 1961, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; em 1964, na Filosofia, José Arthur Giannotti; na História, em 1973, Fernando

²² O único membro do primeiro seminário com experiência em militância é Paul Singer. Os demais se envolvem na vida partidária *décadas* posteriores a esta experiência estudantil. Advirto, pois é corrente a inversão lógica e temporal destes nexos – indicador sociológico tangível da centralidade destas figuras, em fases distintas de sua trajetória, na estruturação disciplinar/científica e político/partidária do país.

²³ Para destacar apenas exemplos concernentes a algumas figuras. José Arthur Giannotti tinha prestado concurso de Sociologia e lecionava a disciplina no interior do estado, antes de ir à França; Bento Prado Jr., em vias de contrair matrimônio, ia lecionar no Colégio de Aplicação, anexo à FFCL-USP; Fernando Novais trabalhava como assistente na FCEA-USP, na qualidade de professor licenciado de escola pública; Fernando Henrique Cardoso tinha trabalhado no colégio Fernão Dias.

²⁴ Pierre Bourdieu, *La noblesse d'État* (Paris: Les Editions de Minuit, 1989), 47.

²⁵ Exceto um texto de José Arthur Giannotti, “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”, (*Revista Brasiliense*, 29, 1960).

²⁶ As teses eram uma “prova de fogo para o marxismo, porque a idéia era de fazer teses que além de marxistas fossem melhores do que as outras.”, segundo Roberto Schwarz, “Entrevista” em *Retrato de grupo*, ed. Flavio Moura (São Paulo: Cosac, 2009). O que se propõe inspira-se em Michael Baxandall, *Padrões de intenção* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

²⁷ A posição dominante da Sociologia no espaço mais amplo das disciplinas foi caracterizada por Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’” em *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2, ed. Sérgio Miceli (São Paulo: Sumaré, 1995); Sylvia Garcia, *Destino Impar*. (São Paulo: Editora 34, 2002).

A. Novais; no exílio parisiense, em 1976, Roberto Schwarz defenderia a sua. A cada doutoramento e a publicação em livro destas teses, as referências teóricas, o repertório conceitual, as modalidades de excelência científica, o modo interpelar a agenda de sua própria disciplina e da Sociologia e a rotinização do método de leitura filosófico eram repostos face a uma clientela cambiante e cujos padrões de intenção, princípios de apreciação e julgamento – marxistas ou não – eram diversos aos do grupo. A distância crescente entre estes produtores e esta clientela está na origem do número infindável de comentaristas das “obras” dos seminaristas que ignoram a experiência de inculcação de *habitus* do seminário, autor coletivo delas²⁸.

Em contrapartida, poder-se-ia supor que a convergência em torno de uma publicação assinalasse vínculos mais estreitos do círculo “Teoria Prática”. Nada mais enganoso. Considerando temas, autores de predileção, conjunto de citações coletivamente compartilhadas e obrigatórias, enfoques, disciplinas, idades dos membros, interesses, e graus de dedicação à vida intelectual, este grupo apresenta mais diversidade e mais dispersão. O artefato coletivo – revista – unia em papel as divergências; ao passo que o artefato de autoria aparentemente individual – tese – disseminava um repertório convergente. Com efeito, a marca que os seminaristas lograram deixar nos trabalhos uns dos outros é indicadora da convergência dos seus esforços e dos laços estabelecidos. O contraste com o segundo círculo permite afirmar que a inculcação de um *habitus* que alinhou a diversidade (de sotaques do interior do estado com famílias migrantes, de diferenças de áreas, de disposições disciplinares incompatíveis) foi garantida, pela posição que ocupavam institucionalmente e as dificuldades a ela associadas, que estreitou a solidariedade de grupo. Dito de outro modo, a regularidade e longevidade das reuniões forjaram a homogeneidade a partir da diversidade geral das origens sociais dos componentes. Entrementes, a mesma configuração social poderia se fragmentar não fosse a âncora da *dificuldade compartilhada*, condicionando *saídas comuns* a ela: fazer valer o trabalho coletivo e o capital de leitura d’O *Capital*, legitimando Marx e os marxistas lidos, cada qual em sua área.

A despeito das diferenças assinaladas, a montagem de outro grupo, assumindo ou não abertamente a concorrência, retira dos seminaristas a exclusividade daquele atributo que haviam construído: o capital da leitura d’O *Capital*. E, no entanto, aumentando o número de praticantes da experiência, confere valor a ela ao autor/teoria no centro dela. Ora, a prática de ler em grupo era inédita no cenário da FFCL-USP e contrastava com leituras anteriores da obra de Karl Marx, realizadas individualmente. Do ângulo institucional, é possível pensar na capilaridade que a esta organização do trabalho propicia. Como os membros dos dois grupos tinham origens disciplinares diversas, o alcance desses seminários ultrapassa o espaço que privavam os círculos em questão. Aulas, publicações, congressos e toda sorte de práticas acadêmicas realizadas por cada membro foi marcada pela experiência. Se, pelas razões apresentadas acima, o primeiro grupo foi responsável pela legitimação autoral de Karl Marx na FFCL-USP, os dois trabalharam juntos pela rotinização da leitura desse autor. E nisso foram muito bem sucedidos. A fronteira entre seminaristas e teórico-práticos, dando-se no interior do valor acordado ao marxismo, cria social e simbolicamente outra fronteira: entre os que têm e os que não têm o capital *desta* leitura d’O *Capital*.

Fernando Henrique Cardoso: “Macunaíma da Dialética”.

A inteligibilidade dessa complexa interdependência intelectual e afetiva – em que os modos de pensar e sentir são instados pelos membros dos círculos de estudos uns em relação aos outros por meio da prática da leitura – pressupõe a investigação da colaboração interna ao grupo e da competição externa a ele. Entre os seminaristas, os contornos que gradativamente a configuração vai ganhando tende a favorecer a *colaboração*, posto que os membros não compitam preferencialmente entre si – por pertencerem a disciplinas diferentes. A tendência é que a prática atice a *concorrência* com os pares nas respectivas áreas, em duas direções: verticalmente, com seus catedráticos; horizontalmente, com seus colegas – ambas posições que foram destituídas de um capital específico – o de leitura d’O *Capital*, *por meio* do investimento

²⁸ A limitação de espaço impõe que se parto do que já foi demonstrado em Lidiane Soares Rodrigues, *A produção social do marxismo em São Paulo (1958-1978)*. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2012).

dos seminaristas nesta prática. Contudo, a particularidade da Sociologia (dominante institucionalmente, e a mais competitiva das disciplinas), conferiu uma voltagem intensa a estes dois vetores potenciais da competição, *somando* a eles a concorrência entre os dois seminaristas-sociólogos: Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. A seguir, examina-se a concorrência que se processou na área de Sociologia, com vistas à direção vertical – entre “mestre” (o catedrático Florestan Fernandes) e “discípulo” (o primeiro assistente, Fernando Henrique Cardoso) – e à horizontal, entre ele e Octavio Ianni (o segundo assistente de Florestan Fernandes e igualmente seminarista de Giannotti).

No salão nobre da FFCL-USP, nos dias 12 e 13 de outubro de 1961, ocorreram as defesas dos doutoramentos dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. As duas teses remontam à pesquisa realizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, nos quadros da encomenda da UNESCO, a respeito das relações raciais no Brasil, no qual seus alunos (agora assistentes) tinham tomado parte como iniciantes em pesquisa²⁹. Em 1954, quando o primeiro retornou à França, deixando a cátedra de Sociologia I, sob a regência do segundo, este montou uma equipe de docentes e lhes atribuiu aulas e temas para suas respectivas teses. Na qualidade de primeiro e segundo assistentes de Florestan Fernandes, os sociólogos deveriam cumprir o plano de replicar a investigação a respeito das relações raciais numa área que não havia sido coberta pela referida pesquisa e que apresentava algumas particularidades em contraste com regiões mais estudadas (*Excerto 4*).

O que ocorreu entre o início do plano proposto por Florestan Fernandes e a conclusão dos doutoramentos destes alunos, para que se processasse neles uma ligeira rotação – do “tema das relações raciais para a ênfase entre escravismo e da formação do capitalismo”³⁰. Esse trânsito pode ser entendido à luz da necessidade de dialogar *simultaneamente* com o plano de pesquisa da Sociologia I (questão racial) e com o Seminário (relações escravistas e capitalismo)³¹. Cada seminarista formulou esta ambivalente embocadura: fazer dialogar a agenda de pesquisa de sua área com as referências teóricas, o método de leitura e os temas do Seminário. Evidentemente, sendo múltiplos os arranjos possíveis para solução desse problema, a elaboração dela foi realizada por eles sob três ordens de constrações indissociáveis e distintas, segundo as disciplinas: a história social prévia do seminarista, sua posição na hierarquia das cátedras e sua posição no “Seminário Marx”. O entrelaçamento dessas três dimensões encontra-se na modalidade de defesa do marxismo que Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni realizaram em suas teses, notadamente nas “Introduções” das mesmas.

A “Introdução” de tese de Fernando Henrique Cardoso foi pioneira no gênero das reflexões teóricas antepostas às teses, depois rotinizada na instituição. À época, um filósofo o informou que ela o tornara o “Macunaíma da dialética”³²; anos depois, outro filósofo classificaria o texto como “o primeiro capítulo do marxismo ocidental uspiano”³³. Ambíguas e irônicas, decerto; mas que o sociólogo suscitasse reações e atenções de filósofos não é algo irrelevante, indica sua orientação adotada no espaço disciplinar. Quanto à sociologia, o catedrático que dirigia o trabalho estava em desacordo com a justaposição da introdução, para além do conteúdo dela, e só cedeu, segundo conta seu aluno rebelde, depois que este “ameaçou” defender a tese junto à cadeira de Política³⁴. Com efeito, o desafio estava feito na atitude e no conteúdo da referida introdução e era sustentado pela prática do grupo, pelo encorajamento mútuo, pela autoridade da batuta filosófica que participava tangencialmente do duelo, pois legislava a respeito de disciplinas científicas em geral, tal qual legislava a leitura do

²⁹ O chamado “Projeto Unesco” consistiu num conjunto de pesquisas sobre relações raciais, realizadas entre 1951 e 1952, em vários estados brasileiros, patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Cf. O panorama nacional da pesquisa encontra-se em Marcos Chor Maio. *A história do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil* (Tese de Doutorado, IUPERJ, 1997).

³⁰ Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”, 207.

³¹ Este nexos está no centro dos temas de tese de todos os seminaristas, mas infelizmente não se dispõe de espaço para demonstrá-lo.

³² Bento Prado Jr., correspondência para Fernando Henrique Cardoso, Rennes, 02/12/1961.

³³ Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar*, 286.

³⁴ Fernando Henrique Cardoso, Entrevista em *Conversas com sociólogos brasileiros*, ed. José Marcio Rego *et. al.* (São Paulo: Editora 34, 2006).

seminário.

Qual o conteúdo do texto, qual o nexos desta introdução com a tese e por que motivo Florestan Fernandes não o aprovou? Fernando Henrique Cardoso afirma que a “discussão” presente na “Introdução” é restrita à “caracterização do procedimento totalizador na interpretação dialética”. Por esta razão, ele resumiria sua “análise à comparação desse procedimento com técnica diversa de interpretação, para salientar a peculiaridade dessa forma de conceber e explicar teoricamente a realidade social.”³⁵

Entretanto, ao “comparar” e “salientar a peculiaridade” do procedimento totalizador da interpretação dialética, ele decretou a impotência das demais correntes sociológicas – estruturalismo e funcionalismo, notadamente – para fazer o mesmo³⁶. Na referida introdução, Fernando Henrique Cardoso *não discute* o método dialético³⁷. O jovem sociólogo *defende* a superioridade do mesmo na análise sociológica *em detrimento* das correntes estruturalistas e funcionalistas. Grosso modo, segundo a mencionada “introdução”, *ou se é funcionalista, ou se é estruturalista, ou se é materialista dialético*. A última escolha é melhor e superior porque explica o que as demais sequer vislumbram, a saber, explicação de processos diacrônicos (por meio da “totalidade”, em sua versão lukaciana). Evidentemente, diante desta taxonomia, Florestan Fernandes – que já havia se ocupado das condições de possibilidade de uma sociologia em Marx, assim como dos temas e domínios sociológicos mais propícios para o uso de Marx, de Durkheim e de Weber – *não é marxista*³⁸. Segundo seu pupilo, muito embora o mestre não seja conservador, ele é funcionalista³⁹.

O ardil do argumento consiste em definir o atributo exclusivo do grupo a partir da propriedade de um atributo teórico que é *exclusivo* e *excludente* – *só pertence ao seminário a autoridade do decreto a respeito do que é marxismo, resultado da prática socialmente conhecida e reconhecida*. E com a “categoria de totalidade” (conforme o sentido emprestado a ela por Lukács), a marca distintiva do marxismo do grupo, confere-lhe superioridade, sendo possível construir intelectualmente um lugar menos nobre para o catedrático (institucionalmente superior) e mais poderoso para o seminário (institucionalmente inferior). A topografia do espaço hierárquico instando a competição das posições dominadas dirigidas às dominantes se sobrepõe à topografia do espaço teórico construído nesta introdução. E a proposta de inversão da hierarquia no plano teórico se explica pela evidência objetiva que constringe o artífice dela, submetido à dominação da mesma.

A tese seria defensável sem a “introdução” – e os indícios disso são dados pelo próprio sociólogo. Em primeiro lugar, a ardorosa defesa do conceito de totalidade, no que tange ao assunto da tese, justifica-se pela possibilidade de explicar a emergência da escravidão na fase de formação do capitalismo e sua supressão uma vez que este sistema alcançasse dinâmica própria. Entretanto, se esta explicação está no coração da justificativa para mobilizar

³⁵ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (São Paulo: Difel, 1962), 11 (os sublinhados são meus).

³⁶ Resumo o exame detalhado dos expedientes discursivos mobilizados para este propósito realizado em Lidiane Soares Rodrigues, *A produção social do marxismo em São Paulo*, p. 231-252: são passadas a limpo as correntes funcionalistas e estruturalistas que também operam com a noção de “todo”. Esta revisão é posta a serviço da defesa da superioridade explicativa da noção de totalidade, tal como formulada por Georg Lukács (1960) – que daria conta da complexidade histórica para a qual as demais correntes seriam inoperantes.

³⁷ Como fizera anteriormente Florestan Fernandes, seja indicando os processos sociológicos que demandam a mobilização do marxismo, sejam as condições lógicas de articulação dele às demais teorias que compõem a Sociologia clássica – como demonstrou Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”.

³⁸ Os exercício da jurisprudência da fronteira – quem é e quem não é marxista – obviamente, é intelectual e social. Sendo impossível recensar tudo que passa a ser realizado de modo impensado mas orquestrado, como resultado da inculcação do *habitus*, indico apenas que também outro seminarista dirige-se ao economista (já célebre e sem notícia do que fosse o seu seminário) Celso Furtado para afirmar: “embora o pretenda, sua concepção não é marxista”. José Arthur Giannotti, “A propósito de uma incursão na dialética” (*Revista Civilização Brasileira*, 3, 1965), p. 108. Uma regra invariante dos grupos à esquerda, em suas disputas internas pela subversão consiste em remeter o adversário à posição menos radical, menos revolucionária, menos totalizante, como mostrou Eric Brun, *Les situationnistes*. (Paris: CNRS Éditions, 2014).

³⁹ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, 13.

o método dialético, segundo reconhecimento do próprio sociólogo, ele não a alcança (*Excerto 5*). Em segundo lugar, é preciso considerar que o problema teórico que sustentou a pesquisa empírica (tanto documental quanto *in loco*) liga-se às insuficiências da pesquisa da UNESCO, a respeito das quais acordavam inicialmente. Não surpreende o contencioso com Florestan Fernandes. A pesquisa empírica que deu origem à tese iniciara-se em 1952, junto com Bastide, prolongava-se em 1955, junto com os assistentes enviados ao Sul para coleta de dados. Todo o esmero a propósito da articulação entre método, teoria e coleta empírica, a bem dizer, tinha sido em vão (*novamente, excerto 4*). Não era casual que a introdução pudesse interessar quem não estivesse interessado no tema da tese, assim como a tese poderia não ser lida por quem se interessasse pela introdução (*Excerto 6*). Tampouco que ela tivesse autonomia suficiente para ser publicada separadamente, como o foi, três vezes: no Brasil, na Argentina e no México⁴⁰. Ela era postisa ao escopo da pesquisa, do ponto de vista da cadeira de Sociologia I. Por fim, se é verdade que o curso de uma pesquisa pode sofrer rotações, é de se supor que o deslocamento das relações raciais/presente em curso para as relações escravistas /capitalismo em formação exigisse procedimentos para os quais seriam necessários mais alguns anos de pesquisa empírica sob nova orientação teórica. Novamente, é da pena do próprio Fernando Henrique Cardoso que se recolhe a confissão. Depois de prestar contas quanto ao que “deixou de fazer” junto aos padrões de intenção do Seminário; presta contas junto padrões de intenção da Sociologia I (*Excerto 7*). De todo modo, em todas as edições em livro que a tese recebeu, a “introdução” foi mantida, e com o passar dos anos o autor procurou reafirmar posições junto ao marxismo ou ironizar sua própria atitude, adicionando novas apresentações ao texto⁴¹.

A “Introdução de Ianni” está dividida em duas partes – “temas” e “procedimentos”. Na primeira parte, trata-se de apresentar a região geográfica, recuperar a justificativa do caso escolhido para o estudo, destacando a significação sociológica dos períodos de formação da sociedade escravista e desagregação da mesma. Também se apresenta a defesa do marxismo: “o tipo de exploração descritiva e interpretativa levada a efeito nesta obra, na medida em que depende do autor, é o resultado da aplicação do método dialético”⁴². Ianni também elege uma categoria analítica que legitima a escolha teórica, a saber: “estrutura econômico-social”. Segundo ele, esta categoria possibilita “(evidenciar) perfeitamente os limites das determinações do social pelas configurações econômicas” (Idem, p. 21). Sem comparar, diferenciar e hierarquizar no contraste com outras linhagens que se valham da noção de estrutura, ele afirma: “a maioria (...) se não todas, são corretas ou (são) aceitáveis, pois elas exibem partes fundamentais do sistema social e indicam como se ligam e se influenciam”⁴³. Seu “carro chefe conceitual”, contudo, não é de “estrutura social”, mas de estrutura sócio-econômica e com isso pretende assinalar “os fundamentos materiais de organização da vida social”, motivo pelo qual a denomina “econômico-social” e não simplesmente ‘social’.⁴⁴ Não havendo aquela transferência invertida da topografia do espaço disciplinar para a topografia do espaço teórico, os trabalhos de Florestan Fernandes não são classificados, como no do seu colega de cadeira e pesquisa. O texto introdutório de Ianni trata de sua tese, é destituído do alarde das publicações em língua estrangeira e da celebração coletiva do seminário se reconhecendo no texto, e é suprimido da última edição da tese em livro, juntamente com a conclusão⁴⁵. Se as supressões podem indicar um desprendimento com relação ao contexto de elaboração delas, também levam a indagar se seria mesmo o marxismo que sustentava a atenção aos processos

⁴⁰ Fernando Henrique Cardoso. “O método dialético na análise sociológica”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, II, 1962; “El método dialectico en el analisis sociológico” (México: *ABIIS/UNAM*, 1962); “El método dialectico en el analisis sociológico”, *Pasado y Presente*, 7-8, 1965.

⁴¹ As publicações da introdução e as edições em livro a que se refere acima são: Fernando Henrique Cardoso. “Nota à 2ª edição” em *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 4ª ed.); “Relendo papéis antigos” em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), 5ª ed.

⁴² Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas. O regime servil numa comunidade do Brasil meridional*. (Tese de doutoramento, FFCL-USP, 1961), 21.

⁴³ Idem, 22.

⁴⁴ Idem, 26.

⁴⁵ As publicações a que se refere são: *As metamorfoses do escravo*. (São Paulo: Difel, 1962 – 1ª); *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec/Scientia et Labor? (UFPR), 1988, 2ª ed. revista e ampliada (sem introdução/conclusão originais).

diacrônicos e à esfera econômica condicionando a ação dos agentes, como lhe tributava Ianni. A bem dizer, isso remonta a antigos textos do catedrático Florestan Fernandes ⁴⁶.

Como é evidente, se ambos, Fernando Henrique e Ianni, esforçaram-se para filiar suas teses ao materialismo histórico, não se valeram dos mesmos recursos para tanto. A divisa mais expressiva das modalidades opostas consiste no investimento em domínio teórico raro no mercado de competências da época, por parte de Fernando Henrique Cardoso; algo sem contrapartida em Octavio Ianni.

Atente-se ainda que no momento em tela, o regramento do campo científico e da instituição universitária estava em curso de sedimentação, e, por isso, a normatização dos procedimentos que conformam este artefato denominado “tese” *não tinha vigência*. A infinita variedade na quantidade de páginas, dos agradecimentos, da ausência ou presença de introdução, das formas de apresentação das notas de rodapé das maneiras de se dispor os materiais usados na tese dão prova disso. Na ausência de regramento das arestas, a solução dada a elas são rastros autênticos de particularidades autorais. Por isso, vale o exame: dispostas abaixo, segundo a ordenação escolhida por cada sociólogo, as categorias por meio das quais classificaram/hierarquizaram seus materiais na rubrica “bibliografia” – sugerem a imersão em modalidades distintas de trabalho, um polo teórico e outro empírico.

Maneiras de classificação dos materiais de uma tese e expressão dos padrões de intenção (teoria / empiria)	
Fernando Henrique Cardoso (Teoria / empiria; Geral / particular)	Octavio Ianni (Empiria; particular e geral)
<ol style="list-style-type: none"> 1. “Trabalhos teóricos sobre metodologia e sobre a caracterização dos sistemas sociais globais” 2. “Trabalhos de interpretação sociológica, etnológica ou histórica sobre a escravidão e os negros” 3. “Trabalhos sobre a formação da sociedade brasileira” 4. “Trabalhos gerais sobre a história política, economia ou social do Rio Grande do Sul” 5. “Trabalhos sobre problemas específicos da formação do Rio Grande do Sul e da área platina” 6. “Trabalhos específicos sobre o negro no Rio Grande do Sul” 7. “Memórias, notícias e viagens relativas ao Rio Grande do Sul” 8. “Anais, catálogos, coleções. Documentos impressos e relatórios” 9. “Relatórios e falas dos presidentes do Rio Grande do Sul” 10. “Jornais e revistas” 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Fontes primárias” 2. “Obras de elaboração descritiva e interpretativa sobre Curitiba, o Paraná e o Brasil: históricas, econômicas, sociológicas, antropológicas, etc.” 3. “Estudos sobre a escravatura e as relações raciais entre negros e brancos” 4. “Obras sobre técnicas e métodos de investigação e de tratamento das fontes dos dados” 5. “Trabalhos sobre conceituação e interpretação” 6. “Dicionários”

Os princípios cognitivos de ordenação (classificação e hierarquização) são mais uma expressão do que foi exposto: evidenciam modalidades simetricamente opostas de defesa do marxismo, como se mostra adiante, condicionadas pelas *disposições* e *posições* destes autores. Fernando Henrique Cardoso aposta em domínio teórico raro (materialismo histórico, segundo método de leitura filosófico), conceitos extraídos de autores pouco conhecidos, ainda não canônicos nas ciências sociais, mas já crescentemente badalados (Lukács, Sartre) para

⁴⁶ Cf. Florestan Fernandes e Roger Bastide, *Branco e negro em São Paulo* (São Paulo: Global, 2008, 4ª edição revista), cap. 1.

desbancar outros consagrados, afronta abertamente Florestan Fernandes, lançando-se como porta-voz dos segredos e trunfos inacessíveis do “Seminário Marx”. Em contrapartida, Octavio Ianni mantém-se rente aos materiais empíricos, à reconstrução histórica e apresenta um marxismo justificável por atentar para a “base econômica” da vida social (ideia corrente, não inédita e tampouco surpreendente no cenário), não disputa no mercado das competências, tampouco advoga seu monopólio de domínio autoral ou teórico. No limite, sua defesa do marxismo é menos problemática e menos arriscada que a de Fernando Henrique Cardoso.

Caracterizadas as modulações antinômicas, importa torná-las inteligíveis. Para isso, estabelece-se a seguir o nexos entre as posições ocupadas na cadeira de Sociologia I pelos dois sociólogos e suas disposições atitudinais, resultantes dos respectivos percursos sociais prévios ao ingresso na instituição.

Excerto 4. Plataforma de acordo dos sociólogos em 1952-1955: “o estado geral dessas relações na sociedade brasileira não pode ainda ser considerado conhecido. De um lado, faltam-nos dados importantes sobre o passado, dados estes que já foram parcial ou totalmente perdidos. Além disso, a situação de contacto no presente não foi investigada segundo um plano ordenado e critérios uniformes. Há trabalhos que se concentram apenas sobre um dos aspectos do fenômeno. Outros abordam o mesmo aspecto, mas com penetração de análise diversa.”⁴⁷ **Justificativa para a seleção da região sul:** “1. (nesta área, não se desenvolveu) em grande escala, uma exploração de produtos tropicais do tipo colonial; 2. Em consequência, o regime escravocrata teve menor extensão e intensidade do que em outras áreas do país; 3. Finalmente, a colonização estrangeira (principalmente alemã, italiana e polonesa), nos moldes em que se processou, contribuiu para a elaboração de padrões de convivência racial diversos dos que prevaleceram nas zonas tradicionais. (Idem, p. XXVI). **Estas especificidades levavam às questões:** “... Partimos de que os padrões de interação racial que foram elaborados nas áreas da grande propriedade territorial de base escravocrata deveriam, provavelmente, encontrar condições de atualização (...) mas que deveriam sofrer reelaborações quanto à intensidade de suas manifestações, às formas de exteriorização e quanto às funções que exerciam no sistema de acomodação inter-racial. Deveríamos, pois, esclarecer em que sentido se verificou essas reelaborações e quais seus efeitos em termos da preservação dos antigos padrões de contato inter-racial no presente. Para o conhecimento desta situação no presente, julgamos conveniente elaborar uma hipótese destinada a apanhar dois aspectos inter-relacionados e igualmente importantes na análise da situação de contato: as condições de convivência racial e as ideologias raciais. (assim se poderia...) *examinar as formas de exteriorização, o grau de intensidade e a natureza do 'preconceito racial' existente na sociedade brasileira.*”⁴⁸

Excerto 5. Do que não foi possível – “prestação de contas” com “padrões de intenção” do Seminário: “Seria possível levar um pouco mais longe a análise para mostrar que ainda não era neste nível – dos interesses da Nação, isto é, dos grupos dominantes do país – que deveríamos procurar a explicação global dos mecanismos de sustentação da escravidão como instituição e de sua validação no plano ideológico. Realmente, o ângulo mais correto e completo, a partir do qual se pode explicar a escravidão no Brasil, situa-se na discussão da formação do sistema capitalista mundial. Entretanto, seria escapar demasiadamente dos padrões relativos a uma monografia como essa, que servirá para dissertação de doutoramento, enveredar por uma análise desse tipo.”⁴⁹

Excerto 6. Da necessidade da introdução: “o leitor sem interesse especial por questões desse tipo poderá sem graves prejuízos para a compreensão do trabalho, iniciar a leitura pela segunda parte da Introdução, que, como o resto do livro, refere-se a questões concretas, passíveis de serem explicadas de forma mais simples e clara.”⁵⁰

Excerto 7. Do que não foi possível – “prestação de contas” com padrões de intenção da Sociologia I: “É verdade que a problemática fundamental da integração dos negros à sociedade de classes formada depois da Abolição está delineada

⁴⁷ Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (São Paulo: Editora Nacional, 1960), XXV.

⁴⁸ Idem, XXXI.

⁴⁹ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (São Paulo: Difel, 1962), 228.

⁵⁰ Idem, 10.

os capítulos finais (...). Entretanto, os resultados gerais do programa de investigações sobre o negro no Brasil Meridional só ficarão completos com a publicação posterior de trabalhos sobre a ascensão social dos negros.”⁵¹

Disposições, posições, tomadas de posição

A seleção da equipe contratada nos primeiros anos de regência de cátedra de Florestan Fernandes começou de fato, durante a pesquisa da UNESCO, acima mencionada. Ela considerou a capacidade de trabalho que os assistentes (à época, alunos e trabalhando voluntariamente) demonstraram. Os critérios de Florestan foram meticulosos na escolha dos alunos: empenho e desempenho escolares, assim como os capitais sociais disponíveis e a possibilidade de suas competências se complementarem na divisão social do trabalho interna à Sociologia I, imaginada por ele. Ele arquitetou uma equipe com papéis nitidamente diferenciados e solidários, sintonizada e coesa, estava ciente “de que suas chances de afirmação intelectual encontravam-se diretamente ligadas à ampliação de seu poder institucional”⁵².

Primeiro assistente, precocemente titulado mestre, responsável pelas relações institucionais da cadeira junto à reitoria, ao governo do estado e nas negociações necessárias para angariar recursos financeiros, Fernando Henrique Cardoso gradativamente torna-se o braço direito do catedrático nas operações ligadas aos poderes institucionais. Aos poucos, entre ambos estabelece-se uma nítida divisão de trabalho cujos atributos opostos e excludentes resultará no monopólio do capital temporal/institucional por Fernando Henrique Cardoso⁵³ e no monopólio do capital intelectual/espiritual por Florestan Fernandes. Esta mútua exclusividade se sedimenta entre os anos de 1954 e 1960. Um episódio poderá ilustrar de modo cabal esta divisa.

O trabalho de política institucional delegado a Fernando Henrique Cardoso lhe custava tempo e ele sentia o sacrifício da vida intelectual aí implicado. A dimensão involuntária da confissão encontrada numa correspondência redigida de Paris para Florestan Fernandes, que, então, sozinho mantinha em operação as relações da cadeira, atesta de forma cabal o que se afirma: “Sua eficiência é de tirar o chapéu”. Então o senhor entendeu como “tenho que ‘dar pulos’ para dar conta simultaneamente da minha carreira e da política e da administração universitária”. Em seguida, afirma ser preciso “enfrentar de forma radical o problema da distribuição de tempo”, razão pela qual se demitiu de todas as comissões dentro e fora da universidade antes de viajar. Ele aceita ser diretor do (então em construção) Centro de Sociologia industrial e do trabalho, desde que o não atrapalhe os “programas pessoais de desenvolvimento intelectual e de cumprimento de nossas obrigações acadêmicas”. Recomenda, por isso, equipá-lo com uma secretária, responsável pelo agenciamento e agendamento de viagens e relatórios, etc. – de modo a não sobrecarregar o futuro diretor (ele próprio)⁵⁴. E continua sua negociação a respeito do tempo: “sem os compromissos da administração da universidade cumprirei meu programa pessoal mesmo dando o dobro de tempo de aulas”⁵⁵.

As leituras do Seminário, em outra circunstância, poderia ser uma atividade gratuita de cultivo livre do espírito. Mas, para alguém com a história social prévia de Fernando Henrique Cardoso, sob tal regime de constrições – posição temporalmente forte e espiritualmente fraca, incitação à competição, risco de eterna subordinação⁵⁶ – dificilmente. O investimento caracterizado acima – transporte de autores e conceitos, do seminário para a tese, concebida inicialmente sob outras diretrizes de teoria e método – corresponde a angariar *exatamente o capital (espiritual) do qual é destituído*. É, portanto, condicionado pela posição dominante em relação aos colegas de cadeira (que não ousariam o mesmo) e dominada em relação ao catedrático. Em contrapartida, a *exclusividade de seu capital* intelectual (leitura d’*O Capital* e de autores marxistas) invade a defesa do mesmo no interior da disciplina – como se

⁵¹ Idem, 7.

⁵² Heloisa Pontes, *Destinos mistos*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), 187. Parte-se novamente, do que já foi demonstrado, para dar andamento ao argumento.

⁵³ Pierre Bourdieu. *Homo academicus* (Paris: Minuit, 1984) 138-140.

⁵⁴ Fernando Henrique Cardoso, correspondência para Florestan Fernandes. Paris, 08/02/1962.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Wagner de Melo Romão, *A experiência do Cesit* (São Paulo: Humanitas, 2006).

mostrou, a topografia teórica é a hierarquia objetiva invertida – orientando a classificação dos pares, particularmente de seu professor, a quem interdita possibilidades combinatórias das matrizes teóricas (o que não seria marxista). Sua estratégia discursiva é a manifestação *par excellence* da homologia entre as estruturas objetivas das instituições de saber e os esquemas cognitivos dos agentes⁵⁷.

Segundo assistente, sem a sobrecarga dos papéis políticos e das negociações acumuladas juntamente com as tarefas docentes, por Fernando Henrique Cardoso, sem ter participado da pesquisa da UNESCO, pois havia interrompido sua graduação no momento de seu matrimônio, sem ter ainda mestrado, quando a equipe é montada, Octavio Ianni encontra-se em posição que insta menos à disputa, tanto na Sociologia I quanto no Seminário. Embora esteja imerso no espaço de questões e problemas desses dois pólos e opere no interior do repertório teórico e temático de ambos, tudo se passa como se não participasse da disputa em nenhum deles. Enquanto a divisa de capitais exclusivos, excludentes e interdependentes entre Florestan Fernandes (espiritual) e Fernando Henrique Cardoso (temporal) atíça a concorrência no vetor mais fraco e aguça a defesa do pólo mais forte, a posição de Ianni, inferior a ambos, libera-o do confronto. Porém, não de algumas responsabilidades. Duas modificações que o sociólogo realiza no texto de sua tese para publicação em livro corroboram esse relativo desprendimento da disputa e da configuração do Seminário, mas documentam o quanto a autoridade desse experimento de leitura vai se sedimentando por meio das defesas de tese. O texto programático escrito por Giannotti está ausente de bibliografia da tese de Ianni, mas é introduzido em livro, na listagem das obras. (Cf. imagens no final).

Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni não eram primeiro e segundo assistentes por acaso. As posições institucionais refratavam seus percursos sociais originários diametralmente opostos. Como as afinidades eletivas das origens sociais não são indiferentes enquanto acicates da disputa de um e do comedimento de outro em relação ao professor, *é preciso atentar à história social prévia ao encontro dos três sociólogos*.

Octavio Ianni nasceu em Itu, em 1926, numa família modesta de imigrantes do sul da Itália. Tendo cursado regularmente a faculdade em 1949 e 1950, nos dois anos seguintes interrompe a graduação; casa-se, trabalha como assistente de editora na Companhia Editora Nacional, e como tipógrafo em Osasco. Ele foi jocosamente apelidado de “italianinho de Itu”. Retomando a graduação, seu colega de turma ingressante no curso de Ciências Sociais, Fernando Henrique Cardoso, já professor, dá-lhe aulas⁵⁸. À desvantagem social somou-se a etária, ou, talvez, nesta se manifestasse aquela: era cinco anos mais velho que Fernando Henrique Cardoso e angariava os títulos num *gap* temporal, comprometendo algo da “mágica” do “gênio precoce”, tão valorizado no caso de seu colega e na cultural escolar em geral.

Filho de uma imigrante portuguesa e de pai desconhecido, Florestan Fernandes nasceu em 1920 em São Paulo e conheceu toda sorte de dificuldades para sobreviver. Teve uma trajetória escolar entrecortada pela necessidade material e concluiu os estudos no antigo curso madureza. Padeceu da solidão e do desamparo dos que não têm família nem amigos, acompanhando a lenta plebeização que vingaria na FFCL-USP, onde cursou Ciências Sociais, no início dos anos 1940. Compensou suas desvantagens sociais de origem dando provas de empenho e dedicação aos estudos, reconhecidos por Roger Bastide que lhe reservou a regência da cátedra. Não surpreende que Florestan reconheça a si próprio em Ianni. O retrato que faz do ex-aluno é parcialmente seu: tinha no “ar sério, tranquilo, ensimesmado, modesto e retraído, desconfiado”, levava para a “faculdade contas a saldar com aquele mundo estranho”; era “desajeitado” em meio às “pessoas que ostentavam certa superioridade”⁵⁹.

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931, no Rio de Janeiro. Primogênito em uma família de militares, qualquer genealogia dedicada a ele “atesta os indicadores de alta origem social e a participação direta de seus ascendentes nos eventos mais relevantes da

⁵⁷ Pierre Bourdieu. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps* (Paris, Minuit, 1989) 46-47.

⁵⁸ Fernando Henrique Cardoso, Entrevista, 2006, 70.

⁵⁹ Florestan Fernandes. “O encanto da vida”, em *Humanismo e compromisso*, ed. Regina Crespo (São Paulo: Unesp, 1996), 11.

história do Brasil contemporâneo”⁶⁰. Ele cresceu em meio a crônicas familiares grandiosas, incutindo-lhe a convicção de que ele e os seus eram personagens em histórias nas quais a maioria das pessoas vê longínquos heróis. Cursou o primário e o ginásio entre o Rio de Janeiro e São Paulo, em função de deslocamentos do pai, teve professora particular de francês, algo relativamente comum à época entre famílias abastadas. Cursou o colegial no Colégio São Paulo. Em 1949, prestou dois vestibulares, sendo reprovado em um – o latim da Faculdade de Direito; e aprovado em outro, o de Ciências Sociais para a FFCL-USP. Aluno exemplar da Faculdade, antes de concluí-la, precisou da autorização do reitor dada sua pouca idade para tanto, tornou-se professor assistente na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA-USP), responsável por ensinar História Econômica da Europa. O papel de azeitamento das relações políticas institucionais, a ele delegado por Florestan Fernandes – cuja posição institucionalmente superior não apagava a distância de origem entre ambos – era compatível com o aprendizado doméstico da socialização política. É ele mesmo quem afirma: “meu pai era político. Está no meu sangue”⁶¹.

A FFCL-USP viabilizava a saga da ascensão social nos casos de Florestan Fernandes e de Octavio Ianni, mas estava longe de ser satisfatória para Fernando Henrique Cardoso. As curvas sociais – ascenso e declínio – marcaram os investimentos dos três e as distâncias e afinidades de origem condicionaram disposições para o confronto aberto e para a solidariedade mútua. A audácia de Fernando Henrique Cardoso e o comedimento de Octavio Ianni face ao poder de Florestan Fernandes ganham pleno sentido à luz dessas relações.

Considerações Finais

Ao discutir a explicação histórica dos quadros, Michael Baxandall faz uma observação simples e precisa. Diferentemente dos documentos históricos produzidos por outras atividades, os artefatos simbólicos e científicos são intencionais, ou seja: eles são a *solução* de um *problema* formulado por seu produtor (seja ele, pintor, cientista, arquiteto). Por isso, entender o trabalho deste produtor pressupõe compreender como elaborou tal problema e quais circunstâncias particulares o levaram tanto a propô-lo quanto resolvê-lo: “explicar uma intenção não é contar o que se passou na cabeça do pintor (ou engenheiro, ou cientista), mas elaborar uma análise sobre seus fins e seus meios” – no caso dos cientistas sociais: os autores que dispõem, os conceitos, os materiais, o tempo⁶². Este foi esforço do presente trabalho ao caracterizar as condições que favoreceram a elaboração de problemas e instaram soluções criativas face ao sistema de “padrões de intenção” aos quais os seminaristas submeteram uns aos outros.

Procurou-se colocar a serviço desse enquadramento analítico – a intenção entendida como o nexo entre o *projeto de um artefato* (*tese / defesa do marxismo*), os *problemas e os recursos para realizá-lo* – as noções de campo e *habitus*. Daí a recuperação da história social prévia dos três sociólogos, substrato do “sistema de disposições” em operação nas posições ocupadas e nas tomadas de posição – uns em relação aos outros. No coração das condutas divergentes encontra-se a disposição para o risco – de Fernando Henrique Cardoso e a indisposição para ele, por parte de Florestan Fernandes (na montagem da cadeira) e de Ianni (na elaboração da tese, mantendo-se rente e obediente aos ensinamentos do catedrático). O talento para tanto e a coragem de investir em empreendimentos de risco não são recursos distribuídos socialmente de modo equitativo. Como assinalou Pierre Bourdieu, a propensão para assumir riscos se liga às margens de uma incerteza de ganhos simbólicos dentro da qual os agentes ungidos de segurança material e encorajados por reforço e apoio sociais sabem jogar⁶³. Era o caso de Fernando Henrique Cardoso, por sua trajetória social e escolar prévia, pelo apoio de seus amigos seminaristas, por tudo que seu passado anunciava de futuro. Com efeito, se “as disposições (as preferências, os gostos) só podem se constituir em meio à relação com as

⁶⁰ Afranio-Raul Garcia Jr. “A dependência da política”, em *Democracia, crise e reforma*, Ed. Maria d’Incao (São Paulo: Paz e Terra, 2010), 96.

⁶¹ Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso, o Brasil do possível* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997), 44.

⁶² Michael Baxandall. *Padrões de intenção. A explicação histórica dos quadros* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), 162.

⁶³ Pierre Bourdieu. *Homo Academicus*, 144.

tendências imanentes de um universo social” lidando “com as probabilidades inscritas em suas regularidades”⁶⁴ – estas, por sua vez, deveriam ser reconstituídas pela recuperação do campo.

As controvérsias suscitadas por este conceito e as particularidades dos “intelectuais à brasileira”⁶⁵, cuja dependência da política impede que se fale em campo no sentido rigoroso do termo – requerem procedimentos mais cuidadosos em seu uso. Por outro lado, o reconhecimento de um sistema de relações hierárquicas estruturado impôs que se operasse com a noção de espaço de posições – implícita em “campo” – em detrimento da discussão a respeito da “autonomia”⁶⁶. Aposta-se que a recuperação deste sistema de relações no interior do qual os agentes são instados a agir intelectualmente seja imprescindível para tornar inteligíveis suas obras.

Este escopo teórico tem sido voltado para o exame de numerosas manifestações artísticas e intelectuais, como assinala a recepção, no Brasil, da obra de Pierre Bourdieu⁶⁷. E, no entanto, embora a história do marxismo ofereça um universo inesgotável de criações que requereriam esta abordagem, infelizmente, ela ainda patina, como observou Horacio Tarcus, num tipo de debate que recorre ao uso irônico das aspas, sugerindo que tal ou tal autor é mais ou menos, verdadeiramente ou não “marxista”⁶⁸. O problema já foi notado por marxistas ilustres. Se for verdade que uma introdução cristaliza – pelo que afirma e pelo que deixa de afirmar – os problemas mais agudos do trabalho que apresenta, é instigante meditar a respeito do que Eric Hobsbawm afirma, ao abrir sua alentada coletânea da história do marxismo: ela “não pode ser apenas a história do que os marxistas, e Marx, em primeiro lugar, pensaram, escreveram e discutiram, uma história que se explicita na tradicional reconstrução da árvore genealógica das ideias, ou através do método marxista de análise da relação entre “consciência” e o “ser social”⁶⁹. Não fosse a tendência de se deixarem levar pela genealogia das ideias, por que advertir os marxistas? Ora, neste filão bastante diversificado, tão difícil de delimitar quanto mais fácil seja de identificar – “estudos ligados a Marx e marxismo” – por vezes, adota-se procedimentos que traem a pretensa filiação que pretendem estabelecer ao tomá-lo por objeto, produzindo trabalhos nos quais a desconsideração da *sócio-lógica* (grupos de estudo, universidade, partidos, tendências partidárias, sindicatos, movimentos sociais) dos usos e das leituras da obra de Karl Marx suscita falsos problemas. O historiador intuía, ou já havia enfrentado na organização dos volumes, o problema a respeito do qual está advertindo seus pares e para o qual este trabalho ambiciona oferecer uma alternativa. Ao adotar a perspectiva da sociologia da cultura, foi possível recusar uma definição *prévia, normativa, interessada/ acusatória* ou *essencialista* de “marxismo” e de “marxista”⁷⁰ – sempre pressuposta naquelas aspas em que se aprazem comentadores. A abordagem adotada, por exigir a reconstituição do princípio que anima a dinâmica relacional e conflitiva *em torno da própria delimitação das fronteiras sociais, intelectuais e políticas em jogo na definição do termo*, oferta uma saída àquelas definições sem a desconsideração delas. Por isso, os agentes foram tratados como *leitores* e seminaristas de Marx.

⁶⁴ Pierre Bourdieu, *Meditações pascalianas* (Rio de Janeiro: Bertrand, 2001), 262.

⁶⁵ Sergio Miceli, *Intelectuais à brasileira* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001).

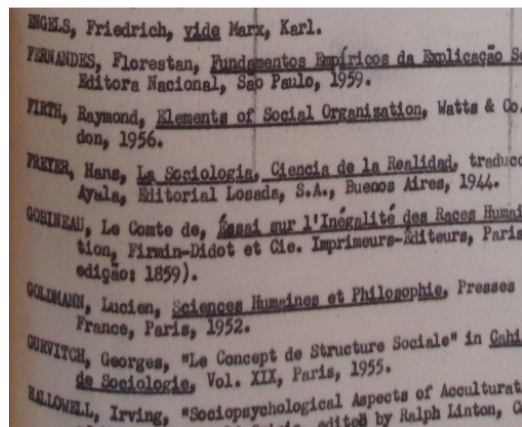
⁶⁶ Adoto a mesma saída para o problema do conceito de campo, isto é – em detrimento da análise da “autonomia”, a manutenção da ideia de “espaço” – encontrada em Gisèle Sapiro. “Le champ est-il national?” em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 200, 2013.

⁶⁷ Fernando Pinheiro Filho, “The renovation: aspects of Pierre Bourdieu’s reception in Brazil” em *Sociologica* (Bologna), 1, 2009. Entrementes, é válido insistir que a despeito do crescente volume de citações e traduções, os procedimentos requeridos pela análise de feição bourdieusiana permanecem estrangeiros. É comum o queixume vulgar dos que, ignorando-os, consideram-nos a serviço de uma história de intrigas. Um dos objetivos desta análise, centrando-se no nexo entre disposições prévias, posições objetivas e tomadas de posição no espaço da concorrência e colaboração foi tentar demonstrar que o que os leitores mal informados consideram “intrigas” são elementos da construção da determinação sociológica. Em defesa dos procedimentos coerentes com a adoção desta teoria, sublinhe-se ainda que não se tratam dos indivíduos empíricos tal como dados na realidade, mas tal como construídos pela teoria do mundo social de Pierre Bourdieu – advertência que o próprio elabora no capítulo 1, de seu *Homo academicus*.

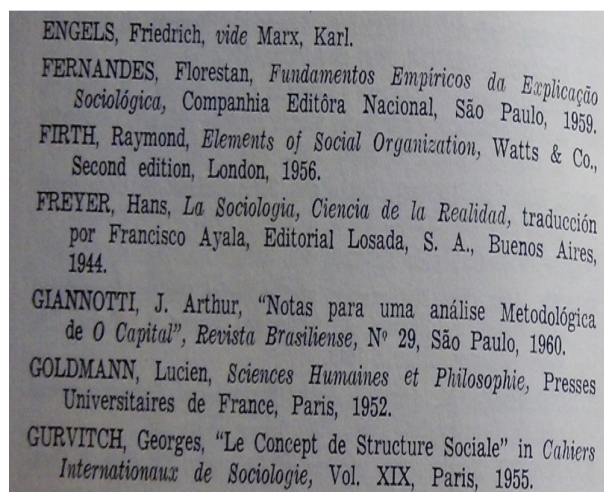
⁶⁸ Horacio Tarcus, *Marx na Argentina*, 2007, 25-27.

⁶⁹ Eric Hobsbawm. “Introdução” em *História do marxismo, v. I* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983), 12.

⁷⁰ Ofereço, a título ilustrativo, um dos exemplos mais conspícuos nesta matéria, para o caso brasileiro. Um historiador das ideias marxistas afirma, referindo-se a um comunista: “o doutrinário cacete do recém-convertido Brandão (...) tropeça em ideias preconcebidas, que desprezam toda e qualquer mediação e se encerram em enunciações surpreendentemente simplistas” Leandro Konder, *A derrota da dialética* (São Paulo: Expressão Popular, 2009), 185.



(1)



(2)

Giannotti – seminário ausente e presente.⁷¹

1. Bibliografia da tese de Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas. O regime servil numa comunidade do Brasil meridional*. (Tese de doutoramento, FFCL-USP, 1961). 2. Bibliografia do livro *As metamorfoses do escravo*. (São Paulo: Difel, 1962).

⁷¹ Obviamente, a inferência realizada conta mais indicadores além da introdução de um texto “esquecido” na bibliografia da tese e “lembrado” na bibliografia em livro. A introdução deste item, ao que tudo indica (cf. Lidiane S. Rodrigues. A produção social do marxismo, 2013) resulta do impacto das arguições das teses dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.



ARTIGOS - ARTICLES

Introduction a une histoire conceptuelle
de théories de Galois¹

Julien Page

SPHERE – UMR 7219, Université Paris Diderot – CNRS, Paris, France,
ERC Philodophy of Canonical Quantum Gravity

Recebido em 01/04/2016. Aprovado em 20/04/2016.

Como citar este artigo: Page, Julien. "Introduction a une histoire conceptuelle de théories de Galois". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 20-33. 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.113739> Acesso em dd/mm/aaaa.

Résumé: Dans cet article, nous motivons la perspective d'une épistémologie historique des mathématiques à partir d'une filiation Hegel – Bachelard – Cavaillès – Lautman. Nous proposons alors d'articuler conceptuellement trois types historiques de théories de Galois qui ont été formulées de 1830 à la fin du XXème siècle et que nous nommons : 1) les théories heuristique de Galois, 2) les théories structurales de Galois et 3) les théories catégoriques de Galois. Pour cela on utilise des "opérateurs historiques", dont en particulier ceux de Cavaillès – le "paradigme" et la "thématisation" – et on analyse les liens de notre approche avec l'épistémologie historique de Bachelard, que l'on contribue ainsi à renouveler.

Mots clés: Bachelard, théories de Galois, épistémologie historique.

Introdução a uma história conceitual das teorias de Galois

Resumo: Nesse artigo, defendemos a perspectiva de uma epistemologia histórica das matemáticas a partir de uma filiação Hegel - Bachelard - Cavaillès - Lautman. Propomos articular conceitualmente três tipos históricos de teorias de Galois que foram formuladas entre 1830 e o fim do século XX, as quais nomeamos: 1) as teorias heurísticas de Galois, 2) as teorias estruturais de Galois e 3) as teorias categóricas de Galois. Para isso, utilizamos "operadores históricos", em particular aqueles de Cavaillès - "paradigma" e "tematização" - e analisamos os laços entre nossa abordagem e a epistemologia histórica de Bachelard, que, dessa maneira, ajudamos a renovar.

Palavras-chave: Bachelard, teorias de Galois, epistemologia histórica.

¹ The research leading to these results has received funding from the European Research Council under the European Community's Seventh Framework Programme (FP7/2007-2013 Grant Agreement n°263523).

Introduction to a conceptual history of theories of Galois

Abstract: In this work, we support the idea of a Historical Epistemology of Mathematics by establishing a filiation Hegel – Bachelard – Cavailles – Lautman. We propose to analyse three historical types of Galois theories formulated from the 1830s to the 2000s, which we name: 1) heuristic Galois theories, 2) structural Galois theories and 3) categorical Galois theories. To do that, we use “historical operators”, in particular those of Cavailles – “paradigm” and “thematization” – and we analyse the links of our approach with the Historical Epistemology of Bachelard, which we contribute to renew.

Keywords: Bachelard, Galois theories, Historical Epistemology.

Introduction

L'opposition entre philosophie analytique et philosophie continentale a connu depuis quelques décennies un affaiblissement certain – sans pour autant disparaître complètement. La question de l'histoire fut dès l'origine un point de partage décisif. En ce qui concerne la dimension épistémologique de cette origine, il faut évoquer le contexte de la révolution scientifique opérée par la relativité d'Einstein au tout début du XXème siècle, qui imposa aux différentes écoles de la théorie de la connaissance de réviser leurs fondements. Deux courants parallèles ont alors vu le jour : l'épistémologie historique de Bachelard qui s'est surtout développée en France, mais aussi en Suisse et en Italie et le positivisme logique du cercle de Vienne (à partir des travaux de Russell, Wittgenstein et Frege) qui eut énormément de succès dans le monde anglo-saxon. D'un côté, il y a eu en France le courant de l'épistémologie historique avec des auteurs comme Bachelard, Canguilhem et Foucault et dont on peut trouver des influences allemandes au siècle précédent – bien qu'avec souvent une grande liberté des emprunts conceptuels -, avec notamment la dialectique de Hegel et la méthode généalogique de Nietzsche. D'un autre côté, la philosophie analytique s'est édifiée notamment à partir de la réaction de Russell à cette logique dialectique et à la promotion de la logique mathématique anhistorique, comme objet privilégié et modèle d'expression rationnelle. Histoire *versus* logique. Cette opposition souvent entretenue par des ignorances réciproques, des malentendus ou des conflits générationnels a été peu à peu mise à mal. En France, des auteurs comme Vuillemin, Gilles-Gaston Granger et plus récemment Salanskis se sont référés positivement à la philosophie analytique. Aux Etats-Unis dans les années 1960, Kuhn a dressé un bilan négatif du positivisme logique et a promu le rôle de l'histoire dans l'étude des sciences, lançant comme un appel au rapprochement entre les deux courants – qui n'eut pas lieu. Depuis les années 1990, des philosophes des sciences anglo-saxons – comme Hacking, Davidson ou Daston – ont investi la dimension historique avec force, contribuant ainsi à reconfigurer les anciennes cartes.² Ainsi Hacking se réfère-t-il aussi bien à la perspective historique de Foucault qu'aux outils logiques de Wittgenstein et d'Austin.³

² Pour un panorama de l'évolution de l'épistémologie historique, voir par exemple, Vincent Bontems, "L'actualité de l'épistémologie historique", *Revue d'histoire des sciences*, [Vol.] 59, 1 (2006): (137-147) et Anastasios Brenner, "Quelle épistémologie historique ? Kuhn, Feyerabend, Hacking et l'école bachelardienne", *Revue de métaphysique et de morale*, 49 (2006): (113-125).

³ Ian Hacking, *Historical Ontology* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002), 70-71.

Or la question de l'objectivité mathématique reste problématique pour les différentes perspectives historiques qu'on a citées. Dans le passage de Bachelard à Canguilhem, puis à Foucault – et du côté américain Hacking –, les objets mathématiques s'éloignent de plus en plus du centre des préoccupations. Il est vrai que la question de l'historicité fait peut-être plus problème pour les mathématiques que pour les autres sciences. Ainsi, Foucault déclarait-il que les mathématiques étaient la seule science pour laquelle sa méthode archéologique ne pouvait pas s'appliquer, car elles ont « franchi d'un seul coup le seuil de la positivité ».⁴ Autrement dit, les vérités mathématiques produites seraient directement positives, éternelles et immuables. Comme le rappelait récemment Salanskis, en se référant à la fameuse thèse poppérienne, il n'y a en effet pas dans les mathématiques d'événement de type *réfutation*.⁵ Dès lors, envisager une épistémologie historique – dans un sens large – des mathématiques, au-delà de la simple chronologie, implique au moins deux options. Ou bien l'on doit proposer d'autres opérateurs historiques que la réfutation – mais lesquels ? – qui fonctionneraient pour cette science; ou bien l'on doit montrer qu'il y a à l'œuvre dans les mathématiques, une telle réfutation – ou du moins un certain type de "négation" –, qui permettrait de penser une certaine historicité, mais au prix d'une réévaluation de la vérité mathématique. C'est alors la question de la 'dialectique' qui se pose de façon très problématique étant donné que les auteurs emploient souvent ce terme sans préciser explicitement sa source et son contenu, ou bien en s'y référant de façon relativement libre.⁶ Nous employons la notion d'opérateur historique pour rendre compte rationnellement d'un changement historique, sans préciser au préalable si la rationalité est causale, téléologique, dialectique, ontologique, axiologique, mais d'une façon suffisamment abstraite pour qu'un tel opérateur puisse être envisagé dans différentes situations de changements historiques. L'emploi de tels opérateurs est la marque de la recherche d'une compréhension rationnelle d'une telle histoire, au-delà d'une simple description chronologique.

Nous proposons de contribuer à l'hypothèse que l'épistémologie des mathématiques peut s'aborder de façon féconde selon une perspective historique. Pour cela, nous choisissons un objet qui a une certaine durée de vie dans l'histoire positive des mathématiques, et dont le contour est suffisamment précis pour pouvoir être abordé sans en rester à de pures généralités dans le cadre introductif d'un article. Il s'agit de certaines théories de Galois, choisies entre 1830 et les années 2000, dont on repère trois types. Il s'agit en un sens d'un objet du second ordre – ou d'un type secondaire – au sens où on parle de théorie de Galois d'un certain type d'objets ou de certaines théories, considérés comme étant du premier ordre – ou d'un type primaire.⁷ On parle ainsi de la théorie de Galois des corps, de la théorie de Galois des revêtements ou de la théorie de Galois des K -algèbres... La théorie de Galois des objets X , d'un certain type préalablement identifié, organise et dégage des propriétés qu'on nommera galoisiennes, et qui d'une certaine manière met en jeu des groupes de symétries ou d'automorphismes et certains de leurs invariants associés. La théorie de Galois des objets X est en somme l'expression – variable suivant les moments historiques – d'une dualité entre des objets de type X' et X'' – chacun reliés d'une certaine manière aux objets X –, le cas paradigmatique étant celui de la dualité symétries / invariants.⁸ Nous n'entrerons pas ici dans

⁴ Michel Foucault, *L'archéologie du savoir* (Paris: Gallimard, 1969), 246-247.

⁵ Jean-Michel Salanskis, *Philosophie des mathématiques* (Paris: Vrin, 2008), 139.

⁶ Voir par exemple les analyses proposées dans Jean-Jacques Wunenburger, "Figures de la dialectique," in *Bachelard et l'épistémologie française*, ed. Wunenburger Jean-Jacques (Paris: PUF, 2003).

⁷ Nous employons ces termes de premier et second ordres dans un sens relativement différent de celui de la logique mathématique : la théorie des revêtements par exemple, en tant qu'elle comprend celle des espaces topologiques, est pour la logique une théorie du second ordre, mais en tant qu'elle décrit des objets usuels de la pratique – structurale – des mathématiques, nous la qualifions de théorie du premier ordre, ou de premier genre. Au fond, cette notion d'ordre est plus relative qu'absolu au sens où la théorie des revêtements pourrait elle-même être vue comme du second ordre relativement à la théorie d'un revêtement particulier à laquelle elle s'appliquerait.

⁸ Ces termes issus du vocabulaire de la géométrie, mériteraient discussion. Le programme d'Erlangen de Klein en 1872 a été explicitement influencé par les idées de Galois. Mais en retour, il a évidemment

une analyse conceptuelle approfondie de cette dualité, préférant commencer par une présentation historique. Néanmoins, on admettra d'emblée que les dualités galoisiennes à l'œuvre dans chaque théorie de Galois sont du second ordre, au sens où elles s'appliquent à des objets posés et identifiés préalablement. Pour reprendre la perspective épistémologique kantienne, on pourrait dire que les dualités galoisiennes sont comme des concepts purs de l'entendement, ou catégories, que l'on applique à des objets, qui sont donnés par ailleurs, afin de mieux les connaître. En particulier, ces dualités pourraient relever de la catégorie de la relation. L'histoire qu'on propose sera donc une histoire conceptuelle, c'est-à-dire issue de la philosophie du concept, kantienne et hégélienne. Hegel est en effet celui qui met en mouvement – historique et dialectique – le concept kantien qu'il juge trop fixe et inerte. Et si Hegel n'a pas su, pas pu ou pas voulu traiter dignement les mathématiques de son temps,⁹ les rabaisant au registre de la simple quantité, la tradition de l'épistémologie historique, en injectant une perspective dialectique dans l'abord des sciences, redonne selon nous toute la légitimité d'une philosophie du concept appliquée ou articulée aux mathématiques. Si Bachelard s'est certainement principalement orienté par les théories révolutionnaires de la physique de son époque – relativité d'Einstein et mécanique quantique –, deux de ses disciples français ont abordé directement les mathématiques de leur temps : Cavailles et Lautman.

Cavaillès a proposé ce que nous appelons des opérateurs historiques pour penser l'évolution historique des mathématiques : le "paradigme" et la "thématisation", qui sont proposés dans la deuxième partie de *Sur la Logique et la théorie de la science*.¹⁰ Le caractère hégélien de ces opérations ne va certes pas de soi, et les commentateurs se sont opposés à ce sujet. Or même si les puristes ont reproché à Cavailles de ne pas avoir suffisamment défini sa notion de "concept", pourtant centrale chez Hegel, ou de ne pas avoir pris le risque d'engager son épistémologie explicitement sur la voie hégélienne, certes difficilement séparable de la métaphysique, l'inspiration hégélienne de l'épistémologie du concept de Cavailles est indéniable, comme en témoigne notamment son appel à une dialectique à la fin de *Sur la logique et la théorie de la science*.¹¹

Parallèlement Lautman dans son *Essai sur les notions de structure et d'existence en mathématiques*,¹² a abordé différentes théories de Galois disponibles à son époque. Dans la théorie de Galois des corps, il a qualifié la progression vers des corps de plus en plus gros, pour discerner les racines d'un polynôme, de "montée vers l'absolu", en se référant à la dialectique cartésienne du *Discours de la méthode* de l'être parfait et de l'être imparfait – dans le registre de la connaissance. Or l'expression "montée vers l'absolu", au-delà de Descartes, résonne évidemment avec l'idéalisme allemand dont un des enjeux est de penser l'absolu, en particulier celui de Hegel. Mais Lautman ne se réfère jamais explicitement à Hegel. Sa référence dialectique est plutôt celle de Platon. Dans la philosophie de Lautman, les théories

irrigué et façonné une grande part des mathématiques du XX^{ème} siècle et notamment les théories de Galois.

⁹ À ce sujet, Mélès a proposé l'idée selon laquelle les mathématiques du temps de Hegel étaient sans doute encore relativement "quantitative" et ce n'est qu'après – justement à partir de l'intervention de Galois – qu'elles seraient devenues plus réflexive, plus conforme à une logique de l'essence et du concept. Voir Baptiste Mélès, *Cavaillès et les moments de la conscience*, conférence donnée à l'Université Paris Diderot, (28 mars 2012), http://baptiste.meles.free.fr/site/B.Meles-Cavaillès_conscience.pdf

¹⁰ Jean Cavailles, *Sur la logique et la théorie de la science* (Paris: Vrin, Bibliothèque des textes philosophiques, [1947] 2008).

¹¹ Voir Hourya Sinaceur, *Jean Cavailles, Philosophie mathématique* (Paris: PUF, 1994), 118; Jean Hyppolite, *Logique et existence* (Paris: PUF, 1991), 64-65; Jean-Toussaint Desanti, *La philosophie silencieuse ou Critique des philosophies de la science* (Paris: Éditions du Seuil, 1975), 62-63, et Emmanuel Renault, "Dialectique", in *Dictionnaire d'histoire et de philosophie des sciences*, ed. Lecourt Dominique (Paris : PUF, 2006). Références citées dans Emmanuel Renault, *La naturalisation de la dialectique* (Paris: Vrin, 2002), 122-123.

¹² Albert Lautman, "Essai sur les notions de structure et d'existence en mathématiques" in *Les mathématiques, les idées et le réel physique* (Paris : Vrin, [1938] 2006), 125-234.

mathématiques viennent expliciter et permettre de comprendre des idées problématiques dialectiques. Concernant les théories de Galois, il s'agirait de la celle qui est liée à la dialectique parfait / imparfait, dans le registre de la connaissance. Notre choix des théories de Galois, comme objet d'étude est ainsi également motivé par le fait que celles-ci – au moins les premières d'entre elles – ont donné lieu à des commentaires et interprétations philosophiques en rapport avec des problèmes de la philosophie de la connaissance en générale et en particulier mathématique. Plusieurs auteurs les ont en effet mises en rapport avec des notions épistémologiques telles que l'ambiguïté, l'indiscernabilité ou l'indétermination.¹³ Dans le cadre de cet article, nous ne discuterons pas ces notions et nous limiterons à employer de façon générique le terme "d'ambiguïté". De même que dans le champ de la philosophie analytique la logique mathématique est non seulement un objet d'étude, mais également une référence philosophique, quant à la méthodologie de l'expression, nous aspirons à un rapport similaire dans le contexte d'une épistémologie historique des mathématiques. Les théories de Galois peuvent être un objet d'étude intéressant pour une épistémologie historique des mathématiques, en même temps qu'elles disent – ou qu'on peut leur faire dire – quelque chose de l'épistémologie.

Nous aborderons les enchaînements de trois types de théories de Galois, que nous nommons respectivement 1) heuristiques, 2) structurales et 3) catégoriques.

Théories heuristiques de Galois.

Dans le commencement des années 1830, le jeune mathématicien français Évariste Galois révolutionna les mathématiques de son temps, en permettant d'obtenir la solution globale au problème de la résolubilité systématique par radicaux des équations polynomiales de degré n quelconque. Avant Galois, on avait prouvé des réponses positives pour des degrés n petits, qui pouvaient favoriser un certain optimisme scientifique. Mais en 1824, Abel démontra l'inexistence de telles formules pour $n = 5$ et quelques années plus tard, Galois généralisa ce résultat négatif pour tout $n \geq 5$. De même que le premier théorème d'incomplétude de Gödel, un siècle plus tard, est venu mettre à mal l'optimiste programme formaliste de Hilbert, le résultat négatif de Galois a entravé l'espoir d'un langage ou d'un calcul mathématique omnipotent.

Galois a ainsi opéré une réelle *rupture épistémologique*, aussi bien idéologique que technique. Sur le plan idéologique, il s'est inscrit contre le pessimisme de Lagrange et Comte sur la question de pouvoir résoudre ce problème. D'un point de vue généalogique - nietzschéen - on peut légitimement supposer qu'un tel pessimisme résulte d'une espérance première - ensuite déçue - d'aboutir à une telle résolution. Subjectivement, on peut dire que Galois se révolte contre cette double tendance, prenant ainsi des allures héroïques. Non

¹³ Voir par exemple Évariste Galois, "Lettre d'Évariste Galois à Auguste Chevalier" [1832], *Les œuvres mathématiques*, *Journal de Liouville*, Tome XI (1846) (408 – 416), 415; Gustave Verriest, Évariste Galois et la théorie des équations algébriques, *La Revue des Questions scientifiques*, Mai et Juillet (1934): 346-376 (320-376) ; Jules Vuillemin, *La philosophie de l'algèbre* (Paris: PUF, 1962), 223-300; Daniel Bennequin, "Questions de physique galoisienne," in *Passion des Formes*, à René Thom, ed. Porte Michèle (Fontenay - Saint-Cloud : Éditions Fontenay - Saint Cloud, 1994), 350-356 (311-410); Yves André, *Leçons de Mathématiques contemporaines à l'IRCAM* (2009), <http://www.entretiens.asso.fr/math/Livre.pdf>, 43-54, Gabriel Catren and Julien Page, "On the notions of indiscernibility and indeterminacy in the light of the Galois-Grothendieck theory," *Synthese*, [Vol.] 191, 18, (2014): 4377 - 4408, et - Julien Page and Gabriel Catren, "Towards a Galoisian Interpretation of Heisenberg Indeterminacy Principle," *Foundations of Physics*, [Vol.] 44, 12, (2014): 1289 -1301.

seulement il n'accepte pas de croire à la possibilité d'aboutir positivement à une telle résolution, mais il parvient à obtenir mathématiquement l'impossibilité d'une telle résolution systématique pour des degrés supérieurs ou égaux à cinq. Pour cela il prend au sérieux l'instrument technique des permutations des racines d'une équation, déjà utilisé auparavant par Lagrange. Le pas décisif de Galois sur le plan technique, consiste à considérer ensemble de telles permutations, dans un tout muni d'une loi de composition - ce qu'on appelle aujourd'hui un groupe - pour l'étudier en tant que tel et développer ce qu'il nomme une « théorie de l'ambiguïté » relative au domaine de rationalité.

Prenons par exemple l'équation $P(x) = x^2 - 2 = 0$. Elle est écrite dans le corps - ou domaine de rationalité - des nombres rationnels \mathbb{Q} ¹⁴. Pourtant, ses deux racines $\alpha = \sqrt{2}$ et $\beta = -\sqrt{2}$, ne sont pas dans \mathbb{Q} et de plus, du point de vue de \mathbb{Q} , on ne peut pas les distinguer. Autrement dit, la définition du x tel que $P(x) = 0$ est ambiguë. Galois mesure cette ambiguïté par ce qu'on appelle maintenant le groupe de Galois du polynôme $P(x) = x^2 - 2$, relativement au corps \mathbb{Q} .¹⁵ Ce groupe¹⁶ contient exactement deux permutations des racines α et β : la permutation triviale Id , qui laisse les racines fixes et la permutation qui échange α et β . Si l'on passe à un domaine de rationalité plus gros et épistémiquement plus performant, par exemple $\mathbb{Q}(\alpha)$, le plus petit corps qui contient \mathbb{Q} , α et β , on annule l'ambiguïté entre α et β . En effet, si l'on considère le polynôme $R(x) = x - \sqrt{2}$, à coefficients dans $\mathbb{Q}(\alpha)$, on peut discerner logiquement α et β car $R(\alpha) = 0$ alors que $R(\beta) \neq 0$. Le nouveau groupe de Galois du même polynôme $P(x) = x^2 - 2$ relativement au nouveau corps $\mathbb{Q}(\alpha)$, est devenu trivial : il ne contient que l'identité Id , qui ne permute rien. Le groupe de Galois G d'un polynôme P relativement à un domaine de rationalité K mesure l'ambiguïté entre les racines de P , du point de vue de K ou encore l'impuissance épistémique de K à discerner les différentes racines de P . Si G est suffisamment simple - soit en termes techniques *résoluble* -, on montre qu'alors l'équation $P(x) = 0$ est résoluble par radicaux. C'est en particulier toujours le cas si le degré de P est inférieur ou égal à quatre. Par contre, pour n supérieur ou égal à cinq, on peut toujours trouver un polynôme P dont le groupe de Galois G n'est pas résoluble - il est trop compliqué - et dans ce cas, l'équation $P(x) = 0$ ne sera pas résoluble par radicaux.

Une vingtaine d'années plus tard, en analyse cette fois, les mathématiciens s'interrogent aussi sur la résolubilité d'équations, non plus algébriques, mais fonctionnelles. Une fonction est la procédure objectivée qui à tout nombre a associe un - unique - nombre noté $f(a)$. L'étude des fonctions permet de traiter plusieurs cas particuliers de façon universelle et synthétique. En effet revenons à une équation polynomiale du type $x^2 - a = 0$. Nous avons déjà parlé du cas où $a = 2$, mais on peut envisager d'autres valeurs de a , qui donneront d'autres racines. Pour traiter synthétiquement de tous les cas, on peut considérer la fonction f qui à chaque valeur de a associe une racine $x = f(a)$. Dans notre exemple, une telle fonction doit vérifier l'équation fonctionnelle E d'inconnue f : $\forall a, f(a)^2 = a$, soit plus formellement $f^2 = Id$. Autrement dit par l'équation E , on voudrait définir une fonction racine carrée $f = \sqrt{\quad}$. Or une telle définition pose plusieurs problèmes. D'abord, si l'on veut pouvoir traiter des cas où a est un nombre négatif, il faut pouvoir parler de racine carrée de nombres négatifs, et il est donc nécessaire de

¹⁴ Un corps est un ensemble de "nombres" *a priori* abstraits, muni d'une addition, d'une soustraction, d'une multiplication et d'une division, satisfaisant à certains axiomes naturels. Par exemple, on a \mathbb{Q} le corps des nombres rationnels, \mathbb{R} le corps des nombres réels et \mathbb{C} le corps des nombres complexes.

¹⁵ La dualité galoisienne, qui n'est pas formulée explicitement par Galois, peut être identifiée rétrospectivement, en s'inspirant des théories de Galois algébriques postérieures, comme celle entre des polynômes et leur groupe de Galois respectif.

¹⁶ En algèbre, un groupe est un ensemble muni d'une loi de composition et d'un élément neutre, vérifiant certains axiomes. Par exemple, $(\mathbb{Z}, +)$, $(\mathbb{Q}, +)$, $(\mathbb{R}, +)$ et (\mathbb{R}^*, \cdot) sont des groupes. Historiquement on attribue souvent la paternité de cette notion à Galois. Il s'agissait alors de groupes de permutations des racines de polynômes.

travailler avec les nombres complexes.¹⁷ Par ailleurs l'analyse complexe, en tant qu'elle réalise une synthèse fonctionnelle de divers cas particuliers algébriques, hérite automatiquement du problème d'ambiguïté des équations algébriques. De même que le nombre 2 a potentiellement deux racines carrées données par l'équation $x^2 - 2 = 0$, à savoir $\sqrt{2}$ et $-\sqrt{2}$, il y a potentiellement deux manières de définir la fonction racine carrée. Seul le cas où $a = 0$ est spécial car l'équation $x^2 - 0 = 0$ admet une seule et unique solution sans ambiguïté, c'est $x = 0$. Or ce point singulier $a = 0$ joue un rôle crucial dans la théorie. En effet, en dehors de ce point, sur un disque ouvert qui ne contient pas zéro, on peut montrer que l'équation fonctionnelle $E : f(a)^2 = a$ admet exactement deux solutions continues. On parle des deux "déterminations" de la racine carrée complexe. On dit aussi par abus de langage que "la fonction f est multiforme", et tout le problème est alors d'uniformiser f , c'est-à-dire de choisir une seule détermination de f et de pouvoir la définir sur un domaine aussi grand que possible. En revanche, si l'on se place dans un domaine complexe qui contient zéro, on a un phénomène étrange mais fondamental, que l'on appelle la "monodromie" et qui peut être décrit comme suit. Si l'on choisit une détermination f_1 de la racine carrée sur un petit disque D_1 , voisinage ouvert d'un point M ne contenant pas zéro et que l'on fait tourner M et D_1 en n étapes autour de zéro, la détermination f_1 , au bout d'un tour, est devenue $f_2 = -f_1$ soit l'autre détermination.¹⁸ Par contre si l'on fait deux tours autour de l'origine, on retombera bien sur f_1 . et ainsi de suite. Autrement dit, le fait de tourner autour de l'origine induit des permutations dans le choix des solutions locales de l'équation E . C'est ce qu'on appelle la monodromie. Ainsi il n'est pas possible de définir de façon uniforme une racine carrée complexe sur un domaine ouvert dans lequel on pourrait faire un tour complet de l'origine.

Le héros de l'analyse complexe est Riemann, qui eut l'idée géniale en 1850, d'agencer ensemble - de recoller - des copies des petits disques ouverts D_1, D_2, \dots, D_n , - les différentes étapes de la rotation de D_1 - dans une surface non plus globalement plane, mais qui s'enroule sur elle-même au-dessus du plan complexe, de telle sorte qu'au-dessus de tout point M non nul du plan complexe, on trouve sur cette surface exactement deux points M_1 et M_2 , l'un au-dessus de l'autre, tous les deux exactement au-dessus de M . Chacun de ces deux étages correspondant à une détermination de la racine carrée. Cette surface de Riemann a une forme d'escalier en colimaçon. Ainsi, si l'on fait en bas dans le plan complexe, un tour complet autour de 0 en partant de M , le chemin correspondant en haut, part de M_1 et va jusqu'à M_2 en suivant l'escalier en colimaçon. On a simplement changé d'étage. La définition d'une bonne fonction racine carrée uniforme, qui n'était pas possible sur tout le plan complexe, le devient à condition de prendre sa variable sur cette surface de Riemann.

Cette théorie des surfaces de Riemann n'est habituellement pas considérée comme une théorie de Galois, ou du moins elle n'est pas nommée telle. Elle constitue néanmoins certainement, l'origine historique d'une deuxième théorie de Galois, celle des revêtements topologiques,¹⁹ qui peut être vue comme une théorie galoisienne générale de la monodromie. Son intérêt est aussi de permettre une articulation entre la théorie de Galois originelle des équations algébriques et la théorie de Galois des revêtements topologiques. Nous avons essayé

¹⁷ Si les nombres réels peuvent être représentés sur une droite, les nombres complexes, qui en sont une extension, peuvent être représentés sur un plan. Ils ont été inventés pour pouvoir considérer des racines carrées de nombres négatifs. Ainsi par exemple, $i = \sqrt{-1}$ est un nombre complexe.

¹⁸ Faire tourner D_1 , signifie que D_2 est obtenu par une rotation de D_1 autour de zéro de telle sorte que $D_1 \cap D_2 \neq \emptyset$. Ainsi, le choix de la détermination de f sur D_2 est imposé car sur $D_1 \cap D_2$, il doit correspondre à la restriction de f à $D_1 \cap D_2$.

¹⁹ Pour cette évolution historique de Riemann à Poincaré, voir Jeremy John Gray, *Linear differential equations and group theory from Riemann to Poincaré* (Boston: Birkäuser, 2000). Pour une analyse conceptuelle, on peut consulter aussi Pierre Cartier, *Théories de Galois géométriques* (Bures-sur-Yvette: IHES, 2008).

ici de passer "conceptuellement" de la théorie originelle de Galois à la théorie de la monodromie sur les surfaces de Riemann grâce à l'opérateur historique de "synthèse fonctionnelle", qu'il convient de distinguer de la généralisation - par abstraction ou induction. Dans le vocabulaire de Cavaillès, la généralisation porterait le nom de "paradigme", alors que la synthèse fonctionnelle serait nommée "thématisation". Nous y reviendrons. Il ne s'agit ici en effet pas tant d'assouplir les conditions sur les variables du problème pour en admettre d'autres et gagner en généralité, que de mettre ensemble dans un même objet - la fonction - tous les cas opératoires particuliers. La cohésion de cette synthèse étant assurée par des conditions de continuité ou de dérivabilité. Il y a une migration du domaine discret de l'algèbre vers le domaine continu de l'analyse. Mais au-delà de cette hétérogénéité, on a montré le partage du problème de l'ambiguïté face à une équation et aussi la présence commune d'un groupe de permutations des solutions ambiguës. Nous avons choisi de nommer les travaux originels de Galois et la "protothéorie" de l'ambiguïté-monodromie sur les surfaces de Riemann, des théories de Galois "heuristiques". Elles proposent en effet des solutions à des problèmes d'équations relativement concrets. Mais les outils qu'elles mettent en œuvre sont tellement nouveaux qu'ils ne sont pas encore assez déployés pour constituer une théorie formelle de l'ambiguïté suffisamment bien structurée. Il faudra pour cela attendre près d'un siècle.

Théories structurales de Galois : la catharsis des hypothèses.

Galois et ses contemporains travaillaient essentiellement à partir des nombres rationnels - ou des corps finis - sans que soit encore dégagée explicitement la notion de corps quelconque. En 1938, Artin propose la version de la théorie de Galois algébrique qui en est aujourd'hui encore la présentation classique, celle enseignée à l'université.²⁰ Elle se formule en termes d'extensions galoisiennes - c'est-à-dire satisfaisants certaines conditions techniques - de corps quelconques (par exemple $Q \rightarrow Q(\sqrt{2})$ dans notre exemple précédent) plutôt qu'en termes d'équations polynômiales. Ainsi on se donne sous certaines conditions, une extension (galoisienne) de corps $K \rightarrow L$, et l'on s'intéresse à tous les corps intermédiaires F (i.e. : $K \rightarrow F \rightarrow L$). Le corps F est pensé comme le corps de base variable à partir duquel on envisage la situation d'ambiguïté L . Plus F est grand, plus il a de ressources - épistémiques - pour briser l'ambiguïté et inversement, plus F est petit, moins il peut discerner les éléments ambigus et plus l'ambiguïté est grande. L'ambiguïté relative de L par rapport à F est désormais pensée en termes de localisation des points de L par des coordonnées. Elle est mesurée par le groupe de Galois $Gal(L/F)$ de l'extension $L/F = F \rightarrow L$, qui est maintenant défini comme le groupe des automorphismes - ou symétries - du corps L qui laissent fixes tous les éléments de F . En effet la théorie montre que L est un F -espace vectoriel de dimension m . On a donc un isomorphisme de F -espaces vectoriels entre L et F^m . Or pour tout m -uplet de nombres dans F , $(\alpha_1; \alpha_2; \dots; \alpha_m)$, la définition du point x de L de coordonnées $(\alpha_1; \alpha_2; \dots; \alpha_m)$, est ambiguë car on n'a pas spécifié la base de L dans laquelle s'expriment ces coordonnées - on n'a pas spécifié l'isomorphisme entre L et F^m .²¹ L'ambiguïté est donc une notion relative. L'ambiguïté maximale de la situation correspond au cas où F est le plus petit possible : $F = K$. Elle est mesurée par le groupe $G = Gal(L/K)$. L'ambiguïté minimale est mesurée par $Gal(L/L) = \{Id_L\}$, le groupe à un seul élément : l'identité de L , qui fixe tous les éléments de L . L'ambiguïté relativement à un corps intermédiaire F situé entre K et L est alors mesurée par le groupe $H = Gal(L/F)$ qui se révèle être un groupe intermédiaire entre $\{Id_L\}$ et G . D'ailleurs, le cardinal de ce groupe $H = Gal(L/F)$ est exactement la dimension m de L en tant que F -espace vectoriel. Le résultat principal de la théorie s'énonce alors comme une correspondance bijective parfaite entre l'ensemble ordonné des corps intermédiaires F entre K et L et l'ensemble ordonné des

²⁰ Voir par exemple Emil Artin, *Galois Theory* (New-York: Dover Publications, 1942).

²¹ $B = \{l_1; l_2; \dots; l_m\}$ est une F -base de L alors le point $x = \sum_{i=1}^m \alpha_i l_i$ a pour coordonnées $(\alpha_1; \alpha_2; \dots; \alpha_m)$ dans B . Mais pour tout automorphisme $s \in Gal(L/F)$, le point $x' = s(x) = \sum_{i=1}^m \alpha_i s(l_i)$ a également pour coordonnées $(\alpha_1; \alpha_2; \dots; \alpha_m)$ dans la nouvelle base $B' = \{s(l_1); s(l_2); \dots; s(l_m)\}$.

groupes intermédiaires H entre $\{Id_L\}$ et G . Cette correspondance associe à tout F , le groupe $H = Gal(L/F)$. Réciproquement, à un sous-groupe H de G , elle associe un corps F , intermédiaire entre K et L ; F est constitué par l'ensemble des points de L qui sont laissés fixes par tous les éléments de H . C'est la correspondance de Galois entre les sous-groupes H de G de symétries de L et les F , sous-corps de L , laissé invariant point par point. On a donc bien ici une dualité symétries / invariants.

Nous allons maintenant présenter la théorie de Galois des revêtements topologiques.²² Formellement, elle ressemble beaucoup à la théorie algébrique de Artin. Le résultat principal en est aussi une correspondance parfaite entre des objets intermédiaires F et leur groupe d'ambiguïté associé H . Les objets F considérés ne sont plus des structures algébriques - des corps - mais des espaces topologiques généraux et abstraits, qui généralisent les surfaces de Riemann. Comme dans la théorie algébrique, on ne parle plus que des objets topologiques F et non plus des équations éventuelles qui les engendreraient. La notion de revêtement dans la théorie topologique correspond à celle d'extension de corps dans la théorie algébrique. À l'époque des surfaces de Riemann au XIXème siècle, on parlait de "recouvrement". Mais aujourd'hui on dit qu'un espace topologique L - sous-entendu "gros" - est un revêtement d'un espace topologique K - sous-entendu "petit" - si l'on peut représenter L au-dessus de K au moyen d'une projection $p : L \rightarrow K$ vérifiant un certain nombre de bonnes propriétés. L'idée étant, qu'étant donné un point M de l'espace de base K , il y a plusieurs points M_1, M_2, \dots, M_n qui sont situés exactement au-dessus de M et qui s'envoient, par la projection p , exactement sur ce même point M . L'ensemble de ces points $\{M_1, M_2, \dots, M_n\}$ image réciproque de M par la projection p , constitue ce qu'on appelle la "fibre" du revêtement au-dessus de M . C'est ici qu'intervient la notion d'ambiguïté. Si l'on veut définir "le " point de L qui est exactement au-dessus du point M de K , on voit qu'il y a une ambiguïté, car plusieurs points conviennent. On est dans une situation analogue à celle d'une équation polynomiale qui admettrait plusieurs racines. L'ambiguïté du revêtement galoisien²³ $L/K = L \rightarrow K$ est encore mesuré par un groupe : le groupe $Gal(L/K)$ des homéomorphismes - bijections bicontinues - de l'espace L compatibles avec la projection p , c'est-à-dire qui laissent chaque fibre globalement invariante.²⁴ Maintenant à la place de K , on considère un espace topologique intermédiaire F variable entre K et L , au sens où la projection p de L sur K peut être décomposée comme passant par $F : L \rightarrow F \rightarrow K$. L étant un revêtement de F , on peut lui associer comme précédemment le groupe d'ambiguïté $H = Gal(L/F)$. Ici encore, H sera toujours un groupe intermédiaire entre les deux situations d'ambiguïté extrêmes. Autrement dit H sera un groupe intermédiaire entre $Gal(L/L) = \{Id_L\}$ et $G = Gal(L/K)$.

Nous proposons d'appeler ces deux théories de Galois, des théories structurales car elles mettent en scène explicitement des structures - algébriques et topologiques - au sens de Bourbaki, c'est-à-dire "des ensembles d'éléments dont la nature n'est pas spécifiée; pour définir une structure, on se donne une ou plusieurs relations, où interviennent ces éléments [...]; on postule ensuite que la ou les relations données satisfont à certaines conditions (qu'on énumère) et qui sont les axiomes de la structure envisagée".²⁵

²² Voir par exemple Tamas Szamuely, *Galois Groups and Fundamental Groups* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009) – (Cambridge Studies in Advanced Mathematics, vol. 117).

²³ Pour développer la théorie on a besoin d'hypothèses sur le revêtement : il doit être galoisien, c'est-à-dire connexe par arcs et tel que le groupe des automorphismes agit transitivement sur chaque fibre.

²⁴ Ce groupe est lié au groupe fondamental de Poincaré de l'espace K , qui est le groupe des lacets que l'on peut dessiner dans K et qui généralise les tours que l'on pouvait faire autour de l'origine dans le cas de la surface de Riemann associée à la racine carrée complexe.

²⁵ Nicolas Bourbaki, "L'Architecture des mathématiques," in *Les grands courants de la pensée mathématique*, ed. Le Lionnais F. (Paris: Hermann, [1948] 1997), 40-41.

Il y a alors deux mouvements historiques à considérer. D'une part celui que nous qualifierons d'horizontal et qui va du cas algébrique au cas topologique. Et d'autre part celui que nous qualifierons de vertical et qui va des théories heuristiques aux théories structurales. À propos du mouvement horizontal, nous avons déjà évoqué la notion de synthèse fonctionnelle au niveau des théories de Galois heuristiques. Pour le niveau plus formel des théories structurales, nous ne disposons pas, à ce niveau, d'un tel opérateur d'universalisation concrète, qui proposerait un objet topologique susceptible de représenter plusieurs cas algébriques.²⁶ En revanche nous avons pu noter une analogie formelle extrêmement forte entre les situations algébrique et topologique. Elles présentent des schémas structuraux - ceux des correspondances - très similaires. On peut alors illustrer le passage historique de la théorie structurale algébrique à la théorie structurale topologique comme un "transit" de l'idée d'ambiguïté. Cela suppose une révision de la notion d'objet qui donnerait le primat aux relations qu'il entretient avec les autres objets, plutôt qu'à sa nature interne constitutive. Nous proposons pour cela de nous référer à "l'ontologie transitoire" que propose le philosophe contemporain des mathématiques Zalamea, inspiré par les travaux du mathématicien Grothendieck; celui qui a justement pris au sérieux cette analogie formelle au point de formuler une théorie catégorique abstraite de Galois, comme on le verra dans notre troisième partie. "Dans la manière de faire de Grothendieck, en particulier, on peut observer d'abord, l'introduction d'un réseau d'incessants transferts, transcriptions, translations de concepts et d'objets entre des régions des mathématiques apparemment distantes, et deuxièmement, une recherche également incessante d'invariants, de proto-concepts et de proto-objets derrière le réseau des mouvements".²⁷ Selon Zalamea, un objet mathématique contemporain L n'a pas de statut fixe et unique. Il doit être envisagé dans différents contextes - par exemple pour nous, algébrique et topologique - et relativement à différents autres objets F - bases ou référentiels. Cette transférabilité horizontale des objets constituerait une sorte de théorie de la relativité de l'objet, consécutive d'un "tournant einsteinien"²⁸ des mathématiques contemporaines initié au milieu du XXème siècle par Grothendieck.

Ce transit relativiste horizontal contemporain - autour des années 1940-1950 - des théories structurales, doit être distingué du mouvement vertical ascendant qui relie le XIXème au XXème siècle et qui a de nombreuses caractéristiques de la catharsis bachelardienne. Ce deuxième mouvement vertical est beaucoup plus massif et fondamental en tant qu'il renferme toutes les étapes de la constitution progressive des concepts des structures algébriques modernes - groupe, anneau, corps, espace vectoriel - et d'espace topologique. Les travaux de Galois et de Riemann-Poincaré se révèlent *a posteriori* comme pouvant être intégrés comme des cas particuliers des théories de Galois structurales du XXème siècle, tout comme la théorie newtonienne de la gravitation se révèle être un cas particulier de la théorie relativiste - à condition de prendre un espace-temps plat et des vitesses négligeables devant la vitesse de la lumière. Ce mouvement ascendant en généralité et en abstraction peut être qualifié d'induction bachelardienne au sens de *La valeur inductive de la relativité*.²⁹ La mathématisation abstraite y joue le rôle d'un opérateur de progrès historique des autres sciences. Or il n'y a pas de sens à vouloir appliquer un tel opérateur aux mathématiques elles-mêmes qui sont évidemment déjà sous forme mathématisée. C'était l'un des problèmes d'une historicité de cette discipline, qu'on a évoqué en introduction à partir de la citation de Foucault. Cette question est en réalité résoluble si l'on ne considère pas l'opérateur de mathématisation, mais celui d'abstraction-généralisation, qui peut bien alors s'appliquer à des théories mathématiques particulières pour en donner d'autres, comme on l'a vu à propos des théories de Galois heuristiques. Il faut pour

²⁶ Au niveau catégorique, la notion de spectre étale, pourrait jouer un tel rôle, mais nous ne l'aborderons pas ici.

²⁷ Fernando Zalamea, *Synthetic philosophy of Contemporary Mathematics*, trad., ed. Z. L. Frazer (New-York: Urbanomic/Windsor Quarry and Sequence Press, 2012), 140-141.

²⁸ Fernando Zalamea, *Synthetic philosophy of Contemporary Mathematics*, 270.

²⁹ Gaston Bachelard, *La valeur inductive de la relativité* (Paris: Vrin, 1929).

cela quitter les domaines privilégiés de l'épistémologie historique - à savoir pour Bachelard les sciences physiques et chimiques, puis pour ses successeurs, les sciences biologiques et humaines - et rentrer dans la philosophie des mathématiques proprement dite.

Bachelard lui-même a proposé quelques études locales des mathématiques dont la plus célèbre est sans doute celle des géométries non-euclidiennes dans *Le nouvel esprit scientifique*.³⁰ Il est essentiel de bien comprendre le sens et la valeur de ce "non", qui se répète dans les formules de Bachelard, au point qu'il écrive en 1940 une *Philosophie du non*.³¹ Dans l'introduction du *Nouvel esprit scientifique*, il évoquait aussi "la mesure non-archimédienne, la mécanique non-newtonienne avec Einstein, la physique non-maxwellienne avec Bohr".³² Nous pouvons alors très bien appliquer ce non bachelardien aux théories de Galois heuristiques pour rendre raison de l'avènement des théories structurales. Les corps abstraits de Artin pourraient alors être qualifiés de non-galoisien et les revêtements quelconques de non-riemanniens au sens où les seconds généralisent les premiers.

Cette dynamique du "non" est-elle dialectique au sens de Hegel ? Bien qu'influencé par l'idée hégélienne d'une rationalité en mouvement, et malgré son usage répété du terme "dialectique", Bachelard se distingue de Hegel en refusant le caractère trop systématique et clos de sa logique. Par ailleurs, la négation bachelardienne, bien qu'elle donne un rôle clé à la polémique³³, respecte le principe logique de non-contradiction, en tant qu'elle procède de l'extérieur par extension : la géométrie non-euclidienne n'est pas pour Bachelard déductible de la géométrie euclidienne, elle vient la compléter. Au contraire chez Hegel, la négation est immanente. Chaque détermination de l'Idée hégélienne creuse en elle-même l'espace de sa propre contradiction, pour ensuite se relever dans une détermination supérieure. Il faut encore distinguer le non bachelardien de l'antithétique des couples dialectiques de notions philosophiques contraires proposée par Lautman comme par exemple avec les couples continu/discontinu et local/global. Selon Lautman, les mathématiques se développeraient en théories successives dans la perspective de bien formuler et résoudre des problèmes de nature philosophiques, liés à ces couples de contraires. Outre le cadre platonicien auquel Bachelard lui, refuse de se soumettre, il faut indiquer que l'épistémologie de Lautman n'est pas tant historique que générative. Son antithétique concerne les Idées problématiques qui induisent les théories mathématiques, mais non pas ces théories elles-mêmes, de sorte qu'elle rend davantage compte de la naissance des théories mathématiques, considérées chacune relativement à l'Idée-problème, que de leur succession.

En revanche, la référence à Cavallès semble plus proche de l'induction bachelardienne, *via* son opérateur de séparation par *paradigme*. Cavallès repère en effet dans l'histoire des mathématiques deux processus ou "gestes": celui de "paradigme" et celui de "thématisation".³⁴ Le premier, qui est à l'œuvre ici, consiste en une généralisation sur les objets. Ainsi, avec la théorie de Galois algébrique de Artin, on passe de quelques corps particuliers à n'importe quel corps, comme si l'on faisait de certaines constantes, des variables. Le second geste mathématique, la thématization est une généralisation qui porte sur les actes. Elle consiste à prendre les actes, les transformations, les transferts, pour des objets d'étude en tant que tels. Elle est aussi à l'œuvre dans la genèse des théories de Galois en tant que le statut des permutations des solutions d'une équation - polynômiale ou fonctionnelle - évoluent. D'abord

³⁰ Gaston Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique* (Paris: PUF, [1934] 1968).

³¹ Gaston Bachelard, *La philosophie du non: essai d'une philosophie du nouvel esprit scientifique* (Paris: PUF, 1940).

³² Gaston Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique*, 7.

³³ Ainsi écrit-il : "Comme le dit Nietzsche: tout ce qui est décisif ne naît que malgré" - Gaston Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique*, 6-7. Et encore "Toute connaissance, au moment de sa constitution est une connaissance polémique; elle doit d'abord détruire pour faire place à ses constructions" - Gaston Bachelard, *La dialectique de la durée* (Paris: Boivin, 1936), 14, cité par Dominique Lecourt dans Dominique Lecourt, *L'épistémologie historique de Gaston Bachelard* (Paris: Vrin, 2002), 85.

³⁴ Voir par exemple Jean Cavallès, *Sur la logique et la théorie de la science*, 27-30.

envisagées comme simple outil de résolution ou isolément, sans réel souci du tout algébrique qu'elles constituent, elles sont peu à peu abordées dans une structure - celle de groupe - qui les totalise et exprime la loi de leurs compositions.³⁵ Les groupes de permutations des solutions ou ensuite les groupes des automorphismes des structures algébriques ou topologiques, ont alors joué un rôle crucial pour formuler ces théories de l'ambiguïté relative.

Théories catégoriques de Galois : la catharsis des méthodes.

Les mathématiques du XXème siècle ont connu un bouleversement épistémologique certainement aussi important que l'avènement de la théorie des ensembles au début de ce siècle, mais malheureusement encore trop peu étudié par l'épistémologie relativement à la logique. Il s'agit de la théorie des catégories. Alors qu'un ensemble est une collection d'éléments qui sont eux-mêmes des ensembles, une catégorie est la donnée d'une collection d'objets, et d'une collection de flèches entre ces objets. Souvent en pratique, les objets d'une catégorie sont des structures mathématiques comme par exemple des groupes ou des espaces topologiques et les flèches sont des morphismes entre elles. La notion de flèches - ou morphismes - est centrale dans la théorie des catégories. Alors que la théorie des ensembles décrit les objets par leur constitution interne, la théorie des catégories les décrits plutôt par les relations qu'ils entretiennent avec d'autres objets.³⁶ La collection de toutes les catégories constitue elle-même une catégorie si l'on considère comme flèches les foncteurs.³⁷ Un foncteur d'une catégorie C vers une catégorie D est une procédure qui à tout objet de C associe un objet de D , et à toute flèche de C associe une flèche de D en respectant la compatibilité des sources et buts. Cette théorie est particulièrement adaptée pour penser les transferts ou traductions d'un domaine des mathématiques à un autre. Elle a inspiré au philosophe Zalamea sa notion "d'ontologie transitoire".³⁸ On peut dire qu'elle prend au sérieux cette notion de transfert si importante dans la pratique mathématique contemporaine et la thématise comme telle. Comme le signale le philosophe Mèlès, la théorie des catégories constitue à la fois une illustration et une formalisation des concepts dynamiques de paradigme et de thématisation de Cavailles.³⁹ Les "flèches" des catégories sont un parfait exemple de thématisation, d'autant que de nombreuses catégories ont pour objets des flèches d'une autre catégorie, comme ce sera le cas dans la théorie de Galois catégorique proposée par Janelidze à la fin des années 1980.

Ainsi avec ce formalisme, les deux correspondances de Galois qu'on a évoquées peuvent être reformulées comme des foncteurs bijectifs entre catégories. Dans la théorie algébrique, le foncteur bijectif part de la catégorie des corps intermédiaires, entre deux corps donnés K et L - formant une extension galoisienne -, avec pour flèches, les inclusions - inversées - d'un corps dans un autre. Ce foncteur arrive dans la catégorie des groupes intermédiaires situés entre $G = Gal(L/K)$ et $\{Id_L\}$, dont les flèches sont les inclusions entre groupes. Dans la théorie de Galois des revêtements topologiques, il faut remplacer les corps par des espaces topologiques. Les flèches sont alors les projections d'un espace sur un autre. Or on voit maintenant que l'on pourrait envisager comme catégorie initiale une tout autre

³⁵ Si l'on effectue d'abord une permutation r puis une seconde s , tout se passe comme si l'on avait effectué une seule permutation t qui est définie comme la composée de r et s , de la même manière que l'addition de deux nombres donne encore un nombre. Et aussi, l'inverse d'une permutation est encore une permutation.

³⁶ On pourrait dire d'après la terminologie bachelardienne de Gaston Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique* (Paris: Vrin, 1938) que la théorie des catégories surmonte en un sens, "l'obstacle substantialiste" de la théorie des ensembles.

³⁷ Comme pour les ensembles d'ensembles, il faut prendre des précautions dans ce genre de constructions; des précautions en termes de cardinalité.

³⁸ Il s'inspire également de Merleau-Ponty et Badiou.

³⁹ Baptiste Mèlès, "Pratique mathématique et lecture de Hegel, de Jean Cavailles à William Lawvere," *Philosophia Scientiae*, 16-1, (2012), 153-182.

catégorie, non nécessairement algébrique et non nécessairement topologique dont on voudrait évaluer l'ambiguïté relative dans une catégorie de groupes d'ambiguïté. C'est justement ce que fait Grothendieck qui s'est demandé en 1960-1961 quelles conditions devaient satisfaire une catégorie initiale C , pour pouvoir formuler une théorie de Galois à son sujet. Il a alors proposé "les conditions axiomatiques d'une théorie de Galois" qui feraient de la catégorie C une catégorie galoisienne.⁴⁰ Modulo quelques reformulations structurelles techniques, les catégories des corps et des espaces topologiques intermédiaires permettent de constituer naturellement des cas particuliers de catégories galoisiennes. On a ici un processus de paradigme - ou d'induction - du second ordre, qui unifie les théories de Galois structurales algébriques et topologiques en une seule, celle des catégories galoisiennes.

On remarque que si la catégorie galoisienne C peut varier, la seconde catégorie, le but du foncteur, celle où l'on mesure l'ambiguïté - ou de façon duale la discernabilité - de la première reste à peu près la même. Initialement, c'était toujours une catégorie de groupes. Grothendieck dans sa reformulation, la remplace par une catégorie qui sera toujours une catégorie de G -ensembles, c'est-à-dire d'ensembles munis d'une action d'un groupe G , le groupe de Galois associé à C . Une étape d'abstraction est encore franchie par Janelidze, qui propose une théorie de Galois catégorique encore plus générale où la catégorie des G -ensembles de Grothendieck est remplacée par une catégorie plus quelconque D .⁴¹ Par ailleurs, il faut signaler que le théorème général de Janelidze internalise en son sein une sorte de thématization. En effet les hypothèses en sont la donnée de deux catégories quelconques C et D reliées par deux foncteurs F et F' adjoints - allant en sens inverse. Le foncteur F permet de représenter la catégorie C dans la catégorie D et inversement pour F' . Dans C on dispose aussi de deux objets L et K reliés par une flèche p qui va de L vers K . Par analogie avec les théories précédentes, mais de façon plus allusive, on dira que K constitue une situation d'ambiguïté ou d'indétermination maximale, alors que lorsqu'on remonte jusqu'à L , elle devient minimale. On propose en effet d'interpréter la catégorie C comme celles de situations épistémiques et la catégorie D comme celle des objets correspondants qu'elles sont capables de discerner. Or initialement en général, les représentations F et F' entre C et D ne sont pas suffisamment fidèles, c'est-à-dire en un sens, pas suffisamment bijectives. Il faut travailler sur ces catégories pour obtenir comme résultat du théorème, une "équivalence de catégories"⁴² parfaite entre deux nouvelles catégories, C' et D' . Pour construire C' , on commence par une thématization formelle : remplacer la catégorie C par la catégorie C/K des flèches de C qui pointent vers K .⁴³ De même la catégorie D' sera quelque chose comme une catégorie de flèches de D qui pointent vers $F(K)$, munies d'une sorte d'action d'un "groupoïde" de Galois de la situation.⁴⁴ Ce théorème très général comprend comme cas particuliers le théorème catégorique de Grothendieck et les deux théories structurales des corps et des revêtements, mais aussi de nouveaux exemples assez inattendus.

⁴⁰ Voir Alexandre Grothendieck, *Séminaire de Géométrie Algébrique du Bois Marie - 1960-61. Revêtements étales et groupe fondamental, SGA1* (Berlin, New-York, Lecture Notes in Math. 224, Springer-Verlag, 1971), exposé V.

⁴¹ Voir Francis Borceux and George Janelidze, *Galois theories*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 116. Voir aussi Jean-Jacques Szczeciniarz, "The Mysterious Strength of the Galois Theory," in *In the Steps of Galois, Proceedings of the Evarest Galois Bicentenary Meeting*, ed. Bertato, F. M., Cifuentes J. C., Szczeciniarz, J.-J. (Paris: Hermann, 2014), 53-102.

⁴² La notion d'équivalence de catégories entre deux catégories généralise la notion de correspondance bijective entre deux ensembles.

⁴³ Par exemple, si C est la catégorie des anneaux commutatifs et K un corps, la catégorie C/K peut être vue comme la catégorie des K -algèbres.

⁴⁴ En fait il s'agit d'un groupoïde interne. On a ici une double généralisation de la notion de groupe. D'une part en tant que la notion de groupoïde généralise celle de groupe. D'autre part en tant qu'elle est internalisée.

Conclusion.

On a vu en quoi l'on pouvait proposer une historicité philosophique de certaines théories de Galois. Elle est conceptuelle en cela qu'on l'a formulée dans une logique du concept - non strictement hégélienne - conçue essentiellement *a posteriori* à partir des objets et résultats des théories et sans avoir exploré en profondeur les contextes psycho-sociologiques - ni même mathématiques -, qui les sous-tendent. Le but étant de repérer les grands opérateurs historiques à l'œuvre dans la conception de cette histoire, on a mis en évidence le paradigme et la thématization de Cavailles - selon plusieurs occurrences -, et aussi un transit de l'algèbre vers la topologie.

On peut alors légitimement poser la question de l'unité des théories de Galois, au-delà de la simple nomination. Qu'est-ce qui réunit les différentes théories de Galois qu'on a exposées à part leur nom. *A posteriori* l'unité apparaît évidemment dans la liaison par les opérateurs historiques, mais on peut aussi la qualifier *a priori* à partir de la théorie platonicienne des idées dialectiques problématiques formulée par Lautman au sujet des mathématiques. En prolongeant celle-ci, on pourrait dire que les théories de Galois sont des tentatives successives de formaliser et résoudre un même problème philosophique de la connaissance, celui de l'articulation conceptuelle entre le sujet et l'objet - c'est ce que nous interprétons à partir des dualités galosiennes, correspondances ou équivalences de catégories - ; et aussi celui du couple dialectique parfait/imparfait - en ce qui concerne la discernabilité des objets par les sujets, soit celui de réduire l'ambiguïté ou du moins de mieux la comprendre, dans la perspective de ce que Lautman nomme une *montée vers l'absolu*.⁴⁵ En ce sens, la vérité mathématique ne doit pas être conçue comme une exactitude positive axiomatico-déductive, comme le suggérait la citation de Foucault, mais comme un progrès dialectique au regard du problème philosophique qui la guide.

⁴⁵ Albert Lautman, "Essai sur les notions de structure et d'existence en mathématiques".



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Apresentação

“A obra do filósofo e médico Georges Canguilhem experimenta atualmente um extraordinário revival, que se produz tanto em escala nacional francesa quanto internacional, e com um alcance interdisciplinar, envolvendo as mais diferentes áreas. Essa ascensão do interesse pela obra de Canguilhem teve início antes de seu falecimento, e continua se manifestando através da multiplicação de colóquios sobre seu pensamento, publicações em forma de livros e revistas, traduções de seus escritos para diversos idiomas, além da organização de centros de investigação e de documentação que levam o seu nome.”¹

Essa avaliação feita por Francisco Vázquez García tem se provado verdadeira também para o Brasil. O interesse renovado pelos textos de Georges Canguilhem (1904 – 1995), motivado pela descoberta de escritos inéditos e pela publicação das suas obras completas na França, também é verificado entre os pesquisadores brasileiros, fato que medimos pelo aumento de pesquisas de pós-graduação, livros, artigos e eventos dedicados ao seu pensamento². É verdade que, graças a autores como Sérgio Arouca, Cecília Donnangelo e Ricardo Bruno Mendes Gonçalves, *O normal e o patológico* conhece uma prestigiosa reputação no Brasil desde os anos 70. Mas foi apenas nos últimos anos que vimos serem traduzidos os livros *O conhecimento da vida* e *Estudos de história e de filosofia das ciências concernentes aos vivos e à vida*, que apresentaram a um público mais amplo no Brasil as contribuições inovadoras de Canguilhem para a teoria e a prática da história do pensamento médico e biológico.

Pacifista engajado na juventude, a vida adulta fez de Canguilhem um combatente: membro do Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas, Médico Tenente e Chefe do Estado-Maior político da Resistência Francesa durante a ocupação nazista. Combateu, também, pela história das ciências. Em 1983, recebeu a “Medalha George Sarton”, a mais prestigiosa honraria da área de história das ciências, concedida pela *History of Science Society* em reconhecimento “a uma vida de conquistas acadêmicas”. Essas conquistas estão concentradas no período entre 1955 e 1971, quando lecionou história e filosofia das ciências na Sorbonne, dirigiu o *Institut d'histoire des sciences et des techniques* e publicou seus textos mais conhecidos. Mas a abertura dos arquivos pessoais e de trabalho de Canguilhem, preservados no *Centre d'Archives en Philosophie, Histoire et Édition des Sciences* (CAPHÉS), revelou aos pesquisadores novos aspectos do seu pensamento e do seu diálogo com os historiadores.

Fomos apresentados ao “Canguilhem *avant* Canguilhem”, expressão de Jean-François Braunstein, já de uso corrente entre os comentadores que se dedicam aos textos produzidos entre 1926 e 1939, a partir dos quais é possível detectar o interesse precoce de Canguilhem pelos trabalhos dos historiadores de ofício. O rastreamento das leituras de Canguilhem nesse período e, principalmente, da utilização dos textos de historiadores em seus cursos de filosofia já na década de 30, permitiu que entendêssemos melhor a importância dos fundadores da

1 Francisco Vázquez García. “Redescubriendo a un filósofo híbrido: Georges Canguilhem”. In: *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*. 66 (2), julho-dezembro 2014.

2 O próprio Grupo de Pesquisa em História Intelectual organizou, em setembro de 2015, o colóquio “Canguilhem, a história e os historiadores” e, em abril de 2016, a mesa-redonda “Os objetos da história das ciências”, também dedicada ao pensamento de Canguilhem. Esses eventos contaram com o apoio do Departamento de História, do Laboratório de Teoria da História e Historiografia (LabTeo) e do Centro Interunidade de História da Ciência da USP.

revista dos *Annales*, dos historiadores agrupados em torno do *Centre de Synthèse* e dos historiadores das ideias para o desenvolvimento de uma técnica original de investigação histórica das ciências da vida e da medicina que começa a ser posta em prática já no *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, tese de doutorado em medicina publicada em 1943.

A compreensão renovada da problemática histórica na obra de Canguilhem também permitiu uma reavaliação dos seus débitos com a epistemologia de Gaston Bachelard, e, aparente paradoxo, fez crescer o interesse pela epistemologia histórica, hoje entendida cada vez menos como uma filosofia nacional francesa, e mais como um processo de historicização da epistemologia que repercutiu em diferentes pontos da Europa. Daí ser possível identificar, por meio de uma história intelectual comparada, um “ar de família” entre Canguilhem e o polonês Ludwik Fleck. Leituras menos preocupadas em enquadrar Canguilhem nos limites de uma suposta “escola francesa” passaram a destacar a importância de temas como a circulação das ideias, as continuidades e descontinuidades entre conceitos e mitos ou as relações entre ciência e ideologia para a concretização do seu projeto de historicização das ciências.

Pouco mais de vinte anos após a morte de Canguilhem, sua ausência é profundamente sentida por todos aqueles que ele ajudou a formar, direta ou indiretamente, através das suas lições ou dos seus livros. Não causa espanto que, diante dos problemas atualmente postos ao conhecimento da vida e da saúde, ao pensamento e à prática médica, à teoria e à prática da história das ciências da vida e da medicina, os pesquisadores continuem retornando à obra de Canguilhem em busca de respostas ou de pistas até elas. Os textos apresentados nesse dossiê são manifestações de reconhecimento da vitalidade de um pensamento que, mesmo interrompido há décadas, segue se provando original.

Tiago Santos Almeida

Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo
Grupo de Pesquisa em História Intelectual (Departamento de História - USP)
EXeCO – *Expérience et connaissance* (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne)

Comitê organizador:

Tiago Santos Almeida (USP)

Marcos Camolezi (USP / Université Paris 1)

Iván Moya-Diez (Université Paris 1)

Matteo Vagelli (Université Paris 1)



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Senderos Encontrados:
Canguilhem y la escuela de los Annales¹

Francisco Vázquez García

Profesor de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cádiz
Cádiz - España

francisco.vazquez@uca.es

Recebido em 05/02/2016. Aprovado em 20/04/2016.

Como citar este artigo: García, Francisco Vázquez. "Senderos Encontrados: Canguilhem y la escuela de los Annales". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 36-50. 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.110860> Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumen: En este artículo se analiza la recepción de la escuela de los Annales en la obra de Georges Canguilhem. Habitualmente se suele destacar el paralelismo y, al mismo tiempo, el desconocimiento recíproco entre los historiadores del grupo de los Annales y los representantes de la epistemología histórica francesa (Cavaillès, Koyré, Bachelard, Canguilhem). Este último, sin embargo, constituye una excepción, pues conocía muy bien la obra de lo que denominaba "equipo de Estrasburgo" (Febvre, Bloch, Halbwachs). Utilizando abundantes fuentes inéditas, se trata de mostrar que este encuentro marcó decisivamente el estilo de epistemología histórica practicado por Canguilhem.

Palabras clave: Canguilhem, escuela de los Annales, historiografía, epistemología histórica.

Caminhos descobertos: Canguilhem e a escola dos Annales

Resumo: Neste artigo analisamos a recepção da escola dos Annales na obra de Georges Canguilhem. Habitualmente, tende-se a destacar o paralelismo e, ao mesmo tempo, o desconhecimento recíproco entre os historiadores do grupo dos Annales e os representantes da epistemologia histórica francesa (Cavaillès, Koyré, Bachelard, Canguilhem). Este último, no entanto, constitui uma exceção, pois conhecia muito bem a obra do que denominava "equipe de Estrasburgo" (Febvre, Bloch, Halbwachs). Utilizando abundantes fontes inéditas, tentamos mostrar que esse encontro marcou decisivamente o estilo de epistemologia histórica praticado por Canguilhem.

Palavras-chave: Canguilhem, escola dos Annales, historiografia, epistemologia histórica.

¹ Este trabajo se ha realizado en el marco del grupo de investigación "El problema de la alteridad en el mundo actual" (HUM-536), de la Universidad de Cádiz.

Paths discovered: Canguilhem and the Annales school

Abstract: In this paper we analyze the reception of the Annales school in the work of Georges Canguilhem. Usually scholars tend to emphasize the parallel and at the same time, the mutual ignorance among historians of the Annales group and representatives of the French historical epistemology (Cavaillès, Koyré, Bachelard, Canguilhem). The latter, however, is an exception, because he was very familiar with the work of what he called "team of Strasbourg" (Febvre, Bloch, Halbwachs). Using abundant unpublished sources, we try to prove that this meeting decisively affected the historical epistemology practiced by Canguilhem.

Keywords: Canguilhem, Annales school, historiography, historical epistemology.

Introducción. Un encuentro fracasado: escuela de los Annales y epistemología histórica francesa

A finales de la década de 1960, Michel Foucault aludió al "entrecruzamiento"² de la historia social al estilo de los Annales,³ con la epistemología histórica francesa. Calificó este acontecimiento como una "mutación epistemológica de la historia"⁴ y situó su propio proyecto arqueológico como una prolongación de este suceso en el ámbito de la historia intelectual. Desde entonces los comentaristas no han dejado de resaltar el estrecho paralelismo y las convergencias entre ambas orientaciones.

Se han subrayado, por ejemplo, las concordancias existentes entre las concepciones de la ciencia exhibidas por Marc Bloch y Georges Canguilhem;⁵ el parentesco entre el discontinuismo histórico y la crítica del "precursor" en este último y motivos similares en la obra de Lucien Febvre.⁶ Se han enfatizado las coincidencias epistemológicas entre Bachelard y

²M. Foucault, *L'archéologie du savoir* (Paris: Gallimard, 1969), 13.

³*Ibid.*, 21. Aunque en *L'archéologie du savoir* Foucault no utiliza la denominación de "Annales" ni menciona nombres propios de historiadores asociados a este grupo, en otros textos anteriores sí lleva a cabo esta identificación: Michel Foucault, "Sur les façons d'écrire l'histoire" (1967), en *Dits et Écrits*, tome I (Paris: Gallimard, 1994), 585-600, 585; Michel Foucault, "Qui êtes-vous, professeur Foucault?" (1967), en *Dits et Écrits*, tome I, 601-620, 606-607; Michel Foucault, "Foucault répond à Sartre" (1968), en *Dits et Écrits*, tome I, 662-668, 667, y posteriores: Michel Foucault, "Michel Foucault explique son dernier livre" (1969), en *Dits et Écrits*, tome I, 771-779, 773; Michel Foucault, "La naissance d'un monde" (1969), en *Dits et Écrits*, tome I, 786-789, 787; Michel Foucault, "Revenir à l'histoire" (1972), en *Dits et Écrits*, tome II (Paris: Gallimard, 1994), 268-281, 276-77; Michel Foucault, "L'oeil du pouvoir" (1977), en *Dits et Écrits*, tome III (Paris: Gallimard, 1994), 190-207, 193 y Michel Foucault, "La scène de la philosophie" (1978), en *Dits et Écrits*, tome III, 571-595, 580. Louis Althusser y Étienne Balibar, *Para leer el capital* (México: Siglo XXI, 1974), 50-52, en la misma época que Foucault advertían en los epistemólogos de tradición francesa (Cavaillès, Bachelard, Koyré, Canguilhem y el propio Foucault) una revolución historiográfica que venía a cuestionar la concepción hegeliana e historicista de la historia. En el caso de los historiadores de Annales (Febvre, Labrousse, Braudel), el cambio sería mucho más limitado y menos decisivo. Describen la multiplicidad de tiempos históricos (frente a la noción homogénea y lineal del tiempo propia del historicismo), pero son incapaces de formular su concepto rompiendo realmente con la imagen común del tiempo como una sucesión continua, *Ibid.*, 106-107.

⁴ M. Foucault, *L'archéologie*, 21. Esta "mutación" se remontaría a Marx, pero habría tardado bastante tiempo en dejar sentir sus efectos.

⁵ P. Ricoeur, *Histoire et vérité* (Paris: Seuil, 1972), 26-27.

⁶ D. Mann, *Lucien Febvre. La pensée vivante d'un historien* (Paris: Armand Colin, 1973), 138-139; F. Dosse, *La historia en migajas. De los "Annales" a la "nueva historia"* (Valencia: Edicions Alfonso El Magnánim, 1988), 53-54.

este historiador,⁷ y entre el rechazo del anacronismo y de la búsqueda de precursores en las historiografías de Koyré y del propio Febvre.⁸ Se ha visto en la obra de François Jacob, *La logique du vivant* (1970), una clara confluencia entre la historia social del cuerpo, al estilo de los Annales, y la historia de las ciencias biológicas, al estilo de Canguilhem.⁹ Un artículo publicado en la revista *Annales ESC* (1973), identificaba en los trabajos de la epistemología histórica francesa, la mejor teorización posible del saber histórico en curso.¹⁰ Sobre este trasfondo, hace casi treinta años, intenté por mi parte trazar el cuadro general de las convergencias, divergencias e isomorfismos, entre la historia social de los Annales y la tradición de la historia epistemológica de las ciencias.¹¹

Sin embargo, al mismo tiempo que se subrayaba la proximidad y el paralelismo entre ambos estilos historiográficos, se insistía en el desconocimiento y en los reproches mutuos. En este punto hay que referirse a dos acontecimientos significativos. El primero lo constituyó la publicación, en 1975, de un número monográfico de *Annales ESC*, dedicado al asunto de la Historia de las Ciencias. En la presentación, redactada por Jacques Revel (1975: 933),¹² se mencionaba la “ignorancia compartida” de historiadores generales e historiadores de las ciencias, acerca de lo que hacía cada uno. Se lamentaba el desconocimiento, por parte de los historiadores de los Annales, de una “tradición epistemológica original” francesa. Se insistía también en el confinamiento de los historiadores de las ciencias dentro del puro análisis interno del discurso, mostrándose poco interesados por las condiciones sociales de la actividad científica. No puede decirse, sin embargo, que la presencia de la epistemología histórica francesa fuera muy nutrida dentro del mencionado monográfico. Salvo un artículo de Claire Salomon-Bayet (1975),¹³ discípula de Canguilhem, y otro de Michel Serres,¹⁴ sobre historia de la cosmología, además de la reseña de un libro de Koyré (Barret-Kriegel 1975),¹⁵ el resto quedaba fuera de esta tradición gala. En cambio, figuraban algunos de los más ilustres representantes de la herencia anglosajona, como Thomas S. Kuhn y Joseph Needham.

El otro suceso relevante en este recordatorio del desconocimiento recíproco entre historiadores de Annales y epistemólogos, tuvo lugar a comienzos de la década de los ochenta, en una *Journée* dedicada a explorar la relación entre “Histoire des sciences et des mentalités”. Las intervenciones de ese coloquio fueron publicadas en 1983 en la *Revue de Synthèse*. Por el lado de Annales participaron historiadores tan reconocidos como Jacques Le Goff y Roger Chartier; en el caso de los epistemólogos de tradición francesa, el representante principal en el debate fue Yvette Conry, discípula de Georges Canguilhem y estudiosa de la historia del lamarckismo y el darwinismo en Francia. Los dos primeros subrayaron la “ignorancia mutua”,¹⁶ pero Chartier,¹⁷ insistió sobre todo en el beneficio que habría supuesto para los

⁷ G. Massicotte, *L'histoire problème. La méthode de Lucien Febvre* (Paris/ Montréal: Edisem Maloine, 1981), 27-32.

⁸ Pietro Redondi, “Science moderne et histoire des mentalités. La rencontre de Lucien Febvre, Robert Lenoble et Alexandre Koyré,” *Revue de Synthèse*, [vol.] 111-12, (1983): 339-340 (309-332).

⁹ Jacques Le Goff, “L'histoire nouvelle,” en *La nouvelle histoire*, dir. Jacques Le Goff, Roger Chartier et Jacques Revel (Paris: CEPL, 1978), 210-241, 232-233.

¹⁰ Blandine Barret-Kriegel, “Histoire et politique ou l'histoire, science des effets,” *Annales ESC*, [vol.] 28, 5, (1973): 1439-40 (1437-1462).

¹¹ F. Vázquez García, *El análisis arqueológico-genealógico de Michel Foucault en el panorama de la historiografía francesa contemporánea. La revolución foucaultiana del saber histórico* (Cádiz, Universidad de Cádiz, tesis doctoral inédita: 1987), 158-189.
https://www.academia.edu/5650454/El_An%C3%A1lisis_arqueol%C3%B3gico-geneal%C3%B3gico_de_Michel_Foucault_en_el_panorama_de_la_historiograf%C3%ADa_francesa_contempor%C3%A1nea._La_revoluci%C3%B3n_foucaultiana_del_saber_hist%C3%B3rico_tesis_doctoral_completa_1987 [consultado el 8 de julio de 2015].

¹² Jacques Revel, “Présentation,” *Annales ESC*, [vol.] 30, 5 (1975): 933 (933-934).

¹³ Claire Salomon-Bayet, “L'institution de la science: un exemple du XVIIIe siècle,” *Annales ESC*, [vol.] 30, 5 (1975): (1028-1044).

¹⁴ Michel Serres, “Le retour éternel,” *Annales ESC*, [vol.] 30, 5 (1975): (999-1006).

¹⁵ Blandine Barret-Kriegel, “Koyré, A.: Études d'histoire de la pensée scientifique,” *Annales ESC*, [vol.] 30, 5 (1975): 1939-40 (1124-1127).

¹⁶ Jacques Le Goff, “Histoire des sciences et histoire des mentalités,” *Revue de Synthèse*, [vol.] 111-12 (1983): 497 (407-416).

¹⁷ El texto de Roger Chartier, “Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires et questions,” *Revue de Synthèse*, [vol.] 111-12, 295-96 (277-308) es la versión francesa de un capítulo de libro publicado originalmente en inglés en 1982.

historiadores de las mentalidades conocer los hallazgos de la epistemología histórica. Conry¹⁸ por su parte se refirió a la “ceguera patente” de los miembros del grupo de Annales.

Sería injusto, no obstante, dirigir sólo las acusaciones hacia los integrantes de la escuela de los Annales. Hoy sabemos bien que los historiadores de las ciencias tampoco fueron muy receptivos con las aportaciones de la historia social. Alexandre Koyré, por ejemplo, filósofo de formación, explicaba las revoluciones científicas –en el terreno de la astronomía o de la mecánica, privilegiando el cambio puramente interno, teórico; esto es, enfatizando la transformación de los supuestos ontológicos y minusvalorando los factores técnicos y las condiciones sociales.¹⁹ Bachelard, por su parte, cuyas obras principales vieron la luz entre las décadas de 1930 y 1950, seguía manteniendo en esa época una visión decimonónica de la “historia general”, más próxima a la “historia episódica” que a la “historia problema” de Febvre y Bloch. A su entender, la historia –“historia de los imperios y de los pueblos”²⁰– pertenecía al campo de la “cultura literaria”,²¹ de “estructura pobre”,²² y no tenía por ello sentido que pretendiera adquirir un estatuto científico.

¿Por qué esta convergencia y a la vez esta falta de reconocimiento recíproco entre la historia social de los Annales y la epistemología histórica francesa? Para encontrar una respuesta a esta cuestión ha sido necesario aguardar hasta la publicación de dos importantes trabajos. En primer lugar la tesis doctoral de Enrico Castelli Gattinara (elaborada entre 1985 y 1992),²³ editada en 1998. En segundo lugar, la aparición, diez años más tarde, del libro de Christina Chimisso.²⁴ El primero da cuenta de las raíces intelectuales y en parte institucionales de la convergencia y el desconocimiento recíproco entre las dos corrientes. El segundo, situado en el campo de la sociología de la filosofía, aclara decisivamente la dimensión institucional, pero además señala las condiciones sociales y las connotaciones políticas de un proceso que involucró a dominios disciplinares muy diversos (historia, sociología, filosofía, historia de las ciencias). Ambos, sin embargo no tienen en cuenta la excepción que representa Georges Canguilhem respecto a esa falta de comunicación entre las dos tradiciones.

La excepción Canguilhem y su diálogo con el grupo de los Annales

¿Por qué se ha ignorado hasta la fecha el diálogo entablado por Canguilhem con los historiadores de los Annales? Ha habido que esperar, en efecto, al redescubrimiento de la obra del filósofo francés desde finales de los años 90,²⁵ para empezar a entrever esta relación. Los estudiosos se dieron cuenta de que la obra de Canguilhem no sólo no comenzaba con la publicación de su tesis doctoral, el *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique* (1943), sino que se remontaba a veinte años antes, con la publicación de decenas de artículos y varios libros que habían pasado desapercibidos para la crítica posterior.²⁶ La edición de este material en el primer volumen de las *Oeuvres Complètes* (2011)²⁷ y la apertura, en esa misma

¹⁸ Yvette Conry, “Combat pour l’histoire des sciences: lettre ouverte aux historiens des mentalités,” *Revue de Synthèse*, [vol.] 111-12, 365 (363-406).

¹⁹ Pietro Redondi, “Science moderne,” 328.

²⁰ G. Bachelard, *La actividad racionalista de la física contemporánea* (Buenos Aires: Siglo Veinte, 1975), 33.

²¹ G. Bachelard, *La philosophie du non* (Paris: PUF, 1983), 132.

²² G. Bachelard, *La actividad*, 15.

²³ E. Castelli Gattinara, *Les inquiétudes de la raison. Épistémologie et histoire en France dans l’entre-deux-guerres* (Paris: Vrin, EHESS, 1998).

²⁴ C. Chimisso, *Writing the history of the mind. Philosophy and science in France, 1900 to 1960s* (Aldershot: Ashgate Pub., 2008).

²⁵ Francisco Vázquez García, “Redescubriendo a un filósofo híbrido: Georges Canguilhem,” *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, [vol] 66, 2 (2014): 65, <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2014.29> [consultado el 9 de julio de 2015].

²⁶ Para esto fue crucial la exhaustiva compilación bibliográfica (“Critical Bibliography”) realizada por el discípulo de Canguilhem, Camille Limoges en François Delaporte, *A vital rationalist. Selected writings from Georges Canguilhem* (New York: Zone Books 1994), 385-481.

²⁷ El plan de las *Oeuvres Complètes* abarca cinco tomos y recoge toda la obra publicada por el filósofo. Hasta la fecha han visto la luz dos volúmenes: G. Canguilhem, *Écrits philosophiques et politiques 1926-1939*.

época, de los Fonds Canguilhem en el CAPHÈS (École Normale Supérieure),²⁸ albergando una cantidad considerable de cursos, conferencias y documentación inédita, ha trastocado por completo la imagen de este pensador. Se ha hablado por ello de un “Canguilhem perdido”²⁹ y de un “Canguilhem antes de Canguilhem”.³⁰ Este aparece como un filósofo sustantivo, donde priman las cuestiones de orden ético y político sobre los asuntos de epistemología e historia de las ciencias, a los que Canguilhem habría accedido en una fase tardía de su carrera.³¹

Un examen comprensivo de esas nuevas fuentes inadvertidas o sólo recientemente accesibles, hace insostenibles ciertas actitudes y ciertos pronunciamientos. Ya no puede lamentarse, por ejemplo, la falta de comunicación entre epistemólogos e historiadores de Annales, añorando una integración entre la obra de Canguilhem y la de Fernand Braudel³² o aludir a la dificultad de imaginar una colaboración entre la historia social de Febvre, de un lado, y la epistemología histórica de Bachelard y Canguilhem, del otro.³³ Tampoco es exacto decir que el proyecto arqueogenealógico de Foucault constituye el primer encuentro entre las dos corrientes concernidas.³⁴ Ese contacto ya fue establecido por Canguilhem; hoy sabemos que si el discípulo pudo retomarlo fue en cierto modo porque tomó impulso a partir del nexo forjado por el maestro.

Canguilhem, en efecto, conoció muy bien la obra de la primera generación de los Annales (Halbwachs, Febvre y Bloch) y mantuvo estrecha relación, personal e intelectual, con el sociólogo Georges Friedmann,³⁵ uno de los miembros destacados del Comité de Redacción de la revista en la siguiente generación, tras la Segunda Guerra Mundial. El filósofo de Castelnaudary era plenamente consciente, al menos desde 1931, de la existencia, no de un “grupo de los Annales”, sino de un “equipo de Estrasburgo”,³⁶ al que alude en más de una

Oeuvres Complètes, tome I (Paris: Vrin, 2011) y G. Canguilhem, *Résistance, philosophie biologique et histoire des sciences, 1940-1965. Oeuvres Complètes*, tome IV (Paris: Vrin, 2015).

²⁸ Consultamos los Fonds Canguilhem durante una estancia realizada en mayo de 2015, en el curso del año sabático que me concedió la Universidad de Cádiz. Agradezco a su directora Mireille Delbraccio y a los bibliotecarios Natalie Queyroux y Davis Dénéchaud, su amable acogida y ayuda para solventar todas mis dudas.

²⁹ Jean François Braunstein, “À la découverte d’un ‘Canguilhem perdu’,” en *Écrits philosophiques et politiques 1926-1939. Oeuvres Complètes*, tome I, Georges Canguilhem (Paris: Vrin, 2011), 101-137.

³⁰ Jean François Braunstein, “Canguilhem avant Canguilhem,” *Revue d'histoire des sciences*, [vol.] 53, 1 (2000): (9-26).

³¹ Camille Limoges, “L'épistémologie historique dans l'itinéraire intellectuel de Georges Canguilhem,” en *Epistemology and History from Bachelard and Canguilhem to today's history of science* (Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, 2012), 53-66, <https://www.mpiwg-berlin.mpg.de/Preprints/P434.PDF> [consultado el 7 de Julio de 2015] y Camille Limoges, “Introduction. Philosophie biologique, histoire des sciences et interventions philosophiques. Georges Canguilhem 1940-1965,” en *Résistance, philosophie biologique et histoire des sciences, 1940-1965. Oeuvres Complètes*, tome IV, Georges Canguilhem (Paris: Vrin, 2015), 7-49, 46-47.

³² Jonathan Hodge, “Canguilhem and the history of biology,” *Revue d'Histoire des Sciences*, [vol.] 53, 1 (2000): 78 (65-82).

³³ Cristina Chimisso, “The tribunal of philosophy and its norms: history and philosophy in Georges Canguilhem's historical epistemology,” *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, [vol.] 34 (2003): 309 (297-327).

³⁴ L. Paltrinieri, *L'expérience du concept. Michel Foucault entre épistémologie et histoire*, (Paris, Publications de la Sorbonne: 2012), 17.

³⁵ Georges Canguilhem, “Georges Friedmann, *Leibniz et Spinoza*,” (1946) en *Résistance*, 233-240; Georges Canguilhem, “Machine et organisme,” (1947) en *La connaissance de la vie* (Paris: Vrin, 1980), 101-127; Georges Canguilhem, “Le vivant et son milieu,” (1947) en *ibid.*, 129-154 y Georges Canguilhem, “Milieu et normes de l'homme au travail,” (1947) en *Résistance*, 291-306. Georges Friedmann, verdadero fundador de la sociología del trabajo en Francia, cuyo mentor intelectual fue Lucien Febvre, frecuentó en Toulouse junto a Canguilhem el círculo del jurista italiano antifascista Silvio Trentin. Desde julio de 1940 y en este entorno, el sociólogo y el filósofo participaron en reuniones clandestinas que fueron el embrión de su implicación en la Resistencia, Camille Limoges, “Introduction”, 10; Jean-Pierre Amalric, “Terribles et grandioses: les années toulousaines de Georges Friedmann (1940-1945),” en *Georges Friedmann. Un sociologue dans le siècle 1902-1977*, dir. Pierre Gremion et Françoise Piotet (Paris: CNRS Éditions, 2004), 29-49 y Georges Friedmann, “Témoignage de Georges-Philippe Friedmann recueilli par Madame Merlat (1946),” en *Ibid.*, 81-89. Canguilhem siempre se expresó en términos elogiosos sobre la obra de Georges Friedmann.

³⁶ Georges Canguilhem, “Sociologie. *Les causes du suicide*,” (1931) en *Écrits philosophiques*, 375-382, 379. A edad avanzada, Canguilhem era consciente de la heterogeneidad de esa “escuela”: “je crois pouvoir confirmer que le ‘cercle’ –plus encoré que l'école proprement dite- des Annales, était composé de

ocasión,³⁷ haciendo más tarde referencia, tras la trágica desaparición de Marc Bloch y Maurice Halbwachs, a los trabajos de “Lucien Febvre y de su escuela”.³⁸ El equipo, por tanto, se define primero por su emplazamiento en la Faculté de Lettres de la Universidad de Estrasburgo, formado por los tres estudiosos mencionados, a los que se añade la figura del psicólogo bergsonian, Charles Blondel.³⁹ Se da la circunstancia de que Canguilhem fue también profesor en ese centro desde noviembre de 1941, algo que marcó su trayectoria decisivamente,⁴⁰ y donde la presencia de los fundadores de *Annales* estaba aún en la atmósfera,⁴¹ pero para entonces estos ya habían cambiado su destino académico.

Por otra parte, desde la perspectiva canguilhemiana, el grupo de Estrasburgo estaba indisolublemente unido por su inspiración y planteamiento a otra escuela, la de geografía humana fundada por Vidal de la Blache a comienzos del siglo XX.⁴² Esta recepción de la escuela vidaliana en la obra de Canguilhem, ha sido examinada en diversos trabajos.⁴³ Lo que según el filósofo distingue a la sociología de Halbwachs respecto a la durkheimiana, haciéndole ganar en lucidez y profundidad científica, es la incorporación crucial del concepto de “géneros de vida”, tomado de la geografía vidaliana.⁴⁴ Los trabajos de Febvre y de Bloch más citados y utilizados por Canguilhem, aunque como veremos más adelante, no sean los únicos que conocía, son los que se encuadran en la estela de esa misma tradición de geografía humana: *La terre et l'évolution humaine* (1922)⁴⁵ en el primer caso y *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931),⁴⁶ en el segundo. De hecho, la historia tal como la entienden los *Annales* y la geografía vidaliana representan para el filósofo dos caras de una misma moneda.⁴⁷

professionnels dont le consensus sur les normes et méthodes de recherche n'entraînait nécessairement l'unanimité sur les voies à explorer et l'utilisation des résultats sur le terrain politique” (Carta manuscrita de Georges Canguilhem a Francisco Vázquez García, 5 de enero de 1989).

³⁷ Georges Canguilhem, “Maurice Halbwachs (1877-1945),” (1947) en *Résistance*, 275-289, 277.

³⁸ Georges Canguilhem, “Le vivant et son milieu,” 142.

³⁹ Georges Canguilhem, “Maurice Halbwachs,” 277-278.

⁴⁰ Claude Debru, “Introduction. Présence de Georges Canguilhem,” en *Philosophie et Médecine. En hommage à Georges Canguilhem*, ed. Anne Fagot-Largeault y otros (Paris: Vrin, 2008), 7-9, 8.

⁴¹ En noviembre de 1941 Canguilhem sustituyó como profesor a Jean Cavaillès (trasladado a París) en la Faculté de Lettres de Strasbourg (desplazada a Clermont Ferrand durante la ocupación). Tras la Liberación y desde el verano de 1945, permaneció hasta 1948 como profesor en el mismo centro, pero ya en Strasbourg. Febvre dejó Strasbourg por París (Collège de France) en 1933 y Bloch hizo lo propio (Faculté de Lettres de la Sorbonne) en el verano de 1936. Este, sin embargo, tras su periplo de soldado y en medio de las leyes antisemitas de Vichy, tuvo que regresar a la Universidad de Strasbourg (en Clermont Ferrand) en septiembre de 1940, C. Fink, *Marc Bloch. Una vida para la historia* (Valencia: Universitat de Valencia, 2004), 237-243. En otoño de 1941, fue destinado a Montpellier, de modo que nunca llegó a ser compañero de Canguilhem en la misma Universidad, *Ibid.*, 255.

⁴² A. Buttimer, *Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa* (Barcelona: Oikos-tau, 1980); P. Claval (dir.), *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de Géographie*, (Paris: CNRS Éditions) y V. Berdoulay, *La formation de l'école française de géographie* (Paris: Éditions du CTHS, 2008).

⁴³ G. Le Blanc, *La vie humaine. Anthropologie et biologie chez Georges Canguilhem* (Paris: PUF, 2002), 184-190; Michèle Cammelli, “Présentation à *Le fascisme et les paysans*,” en Georges Canguilhem, *Écrits philosophiques*, 515-533, 526-533 y Laurence Cornu, “Le parti pris humain,” en *La formation de Georges Canguilhem. Un entre-deux-guerres philosophique*, dir. Louis Ferté, Alain Jacquard et Patrice Vermeren (Paris: Hermann, 2013), 87-111.

⁴⁴ Georges Canguilhem, “Sociologie. *Les causes du suicide*,” 378.

⁴⁵ En el curso inédito, impartido por Canguilhem en 1939-40 en el Institut Agronomique de Toulouse, titulado “L'homme et le sol”, se recurre a esta obra para exponer los prejuicios del determinismo geográfico, citando una frase de Febvre recogida también en otros textos de Canguilhem, *Ibid.*, 379: “l'homme est un agent géographique” (G.C. 10.4, f. 2). Citamos con la notación y paginación tal como aparece en los Fonds Canguilhem del CAPHÉS. En “Le vivant et son milieu”, 139, el filósofo remite a esa misma obra de Febvre para conocer la historia del determinismo geográfico como idea.

⁴⁶ Esta obra desempeñó un papel fundamental en Georges Canguilhem, *Le fascisme et les Paysans* (1935) en *Écrits philosophiques*, 542-43. Bloch, del mismo modo que el geógrafo Roger Dion, mostraba la variedad de géneros de vida rurales en Francia, desacreditando así las simplificaciones de la izquierda y de la derecha acerca de la mentalidad y la existencia campesinas. Veinte años después, en su lección inaugural como director del Institut d'Histoire des Sciences et des Techniques (1955), Canguilhem remitía a la misma obra de Bloch para mostrar el parentesco etimológico entre “error” y la actitud de los campesinos desviándose de la línea recta y labrando al través G.C. 13.1.1, f. 24.

⁴⁷ “Ya hayan abordado la geografía por la historia o, al contrario, la historia por la geografía, todos están de acuerdo en investigar en las técnicas colectivas de explotación, en sistemas agrícolas, los principios de explicación de las estructuras de paisajes que, los antiguos geógrafos habían atribuido a menudo a los

La noción de “géneros de vida” traduce la idea de que el paisaje, el suelo, el espacio, en suma, es un producto histórico. “La geografía se explica por la historia”⁴⁸ y no al revés, como sostenía la escuela determinista liderada por Ratzel. La geografía está toda ella “penetrada por la historia”.⁴⁹ Esto significaba que el medio (suelo, fauna, vegetación) es producto de la actividad humana, del hombre como factor geográfico. Esa actividad es la que engloba la noción de “géneros de vida”, que incluye la acción técnica, los sistemas de civilización (normas religiosas, jurídicas, económicas, etc) y el trabajo. Al alterar así su entorno, transformándolo, el hombre modifica al mismo tiempo su propio cuerpo. Por eso, y aquí Canguilhem remite a los trabajos de Halbwachs⁵⁰ y de Maximilien Sorre,⁵¹ las características biológicas de la especie humana (estatura, longevidad, natalidad, morbilidad, presión arterial, etc) expresan al mismo tiempo normas sociales, elecciones civilizatorias ligadas a un “género de vida” históricamente cambiante. No se trata, frente a la tesis antropométrica de Quételet, de puros fenómenos biológicos manifiestos en promedios estadísticos sino que expresan modos de vida, es decir opciones de valor entre varias posibles, compatibles con las mismas condiciones biológicas de existencia.⁵²

La presencia de los geógrafos de la escuela vidaliana en la obra de Canguilhem es constante, al menos desde comienzos de la década de 1930 hasta los primeros años de la de 1960. Cita y utiliza a Vidal de la Blache,⁵³ Jean Brunhes,⁵⁴ Henri Baulig,⁵⁵ Maximilien Sorre,⁵⁶ Daniel Faucher,⁵⁷ Roger Dion,⁵⁸ y menciona a Albert Demangeon⁵⁹ y Gaston Roupnel.⁶⁰ Algo

solos efectos necesarios del relieve y el clima”, Georges Canguilhem, “Vignes et vins de France,” (1961), en *Résistance*, 966 (todas las traducciones del francés incluidas en el artículo son nuestras)

⁴⁸ “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, f. 5.

⁴⁹ Curso “Les normes et le normal”, impartido en la Universidad de Estrasburgo (desplazada a Clermont Ferrand), 1942-43, G.C. 11.2.2, f. 44.

⁵⁰ Canguilhem, apoyándose en Halbwachs, muestra que normas vitales como la longevidad y la edad de fallecimiento, traducen también una normatividad social, vinculada a través de la higiene y las condiciones de trabajo con factores como la clase y la profesión, Georges Canguilhem, “Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique,” (1943) en *Le normal et le pathologique* (Paris: Vrin, 1972), 3-167, 99-104. Lo que no se conoce tanto es la elaboración de ese argumento en un curso anterior que ya hemos citado: “Les normes et le normal”, G.C. 11.2.2., ff. 41-46. Por otra parte, el primer volumen que abría en 1952 la colección, una antología de textos para uso de estudiantes, denominada “Textes et documents philosophiques”, dirigida por Canguilhem, se titulaba *Besoins et tendances*. Incluía dos textos de Maurice Halbwachs sobre la función social de la comida familiar entre los obreros, y sobre la relación entre composición de las comidas y nivel social de vida, respectivamente, Georges Canguilhem, “*Besoins et tendances*. Textes choisis et présentés par G. Canguilhem,” en *Résistance*, 437-524, 470-473.

⁵¹ *Les fondements biologiques de la géographie humaine* (1943) de Maximilien Sorre, constituye una referencia fundamental de Canguilhem, pues muestra la “labilidad” de las constantes fisiológicas, a partir de los factores que constituyen los “géneros de vida”, como sucede con los “régimenes alimentarios”: Georges Canguilhem, “Essai sur quelques problèmes,” 105, 110-111. El caso, estudiado por Sorre, de la desecación de las zonas pantanosas de Sologne y Brève y su efecto en el crecimiento de la talla media de los habitantes, aparece frecuentemente mencionado por Canguilhem (Jean François Braunstein, “Jeunesse de Georges Canguilhem,” en *La formation de Georges Canguilhem*, 163), así como otros análisis geohistóricos de Sorre (por ejemplo el efecto combinado del régimen alimentario inca y de las condiciones de trabajo establecidas por los conquistadores españoles): “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, f. 1; ; “Les normes et le normal” (1942-43), G.C. 11.2.2, f. 44; “Normal et pathologique, norme et normal” (1962-63), G.C. 15.1, f. 51; “La relativité des normes”, Conferencia impartida en el Collège Philosophique (21 décembre 1950), G.C.24.9.6, ff. 7-8. En *Besoin et tendances*, Canguilhem incluía un fragmento de Max Sorre sobre “Geografía de los régimenes alimentarios”, Georges Canguilhem, “*Besoins et tendances*,” 469-470.

⁵² Georges Canguilhem, “Essai sur quelques problèmes,” 114; Canguilhem, “Normal et pathologique, norme et normal”, curso impartido en la Sorbona 1962-63, G.C. 15.1, f. 51.

⁵³ Georges Canguilhem, “Sociologie. *Les causes du suicide*,” 379; “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, f. 2; 1943: 102; 1947b: 142; 1961: 966. En *Besoin et tendances*, Canguilhem incluía un fragmento de Vidal de la Blache sobre la relación entre el tipo de comida y el género de vida, Georges Canguilhem, “*Besoins et tendances*,” 467-468.

⁵⁴ Canguilhem, “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, ff. 1-7.

⁵⁵ Georges Canguilhem, “*Histoire de la science*,” (1959), en *Résistance*, 886.

⁵⁶ Vid. Supra, nota L.

⁵⁷ Georges Canguilhem, “*Le travail et les techniques*,” (1949), 343-347; Georges Canguilhem, “Vignes et vins,” 966.

⁵⁸ Georges Canguilhem, *Le fascisme*, 542; Georges Canguilhem, “Vignes et vins,” 966-970.

similar sucede con las referencias al equipo de Estrasburgo. ¿Qué sentido tiene el diálogo con esta tradición geohistórica dentro de la trayectoria intelectual de Canguilhem?

La escuela geográfica y el equipo de Estrasburgo en la trayectoria intelectual de Canguilhem

En el curso de una entrevista concedida poco antes de su muerte, Canguilhem relacionó el interés por la geografía, y en particular por la geografía rural, con su procedencia campesina y con su experiencia directa de las faenas agrícolas y ganaderas: “si yo no hubiese cursado medicina, es posible que me hubiese orientado hacia la geografía agrícola, lo que hoy finalmente se denomina ‘ecología’”.⁶¹ Canguilhem inició sus estudios médicos siendo profesor de filosofía en el liceo Fermat, de Toulouse, en 1936. Como declaró en la mencionada entrevista, la decisión de estudiar Medicina obedecía al deseo de “añadir a lo que hasta entonces había adquirido de conocimientos libresco en filosofía, algunos conocimientos de experiencia, como los que podía obtener de la enseñanza de la medicina”.⁶² Sin embargo, en esta exigencia de involucrarse en “problemas humanos concretos”,⁶³ el interés por la geografía precedió, en el tiempo, a su vocación médica.⁶⁴ En la reseña que publicó en 1961, de una obra de Roger Dion,⁶⁵ Canguilhem contraponía también el saber “libresco” a la lectura del paisaje practicada por los geógrafos.

El encuentro con la geografía y con los trabajos de la “escuela de Estrasburgo” debe situarse por tanto entre 1930 y 1936,⁶⁶ esto es, en el tránsito de una filosofía intelectualista, marcada por las enseñanzas de Alain y asentada en el dualismo kantiano que contraponía espíritu y mundo, hacia el vitalismo. Este paso, explorado con competencia por diversos estudios recientes,⁶⁷ no fue abrupto ni inmediato. Por otro lado, el tránsito de la filosofía del espíritu a la filosofía de la vida, pasó por una etapa intermedia, que podría calificarse como filosofía de la “tierra”. La tierra, el paisaje, no como una realidad inerte sino como un producto de la acción humana, y en particular de la actividad técnica, una idea encarnada en la noción de “géneros de vida” que remite al conjunto de acciones por las que el hombre saca provecho de las posibilidades ofrecidas por la naturaleza.⁶⁸ Estas cuestiones de la técnica como creación y exigencia vital que antecede a toda conceptualización científica, de la acción –y de la acción política– como desbordamiento y anticipo de la reflexión teórica, y de la necesidad como raíz vital y normativa de la técnica, ocuparon el centro de la agenda filosófica de Canguilhem en la década de 1930. Ahí se inscribe su atención a la obra de los geógrafos vidalianos y de los historiadores y sociólogos de los Annales. El desplazamiento de interés desde la vida humana

⁵⁹ En Georges Canguilhem, “Sociologie. *Les causes du suicide*,” 379, menciona *Le Rhin. Problèmes d'histoire et d'économie* (1935), obra conjunta de Febvre y Demangeon y Georges Canguilhem, “Le vivant et son milieu,” 142.

⁶⁰ Georges Canguilhem, *Le fascisme*, 542; Georges Canguilhem, “Vignes et vins,” 966.

⁶¹ Georges Canguilhem, “Entretien avec Georges Canguilhem” (par François Bing et Jean François Braunstein), (1995) en *Actualité de Georges Canguilhem. Le normal et le pathologique*, ed. Jean François Braunstein y otros (Paris: Institut Synthélabo, 1998), 121-135, 133.

⁶² *Ibid.*, 120.

⁶³ Georges Canguilhem, “Essai sur quelques problèmes,” 7.

⁶⁴ Laurence Cornu, “Le parti pris humain,” 94-96.

⁶⁵ Georges Canguilhem, “Vignes et vins,” 965.

⁶⁶ Michèle Cammelli, “Présentation,” 531-532.

⁶⁷ Xavier Roth, “Le jeune Canguilhem, lecteur de Bergson,” *Dialogues*, [vol.] 52 (2013): 635 (625-647); X. Roth, *Georges Canguilhem et l'unité de l'expérience. Juger et agir 1926-1939* (Paris: Vrin, 2013), 135-150; Giuseppe Bianco, “The origins of Georges Canguilhem’s vitalism: against the anthropology of irritation,” *History, Philosophy and Theory of the Life Sciences*, [vol.] 2 (2013): 245-251 (243-267) y Camille Limoges, “Introduction,” 30-31.

⁶⁸ Paolo Cesar da Costa Gomes, “Quelques réflexions sur les catégories de la pensée vidalienne,” en *Autour de Vidal de la Blache*, 89-97, 93.

en sus interacciones con el medio, hacia la vida misma entendida como normatividad, no supuso abandonar las referencias a la geografía y a la historia social al estilo de Estrasburgo.⁶⁹

Lo que el filósofo de Castelnaudary tomó de la tradición de Vidal de la Blache y Lucien Febvre no es sólo la crítica del determinismo geográfico y la apuesta por el “posibilismo”. Este término, nunca empleado por Vidal de la Blache,⁷⁰ alude a la utilización selectiva, por parte del hombre, de las posibilidades que el entorno le ofrece. El hombre elige y toma partido, no sólo en función de su cultura, sino también de los recursos naturales disponibles. Esta solución, que ha sido juzgada como “neokantiana”,⁷¹ concordaba perfectamente con el trasfondo filosófico del que procedía Canguilhem. El rechazo del determinismo se proyectaba también, y aquí la referencia principal fue Georges Friedmann, en el terreno de la psicología, y más específicamente de la psicología laboral, como una recusación del conductismo inherente a la organización taylorista del trabajo.⁷² Pero la incidencia de Febvre y Bloch en el pensamiento de Canguilhem no sólo se advierte en los motivos del posibilismo geográfico, los géneros de vida, la importancia de la técnica o la cuestión del trabajo.⁷³ La misma concepción del saber histórico, que Canguilhem elaboró a finales de la década de 1930, es directamente deudora de los fundadores de Annales.

El filósofo fue consciente desde primera hora de lo que suponía la empresa de Febvre y Bloch, “historiadores renovando su disciplina”.⁷⁴ En 1939 Canguilhem publicó junto a su colega Camille Planet un *Traité de logique et de morale*. Aunque en principio, la parte dedicada a “lógica”, es decir, a la filosofía de las ciencias, fue redactada por Planet, la totalidad de la obra fue revisada por ambos autores.⁷⁵ El capítulo VIII de la parte de lógica, consagrado a la “lógica de las ciencias morales”, contenía una sección sobre la historia como “descripción del pasado social”.⁷⁶ Si se cruza su lectura con la de un curso inédito, preparatorio del examen de khâgne en el Institut Fermat de Toulouse (1937-38), titulado “Philosophie de l’histoire”,⁷⁷ las coincidencias saltan a la vista, pudiéndose verificar el mismo punto de vista sostenido en el *Traité*.

En el curso, que es anterior a la edición del tratado, Canguilhem remite a una somera bibliografía que incluye varios artículos de Lucien Febvre, la mayoría publicados en la *Revue de Synthèse*, algunos de los cuales serán posteriormente incluidos por éste en los *Combats pour l’histoire* (1953): “Examen de conscience d’une histoire et d’un historien” (1931); “Entre l’histoire à thèse et l’histoire manuel” (1933); “Science et loi: le hasard et l’histoire” (1933), redactado junto a Victor Chapot, y el artículo conjunto de Henri Berr y Lucien Febvre, “History”, para la *Encyclopaedia of the Social Sciences* (1937).

La impronta de Febvre y del impulso renovador de los Annales está presente en estas dos intervenciones de Canguilhem. De entrada se asume la ruptura de los que denomina

⁶⁹ Frente a lo que señala Yves Schwartz, “Jeunesse d’un philosophe,” en *Écrits philosophiques*, 94-95, no creemos que la temática de la geografía quede relegada en el Canguilhem de madurez, aunque su presencia no sea tan intensa. Por otra parte, nos parece exagerado afirmar, como hace Dominique Lecourt, “La question de l’individu d’après Georges Canguilhem,” en *Georges Canguilhem philosophe, historien des sciences*, Ed. Bibliothèque du Collège International de philosophie (Paris: Albin Michel, 1993), 262-270, 268, que el interés de Canguilhem, mediada la década de los sesenta, por la biología molecular y por la vida en un plano transindividual, suponga “borrar” a Vidal de la Blache, reemplazándolo por Foucault

⁷⁰ V. Berdoulay, *La formation*, 214.

⁷¹ *Ibid.*, 224.

⁷² Georges Canguilhem, “Milieu et norms,” 293-299.

⁷³ Por mediación de Georges Friedmann, Canguilhem reseñó en *L’Année Sociologique*, en 1949 y 1951, dos libros colectivos que recogían las intervenciones en dos coloquios sobre *Le travail et les techniques* (celebrado en 1941 en Toulouse) e *Industrialisation et technocratie* (celebrado en París en 1948). En el primero, al que asistió el propio Georges Canguilhem, “*Le travail et les techniques*,” (1949) en *Résistance*, 344, elogió la introducción de Febvre (“con su lucidez y su tino acostumbrados”) y las ponencias de Marc Bloch y del geógrafo Daniel Faucher, *Ibid.*, 346-47. En el segundo, introducido también por Febvre, comentó muy favorablemente la ponencia impartida por Friedmann (Georges Canguilhem, “*Industrialisation et technocratie*,” (1951), en *Résistance*, 400).

⁷⁴ Georges Canguilhem, “Maurice Halbwachs,” 278.

⁷⁵ Xavier Roth, “Présentation à *Traité de logique et de morale*,” en *Écrits Philosophiques*, 597-630, 624-625.

⁷⁶ Georges Canguilhem, *Traité de logique et de morale* (1939) en *Écrits Philosophiques*, 764-770.

⁷⁷ G.C. 10.4.13, 9 folios manuscritos.

“historiadores modernos”, con una “historia tradicional” centrada en el papel decisivo desempeñado por las “personalidades importantes”, que explicaba los acontecimientos históricos por “decisiones personales”.⁷⁸ Este prejuicio, según Canguilhem, procede de proyectar nuestra experiencia íntima de la duración en el tiempo histórico, que es en realidad un tiempo construido. Estas dos ideas; la descalificación de la conciencia de los protagonistas como clave de los sucesos y la consideración del tiempo como un constructo, están en las bases mismas del proyecto de Annales.⁷⁹ Canguilhem combinaba las sugerencias de Febvre con las lecciones que extrajo de dos libros que constituyen su referencia principal en materia de teoría de la historia: las *Consideraciones intempestivas* (1873-1876) de Nietzsche y la *Introducción a la filosofía de la historia. Ensayo sobre los límites de la objetividad histórica* (1938), tesis doctoral de su compañero y condiscípulo de Alain, Raymond Aron.⁸⁰

Esta coalición de recursos intelectuales le permite impugnar la ilusión del viejo objetivismo histórico, de matriz rankeana. Los hechos, como había enfatizado Febvre⁸¹ en un texto utilizado por Canguilhem, no están dados a la mirada del historiador avisado; son una reconstrucción selectiva realizada a partir de la relación del estudioso con los valores de su época: “por eso hay tantas historias como historiadores”,⁸² “es del presente y desde el presente donde una cierta elección significativa fija la importancia de los hechos pasados”⁸³. Este planteamiento, inspirado en Weber a través de su recepción en la obra de Aron, converge también con las críticas de Febvre y Bloch a la noción positivista de “hecho histórico”. Además, la idea de una historia que parte del presente para esclarecerlo, coincide con la noción de “historia regresiva” forjada por Marc Bloch.⁸⁴

Otro punto de convergencia con los fundadores de los Annales lo constituye el rechazo de la filosofía especulativa de la historia,⁸⁵ “pecado de filósofo, tentación de historiador”⁸⁶, que cae en la ilusión de la fijeza definitiva del pasado. También comparte con Febvre⁸⁷ y Bloch⁸⁸ la crítica a la visión estrecha del documento (ya se ha visto que para Canguilhem el paisaje es un documento de primer orden) que caracterizaba a la escuela “metódica”⁸⁹ de Fustel de Coulanges, Monod y Lavissee; la historia no se hace sólo con textos.

Una interesante concordancia de Canguilhem con Febvre y Bloch la constituye su desmarque respecto a la historia trazada de modo teleológico y retrospectivo. En ese género de relato, el presente aparece siempre anticipado germinalmente por el pasado, de modo que éste queda “vaciado de la incertidumbre que lo caracteriza”.⁹⁰ La figura que encarna esta historia preñada de ilusión retrospectiva, es la del “precursor”. En un manuscrito dactilografiado y datado en 1948, Canguilhem redactó algunos capítulos de lo que debía ser una monografía introductoria al pensamiento de Descartes.⁹¹ En ese texto y remitiendo explícitamente al libro

⁷⁸ Georges Canguilhem, *Traité*, 764-65.

⁷⁹ F. Vázquez García, *Estudios de teoría y metodología del saber histórico. De la escuela histórica alemana al grupo de los “Annales”* (Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1988), 102-104 y 117-120.

⁸⁰ Estas dos obras aparecen mencionadas por Canguilhem en más de una ocasión: Georges Canguilhem, *Traité*, 766; “Philosophie de l’histoire”, curso para la preparación de la khâgne impartido en el Lycée Fermat, de Toulouse (enero 1938), G.C. 10.4.13, f. 1 v. y f. 8 v. (aquí se menciona asimismo la tesis complementaria de Raymond Aron, el *Essai sur la théorie de l’histoire dans l’Allemagne contemporaine. La philosophie critique de l’histoire*, 1938) y “Histoire de la philosophie et histoire des sciences”, curso impartido en Strasbourg (Clermont-Ferrand), marzo 1945, p. 4. Sobre las tesis de Aron, Georges Canguilhem, “La problématique de la philosophie de l’histoire au debut des années 30,” (1988) en *Raymond Aron, la philosophie de l’histoire et les sciences sociales*, Alain Boyer y otros, (Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2005), 19-32.

⁸¹ L. Febvre, *Combats pour l’histoire* (Paris: Armand Colin, 1953), 7-8.

⁸² Georges Canguilhem, *Traité*, 766.

⁸³ “Philosophie de l’histoire”, G.C. 10.4.13, f. 2 r.

⁸⁴ M. Bloch, *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien* (Paris: Armand Colin, 1993), 96-97.

⁸⁵ L. Febvre, *Combats*, 119-143.

⁸⁶ “Philosophie de l’histoire”, G.C. 10.4.13, f. 3 r.

⁸⁷ L. Febvre, *Combats*, 13.

⁸⁸ M. Bloch, *Apologie*, 106-111.

⁸⁹ “Philosophie de l’histoire,” G.C. 10.4.13, f. 2 r.

⁹⁰ “Philosophie de l’histoire,” G.C. 10.4.13, f. 1 v. A esa historia sin sentido de la incertidumbre, L. Febvre, *Combats*, 102, la denominaba “histoire psittacique” (“papagáyica).

⁹¹ “Descartes interrompu...1948,” G.C. 28.1.5.

de Lucien Febvre sobre Rabelais, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle* (1942),⁹² criticaba la lectura que Maxime Leroy realizaba de Descartes como un librepensador y ateo “avant la lettre”. Ponía en tela de juicio la “caza de los precursores”.⁹³

En una segunda ocasión, reseñando la *Histoire générale des sciences* dirigida por René Taton, Canguilhem⁹⁴ volvía a cuestionar la noción de “precursor”, utilizada por algunos de los colaboradores de esa obra. La existencia de “precursores” significaría según el filósofo la negación de la historicidad de los discursos científicos, presuponiendo el carácter eterno de la verdad. Aquí citaba las definiciones de la historia propuestas respectivamente por Marc Bloch (“la historia es la ciencia del cambio”) y Lucien Febvre (“la ciencia de los cambios”).

Alianzas académicas y espacios políticos compartidos

Pero el diálogo de Canguilhem con los historiadores del “equipo de Estrasburgo” no se limita a mostrar acuerdos o a tomar prestados argumentos de orden epistemológico. Implica también una connivencia de orden ético y político.

En efecto, Canguilhem compartía con Febvre, Bloch y Halbwachs, la pertenencia a una tradición de pensamiento laico, republicano y *dreyfusard*, plasmada en intelectuales de izquierdas como Jean Jaurès.⁹⁵ Canguilhem, siendo muy joven, conoció a Halbwachs, cuando el primero participaba en la revista pacifista de Alain, *Libres Propos*. Halbwachs era hermano de Jeanne Alexander, amiga de Canguilhem dentro del círculo de los alainistas.⁹⁶ El filósofo de Castelnaudary rompió hacia 1936 con las convicciones pacifistas defendidas por su maestro, colaborando desde muy pronto, tras la ocupación alemana, en la construcción de los primeros núcleos de la Resistencia.

Por otro lado, Canguilhem, como Lucien Febvre⁹⁷ ingresó desde su fundación en 1934, por los intelectuales Paul Rivet, Alain y Paul Langevin, en el Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes (CVIA).⁹⁸ Febvre y Canguilhem estaban próximos a un socialismo no marxista⁹⁹. Una de las funciones principales de esta organización, donde figuraban científicos sociales tan prestigiosos como Lévy-Bruhl y Marcel Mauss,¹⁰⁰ era la redacción y difusión de libritos —a finales de 1936 se había publicado una docena de ellos, que cuestionaban la *doxa* transmitida por los medios de comunicación mayoritarios, denunciando el fascismo exterior e interior y su respaldo por parte del capitalismo francés. Editaban asimismo un boletín mensual denominado *Vigilance*.¹⁰¹

Canguilhem redactó uno de esos libritos, titulado *Le fascisme et les paysans* (1935). Febvre y Bloch, por su parte, firmaron el Manifiesto a los Trabajadores, publicado el 5 de marzo de 1934 y redactado por los fundadores del CVIA, aunque mantenían muchas reservas

⁹² L. Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais* (Paris: Albin Michel, 1968), 28-29. La crítica a la “caza de precursores” también la había podido encontrar Canguilhem en *La terre et l'évolution humaine*, cuestionando las supuestas anticipaciones del determinismo geográfico en la obra de Jean Bodin, L. Febvre, *La terre et l'évolution humaine* (Paris: Albin Michel, 1970), 14-17.

⁹³ Georges Canguilhem, “Maxime Leroy, *Descartes, le philosophe au masque*,” (1929) en *Écrits philosophiques*, nota 1 (del editor Jean-François Braunstein), 251-52.

⁹⁴ Georges Canguilhem, “*Histoire de la science*,” 868-869.

⁹⁵ Sobre la vinculación del muy joven Canguilhem con la tradición dreyfusard, Jean François Braunstein, “À la découverte,” 123. Respecto a la adhesión de Bloch y Febvre a la causa de Dreyfus y su admiración por Jaurès, C. Fink, *Marc Bloch*, 141. Halbwachs como intelectual dreyfusard, en Pascal Ory y Jen François Sirinelli, *Les intellectuels en France. De l'affaire Dreyfus à nos jours* (Paris: Éditions Perrin, 2004), 55.

⁹⁶ Georges Canguilhem, “Maurice Halbwachs,” 275, nota 1 (del editor Camille Limoges).

⁹⁷ C. Chimisso, *Writing the history*, 89; Michèle Cammelli, “Présentation,” 531.

⁹⁸ *Ibid.*, 516-523.

⁹⁹ Canguilhem estuvo próximo al radical-socialismo de Mendès France, Camille Limoges, “Introduction,” 24.

¹⁰⁰ C. Chimisso, *Writing the history*, 89.

¹⁰¹ Pascal Ory y Jen François Sirinelli, *Les intellectuels*, 152-155.

con el tono demagógico de ese escrito y también respecto a la dirección del CVIA.¹⁰² Esta organización acabó disolviéndose en 1936, escindida entre los impulsos pacifistas y libertarios, el dogmatismo de los comunistas y la oposición de algunos socialistas a esas derivas. Marc Bloch, como sucedió con Friedmann y Canguilhem,¹⁰³ se decantaría inmediatamente, tras la ocupación, por pasar a las filas de la Resistencia.

En esa atmósfera políticamente convulsa, compartiendo espacios de acción, se sitúa el encuentro de Canguilhem con los fundadores de los Annales. Su adopción de la crítica al determinismo geográfico no tenía sólo un contenido filosófico. Esto se advierte claramente en el curso inédito “L’homme et le sol”, impartido en el Instituto Agronómico de Toulouse durante el año académico 1939-40. Después de revisar críticamente, apoyándose en *La terre et l’évolution humaine*, la historia del prejuicio determinista en Geografía, Canguilhem aludía al anarquista arrepentido e ideólogo nacionalista y antidreyfusard, presidente de la Liga de Patriotas, Maurice Barrès (1862-1923).¹⁰⁴ Este publicó en 1897 *Les déracinés*, donde se retrataban las consecuencias nefastas de la educación filosófica republicana, sustentada en el universalismo kantiano, promotora de un racionalismo abstracto y de ciudadanos sin raíces, antipatriotas.¹⁰⁵

En el curso mencionado, Canguilhem utilizaba las críticas de Febvre y Vidal de la Blache contra el determinismo del suelo y de la sangre. Barrès buscaba en el “instinto y la tierra”¹⁰⁶ los valores orientadores de la vida. Pero la nueva geohistoria daba un desmentido a la predestinación hereditaria de la raza¹⁰⁷ y al fatalismo del medio y de las “fronteras naturales”¹⁰⁸ que entonces,¹⁰⁹ en la estela de Haushofer hacía furor entre los teóricos del *Lebensraum*¹¹⁰ y en el campo de la demografía.¹¹¹ Canguilhem ponía así al descubierto sus cartas políticas contrarias al nacionalismo y a la ideología jerárquica de las razas.

Esta vertiente política de las intervenciones filosóficas de Canguilhem aun resultan más evidentes en *Le fascisme et les paysans*. El fascismo esencializaba al campesino, convirtiéndolo en depositario de los valores de la raza y consagrándolo como núcleo de autenticidad incontaminada.¹¹² Por su parte, el marxismo dogmático que imperaba en las

¹⁰² C. Fink, *Marc Bloch*, 178-179.

¹⁰³ Halbwachs, excluido del profesorado por las leyes raciales de Vichy, fue encarcelado por la participación de su hijo en la Resistencia. Murió de inanición en el campo de concentración de Buchenwald, en 1945, A. Becker, *Maurice Halbwachs, un intellectuel en guerres mondiales 1914-1945* (Paris: Agnès Viénot, 2003).

¹⁰⁴ “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, ff. 8-11. La confrontación con Barrès se remonta a la juventud de Canguilhem 1930: 306-311.

¹⁰⁵ J. L. Fabiani, (ed.): *Les philosophes de la république* (Paris: Les éditions de Minuit, 1988), 112-113

¹⁰⁶ “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, f. 8.

¹⁰⁷ En L. Febvre, *La terre*, 125-126 se encuentra una crítica de la noción de raza. Canguilhem se ocupa también con detalle de ese concepto en el mencionado curso, “L’homme et le sol” (1939-40), G.C. 10.4, ff. 12-15. Este recurso al material inédito nos permite desmentir la tesis de Robert Bernasconi, “The racial politics of life itself: Goldstein, Uexküll, Canguilhem and Fanon,” en *The care of life. Transdisciplinary perspectives in bioethics and biopolitics*, ed. Miguel de Beistegui, Giuseppe Bianco y Marjorie Gracieuse (London, New York: Rowman and Littlefield, 2015), 121-133, 125, según la cual Canguilhem habría evitado pensar el problema de la “raza” en la historia de la biología y de la psicología.

¹⁰⁸ L. Febvre, *La terre*, 325-332.

¹⁰⁹ Como ha señalado Michèle Cammelli, “Présentation,” 531-532, desde marzo de 1934, Lucien Febvre dirigió la edición del tomo VII de *L’Encyclopédie française* consagrada a *L’espèce humaine*, publicado en mayo de 1936, justo después de la victoria del Front Populaire de Léon Blum. Halbwachs participó en este proyecto que pretendía oponerse al reduccionismo biológico de corte fascista en el terreno demográfico. De este modo, la teoría de los géneros de vida aparecía como “un véritable levier théorique de l’antifascisme” (532).

¹¹⁰ Holger H. Herwig, “Geopolitik: Haushofer, Hitler and *Lebensraum*”, *Journal of Strategic Studies*, [vol] 22, 2-3 (1999): (218-241).

¹¹¹ Michèle Cammelli, “Présentation,” 532-533.

¹¹² En una ponencia presentada en 1939 durante un Congreso celebrado en Bucarest, Marc Bloch impugnaba la supuesta “autenticidad” del campesino de raza alemana, defendida por la sociología agraria nazi. En su obra de historia rural, Bloch insistió reiteradamente en la multiplicidad de los orígenes y en la inexistencia del “campesino francés” en singular, Michèle Cammelli, “Présentation,” 533. Aunque sin el componente biologicista y en una forma sublimada, este discurso de la “autenticidad” de la vida campesina no es ajeno, como mostró T. W. Adorno, *La ideología como lenguaje. La jerga de la autenticidad* (Madrid: Taurus, 1992), al pensamiento de Heidegger.

organizaciones partidarias, concebía el campesinado como una clase homogénea, unificada por los mismos intereses. Los comunistas franceses de la época, asumiendo este concepto unitario, pretendían aplicar en el país galo las mismas recetas colectivizadoras desplegadas por Stalin en la Unión Soviética.¹¹³

Frente a estas simplificaciones y con vistas a prevenir el reclutamiento del campesinado francés en las filas de la ligas agrarias parafascistas que se estaban organizando, Canguilhem recurrió a los trabajos de la geografía agrícola, en particular los de Marc Bloch, Roger Dion y Gaston Rouppnel. Lo que caracterizaba a la población y al paisaje rural galos era su diversidad, con la contraposición entre los “géneros de vida” (hábitat, cultura, técnicas, división de las tierras, tipos de agricultura, concentración demográfica) del nordeste y del sur, como contraste principal.¹¹⁴

Por otro lado, el campesino francés se convirtió en propietario de sus tierras desde la Revolución Francesa. Lo que la modernidad había traído consigo era la desposesión y pérdida de independencia de la población agraria: respecto a los medios de transporte, la centralización industrial (a través de la electrificación) y la comercialización a gran escala (dependencia de la burocracia, de los intermediarios y de las compañías emplazadas en las ciudades). En esas condiciones, la ideología de la colectivización propagada por socialistas y comunistas sólo conducía a enajenar el mundo campesino, poniéndolo a merced de las iniciativas más reaccionarias.

Este carácter doble, a la vez teórico y político, del encuentro de Canguilhem con los historiadores de los Annales, presentaba además una tercera vertiente. Se situaba también en un espacio académico, de luchas para preservar fronteras pero también alianzas disciplinares. Esas luchas se conectaban con el reclutamiento y la reproducción de los cuerpos profesionales en las instituciones de enseñanza e investigación. La carrera de Canguilhem, marcada inicialmente por Alain, se abrió paso dentro del campo filosófico, haciendo valer una tradición de filosofía “híbrida”, afrontada como historia de la razón (Brunschvicg, Lèvy-Bruhl, Abel Rey) y maridada con disciplinas extrañas como la historia de las ciencias, la sociología y la antropología. Esto obligaba a tomar distancia de la historia filosófica de la filosofía dominante en la Sorbona, pero también de una filosofía especulativa de la historia que pretendía dictar la ley de los acontecimientos históricos desde el apriorismo de una reflexión pura sobre el acaecer temporal.

Frente a este apriorismo intelectualista de la filosofía académica, al que no era ajeno su maestro Alain, Canguilhem aprendió que el filósofo debía extraer el material de su meditación a partir de disciplinas ajenas a la pureza de los conceptos y de los monumentos filosóficos, saberes concretos y asociados a la práctica y a la experiencia. Uno de estos candidatos era la sociología, pero la vocación imperialista de esta disciplina en su molde durkheimiano, fuertemente objetivista y determinista, amenazaba con introducir el “dogmatismo sociológico en el mercado filosófico”,¹¹⁵ desvirtuando su identidad.

Se imponía así una estrecha vigilancia de las fronteras filosóficas respecto a la sociología, echando el cierre ante la invasión durkheimiana pero abriendo la puerta ante modalidades más flexibles, como las que representaban Celestin Bouglé¹¹⁶ o Maurice Halbwachs. Algo similar sucedía con la psicología y los peligros del psicologismo.¹¹⁷ Un riesgo diferente tenía que ver con las asechanzas de un marxismo dogmático, de partido, cada vez más extendido en la intelectualidad francesa durante la coyuntura dramática de los años treinta.¹¹⁸ Frente a ambos dogmatismos, Canguilhem buscó nutrirse de saberes praxeológicos, atentos a los matices y a los contextos, sensibles ante el acontecimiento y respecto a la

¹¹³ Michèle Cammelli, “Présentation,” 533.

¹¹⁴ Georges Canguilhem, *Le fascisme*, 543-544.

¹¹⁵ Georges Canguilhem, “Sociologie. *Les causes du suicide*,” 380.

¹¹⁶ Giuseppe Bianco, “Life of pain: remarks about negativity and effort in Georges Canguilhem,” en *The care of life*, 156-157, ha señalado las posiciones teóricas de Bouglé contrarias a Durkheim y afines a Canguilhem, de cuya tesis doctoral complementaria fue director .

¹¹⁷ Jean François Braunstein, “La critique canguilhemienne de la psychologie,” *Bulletin de Psychologie*, [vol.] 52, 2/ 440 (1999): (181-190).

¹¹⁸ Yves Schwartz, “Jeunesse,” 91-92.

estructuración del medio por la individualidad. En esa dirección transitó primero por la geografía de Vidal de la Blache, de Febvre y de Marc Bloch, y más tarde por la medicina.

En estas luchas académicas, Canguilhem pudo encontrar alianzas valiosas con los intelectuales del grupo de Estrasburgo. A la vez que asentaban su carrera profesional, estos querían romper con la historia episódica dominante en la Universidad, pero recelaban –Febvre más que Bloch– de la vocación expansiva de la sociología en su versión durkheimiana. Frente a la preeminencia normativa de la “conciencia colectiva” y de sus representaciones, defendían la atención a los contextos singulares y a la pluralidad de los “géneros de vida” que modelaban el medio. De ahí su proyección en la Geografía, presente en el sociólogo (Halbwachs) y en los historiadores (Febvre, Bloch) que componían el equipo. Combatían también las abstracciones de la filosofía de la historia y los prejuicios del marxismo vulgar que alentaban visiones esquemáticas del decurso temporal, amenazando la peculiaridad disciplinar del saber histórico.

En sus trayectorias, Canguilhem y los científicos sociales del grupo de Estrasburgo recorrieron senderos paralelos. El primero siguió con atención la empresa intelectual promovida por los segundos, que al mismo tiempo eran sus mayores y pertenecían a una unidad generacional anterior. Por eso se trata de senderos no sólo paralelos, sino encontrados, aunque se bifurquen en direcciones diferentes. La cuestión final es si ese encuentro tuvo efectos duraderos en la singladura posterior de Canguilhem.

Conclusión. Los efectos del encuentro con el grupo de Estrasburgo en la epistemología histórica de Canguilhem

Mediada la década de 1950, con la publicación de *La formation du concept de réflexe aux XVIIe et XVIIIe siècles* (1955), tesis doctoral de historia de las ciencias, Canguilhem inició su periplo en lo que más tarde habría de denominarse epistemología histórica. Esta vocación por la historia de las ciencias se hizo más decidida aún a mediados del decenio siguiente, con una impresionante cascada de publicaciones sobre la materia y de comentarios acerca de la obra de Gaston Bachelard.¹¹⁹ La inflexión coincidía además con la consagración institucional de nuestro filósofo. Ya en 1948 había sido nombrado Inspector General de segundo grado para la materia de filosofía.¹²⁰ En 1955 dejó el cargo para sustituir a Bachelard como director del Institut d'Histoire des Sciences et des Techniques y catedrático de filosofía e historia de las ciencias en la Sorbona. En los años sesenta llegaría a presidir durante años el tribunal de la *Agrégation* en filosofía, concentrando un importante capital académico dentro del campo.

En simultaneidad con este viraje hacia la epistemología histórica, las referencias a los geógrafos y a los historiadores de los *Annales* tendieron a atenuarse. Canguilhem se concentró en un tipo de historia normativa de las ciencias que a primera vista parecía muy alejada de la historia general practicada por los historiadores. ¿Significa esto que el diálogo abierto con los historiadores del grupo de los *Annales* se interrumpió dejando de surtir efecto sobre la obra posterior de Canguilhem?

Nuestra respuesta es negativa. Lo que dota de un estilo propio a la historia de las ciencias y a la epistemología histórica forjada por Canguilhem, lo que lo distingue de autores aparentemente próximos, como Gaston Bachelard o Alexandre Koyré, deriva precisamente de esa antigua vinculación con el equipo de Estrasburgo.

En un reciente coloquio internacional sobre la epistemología histórica francesa, Pierre-Olivier Méthot¹²¹ ponía las cosas en su sitio terciando en una controversia acerca de la

¹¹⁹ Camille Limoges, “Introduction,” 25-29.

¹²⁰ *Ibid.*, 18.

¹²¹ Pierre-Olivier Méthot, “On the genealogy of concepts and experimental practices. Rethinking Georges Canguilhem’s historical epistemology,” en *Epistemology and History from Bachelard and Canguilhem to today’s history of science*, Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, (2012), 117-143, <https://www.mpiwg-berlin.mpg.de/Preprints/P434.PDF> consultado el 7 de Julio de 2015. Este trabajo se ha reeditado en *Studies in History and Philosophy of Science*, [vol.] 44 (2013): (112-123).

escritura canguilhemiana de la historia de las ciencias. Todo un rosario de comentaristas, siguiendo la estela de los discípulos de Althusser (Macherey, Lecourt, Fichant), había consolidado la idea de que Canguilhem privilegiaba una historia interna de las ciencias, proyectada en el análisis de la formación y transformaciones conceptuales, dejando en un segundo plano tanto el estudio de las técnicas y las prácticas experimentales como el contexto social y cultural donde tenía lugar el trabajo científico.

Esta calificación de “conceptocentrismo” para la epistemología histórica de Canguilhem, ya fuera con fines de encomio o para resaltar su vetustez frente a una epistemología histórica de última generación, más atenta a los aspectos prácticos y sociales de la ciencia, concitó el acuerdo mayoritario de los estudiosos (Rénard, Gutting, Chimisso, Hodge).¹²² Pues bien, frente a esa “concepción heredada”, sólo algunas voces aisladas, como las de Grene, Rheinberger o el propio Méthot, habrían defendido que, muy al contrario, lo propio de la epistemología histórica de Canguilhem era su vocación praxeológica. Lejos de desempeñar el papel protagonista, la invención y rectificación de conceptos sólo sería una práctica más, cuya explicación requería para el filósofo de Castelnau, ponerla en relación con otras prácticas específicas, ya fueran técnicas o experimentales, todo ello dentro de un determinado contexto cultural. Ajeno al intelectualismo, alérgico al confinamiento en una historia abstracta de las nociones, el enfoque canguilhemiano insertaría el devenir de los conceptos en el decurso concreto de las prácticas y los usos sociales.¹²³ Eso sí, a diferencia de planteamientos como el de Bruno Latour,¹²⁴ Canguilhem recalca la singularidad de la actividad científica, regida por una norma que la distinguía de otros quehaceres como la técnica, el arte o la política; esa norma era la pretensión de verdad. Esta voluntad de arraigar la invención y modificación de los conceptos en el plexo histórico de las técnicas y de las prácticas culturales distingue a la historia de las ciencias de Canguilhem respecto a otras modalidades de relato histórico, como las de Bachelard¹²⁵ o Koyré.¹²⁶

Nuestra tesis es que esta singularidad del estilo de Canguilhem, esta voluntad de arraigar el conocimiento en las técnicas y en las formas concretas de existencia cultural y social, sólo es inteligible teniendo en cuenta el encuentro de nuestro autor con los geógrafos de la escuela francesa y con los fundadores de los Annales. Estos le enseñaron a salir del intelectualismo alainista, derivando la racionalidad de los “géneros de vida” en los que aquella está encofrada, educando su sensibilidad para captar las diversas modulaciones de los paisajes y de las escenas históricas. Después de pasar por la geohistoria, Canguilhem instruyó su juicio filosófico en la medicina, y la vida humana (hombre/ medio) dejó su lugar a la vida misma (viviente/ medio), a la normatividad vital como elemento unificador de la experiencia. Pero la enseñanza de los vidalianos y del equipo de Estrasburgo nunca cayó en saco roto.

¹²² Pierre-Olivier Méthot, “On the genealogy,” 120-124.

¹²³ Un rotundo ejemplo de este argumento aparece al final de G. Canguilhem, *La formation du concept de réflexe aux XVIIe et XVIIIe siècles* (Paris: Vrin, 1977), 165-166, cuando, conectando con las reflexiones de Georges Friedmann, relaciona la versión crecientemente mecanicista del concepto de “reflejo”, desde 1850, con el desarrollo del taylorismo en el disciplinamiento de la fuerza laboral.

¹²⁴ Pierre-Olivier Méthot, “On the genealogy,” 121-122.

¹²⁵ Jones McAllester, “Georges Canguilhem on science and culture: learning biology’s lessons,” *French Cultural Studies*, [vol.] 11, 31 (2000): 120-125 (117-130).

¹²⁶ Pietro Redondi, “Science moderne,” 324-330.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Entre o normal e o patológico: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica

Mauro Lúcio Leitão Condé

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Recebido em 17/04/2016. Aprovado em 30/04/2016.

Como citar este artigo: Condé, M. L. L. "Entre o normal e o patológico: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 51-67. 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>.

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.114460> Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar, a partir de alguns aspectos do pensamento de Ludwik Fleck e Georges Canguilhem, a emergência da epistemologia histórica na história da ciência. Em especial, busca-se nesses autores a contribuição da matriz biológica, ou das ciências da vida, como referência central na constituição da epistemologia histórica. Em outros termos, mais que perceber semelhanças entre Fleck e Canguilhem, o objetivo é mostrar como, ao formular de modo independente suas concepções de história da ciência – especialmente a história da medicina – esses autores contribuíram decisivamente na formulação das bases de uma epistemologia histórica que constituirá, ao longo do século XX, um novo *estilo de pensamento* para a compreensão da história da ciência.

Palavras-chave: Fleck, Canguilhem, epistemologia histórica, história da ciência, historiografia da ciência.

Between normal and pathological: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem and the genesis of historical epistemology

Abstract: The main purpose of this article is to address, starting from some aspects of the thought of Ludwik Fleck and Georges Canguilhem, the genesis of historical epistemology in the history of science. Specifically, it seeks the contribution of the biological matrix, or the life sciences, presented by these authors, as a central framework in the constitution of historical epistemology. In other words, more than a search of similarities between Fleck and Canguilhem, the main goal is to show how, in formulating independently their ideas of history of science – especially the history of medicine – these authors contributed decisively to the basis of a historical epistemology that will be, throughout the twentieth century, a new thought style for understanding the history of science.

Keywords: Fleck, Canguilhem, historical epistemology, history of science, historiography of science.

Introdução

Apesar de pertencerem a tradições diferentes e de não terem sofrido influências recíprocas ou unilaterais, no contexto dos anos 1930/1940, Fleck e Canguilhem reagem, cada um a seu modo, contra a velha concepção de história da ciência legitimada por uma epistemologia positivista. Em 1935, o médico Ludwick Fleck publica sua obra magna *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Apenas oito anos mais tarde, em 1943, aparece *O normal e o patológico*,¹ do também médico Georges Canguilhem. Nesses livros, os autores estabeleceram suas respectivas posições inovadoras constituindo, para usar um conceito caro a Fleck, um novo “estilo de pensamento” na compreensão da ciência e de sua história. Essas obras partem de uma perspectiva comum: a reação contra o positivismo/neopositivismo. Procuraram mostrar a necessidade de um novo modelo epistemológico para a compreensão da história da ciência, isto é, o estabelecimento de uma epistemologia histórica.

A partir da problemática médica e biológica, Fleck e Canguilhem questionam os limites rígidos da ideia de “precisão” da epistemologia racionalista, bem como a concepção do fato como algo dado e fixo como postulado pela epistemologia positivista e neopositivista. Eles nos conduzem a pensar novos parâmetros para o conhecimento em um novo cenário no qual os fatos também são construções sociais, e a precisão ou exatidão de um conhecimento se estabelece não a partir da formalização de uma essência preexistente, mas da adequação entre os elementos, muitas vezes cambiantes, de um dado “sistema de referência”. Compreendendo o devir histórico como um elemento constitutivo do conhecimento científico, nossos autores configuram uma nova epistemologia capaz de operar em um universo de incertezas e flutuações.

O objetivo deste texto não é, sobretudo, abordar essas obras ou mesmo comparar uma com a outra – tarefa já realizada por autores como Braunstein² e Sinding³ –, mas procurar compreendê-las a partir do quadro de referência ou do estilo de pensamento em que surgem. Elas são frutos de um determinado momento histórico, de dado estilo de pensamento, mas, ao mesmo tempo, irão se tornar importantes referências para a consolidação deste estilo de pensamento, isto é, a epistemologia histórica. Com efeito, o foco aqui não é o conjunto do pensamento desses autores a partir de uma análise de suas trajetórias intelectuais, mas o significado da emergência dessas obras específicas no contexto dos anos 1930/1940, bem como a herança para a epistemologia histórica.

* * *

¹ Essa obra surge, em 1943, com o título *Ensaio sobre alguns problemas relativos ao normal e o patológico*. Em 1966, é reeditada sob o título *O normal e o patológico*, acrescido de *Novas reflexões referentes ao normal e ao patológico*. Com vistas a abordar o contexto de emergência da epistemologia histórica nos anos 1930/1940, a análise feita aqui recai, sobretudo, na primeira parte escrita em 1943. Em 1966, a ideia de uma epistemologia histórica já estava bem avançada visto que, em 1962, tinha sido publicado, por exemplo, *A estrutura das revoluções científicas* de Kuhn (Thomas Kuhn, *The structure of scientific revolution* (Chicago: University of Chicago Press, [1962] 1970)).

² Jean-François Braunsteins, “Deux philosophies de la médecine: Canguilhem et Fleck”, in *Philosophie et médecine. En hommage à Georges Canguilhem*, ed. A. Fagot-Largeault & C. Debru & M. Morange (Paris: Vrin, 2008) e Jean-François Braunstein, “Fleck, Canguilhem, Foucault et le “style français” en philosophie des sciences”, em *Penser avec Fleck – Investigating a life studying life science*, ed. Johannes Fehr & Nathalie Jas & Ilana Löwy (Zurique: Collegium Helveticum Helft 7, 2009).

³ Christiane Sinding, “De Fleck a Canguilhem: la médecine comme épistémologie de l’incertain”, em *Penser avec Fleck – Investigating a life studying life science*, ed. Johannes Fehr & Nathalie Jas & Ilana Löwy (Zurique: Collegium Helveticum Helft 7, 2009).

Estabelecendo uma crítica ao positivismo de Comte, a concepção de história da ciência de Canguilhem nos diz que a história é elemento fundamental na compreensão da ciência, pois se integram em um só conjunto a ciência, a história e a cultura.

[...] os cientistas, como homens, vivem sua vida em um ambiente e em um meio que não são exclusivamente científicos, a história das ciências não pode negligenciar a história das ideias. Aplicando a uma tese sua própria conclusão, seria possível dizer que as deformações por ela sofridas no meio de cultura podem revelar sua significação essencial.⁴

Para o pensador francês, nesse conjunto reside a própria condição histórica do saber humano. O cientista, por exemplo, ao produzir ciência, é um indivíduo localizado no espaço e no tempo agindo de um modo peculiar para atender a circunstâncias específicas. Como consequência, não poderíamos compreender a ciência a partir de uma epistemologia abstrata e a-histórica, mas, ao contrário, seria necessário assumir essa condição histórica da ciência. Enfim, formulada a partir dessa perspectiva, a pergunta pelo conhecimento assume, efetivamente, o caráter de uma “epistemologia histórica”.

Por sua vez, para Fleck, contrariamente ao que sustentava o ideal do Círculo de Viena, a compreensão epistemológica da ciência está indelevelmente marcada por aspectos históricos e sociais. Afirma o pensador polonês: “qualquer teoria do conhecimento sem estudos históricos ou comparados permaneceria um jogo de palavras vazio, uma epistemologia imaginária (*epistemologia imaginabilis*).”⁵ Se a produção do conhecimento se dá essencialmente em um processo histórico, não é suficiente compreender os mecanismos de produção desse conhecimento por eles mesmos, mas torna-se necessário também conhecer o processo histórico em que tais conhecimentos se desenvolvem. Com efeito, assim como para Canguilhem, também para Fleck a história da ciência apenas poderia ser feita levando em consideração as marcas do tempo e do espaço no qual ela é produzida. A ciência tem uma história e essa história é parte fundamental do próprio entendimento do que seja a ciência.

Com vistas a compreender a importância de Fleck e Canguilhem para a emergência da epistemologia histórica, este texto procura responder às seguintes questões: 1) Por que, em períodos tão próximos e de forma independente, esses autores afirmam a importância da perspectiva histórica na construção do conhecimento científico? 2) Em que sentido essa dimensão histórica afirmada por eles constitui as bases de uma epistemologia histórica? Inicialmente, procurarei mostrar que, ao partir da história do saber médico, nossos autores se inserem em uma longa tradição de conhecimento longe das concepções epistemológicas vigentes até início dos anos 1930, pautadas enormemente nas ciências físicas. Assim, em parte estimulados pelas novas perspectivas epistemológicas trazidas pelas transformações das ciências físicas – em especial a mecânica quântica – em parte refletindo as ciências da vida, nossos autores irão conceber uma nova proposta epistemológica. Após abordar aspectos da história do saber médico no qual nossos autores se inserem, procurarei, na sequência, mostrar algumas das diretrizes dessa nova perspectiva epistemológica apresentada por eles e que contribuiu para a emergência do que estou chamando aqui de epistemologia histórica.

Antes de qualquer coisa, saliento que, embora Fleck e Canguilhem tenham sido pioneiros em nos mostrar a historicidade do conhecimento científico, eles não usaram a

⁴ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*, trad., ed. Maria Barrocas (Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1943] 2009), 15 [*Le normal et le pathologique* (Paris: Presses Universitaires de France, [1943] 1975)].

⁵ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, trad., ed. Georg Otte e Mariana Oliveira (Belo Horizonte: Fabrefactum, [1935] 2010), 62 [Ludwik Fleck, *Entstehung und entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, [1935] 1980)].

expressão “epistemologia histórica”.⁶ Mais que isso, a própria ideia de epistemologia histórica é algo multifacetado, com diferentes nuances e terminologias como, por exemplo, “epistemologia social” ou “ontologia histórica”.⁷ Contudo, parece haver um ponto comum a essas concepções ao afirmarem que o conhecimento científico não é apenas uma resposta da natureza aos nossos questionamentos, mas é também produto de um dado contexto histórico. A ciência tem uma história e sua história é elemento constitutivo dos próprios resultados alcançados por ela. Pressuposto do que aqui é chamado de epistemologia histórica.

Do universo da “precisão” à epistemologia da incerteza

É conhecido o texto de Alexandre Koyré que anuncia como um dos mais importantes aspectos da revolução científica moderna a passagem do “Mundo do ‘mais ou menos’ ao universo da ‘precisão’”.⁸ Para Koyré, a matematização da experiência permitiu a criação da ideia de precisão como um dos importantes fatores na construção da ciência moderna. Ainda que tenhamos diferentes interpretações para a emergência da ciência na modernidade é inegável que a proposta de Koyré teve um grande impacto. Subjacente a essa visão de história da ciência defendida pelo ilustre pensador franco-russo está uma epistemologia de base platônica – idealista, como assumida por ele⁹ ou “internalista” como atribuída a ele pela historiografia da ciência – pouco afeita à valorização de aspectos históricos, sociais e tecnológicos como fatores fundamentais na constituição da ciência moderna. Ao conceber a ciência essencialmente como teoria, ainda que se contraponha a uma perspectiva positivista, Koyré afastará qualquer possibilidade de incluir os referidos fatores como peças fundamentais de sua concepção epistemológica.¹⁰ A certeza subjacente à ideia de precisão, ancorada em pressupostos matemáticos – *Mathesis Universalis* – afastava qualquer iniciativa de incluir ingredientes históricos e sociais como determinantes na constituição de uma epistemologia. Portanto, a concepção de história da ciência de Koyré dificultou a emergência de uma epistemologia histórica – em que pese todo o malgrado esforço de Elkana para qualificar o pensador franco-russo como um dos pioneiros da sociologia da ciência.¹¹

Também a epistemologia neopositivista do Círculo de Viena, ainda que partisse da base empírica verificada por suas “sentenças protocolares”, encontrou na afirmação da lógica matemática um ideal de exatidão. A nova lógica seria o “caminho real” para nos conduzir à certeza dos fatos. Assim como Koyré, o Círculo de Viena afirmou um ideal de exatidão e afastou-se dos aspectos históricos e sociais como fontes de fundamentação do conhecimento científico.¹² Essas perspectivas epistemológicas, ao se distanciarem de fatores históricos e sociais, ecoam a velha dicotomia aristotélica entre a universalidade da episteme e a contingência

⁶ Em sua genealogia da expressão “epistemologia histórica”, Yves Gingras nos informa que essa expressão teria sido usada pela primeira vez por Dominique Lecourt, em 1969, em seu livro *L'epistemologie historique de Gaston Bachelard*. Yves Gingras, “Naming without necessity: on the genealogy and uses of the label historical epistemology”, *Revue de Synthèse*, [vol.] 131, 3 (2010), 442.

⁷ Para a abordagem da questão da constituição da “epistemologia histórica”, ver Hans-Jörg Rheinberger, *On historicizing epistemology: an essay* (Stanford: Stanford University Press, 2010) e Martin Carrier, “Historical epistemology: on the diversity and change of epistemic values in science”, *Berichte zur Wissenschaftsgeschichte*. [vol.] 35, 3 (2012): 239-251; para as abordagens correlatas da “ontologia histórica”, ver Ian Hacking, *Historical ontology* (Cambridge: Harvard University Press, 2002) e para a “epistemologia social”, ver Steve Fuller, *Social epistemology* (Indiana: Indiana University Press, [1988] 2002) e Martin Kusch, “Social Epistemology”, em *The Routledge Companion to Epistemology*, ed. S. Bernecker and D. Pritchard (London: Routledge, 2011).

⁸ Alexandre Koyré, *Études d'histoire de la pensée philosophique* (Paris: Gallimard, [1961] 1971), 341-362.

⁹ Alexandre Koyré, *Étude d'histoire de la pensée scientifique* (Paris: Gallimard, [1966] 1973), 399.

¹⁰ Mauro L. Condé, “Koyré e Wittgenstein: o internalismo reconsiderado a partir de uma perspectiva pragmática”, em *Alexandre Koyré: história e filosofia das ciências*, M. L. Condé, M. Salomon (Belo Horizonte: Fino Traço, 2015).

¹¹ Yehuda Elkana, “Alexandre Koyré: between the history of ideas and sociology of disembodied knowledge”, *History and Technology*, [Vol.] 4 (1987): 115-148.

¹² Mauro L. Condé, “O Círculo de Viena e o empirismo lógico”, *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*, no. 5 (1995).

da história. Não há saber universal na contingência da história. Essa parece ser uma concepção que ainda hoje é compartilhada por alguns. Conforme assinalam Daston e Galison, “alguns (filósofos especialmente) podem ainda sentir um mal-estar diante do poder corrosivo da história, que dissolve tudo o que toca.”¹³

Assim, diferentemente de Aristóteles e sua radical separação entre os polos episteme e história, para nossos autores, a ciência seria um saber universal, mas, ainda que aparentemente paradoxal, não deixa de ser algo também localizado no tempo, isto é, mergulhado na contingência da história. A ideia de uma “epistemologia histórica” delineada por esses autores nos diz precisamente que o sistema do conhecimento científico não é apenas o resultado de observações da natureza (universal), mas também está sujeito a exigências (contingentes) culturais, sociais e históricas. Nossas considerações epistemológicas são elas próprias constituídas em contextos e tempos históricos específicos.

Portanto, quando Fleck e Canguilhem introduzem uma perspectiva histórica na compreensão da ciência, posicionam-se não apenas contra uma epistemologia positivista, mas também contra um determinado ideal de precisão. Afirmar a história como um importante fator constitutivo de nossa compreensão da ciência é abandonar o “mito da precisão” como indicador de uma verdade última assentada na *Mathesis Universalis* de uma epistemologia racionalista ou da exatidão lógica que nos conduz à positividade dos fatos, como pretendido pela epistemologia neopositivista.¹⁴ Em última instância, afirmar a historicidade da ciência é ir contra a máxima aristotélica e abraçar uma epistemologia da incerteza, na qual o ideal de precisão não se constitui como uma descoberta a ser feita, mas uma mera adequação de nossos mecanismos temporais de percepção da natureza que nos cerca. Enfim, a crítica ao positivismo e o abandono do mito da precisão foram precondições para assumir uma epistemologia histórica.

Um estilo de pensamento indiciário

Não parece ser apenas uma coincidência o fato de Fleck e Canguilhem iniciarem suas carreiras na medicina, como também não parece ser coincidência a formulação de uma epistemologia evolucionista se constituir logo após a crise epistemológica ocorrida na matriz física, que vigorava como principal referência até então. Na França, poucos anos antes de Canguilhem inquirir epistemologicamente a relação entre o normal e o patológico, Gaston Bachelard, em resposta aos desdobramentos da mecânica quântica, anunciava, em *O novo espírito científico*, a necessidade de estabelecermos novos parâmetros epistemológicos em uma base não mais arquimediana, cartesiana e newtoniana.¹⁵ “O novo espírito científico” seria exatamente a necessidade de se constituir uma nova epistemologia a partir da “ciência nova”, a mecânica quântica. Canguilhem deixará claro sua inspiração em Bachelard.¹⁶

Com Fleck não foi diferente. Sua reação à mecânica quântica é ainda mais direta. Ele se insere na controvérsia epistemológica trazida pela “nova ciência”. Em um de seus primeiros artigos “Sobre a crise da ‘realidade’” (1929), ele aborda a questão da observação de um

¹³ Lorraine Daston & Peter Galison, *Objectivity* (Cambridge: Zone Books, 2007), 377.

¹⁴ Talvez possamos encontrar na lógica de Frege – importante marco na fundação da lógica matemática seguida pelo Círculo de Viena – um ponto em comum a essas duas epistemologias, pois, ao mesmo tempo em que a lógica assume uma importância fundamental para o positivismo lógico, Frege nos informa que, ao formular sua *Ideografia* (*Begriffsschrift*), era algo como a *Characteristica Universalis* de Leibniz (baseada na *Mathesis Universalis*) que ele tinha em mente. Gottlob Frege, “Sobre a finalidade da ideografia”, em *Lógica e filosofia da linguagem*, trad., ed. P. Alcoforado (São Paulo: Cultrix, Edusp, 1978), 142.

¹⁵ Gaston Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique* (Paris: Univ. de France, [1934] 1984).

¹⁶ Jean-François Braunsteins, “Deux philosophies de la médecine: Canguilhem et Fleck”, em *Philosophie et médecine. En hommage à Georges Canguilhem*, ed. A. Fagot-Largeault & C. Debru & M. Morange (Paris: Vrin, 2008), 3.

fenômeno natural, a partir do postulado quântico de Niels Bohr que estabelece que, nos fenômenos quânticos, o instrumento de medição interfere na medida. Fleck endossa a posição de Bohr afirmando que “observar, conhecer é sempre testar e assim, literalmente, mudar o objeto de investigação.”¹⁷

Diante desse novo quadro trazido pela própria ciência física, Fleck e Canguilhem encontrarão um terreno mais propício para desenvolver as consequências epistemológicas da tradição a qual eles se filiam, isto é, a tradição médica, biológica ou a tradição das ciências da vida. Tradição essa que remonta a um longo tempo, mas que apenas nesse contexto da crise epistemológica das ciências físicas parece encontrar espaço para florescer.

Para compreendermos essa tradição a qual procuro filiar Fleck e Canguilhem, baseio-me no clássico texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, do eminente historiador italiano Carlo Ginzburg.¹⁸ Aqui podemos encontrar um extenso mapeamento dessa tradição na qual, entre outros saberes marginalizados pela epistemologia clássica, tanto o saber médico quanto o saber histórico se inserem. Tais saberes foram alijados pela epistemologia clássica construída a partir da física, como, por exemplo, a epistemologia dos filósofos-cientistas do Círculo de Viena,¹⁹ em sua maioria físicos, ou ainda como nos tentou fazer crer Koyré ao alinhar “Platão e Galileu”.²⁰ Essa tradição de conhecimento marginalizada a qual as obras de Fleck e Canguilhem vêm dar voz, ficou em segundo plano ao longo dos séculos. Esse tipo de saber permaneceu, nas palavras do pensador italiano, “(...) implícito (esmagado pelo prestigioso – e socialmente mais elevado – modelo de conhecimento elaborado por Platão)”²¹

Por se constituírem a partir do saber médico e histórico, os livros de Fleck e Canguilhem podem ser incluídos no que Ginzburg chama de “Paradigma indiciário”. Porém, antes mesmo de abordar o que vem a ser um paradigma indiciário é importante observar que, no contexto dos anos 1970, com a forte influência de *A estrutura das revoluções científicas*, Ginzburg utiliza o conceito kuhniano “paradigma”.²² Talvez a expressão paradigma, naquele momento, carregada de um forte apelo argumentativo e um grande potencial metodológico, fosse até mesmo inevitável. Contudo, o tempo nos mostrou que o conhecimento indiciário, tal como explicitado por Ginzburg, como algo flexível, adaptativo e sem limites rigidamente definidos, parece ser muito mais um “estilo de pensamento”, nos termos de Fleck, do que propriamente um rígido paradigma circunscrito à sua incomensurabilidade, como definido por Kuhn. Naturalmente, isso não diminui em nada o valor do texto de Ginzburg. Contudo, se nos permitisse o grande historiador italiano, argumentaria: trata-se muito mais de um “estilo de pensamento indiciário” do que propriamente um “paradigma indiciário”.

Qual seria a principal característica deste estilo de pensamento indiciário (paradigma indiciário)? Segundo o historiador italiano, seria a busca pelos detalhes, pelos indícios, pelos elementos que não ocupam o primeiro plano, mas que possam conduzir-nos a uma compreensão mais pormenorizada do todo. Como modelo exemplar dessa metodologia Ginzburg aponta o tratado de pintura de um médico italiano chamado Giovanni Morelli. Segundo tal método, na análise de uma obra de arte original é preciso observar os detalhes, as minúcias e sutilezas demarcadas pelo pintor. A partir desses aspectos podemos estabelecer a

¹⁷ Ludwik Fleck, “On the crisis of ‘reality’”, em *Cognition and fact: materials on Ludwik Fleck*, ed. Robert Cohen & Thomas Schnelle (Boston: Reidel, [1929] 1986), 53.

¹⁸ Carlo Ginzburg, “Señales, raíces de un paradigma indiciário”, em *Crisis de la razón*, ed. Aldo Gargani (México: Siglo XXI Editores, [1978] 1983), 55-99.

¹⁹ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 94.

²⁰ Alexandre Koyré, *Études d'histoire de la pensée philosophique* (Paris: Gallimard, [1961] 1971), 166-195.

²¹ Carlo Ginzburg, “Señales, raíces de un paradigma indiciário”, em *Crisis de la razón*, ed. Aldo Gargani (México: Siglo XXI Editores, [1978] 1983), 70.

²² Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 55.

identificação de obras falsas, isto é, concentrando-nos nos detalhes percebemos “características presentes nos originais, mas não nas cópias”.²³

A busca pelo detalhe, pelos indícios, segundo Ginzburg, também é o que caracteriza o método de Sherlock Holmes, personagem criado pelo também médico Conan Doyle. Mais que mera semelhança entre a metodologia de pistas e indícios praticada por Sherlock Holmes, Ginzburg acredita que Conan Doyle teve, através de seu tio, conhecimento do método de Morelli.²⁴ Como se não bastasse a aproximação desses dois médicos, ainda que exercendo profissões distanciadas da medicina, Morelli, sempre segundo Ginzburg, também estaria muito próximo de outro famoso médico, Sigmund Freud. A técnica da psicanálise estaria diretamente ligada a essa tradição indiciária. E segundo Ginzburg, o próprio Freud nos indica com sua obra essa perspectiva indiciária ao conceber “a proposta de um método interpretativo centrado sobre as sobras, os dados marginais, considerados como reveladores. Desse modo, detalhes considerados habitualmente sem importância, ou diretamente triviais, ‘vulgares’, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano.”²⁵

Em *O Moisés de Michelangelo*, Freud, que contava em sua biblioteca com um exemplar do livro de Morelli, *Della pittura italiana: Studii storico critici*, deixa-nos uma verdadeira síntese do método do crítico de arte italiano em sua relação com a anatomia.

A importância característica dos detalhes secundários, de minúcias insignificantes como a conformação das unhas, dos lóbulos auriculares, da aréola e outros elementos que normalmente passam despercebidos e que o copista deixa de imitar, enquanto que, ao contrário, todo artista segue esses detalhes de maneira a imprimir sua singularidade.²⁶

Após explicitar o método indiciário, mapear sua tradição e mostrar sua íntima relação com a medicina através da analogia e aproximação entre Morelli, Holmes e Freud, Ginzburg pergunta:

Como se explica esta tríplice analogia? A resposta à primeira vista é muito simples. Freud era médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de se dedicar à literatura. Nos três casos se vislumbra o modelo da sintomatologia médica: a disciplina que permite diagnosticar as enfermidades inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais.²⁷

Contudo, talvez o mais importante, essa semelhante abordagem metodológica desses três autores não seria apenas uma semelhança fortuita, mas um tipo de resposta a um espírito de época. De acordo com Ginzburg, “até fins do século XIX – mais precisamente na década 1870-1880 – começou a afirmar-se nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na sintomatologia. Mas suas raízes eram muito mais velhas”²⁸, vindo de outros

²³ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 57.

²⁴ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 59.

²⁵ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 63.

²⁶ S. Freud, *Der Moses des Michelangelo*, em *Sigmund Freud. Gesammelt Werke*, vol. X, p. 185. Citado por Carlo Ginzburg, “Señales, raíces de un paradigma indiciario”, em *Crisis de la razón*, ed. Aldo Gargani, (México: Siglo XXI Editores, [1978] 1983), 60.

²⁷ Carlo Ginzburg, “Señales, raíces de un paradigma indiciario”, em *Crisis de la razón*, ed. Aldo Gargani, (México: Siglo XXI Editores, [1978] 1983), 60.65.

²⁸ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 65.

tempos; esse era o saber “dos médicos, dos historiadores”, enfim um “saber conjectural”²⁹ que se caracterizaria pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”.³⁰

Em sua conclusão, ainda que não tenha premeditado enfatizar esse ponto, Ginzburg une as perspectivas de conhecimento do médico e do historiador exatamente como presentes em Fleck e Canguilhem, afirmando que o saber do “historiador é comparável ao médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar a doença específica do doente singular. E como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”.³¹ É nesse sentido que os trabalhos de Fleck e Canguilhem têm origens semelhantes. Essas obras estão, portanto, localizadas em um contexto histórico bem definido. Elas emergem não apenas a partir das ciências da vida, mas após a referida crise da epistemologia das ciências físicas e encontram, nesse contexto, um bom terreno para florescer um novo estilo de pensamento com uma nova epistemologia. Como salienta o historiador italiano, “o grupo de disciplinas que chamamos indiciárias (compreendida a medicina) não entra em absoluto nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano”.³²

Mais que delinear o terreno propício para afirmar a nova legitimidade desses antigos saberes indiciários, Ginzburg arremata seu texto afirmando a importância que esse evento terá para a epistemologia. Segundo ele, “nas discussões sobre a ‘incerteza’ da medicina estavam formulados os futuros nós epistemológicos das ciências humanas”.³³

Não é difícil encontrar nas próprias palavras de Fleck ou Canguilhem um tipo de filiação a essa tradição indiciária, ainda que certamente eles jamais tenham utilizado essa terminologia. Para Canguilhem, “a medicina nos pareceria, e nos parece ainda, uma técnica ou arte situada na confluência de várias ciências, mais do que uma ciência propriamente dita”.³⁴ A medicina, para o autor de *O normal e o patológico*, jamais se adequou à ideia de ciência predominante: “a clínica não é uma ciência e jamais o será, mesmo que utilize meios cuja eficácia seja cada vez mais garantida cientificamente”.³⁵ Na concepção de Canguilhem, certamente, os conhecimentos científicos foram importantes para o desenvolvimento da medicina, mas, ainda assim, “apesar de tantos esforços louváveis para introduzir métodos de racionalização científica, o essencial dessa ciência ainda era a clínica e a terapêutica, isto é, uma técnica de instauração e de restauração do normal, que não pode ser inteiramente reduzida ao simples conhecimento.”³⁶ E seria exatamente a vida, em toda a sua complexidade, que nunca permitiu à medicina reduzir-se à racionalidade científica da exatidão ou mesmo da positividade dos fatos. Assim, diferentemente da física, conclui Canguilhem: “em matéria de biologia, é o *pathos* que condiciona o *logos* porque é ele que o chama. É o anormal que desperta o interesse teórico pelo normal.”³⁷

Para o autor de *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* não é diferente. Fleck tem consciência de que ainda que a medicina pudesse ser considerada de um ponto de vista científico, ela está vinculada aos muitos aspectos culturais, sociais e históricos presentes no saber indiciário. Seria exatamente dessa confluência que sairia uma nova epistemologia. É nesse sentido que, para Fleck, “um fato científico no âmbito da medicina é especialmente apto para

²⁹ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 70.

³⁰ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 66.

³¹ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 72.

³² Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 71.

³³ Carlo Ginzburg, *Ibid.*, 84.

³⁴ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*, trad., ed. Maria Barrocas (Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1943] 2009), 6.

³⁵ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*, 174.

³⁶ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 7.

³⁷ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 158.

as nossas considerações, uma vez que apresenta uma configuração muito rica tanto no plano da história quanto no do conteúdo e que ainda não passou por nenhum desgaste na teoria do conhecimento”.³⁸ Por excelência, a medicina é um saber que se constitui na sua própria historicidade, ao mesmo tempo em que busca refinar seus critérios de cientificidade. Tendo esse entendimento, Fleck estabelece o fato médico como um fato privilegiado para ter uma noção mais ampla do que venha a ser a ciência. Segundo ele, “um fato da medicina, cuja importância e aplicabilidade não pode ser negada, é especialmente útil por apresentar uma configuração muito rica tanto no plano histórico quanto no fenomenológico.”³⁹

Entre o normal e o patológico, o nascimento de uma epistemologia histórica

Além dessa dimensão histórica e social na produção do conhecimento, que já traz em si a própria crítica ao positivismo/neopositivismo, nossos autores desenvolvem algumas outras diretrizes que serão muito importantes na formulação de uma epistemologia histórica, ainda que ora tais características apareçam de modo mais desenvolvido, ora de forma mais embrionária. Quero assinalar aqui, pelo menos, quatro dessas diretrizes: (1) “matriz biológica” – a matriz de entendimento do conhecimento é a biologia – o desenvolvimento do conhecimento é algo que se processa em termos evolutivos; (2) “perspectiva social e histórica” – o entendimento do conhecimento como resultado de um coletivo e suas interações sociais situados no tempo; (3) “sistema autorreferente” – a ideia de constituição da racionalidade a partir de um “sistema de referência” dinâmico e aberto que tem autonomia e mobilidade para constituir, suprimir ou intercambiar seus próprios postulados de constituição; (4) “linguagem” – valorização da linguagem como sistema de codificação conceitual que guia as práticas sociais – ao mesmo tempo em que por essas práticas é formado – na constituição da racionalidade integrando sociedade e natureza.

Procurarei, a seguir, pontuar alguns aspectos da presença dessas diretrizes no pensamento de Fleck e Canguilhem. Diretrizes essas que compõem os elementos básicos de uma epistemologia histórica. Tecerei algumas considerações sobre as três primeiras e apenas farei uma breve observação sobre a quarta.

(1) A matriz biológica

Como já venho assinalando desde o início deste texto, pensar a ciência a partir da medicina e da biologia parece ser o ponto que aproxima nossos dois autores. Chamo esse ponto de convergência de matriz biológica. Ainda que diferenças entre biologia e medicina possam trazer diferentes implicações na construção da epistemologia histórica, aqui são ambas compreendidas no mesmo complexo das ciências da vida. Antes de pensarem a história da ciência no viés de uma epistemologia histórica, Fleck e Canguilhem foram médicos⁴⁰ e talvez isso não tenha sido uma mera coincidência, se pensarmos a partir da ideia de estilo de pensamento indiciário. Não apenas possuem uma prática e um discurso a partir da matriz biológica, mas compreendem a necessidade de incorporar essa matriz como referencial epistemológico. Em certo sentido, uma epistemologia histórica é uma epistemologia biológica ou evolutiva.

³⁸ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 55.

³⁹ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 56.

⁴⁰ Fleck nunca foi explícito sobre sua filiação à perspectiva filosófica da escola de medicina polonesa. Entretanto, na medida em que essa original escola de medicina, que se desenvolve ao longo do século XIX, ainda era influente no contexto da formação médica de Fleck, é pouco provável que ele não tenha sido influenciado por ela. Para uma abordagem dessa escola de medicina polonesa, ver Ilana Lowy, *The Polish School of Philosophy of Medicine From Tytus Chalubinski (1820–1889) to Ludwik Fleck (1896–1961)* (Springer, 1990).

Ao contrapor a matriz biológica à antiga matriz da física, Fleck salienta que aquilo que muitas vezes nos parece fixo, objetivo e absoluto, na realidade passa por um longo processo de *evolução* social, cognitiva e linguística. Fortemente presente no pensamento de Fleck, a ideia de evolução mostra sua filiação a uma perspectiva darwinista. Ele transpõe para a epistemologia a concepção de evolução, isto é, o desenvolvimento científico é visto de modo análogo à evolução darwinista. Relata-nos Fleck: “a biologia me ensinou a examinar uma área submetida à evolução sempre em sua história evolutiva”.⁴¹ A ciência tem uma evolução e nesse processo suas transformações são muito mais “mutações” do que propriamente revoluções. O conhecimento evolui de um estilo de pensamento ao outro havendo assim “mutações do estilo de pensamento”⁴² e não rupturas, como postulou a ideia kuhniana de paradigma.⁴³

De modo semelhante, para Canguilhem, as ciências da vida, diferentemente das ciências físicas, compõem um saber especial porque partem de uma necessidade mais primordial do que a de conhecer o mundo físico, isto é, a de conhecer a própria vida de quem conhece. Vida essa de quem vive e sofre. Para o autor de *O normal e o patológico*, “sempre se admitiu, e atualmente é uma realidade incontestável, que a medicina existe porque há homens que se sentem doentes, e não porque existem médicos que os informam de suas doenças. Existe patologia biológica, mas não existe patologia física, nem química, nem mecânica”.⁴⁴

Essa questão do patológico, enquanto *pathos* ou sofrimento humano, que se torna um referencial da medicina, acabará também, tanto para Fleck quanto para Canguilhem, tornando-se um marco referencial epistemológico para pensarmos os limites da própria ciência. Essa é a questão central da tese de doutoramento de Canguilhem – que se transformará em seu livro *O normal e o patológico* –, e essa também é uma questão central que já aparece, para Fleck, como o tema de seu primeiro artigo, publicado em 1927, intitulado “Algumas características específicas do modo médico de pensar”. Nesse artigo, em torno dessa peculiaridade trazida pela questão do normal e do patológico, o pensador polonês desenvolve suas primeiras considerações epistemológicas, já estabelecendo o quadro de referência a partir do qual desenvolverá suas ideias contrapondo o conhecimento da tradição médica à tradição das ciências físicas.

Se para a tradição da ciência física é possível procurar o “normal” em estruturas que se repetem e, assim, identificar e rotular o fenômeno natural, no saber médico isso não seria possível. Assevera Fleck, “[...] a temática do conhecimento médico difere, em princípio, da do conhecimento científico. Um cientista procura pelo típico, pelo fenômeno normal, enquanto o médico estuda exatamente o fenômeno atípico, anormal e mórbido.”⁴⁵ Essa especificidade do saber médico insere o conhecimento da medicina na tradição indiciária definida por Ginzburg e se contrapõe ao saber dos fatos brutos e da exatidão constituído pelas ciências físicas. Para Fleck, a medicina enfrenta um grande desafio diante da questão do normal e do patológico.

⁴¹ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 62.

⁴² Ludwik Fleck, *Ibid.*, 67.

⁴³ Embora essa matriz biológica estivesse presente na epistemologia histórica desses autores desde as décadas de 1930 e 1940, a hegemonia epistemológica da matriz física clássica se estendeu por longo tempo. O próprio Thomas Kuhn, proveniente dessa tradição epistemológica pouco afeita à biologia, depois de enfrentar por mais de trinta anos os problemas trazidos por sua obra magna, *A estrutura das revoluções científicas*, pretendeu constituir um novo modelo de história da ciência baseado não mais na física, mas em uma epistemologia evolucionista. Ainda que isso já ficasse bastante claro em alguns artigos publicados por ele, bem como pelo título do livro planejado, *A pluralidade dos mundos: uma teoria evolucionária da descoberta científica*, infelizmente, tal teoria da ciência nunca foi formulada por Kuhn e o referido livro nunca veio a lume. Thomas Kuhn, *The road since Structure* (Chicago: University of Chicago, 2000), 92, 94, 97, 106.

⁴⁴ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*, trad., ed. Maria Barrocas (Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1943] 2009), 49.

⁴⁵ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 39.

Não existe uma fronteira estrita entre o que é saudável e o que é doentio, e nunca achamos exatamente a mesma imagem clínica de novo. Mas esta eterna extrema riqueza de diferentes variantes deve ser superada mentalmente, pois tal é a tarefa cognitiva da medicina. Como se encontra uma lei para um fenômeno irregular? – Este é o problema fundamental do pensamento médico.⁴⁶

Assim conclui Fleck que, apesar de também procurar regularidades (“leis, relações e tipos de ordem superior”),⁴⁷ e assim se constituir como um saber científico, a especificidade do saber médico o situa em outra tradição, na qual “a medicina tem as suas próprias motivações as quais, contudo, não se encontram ao longo da linha da teoria clássica, mas requer uma mudança na atitude mental”.⁴⁸ Em sua obra magna não será diferente, Fleck abre seu livro *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* exatamente chamando a atenção para essa questão da peculiaridade do saber médico.⁴⁹

Para Canguilhem, que busca compreender a cientificidade da medicina analisando a questão do normal e do patológico, a diferença entre esses estados não é dada por uma diferenciação de quantidade. De acordo com o pensador francês, “o estado patológico não é um simples prolongamento, quantitativamente variado, do estado fisiológico, mas é totalmente diferente.”⁵⁰ Cada uma dessas condições possuem suas regras próprias. “Há normas biológicas sãs e normas patológicas, e as segundas não são da mesma natureza que as primeiras.”⁵¹ Compete à medicina compreender essas regras próprias que são muito mais dinâmicas do que uma mera descrição positivista. “O *anormal* não é o patológico. (...) Mas o patológico é realmente o anormal.”⁵² Precisamos compreender todas essas regras peculiares ao saber médico quando pensamos a medicina como uma ciência.

Assim como em Fleck, para Canguilhem, a compreensão médica da transição entre o normal e o patológico é um processo condicionado por questões culturais e históricas, além de biológicas. Não podemos entender essa relação com os olhos das ciências físicas, mas pela especificidade que o fenômeno da vida comporta em cada indivíduo em particular.

Se o normal não tem a rigidez de um fato coercitivo coletivo, e sim a flexibilidade de uma norma que se transforma em sua relação com condições individuais, é claro que o limite entre o normal e o patológico torna-se impreciso. No entanto, isso não nos leva à continuidade de um normal e de um patológico idênticos em essência — salvo quanto às variações quantitativas —, a uma relatividade da saúde e da doença bastante confusa para que se ignore onde termina a saúde e onde começa a doença. A fronteira entre o normal e o patológico é imprecisa para diversos indivíduos considerados simultaneamente, mas é perfeitamente precisa para um único e mesmo indivíduo considerado sucessivamente.⁵³

(2) A perspectiva social e histórica

⁴⁶ Ludwik Fleck, “Some specific features of the medical way of thinking” em *Cognition and fact: materials on Ludwik Fleck*, ed. Robert Cohen & Schnelle, Thomas Schnelle (Boston: Reidel, [1929] 1986), 39.

⁴⁷ Ludwik Fleck, “Some specific features of the medical way of thinking”, 40.

⁴⁸ Ludwik Fleck, “Some specific features of the medical way of thinking”, 43.

⁴⁹ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 37.

⁵⁰ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 56.

⁵¹ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 89.

⁵² Georges Canguilhem, *Ibid.*, 96.

⁵³ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 135.

Na fisiologia de Canguilhem, o entendimento do que é normal e anormal é condicionado por fatores geográficos, históricos e culturais não apenas no sentido de que “[...] qualquer transformação nas concepções médicas está condicionada pelas transformações ocorridas nas ideias da época”⁵⁴, isto é, de que as interpretações médicas são condicionadas pela história, mas também de que os homens por estarem inseridos na história e na cultura ou em suas distribuições geográficas reagem de modo diverso, de contexto para contexto, sendo influenciados tanto pelo ambiente biológico quanto pelo cultural. Portanto, a observação pura de um fenômeno médico não existe. Ela é sempre influenciada por esses diferentes fatores.

As funções biológicas são ininteligíveis, do modo como são reveladas pela observação, quando só traduzem os estados de uma matéria passiva diante das transformações do meio. De fato, o meio do ser vivo é também obra do ser vivo que se furta ou se oferece eletivamente a certas influências. Pode-se dizer, a respeito do universo de qualquer ser vivo, o que Reininger diz a respeito do universo do homem: “*Unser Weltbild ist immer zugleich ein Wertbild*”, nossa imagem do mundo é sempre também um quadro de valores.⁵⁵

Não apenas vemos o mundo a partir de valores diversos, mas o próprio mundo, enquanto meio em que estamos inseridos, é algo dinâmico e diverso.

Nada acontece por acaso, mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. É nisso que o meio é infiel. Sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história. A vida não é, portanto, para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação (o que Goldstein chama de *Auseinandersetzung*) com um meio em que há fugas, vazios, esquivamentos e resistências inesperadas.⁵⁶

Com efeito, para Canguilhem, a medicina não pode se adequar a uma visão de ciência estática, pois o fenômeno da vida não é um evento estável e idêntico a si mesmo. A vida é evolução, variação de formas e invenção de comportamentos. Enfim, a estrutura da vida é histórica. “A fisiologia tenderia, então, para a história, que não é, por mais que se queira, ciência da natureza.”⁵⁷

Como salientado, Fleck não utiliza a expressão epistemologia histórica. Com efeito, para caracterizar que a ciência é um fenômeno histórico, ele usa uma série de outras expressões ligadas à ideia da produção do conhecimento científico como um fenômeno histórico. Deste modo, ao longo de seu livro, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, ele faz referências ao conhecimento científico usando expressões tais como: “história”, “histórico”, “condicionamento cultural e histórico”, “história do pensamento”, “história do saber”, “desenvolvimento histórico”, “vínculos históricos”, “história do conceito”, “relações históricas”, “contexto das ideias históricas” etc. Enfim, um conjunto de expressões para caracterizar que “a experiência especificamente científica decorre de condições particulares, histórica e socialmente dadas.”⁵⁸

⁵⁴ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 67.

⁵⁵ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 133.

⁵⁶ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 149.

⁵⁷ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 153.

⁵⁸ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 110.

Portanto, para o pensador polonês, um fato científico apenas pode “emergir” a partir de um contexto histórico e cultural definido, ou de um *estilo de pensamento* como ele denomina, a partir do qual um fato nunca será algo bruto.

Assim nasce o fato: primeiro um sinal de resistência no pensamento inicial caótico, depois certa coerção de pensamento e, finalmente, uma forma (*Gestalt*) a ser percebida de maneira imediata. Ele sempre é um acontecimento que decorre das relações na história do pensamento, sempre é resultado de um determinado estilo de pensamento.⁵⁹

Na medida em que Fleck enfatiza o social e o histórico na construção do conhecimento, ele defende uma posição oposta ao que afirmava o neopositivismo. Com efeito, para o pensador polonês, mais do que ser uma mera descrição ou observação,

Todo conhecimento é um atividade social, não apenas quando ele requer cooperação, mas porque ele é sempre baseado em conhecimento e habilidades transmitidas de muitos outros. [...] o conhecimento deve ser considerado como uma função de três componentes: é a relação entre o sujeito individual, certo objeto e um determinado coletivo de pensamento, no interior do qual o sujeito atua. Ele funciona apenas quando certo estilo de pensamento originado em uma dada comunidade é usado.⁶⁰

Portanto, o conhecimento é um processo de interação entre os homens (enquanto um coletivo) e a natureza. Processo de interação este que, por se dar no tempo, constitui-se como um processo histórico, além de social. Para ele, “pelo menos três quartos, talvez a totalidade, do conteúdo das ciências são condicionados e podem ser explicados pela história do pensamento, pela psicologia e pela sociologia do pensamento.”⁶¹ Ou ainda: “Por isso, o processo de conhecimento não é o processo individual de uma ‘consciência em si’ teórica; é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo.”⁶²

É nesse sentido que, para Fleck, na história da sífilis “não foram as chamadas observações empíricas que conduziram à construção e fixação da ideia (da doença). Ao invés disso, fatores especiais de profundo significado psicológico e tradicional contribuíram para isso.”⁶³ A sífilis, que em seu conjunto é muito mais do que o agente etiológico, só existe enquanto produto social que reúne ainda concepções e práticas científicas (também o conflito entre elas), experimentos, políticas de saúde pública, crenças populares, etc. Enfim, o “coletivo de pensamento” que constrói seu “estilo de pensamento”.

(3) Sistema autorreferente

Canguilhem apresenta uma perspectiva sistêmica em sua visão da doença e da saúde e da doença. Ao exemplificar o que é o diabetes, por exemplo, ele esclarece que esta não é uma

⁵⁹ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 144-145.

⁶⁰ Ludwik Fleck, “Crisis in Science”, 154.

⁶¹ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 62.

⁶² Ludwik Fleck, *Ibid.*, 81-82.

⁶³ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 42.

“doença do rim, pela glicosúria, nem do pâncreas, pela hipoinsulinemia, nem da hipófise; a doença é do organismo cujas funções todas estão mudadas [...] mais ainda, a doença é do homem ou da mulher.”⁶⁴ Da mesma forma, todo sintoma tem que ser avaliado a partir de um pano de fundo, isto é, a parte tem que ser avaliada com relação ao todo. Para o pensador francês,

Quando classificamos como patológico um sintoma ou um mecanismo funcional isolados, esquecemos que aquilo que os torna patológicos é sua relação de inserção na totalidade indivisível de um comportamento individual. De tal modo que a análise fisiológica de funções separadas só sabe que está diante de fatos patológicos devido a uma informação clínica prévia; pois a clínica coloca o médico em contato com indivíduos completos e concretos, e não com seus órgãos ou funções.⁶⁵

Não devemos ver um problema médico de modo pontual, pois chegamos à “célula por ordem regressiva, a partir do organismo total. [...] Procurou-se no tecido ou na célula a solução de um problema levantado pelo organismo inteiro [...] Procurar a doença no nível da célula é confundir o plano da vida concreta.”⁶⁶ Canguilhem concebe a vida, a saúde e a doença (o normal e o patológico) a partir de múltiplas relações sistêmicas do indivíduo e seu meio. Para ele,

a espécie seria o agrupamento de indivíduos, todos diferentes em certo grau, e cuja unidade traduz a normalização momentânea de suas relações com o meio, inclusive com as outras espécies, como Darwin tinha compreendido muito bem. O ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro. [...] Um ser vivo é normal em um determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio.⁶⁷

Percebemos, assim, em Canguilhem, a compreensão da vida em perspectiva sistêmica entre as partes e o todo, entre o ser e seu meio. O conhecimento da vida não é a sua mera descrição, mais que isso, é a compreensão de sua evolução e de todas as suas interações sistêmicas.

Fleck transporta essa perspectiva evolucionária e sistêmica para a sua teoria do conhecimento. Se Canguilhem encontra na fisiologia um modo de pensar a ciência como um todo, Fleck faz uma comparação explícita entre a fisiologia e a epistemologia, o que ele chama de “fisiologia do conhecimento”. Para o autor de *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*,

Os fenômenos da fisiologia do conhecimento se comportam em analogia com fenômenos da fisiologia do movimento: para se executar o movimento de um membro, todo um sistema chamado miostático tem que ser imobilizado para formar uma base fixa. Qualquer movimento consiste em dois processos ativos: em movimentos e bloqueios. De maneira análoga, temos, na fisiologia do

⁶⁴ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 54.

⁶⁵ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 54-55.

⁶⁶ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 171.

⁶⁷ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 102.

conhecimento, um determinar dirigido, voltado para um objetivo, e um abstrair em direção contrária, sendo que ambos se complementam.⁶⁸

Fleck concebe não apenas o conhecimento científico de uma área, mas o próprio processo de produção do conhecimento como um todo social, como um sistema ou uma unidade articulada de práticas, ações e linguagens (sistema de referência).

A tendência à persistência dos sistemas de opinião nos mostra que, de certa maneira, devem ser considerados como unidades, como formações autônomas de estilo. Os sistemas não são apenas a soma de proposições parciais; enquanto totalidades harmoniosas, apresentam marcas específicas de estilo que determinam e condicionam cada uma das funções de conhecimento. O caráter fechado dos sistemas, os efeitos recíprocos entre o conhecido, as coisas a serem conhecidas e os atores do conhecimento garantem a harmonia dentro do sistema.⁶⁹

Para o pensador polonês, o estilo de pensamento, ainda que seja um sistema aberto, constitui, enquanto uma estrutura auto-organizada, um “sistema de referência” a partir do qual compreendemos o que é um fato. Esclarece Fleck: “Outro erro, também muito característico, e cometido pelos cientistas-filósofos. Sabem que não existem ‘qualidades e condições exclusivamente objetivas’, mas apenas relações dentro de um sistema de referência mais ou menos arbitrário.”⁷⁰

Ao criticar a noção positivista de fato, Fleck reafirma, assim, a ideia de fato como o produto de um sistema de objetos, ações e denominação linguística. O fato científico é visto como fruto de um sistema, de uma rede entrecruzada que forma múltiplas e variadas conexões.⁷¹ Para ele, a ciência é um grande sistema que se estabelece na tessitura entrecruzada de teorias e experimentos, objetos e ações que se processam interagindo em uma rede natural, social e histórica em que “é provável que não existam erros completos, nem tampouco verdades completas.”⁷² Portanto, essa noção de sistema não é restrita a um sistema metodológico abstrato, mas se estende a um sistema social que traz, necessariamente na tessitura histórica, um fator fundamental a influenciar na composição do resultado final da ciência.

Percebemos, assim, que essa dimensão sistêmica, natural, social e histórica da ciência, em Fleck, não diz respeito apenas às influências que a ciência – enquanto bloco coeso – recebe da sociedade. Não se trata de um mero correlacionar ciência e sociedade, mas de uma interpenetração entre o social e a ciência. Antes mesmo de um fator social qualquer influenciar externamente a ciência, ela já foi interpenetrada por atitudes e regras sociais que moldaram práticas cognitivas. Essa dimensão social se mostra, por exemplo, na concepção fleckniana de “acoplamento ativo”, que é a capacidade de o homem produzir, enquanto ser social, os ordenamentos dos objetos, chamado por Fleck de “acoplamentos passivos”. Em outros termos, para Fleck, mais do que descrever a natureza, o homem, enquanto ser social, interfere

⁶⁸ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 72-73.

⁶⁹ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 81.

⁷⁰ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 94.

⁷¹ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 46.

⁷² Ludwik Fleck, *Ibid.*, 61.

nesse processo. Como já assinalado, “observar, conhecer é sempre testar e assim literalmente mudar o objeto de investigação.”⁷³

Um excelente exercício para compreender o que é o conhecimento em estruturas sistêmicas é usar do dispositivo de comparação. Tanto Fleck, quanto Canguilhem lançam mão desse recurso. Assim Canguilhem nos fala de uma “fisiologia comparada”.

No que se refere ao homem e a seus caracteres fisiológicos permanentes, apenas uma fisiologia e uma patologia humanas comparadas — no sentido em que existe uma literatura comparada — dos diversos grupos e subgrupos étnicos, éticos ou religiosos, técnicos, que levariam em conta a complexidade da vida e dos gêneros e dos níveis sociais de vida, poderiam dar uma resposta precisa a nossas hipóteses.⁷⁴

Como assinalado, Fleck, por sua vez, estende essa perspectiva de comparação à própria epistemologia criando uma “teoria comparada do conhecimento”. Para ele, “uma das tarefas mais nobres da teoria comparada do conhecimento seria a de investigar como as concepções, ideias pouco claras, circulam de um estilo de pensamento para o outro, como surgem enquanto pré-ideias espontâneas.”⁷⁵

(4) A linguagem

Por fim, chego à observação quanto à última diretriz. Tanto para Fleck quanto para Canguilhem a linguagem é muito importante. Para Fleck, a importância da linguagem é tal que “apenas as palavras e os costumes unem as pessoas em um coletivo”. [...] “Já na estrutura da linguagem reside uma filosofia imperiosa da comunidade, já numa única palavra se encontram teorias emaranhadas.”⁷⁶ Entretanto, ainda que valorizem a linguagem, nossos autores, não chegam a produzir uma explícita teoria da linguagem por entenderem os mecanismos linguísticos como parte integrante nas relações entre ações, objetos, processos.

Em *O normal e o patológico*, obra foco deste artigo, não encontramos uma preocupação mais detalhada com a linguagem, mas em *A formação do conceito de reflexo nos séculos XVII e XVIII* podemos observar essa perspectiva. Nesta obra, o pensador francês faz um exercício semelhante ao de Fleck que a partir da história de um conceito – no caso o conceito de sífilis em Fleck e o de reflexo em Canguilhem – procura estabelecer todo um sistema de compreensão da ciência, isto é, todo um estilo de pensamento. Canguilhem, nesse seu segundo livro aqui citado, do qual faço apenas uma observação para mostrar a semelhança que o papel da linguagem representa nesses dois autores,⁷⁷ poderia levar-nos a intitular o livro de Fleck como *A formação do conceito de sífilis do século XVI ao século XX*. Ambos encontraram no conceito

⁷³ Ludwik Fleck, “On the crisis of ‘reality’”, 53.

⁷⁴ Georges Canguilhem, *Ibid.*, 118.

⁷⁵ Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, 70.

⁷⁶ Ludwik Fleck, *Ibid.*, 85.

⁷⁷ Como assinalado, com o objetivo de compreender a emergência da epistemologia histórica, este artigo procurou se centrar nas duas obras inaugurais dos autores analisados, tal como foram publicadas no contexto dos anos 1930/1940. Evitei incluir a segunda parte de *O normal e o patológico*, isto é, as “Novas reflexões concernente ao normal e o patológico” acrescida por Canguilhem, entre 1963 e 1966. Dessa forma, seguindo essa orientação, o livro *A formação do conceito de reflexo nos séculos XVII e XVIII* publicado em 1955 não foi aqui analisado (Georges Canguilhem, *La formation du concept de réflexe aux XVIIe et XVIIIe siècles* (Paris: Vrin, 1977)).

científico uma chave de entendimento para o estilo de pensamento a que esse conceito pertence. A vida do conceito se dá em seu estilo de pensamento.

Para finalizar, um último ponto deve ser observado, ainda que não tenha espaço aqui para tratar de todas suas nuances e implicações. Esse ponto se refere à questão do uso de “analogias e metáforas” naturais para entender o conhecimento humano. O uso de analogias e metáforas, ainda que metodologicamente útil, além de didático, é até certo ponto limitante quando falamos da especificidade do fenômeno humano. É certo que podemos aproximar, por exemplo, a dinâmica da biologia à dinâmica dos eventos históricos e culturais. Contudo, não podemos entender essa aproximação como algo redutor, pois um fenômeno – ainda que um possa ser análogo ao outro – não se reduz completamente ao outro. Com efeito, embora a dinâmica da biologia – sobretudo, se comparada à mecânica clássica e sua epistemologia da certeza – possa ser um parâmetro mais próximo à dinâmica da vida social, mesmo assim um modelo não se reduz ao outro. Ainda que possam ser análogos, o fenômeno biológico e o fenômeno social não são idênticos. Naturalmente, eles apresentam suas próprias peculiaridades.

Fleck e Canguilhem trouxeram suas contribuições a partir das ciências da vida, mas eles próprios, como assinalado, também foram influenciados pelas novas implicações epistemológicas trazidas pela mecânica quântica. Portanto, mesmo para eles, não se trata de reduzir a epistemologia à biologia, mas de pensá-la a partir da biologia, mas sem detrimento das novas concepções das ciências físicas, especialmente da mecânica quântica. Enfim, o uso de variados modelos biológicos e físicos apenas ampliam as possibilidades de analogias que ajudam na compreensão do fenômeno humano e de sua relação com a natureza.

Conclusão

Neste artigo, embora tenha realizado várias aproximações entre o pensamento de Fleck e o de Canguilhem, o ponto central não foi apenas procurar perceber semelhanças entre esses dois autores, mas, sobretudo mostrar como, ao construir de modo independente suas concepções de história da ciência, eles contribuíram decisivamente na formulação das bases de uma epistemologia histórica que se consolidará ao longo do século XX estabelecendo um novo *estilo de pensamento* para a compreensão da história da ciência. Vimos que a perspectiva histórica adotada por eles – que afirma que a história interfere no produto final da ciência – e a matriz biológica, ou das ciências da vida, foram referências importantes para a constituição dessa epistemologia histórica. Além dessa forte ênfase no papel da história na compreensão da ciência, e da biologia como referência epistemológica, vimos que esses autores estabelecem uma perspectiva sistêmica na compreensão dos processos de produção do conhecimento científico, bem como na compreensão da história da ciência.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

**História da medicina e história das ideias:
de Sigerist a Canguilhem**

Tiago Santos Almeida

Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP)

tiagoalmeida@usp.br

Recebido em 09/04/2016. Aprovado em 30/04/2016.

Como citar este artigo: Almeida, Tiago S.. "História da medicina e história das ideias: de Sigerist a Canguilhem". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 68-83. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Historiadores da filosofia e da historiografia negligenciaram a relevância dos trabalhos de Henry E. Sigerist sobre história da medicina para a concepção canguilhemiana de historicização das ciências. Esse artigo pretende lançar alguma luz sobre as circunstâncias intelectuais que conectaram os dois mais importantes historiadores da medicina do século passado, rastreando a influência do livro de Sigerist *Introduction à la Médecine* sobre a técnica histórica de Canguilhem para investigação do pensamento médico.

Palavras-chave: Georges Canguilhem, Henry E. Sigerist, história das ciências, história da medicina, história das ideias.

*History of medicine and history of ideas:
from Sigerist to Canguilhem*

Abstract: Historians of philosophy and historiography have consistently neglected the relevance of Henry E. Sigerist's works on history of medicine to Canguilhem's conception of the historicization of the sciences. This article aims to shed some light on the intellectual circumstances that connected two of the last century's most important historians of medicine, by following the influence of Sigerist's book *Introduction à la Médecine* upon Canguilhem's historical technique of the investigation of medical thought.

Keywords: Georges Canguilhem, Henry E. Sigerist, history of science, history of medicine, history of ideas.

Entre 1955 e 1971, Canguilhem dirigiu o *Institut d'histoire des sciences et des techniques* (hoje, *Institut d'histoire et philosophie des sciences*), ocupando a cadeira que pertencia a Gaston Bachelard e, antes dele, a Abel Rey, o fundador do instituto que durante muito tempo foi o único do gênero na França. Nesses dezesseis anos, além de oferecer diversos cursos dedicados à história das ciências, Canguilhem publicou sua segunda tese doutoral, *La formation du concept de réflexe au XVII^e et XVIII^e siècles*; relançou sua primeira tese, de 1943, acrescida de novas reflexões, sob o título *Le normal et le pathologique*; reeditou uma versão ampliada da tese complementar *La connaissance de la vie*; apresentou conferências e escreveu dezenas de artigos dedicados à história das ciências da vida e da medicina, a maioria reunidos nos livros *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie* e no póstumo *Écrits sur la médecine*. Em 1970, Canguilhem dirigiu os dois volumes da obra coletiva *Introduction à l'Histoire des Sciences*, que reuniu os principais historiadores das ciências franceses e ficou conhecida como o “*vade mecum* do pequeno historiador das ciências”, uma importante contribuição ao projeto de promoção da história das ciências a disciplina de primeiro escalão no ensino universitário francês. Em 1983, Canguilhem foi agraciado com a “Medalha George Sarton”, mais prestigiosa honraria da área de história das ciências, concedida pela *History of Science Society* em reconhecimento “a uma vida de conquistas acadêmicas”. E, ainda assim, não é evidente que possamos falar de Canguilhem como um historiador das ciências.

Em 1972, a revista *Tonus* publicou uma entrevista concedida por Canguilhem a François Proust. A entrevista, que esteve “perdida” durante muito tempo¹, começa da seguinte maneira: “Professor Canguilhem, o que é a história das ciências?”. A questão apenas parece abrupta; mas o momento não poderia ser mais oportuno. Esse é um dos últimos documentos com o imprimatur de Canguilhem antes da sua aposentadoria do cargo de professor de história e filosofia das ciências que ocupava na Sorbonne. “Eu não sou verdadeiramente um historiador das ciências”, respondeu. “Sou um professor de filosofia que se interessa por certo número de questões, que são as relações entre a filosofia e a ciência e em particular aquelas sobre a fabricação, o nascimento, a importação e a exportação de certo número de conceitos interpretativos de funções biológicas”². É sem dúvida intrigante a preocupação em se delimitar dos historiadores das ciências enquanto afirma se interessar por questões cujo lugar teórico de elaboração e resolução é a história das ciências. Mas são documentos como esses, encontrados em meio aos arquivos pessoais de Canguilhem, que tem reforçado certa releitura da sua obra, que questiona a imagem do “historiador das ciências”.

Essa imagem começou a ser construída desde as primeiras apresentações gerais do pensamento de Canguilhem, publicadas por Pierre Macherey em 1964 e por Dominique Lecourt em 1971, além do famoso texto publicado por Michel Foucault em 1978. O texto de Lecourt, “La historia epistemológica de Georges Canguilhem”, e o texto de Foucault, “Introduction by Michel Foucault”, foram escritos para servir de prefácio às traduções argentina e estadunidense de *Le normal et le pathologique*, principal livro de Canguilhem. Já o texto de Macherey, “La philosophie de la science de Georges Canguilhem. Épistémologie et histoire des sciences”, inicialmente publicado na revista *La Pensée* com uma apresentação de Louis Althusser que lhe rendeu grande visibilidade, vem sendo usado, desde 1982, como posfácio da tradução brasileira daquele livro. E não é apenas o sucesso que o livro de Canguilhem conheceu a partir dos anos 70 que está diretamente associado àqueles textos, mas a própria interpretação que se costuma fazer da sua obra. Para alguns comentadores, como Camille Limoges ou Jean-Pierre Sérís, mais que destacar um interesse de filósofo por uma

1 Agradeço ao Prof. Camille Limoges, por ter me indicado a localização exata do documento, que ainda não havia sido catalogado pelo CAPHÉS à época das minhas pesquisas no centro arquivístico. Foi o Prof. Limoges quem anunciou a redescoberta dessa entrevista, “esquecida ou passada despercebida, provavelmente porque publicada numa revista profissional para médicos raramente frequentada por filósofos e historiadores” (Camille Limoges, “L'épistémologie historique dans l'itinéraire intellectuel de Georges Canguilhem”. In: *Epistemology and history from Bachelard and Canguilhem to today's history of science* (Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, 2012, *preprint*), 65.

2 G. Canguilhem, “La médecine et son histoire”, *Tonus*, (Paris), 1972, 42.

disciplina que até pouco tempo era um campo de investigação da Filosofia, os textos de Macherey, Lecourt e Foucault difundiram a ideia de que a história das ciências para Canguilhem era “uma vocação, uma segunda ou até mesmo uma primeira natureza”³.

A explicação para aquela imagem construída por Macherey, Lecourt e Foucault deve muito ao fato de que eles foram alunos de Canguilhem nos anos 60. A maioria dos testemunhos sobre Canguilhem vem de seus ex-alunos, que costumam ressaltar a “presença institucionalmente forte e brilhante” (palavras de Claire Salomon-Bayet⁴) na Sorbonne do professor de história e filosofia das ciências que, discretamente, ajudou a construir o ambiente intelectual francês da segunda metade do século XX. Pierre Bourdieu, em sua *Esquisse pour une auto-analyse*, se vangloria da afinidade de *habitus* mantida com Canguilhem, a “figura exemplar” e “verdadeiramente universal” do racionalismo francês, o “emblema totêmico”, o “farol”, o “*maître à penser*” com quem aprendeu “a conceber a possibilidade realística de viver de maneira diferente a vida intelectual”⁵. Em 1990, Canguilhem enviou a seguinte mensagem aos organizadores de um colóquio em sua homenagem: “Não me é possível, na minha idade, fazer outra coisa além daquilo que sempre fiz, ou seja, não é possível que eu considere aquilo que é chamado de minha obra como algo diferente da marca do meu ofício. É comovente que alguns dos meus antigos alunos o reconheçam”⁶. Não se trata de modéstia: os arquivos pessoais e de trabalho de Canguilhem, preservados no *CAPHÉS, o Centre d'Archives en Philosophie, Histoire et Édition des Sciences* da *École Normale Supérieure* de Paris, permitem comprovar que todos os textos de história das ciências tiveram origens nos cursos ministrados por Canguilhem.

O problema é que, para Limoges, as interpretações que fizeram de Canguilhem um historiador das ciências “por natureza” capturaram apenas um instantâneo da sua obra, um corte bastante limitado da sua vastíssima produção, restrito ao período em que já se pode imprimir em seus textos a marca da “epistemologia histórica”. Quando o *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, tese de doutorado em medicina, foi publicado em 1943, Canguilhem já tinha 39 anos. Foi apenas aos 51 que ele obteve o doutorado em filosofia com a tese sobre a história do conceito de reflexo e assumiu seu posto na Sorbonne e seu cargo no Institut d'histoire des sciences et des techniques. Nesse intervalo, Canguilhem escreveu diversos artigos, sobre os mais variados temas filosóficos, que nem sempre foram levados em consideração pelos seus comentadores. Com o conhecimento de que se dispõe, hoje, da real extensão dessa produção, a constatação de Limoges é que o encontro de Canguilhem com a história das ciências é um acontecimento tardio da sua “história intelectual pessoal” cuja explicação reside menos na concretização de seu projeto filosófico – “um duplo jogo de interrogações, de uma parte sobre o valor da verdade em relação aos outros valores, e de outra parte sobre a precariedade criadora do ser vivo”⁷ – do que na necessidade de cumprir de modo apropriado as exigências do seu ofício. Para Limoges, foram as novas funções de professor de História e Filosofia das Ciências e de diretor do *Institut*, assumidas em 1955, que “criaram nele a obrigação – e também multiplicaram as ocasiões – de assumir intensamente seu novo papel”. Em suma, Canguilhem teria sido historiador das ciências apenas enquanto foi professor de história das ciências na Sorbonne.

Um dos principais responsáveis pela publicação das obras completas de Canguilhem, e também seu ex-aluno, Limoges fala com a convicção dos números:

3 Jean-Pierre Sérís, “L'histoire et la vie” em *Georges Canguilhem: philosophe, historien des sciences. Actes du colloque (6-7-8 décembre 1990)* (Paris: Albin Michel, 1993), 90.

4 Na apresentação ao número especial da *Revue d'histoire des sciences* dedicada ao tema “Georges Canguilhem et son temps” (Paris), [vol.] 53, 1 (2000): 7.

5 Pierre Bourdieu, *Sketch for a Self-analysis* (Chicago: The University of Chicago Press, 2008), 26-34, *passim*.

6 Mensagem lida por Michel Deguy na “Allocution de clôture” do colóquio “Georges Canguilhem, philosophe, historien des sciences”, organizado pelo *Collège international de philosophie*. Ver nota 3.

7 Camille Limoges, “L'épistémologie historique dans l'itinéraire intellectuel de Georges Canguilhem”, 65.

Os títulos em história das ciências representam pouco mais de 15% da produção total de Canguilhem; a epistemologia cerca de 27%. As publicações filosóficas sem caráter propriamente epistemológico, que são as mais numerosas (pouco mais de 30% do total), são também aquelas cuja abundância foi a mais precoce e cujo crescimento numérico permanece o mais uniforme (com uma aceleração ao longo dos anos de aposentadoria, período em que os trabalhos de história das ciências, pelo contrário, enfrentaram uma desaceleração).⁸

Defender a ruptura da identidade entre a obra e o ofício, como propôs Limoges, não significa negar inteiramente que Canguilhem foi um historiador excepcional, mas pretende reavaliar o papel da história das ciências no seu percurso intelectual para fazer emergir do cinza dos documentos a figura resplandecente do filósofo “por inteiro”, que escreveu sobre o pensamento científico, mas também sobre lógica, moral, pedagogia, política etc. Essa ambição é sustentada pela leitura renovada da sua obra, mas considerando agora textos que durante muito tempo sequer foram incluídos no *corpus canguilhemiano*. Em 1985, uma edição da *Revue de métaphysique et de morale* inteiramente dedicada a Canguilhem informou que sua obra começava em 1943, com a publicação da tese de doutorado em medicina, o *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*. A bibliografia crítica organizada por Camille Limoges em 1994⁹ foi a primeira a mencionar o *Traité de logique et de morale*, publicado por Canguilhem e Camille Planet em 1939, além de informar sobre dezenas de textos virtualmente inéditos, publicados sob o pseudônimo G. C. Bernard na *Libre propos*, a revista fundada por Alain, e até mesmo clandestinamente, quando Canguilhem atendia pelo codinome Lafont, Médico Tenente e Chefe do Estado-Maior político da *Résistance* durante a ocupação da França pelos nazistas. Isso sem falar nos manuscritos, milhares de páginas que, por determinação de Canguilhem, não poderão ser publicadas, mas estão à disposição dos pesquisadores no CAPHÉS e servem de apoio às novas interpretações.

Apesar de sua profissionalização como historiador das ciências ter início apenas nos anos 50, na Sorbonne, o pesquisador que voltasse sua atenção para os cursos de filosofia ministrados por Canguilhem já a partir de 1941 na Faculté des Lettres de Strasbourg perceberia o crescente interesse pela teoria do conhecimento e pela história das ciências e das técnicas. Nas suas anotações para as aulas, a reflexão sobre o problema geral da história da filosofia é animada por um conjunto de questões particulares que o acompanhará ao longo da década: 1) Qual é a relação entre a filosofia e a história da filosofia?; 2) Qual é a relação entre a história da filosofia e a história das ciências?; 3) Qual é a relação entre a história das ciências e a história das ideias?. Mas por que um filósofo se interessaria especificamente por tais questões? Encontramos uma pista no manuscrito “Histoire de la philosophie et histoire des sciences”, espécie de exercício pessoal escrito em 1945. “Podemos dar uma definição a priori da filosofia, independente da sua história?”, Canguilhem pergunta. A resposta é elaborada através do tema da “historicidade”, quer dizer, o fato de que a história de uma atividade é constitutiva da forma dessa atividade: “Se não podemos separar a filosofia da sua história, a definição do conceito de filosofia depende da sua história”. Resposta que levanta o problema da delimitação do domínio: “O que fazemos entrar nessa história?”. O problema, ele continua, é que a filosofia não tem um objeto especial, constatação que o leva à reafirmação da famosa fórmula inscrita no *Essai*, de 1943: “A filosofia é uma reflexão para a qual toda matéria estrangeira é boa, e diríamos de bom grado, para a qual toda boa matéria deve ser estrangeira”. Assim, Canguilhem propõe que a melhor solução para o filósofo é estender a ideia de uma “história constitutiva”

⁸ *Ibid.*, 64.

⁹ Camille Limoges, “Critical bibliography” em Georges Canguilhem, *A vital rationalist: selected writings from Georges Canguilhem*, François Delaporte (ed.), trad. Arthur Goldhammer (Nova Iorque: 1994), 385-454.

da filosofia às relações que mantém com “outras funções da consciência humana: religião, técnica, arte, ciência...”¹⁰

As “funções da consciência” são um antigo novo problema da filosofia de Canguilhem. Na obra publicada, elas aparecem num livro pouco conhecido e destinado ao ensino de filosofia, o *Traité de Logique et de Morale*, publicado em 1939 com Camille Planet. Nele, podemos ler que a ciência é “uma função do espírito humano capaz como tal de entrar em relação com as outras funções”¹¹, a saber, a técnica, a religião e a arte. Canguilhem e Planet propõem tentar “compreender historicamente como a mesma relação [entre a ciência e as outras funções] influencia o trabalho científico e em quais condições é garantido o 'progresso' desse trabalho”. Existem muitos indícios nos manuscritos e outros documentos de Canguilhem de que essa noção de “funções da consciência” pode ser articulada à noção de “utensilagem mental” [outillage mental], apresentada por Lucien Febvre e Abel Rey em 1937, no primeiro volume da monumental *Encyclopédie française*, intitulado *L'outillage mental: Pensée. Language. Mathématiques*: “É impossível conhecer a utensilagem [outillage] do pensamento sem fazer a sua história. O pensamento (o sujeito) está em ação e reação contínua com aquilo que ele quer pensar (o objeto): uma luta e uma conquista”¹². Se a sugestão causa estranhamento, vale dizer que, no livro *Les inquietudes de la raison*, Enrico Castelli Gattinara explicou que os historiadores que viriam a fundar os *Annales* (Febvre e Marc Bloch), “recusando toda fratura entre história e ciência, se dirigiam àqueles que, como Rey, tentavam articular a necessidade da história em uma reflexão sobre a ciência”¹³, ou seja, o grupo de filósofos e historiadores reunidos no *Centre de Synthèse*, de Henry Berr, justamente de onde veio o primeiro reconhecimento da contribuição teórica das ideias de Canguilhem à historiografia das ciências.

O levantamento documental para edição das *Œuvres complètes* recuou o início da produção intelectual de Canguilhem para o ano de 1926, fazendo aparecer o “Canguilhem avant Canguilhem”, expressão de Jean-François Braunstein¹⁴, já de uso corrente entre os comentadores que se dedicam aos textos anteriores ao *Essai*. Apesar dessa valorização dos primeiros escritos de Canguilhem, Braunstein não acompanha Camille Limoges até o fim em sua interpretação sobre as razões da chegada de Canguilhem aos problemas da história das ciências. Para Braunstein – outro membro do Comitê Editorial das *Œuvres complètes* de Canguilhem; co-diretor do primeiro tomo, que abrange o período de 1926 a 1939 – os escritos do “primeiro Canguilhem” nos levam a “melhor compreender a evolução ulterior da obra (...), o que permite retificar a imagem corrente que faz de Canguilhem um puro historiador das ciências ou um simples continuador da obra de Bachelard”¹⁵. Retificar uma imagem significa desnaturalizá-la, indicando, por um lado, a história da sua constituição e as condições que a tornaram possível, e, por outro, rastreando pelos textos a formação de um pensamento para fazer aparecer o historiador na evolução de uma obra, entendida não apenas como signo de um itinerário pessoal, mas também como síntese histórica de uma cultura intelectual.

10 *Além daquela pergunta sobre a possibilidade de uma definição a priori da filosofia, Canguilhem levanta outros dois problemas: 1) “A história da filosofia deve utilizar o método geral da história naquilo que diz respeito ao estabelecimento do documento ou do texto. Trabalho preparatório: uma vez o documento datado/situado e estabelecido, resta interpretá-lo”; 2) “A história da filosofia é a história daquilo que está morto, perimido, desaparecido ou daquilo que é vivo? (...) História das doutrinas ou história dos problemas”. Canguilhem propôs que a atualidade vem do observador, e não da obra em si. Em seguida, anotou que essa questão deveria ser relacionada ao “problema mais original do valor das ciências históricas. Cf. Nietzsche e Aron”. Anexo ao manuscrito, havia um documento datilografado, longo trecho da intervenção de Alexandre Koyré no debate “Sur la notion d'histoire de la philosophie” (do qual participaram também Léon Robin, Henry Berr, Jean Wahl e Leon Brunschvicg), publicado no *Bulletin de la Société française de Philosophie* em junho de 1936. Nesse debate, Koyré defendeu que a história da filosofia é uma história do presente.*

11 Georges Canguilhem e Camille Planet, *Traité de Logique et de Morale*. In: Georges Canguilhem, *Œuvres complètes, tome I: écrits philosophiques et politiques 1926-1939*. (Paris: Vrin, 2011), 659.

12 Abel Rey e Lucien (eds.), *L'Outillage mental: Pensée, langage, mathématiques* (Paris: Société de gestion de l'*Encyclopédie française*, 1937), 3.

13 Enrico Castelli-Gattinara, *Les inquietudes de la raison: Epistémologie et histoire en France dans l'entre-deux-guerres* (Paris: Vrin, 1998), 81.

14 Jean-François Braunstein. “Canguilhem avant Canguilhem”, *Revue d'histoire des sciences*, [vol.] 53, 1 (2000): 9-26.

15 Braunstein, “Canguilhem avant Canguilhem”, 10.

Não é possível pensar a problemática histórica na obra de Canguilhem limitando o olhar aos textos de Canguilhem, sem considerar o próprio debate historiográfico. Se não podemos concordar que Canguilhem é um historiador das ciências “por natureza”, também não podemos dizer que seu interesse pela história das ciências é fruto do contato com a epistemologia de Bachelard, cujos efeitos se tornam mais visíveis em Canguilhem a partir da tese sobre o conceito de reflexo, de 1955. Já nos anos 40, Canguilhem refletia sobre os métodos e os objetos da história das ciências e, antes de Macherey, Lecourt e Foucault, foram os próprios historiadores das ciências, também nos anos 40, que notaram a contribuição original de Canguilhem para o debate historiográfico.

Sigerist na França

Segundo o *Dictionnaire de la pensée médicale*, organizado por Dominique Lecourt, as três correntes da historiografia médica do século XX que marcarão de maneira duradoura o modo de escrever e pensar a disciplina são “as Escolas” germano-americana, polonesa e francesa, cujos principais representantes seriam, respectivamente, Henry Sigerist, Ludwik Fleck e Georges Canguilhem. O verbete “Histoire de l’histoire de la médecine”, escrito por Christiane Sinding, não chega a explorar as relações possíveis entre essas correntes, ainda que admita que, em diferentes aspectos, “Fleck está próximo das posições que Canguilhem desenvolverá mais tarde de maneira independente”¹⁶. Essa aproximação entre as correntes francesa e polonesa foi explorada, a partir dos trabalhos de seus principais representantes, por Jean-François Braunstein no artigo “Deux philosophies de la médecine: Canguilhem e Fleck”. Apesar do fato de Canguilhem e Fleck não terem se conhecido, Braunstein consegue trazer à luz semelhanças espantosas entre suas teses epistemológicas. “Essas similitudes dizem respeito aos pontos centrais de suas filosofias, quer se trate de suas respectivas críticas das teorias do conhecimento, de suas concepções de história das ciências, da questão das relações entre ciência e não-ciência ou mesmo da questão da verdade”, escreveu¹⁷. Não temos notícia de uma tentativa de aproximação semelhante entre as escolas francesa e germano-americana, fato sem dúvida surpreendente pois Canguilhem, no seu principal livro, reconhece a importância da leitura de Henry Sigerist, provavelmente o mais ilustre historiador da medicina do século passado. No *Essai* de 1943, as referências a Sigerist saltam aos olhos, a propósito de questões fundamentais, rodeadas pelos mais elogiosos adjetivos e escritas em tom de reconhecimento de uma dívida intelectual. A tal ponto que, se Braunstein fez do desconhecimento mútuo de Fleck e Canguilhem o ponto de partida de sua reflexão, a dificuldade aqui seria determinar, por um lado, aquilo que Canguilhem deve à sua leitura de Sigerist e, por outro, as semelhanças que teriam começado a ser elaboradas ao longo de uma reflexão prévia àquela leitura.

Esse encontro de Canguilhem com a obra de Sigerist não deve causar estranhamento. Embora toda a obra de Sigerist tenha sido redigida em alemão e inglês, o francês era a sua língua materna. Sigerist nasceu e passou toda a sua infância em Paris, que, nas primeiras linhas de sua inacabada autobiografia, ele descreveu como a “mais maravilhosa cidade na Terra”. A cultura científica francesa não era estranha a Sigerist, e nem ele o era a certos círculos

16 Christiane Sinding, “Histoire de l’histoire de la médecine” em *Dominique Lecourt (dir.), Dictionnaire de la pensée médicale* (Paris, PUF, 2004), 577.

17 Jean-François Braunstein, “Deux philosophies de la médecine: Canguilhem et Fleck” em A. Fagot-Largeault, C. Debru, M. Morange (orgs.), *Philosophie et médecine. En hommage à Georges Canguilhem* (Paris: Vrin, 2008), 64. O tema das aproximações possíveis entre Canguilhem e Fleck também foi abordado por Mauro Lúcio Leitão Condé durante a conferência “Entre o normal e o patológico: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica”, apresentada no colóquio “Os objetos da história das ciências”, realizado na Universidade de São Paulo no dia 8 de abril desse ano, e organizado pelo Grupo de Pesquisa em História Intelectual.

intelectuais parisienses. No início dos anos 1920, Sigerist era membro da *Société d'histoire de la pharmacie* e da *Société française d'histoire de la médecine*, e sua obra já era uma referência comum nas publicações sobre a história das ciências e a história da medicina na França no momento em que Canguilhem elaborava sua tese. Apesar da interpretação fixada atualmente sobre Sigerist, dos trabalhos de sociologia e história social da medicina e da saúde pública que fizeram dele a estrela da manhã da moderna historiografia médica, em seus primeiros trabalhos na década de 20 Sigerist defendia que a história da medicina deveria se ater a um “estrito método filológico histórico”, como afirmou em um dos seus primeiros textos programáticos, “Aufgaben und Ziele der Medizingeschichte”, de 1922¹⁸. No começo daquela década, seu livro mais celebrado na França, como em toda a Europa, era o *Studien und Texte zur frühmittelalterlichen Rezeptliteratur*, que não passava de uma coletânea de antidotários medievais, seguidos de uma breve análise do seu conteúdo, da classificação das receitas, modo de administração e comentários sobre as fontes da compilação. Em 1923, no *Bulletin de la Société d'Histoire de la Pharmacie*, Ernst Wickersheimer celebrou o emprego rigoroso da análise filológica, considerando o livro de Sigerist “uma obra notável”¹⁹.

A situação mudaria em poucos anos. Em 1929, o próprio Wickersheimer lançou, no *Bulletin de la Société Française d'Histoire de la Médecine*, um ataque público contra os trabalhos recentes de Sigerist. O artigo de Wickersheimer, “Civilisation et maladie: d'après un article récent”, como anuncia seu subtítulo, foi escrito a propósito de outro artigo, intitulado “Kultur und Krankheit”, publicado por Sigerist alguns meses antes na revista *Kyklos*. “Ponto de partida: a doença é largamente influenciada pelas condições gerais da existência. Ideia muito justa, embora não muito nova”²⁰, diz Wickersheimer sobre o texto de Sigerist. A originalidade no estabelecimento das relações entre “a patologia de uma época” e “o gênero de vida que então levavam as diversas classes da sociedade”, segundo Wickersheimer, pertence a Émile Littré, que havia dedicado grande interesse e várias páginas à história das epidemias. Como prova dessa originalidade, Wickersheimer destaca o artigo “Des grandes épidémies”, publicado por Littré na *Revue des deux mondes* em 1836. Assim, atribuía a Sigerist apenas um “curioso” esforço de “perseguir a ideia de Littré até as suas últimas consequências”, a saber, “uma sincronia necessária entre os fatos da história das doenças e os fatos da história geral”²¹.

A sugestão de continuidade entre as ideias de Sigerist e as de Littré parecia plausível no momento em que Wickersheimer escrevia. Em 1930, ano seguinte à publicação do artigo de Wickersheimer, o Instituto de História da Medicina da Universidade de Leipzig, do qual Sigerist era o diretor, adquiriu através de leilão um manuscrito de Littré sobre Charles Daremberg. O manuscrito, datado de fevereiro de 1862, foi publicado no *Sudhoffs Archiv für Geschichte der Medizin* com uma breve apresentação de Sigerist, na qual podemos ler já nas primeiras linhas a seguinte avaliação: “A moderna história da medicina teve seu ponto de partida na França. Littré e Daremberg são seus porta-vozes”²². Sigerist acreditava que o manuscrito de Littré era uma espécie de carta de recomendação para a primeira cadeira de história da medicina na França, que viria a ser criada em 1870, antes mesmo da criação da primeira cadeira de história geral das ciências. Com o apoio de Littré, Daremberg foi de fato eleito para a *Faculté de Médecine* e, nas décadas seguintes, encorajou os historiadores a perseguirem uma história filológica e erudita, atenta à interpretação interna dos textos médicos – uma orientação que Sigerist seguira fielmente no começo da sua carreira.

18 Owsei Temkin, “Henry E. Sigerist and aspects of medical historiography” em Elizabeth Fee e Theodore M. Brown (eds.) *Making medical history: the life and times of Henry E. Sigerist*. (Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1997), 124.

19 Ernest Wickersheimer, “Henry E. Sigerist, Studien und Texte zur frühmittelalterlichen Rezeptliteratur”, *Bulletin de la Société Française d'Histoire de la pharmacie*, (1923): 201.

20 Ernest Wickersheimer, “Civilisation et maladie. D'après un article récent”, *Bulletin de la Société Française d'Histoire de la Médecine*, [vol.] XXIII, 1-2 (jan-fev, 1929): 31.

21 *Ibid.*

22 Henry E. Sigerist, “Littré über Daremberg” em *Sudhoffs Archiv für Geschichte der Medizin*. [vol.] XXIII, 4, (out., 1930): 382. Sobre as contribuições de Daremberg à história da medicina, cf. Jean-François Brainstein, “Daremberg et les débuts de l'histoire de la médecine en France”, *Revue de l'histoire des sciences*, [vol.] 58, 2, (2005): 367-387.

Para Wickersheimer, Littré havia comprovado com sucesso que a origem das doenças epidêmicas poderia ser investigada a partir “das mudanças enfrentadas pelas formas de vida dos homens”²³, enquanto Sigerist cometia um grave erro ao fazer coincidir, sem explicar as razões, o surgimento de certas doenças e alguns episódios decisivos da história geral: a peste bubônica (dita “peste de Justiniano”) e a peste negra com o começo e o fim da Idade Média, respectivamente; a sífilis com a origem do Renascimento; a doença inglesa do suor (*sudor anglicus*) com o fim da Guerra das Duas Rosas... Procedendo assim, ironizou Wickersheimer, apenas em torno da história da Inglaterra Sigerist já teria uma enormidade de temas a sugerir a seus alunos em Leipzig: bastava descobrir fatos patológicos que coincidissem com a Carta Magna (1215), com a ruptura de Henrique VIII com Roma (1533) ou com a execução de Jaime I (1649). “Falando francamente, eu prefiro o bom e velho Plínio”, concluiu Wickersheimer, afinal, “se ele acreditou que um cometa pressagiou a Guerra Civil, pelo menos ele não pretendeu que o cometa causou a Guerra; e tampouco disse que foi a Guerra que engendrou o cometa”²⁴.

Mas o texto de Sigerist, – cujo título Wickersheimer repete, “*Civilisation et maladie*” –, não é apenas um “artigo recente” publicado em uma revista qualquer. *Kykelos* era o anuário do Instituto de História da Medicina da Universidade de Leipzig, fundado por Karl Sudhoff em 1906, e dirigido por Sigerist desde 1925. O Instituto era subdividido em quatro departamentos: Medicina Geral, Farmacologia, História Cultural e Patologia. “Kultur und Krankheit”, na verdade, sequer era um artigo, o resultado de uma investigação minuciosa sobre um problema específico, mas a descrição do programa de trabalho estabelecido por Sigerist para o Departamento de Patologia, que se dedicava ao estudo das relações de *estilo* entre as doenças e a cultura. Por conta da Guerra, esse trabalho realizado em Leipzig só foi apresentado de modo sistemático numa série de conferências pronunciada na Cornell University em 1940²⁵ e publicada sob o título *Civilization and disease*²⁶, livro traduzido no Brasil, com um esclarecedor texto introdutório de Everardo Duarte Nunes. Em 1929, aquilo que Wickersheimer condenava em “Kultur und Krankheit” eram os sinais do afastamento de Sigerist da sombra paterna de Karl Sudhoff (a quem também pagava tributos pela sua abordagem filológica da história da medicina) e da aproximação das ideias de Oswald Spengler e sua morfologia cultural²⁷.

Em “Kultur und Krankheit”, Sigerist apenas ensaiava os primeiros movimentos de uma renovação que abriria a história da medicina para além da história das ciências. Ao relacionar doença e *civilização*, Sigerist pretendia, por um lado, demonstrar que certas doenças, especialmente as epidemias, influíam sobre as transformações políticas e econômicas das nações e, ao mesmo tempo, tinham conseqüências sobre e derivavam da vida cultural dos povos: não é o Renascimento que faz nascer a sífilis, mas o *estilo* do homem renascentista que ajuda a disseminá-la. Oitenta e cinco anos depois, nossa avaliação é forçosamente diferente da que fez Wickersheimer: dado o estado atual da historiografia médica, sabemos que Sigerist não estava simplesmente revelando sincronias entre fatos patológicos e fatos históricos, mas abrindo uma nova perspectiva, tentando inaugurar novas possibilidades e mesmo objetos de investigação para a história da medicina. Foi a partir dessa nova perspectiva historiográfica que, justamente numa de suas visitas a Paris, na primavera de 1930, Sigerist escreveu *Einführung in die Medizin*, o livro mais importante do seu período europeu, e responsável por apresentar a um público mais amplo a perspectiva histórica que desenvolvia em Leipzig desde que assumiu a direção do Instituto de História da Medicina.

23 Ernest Wickersheimer, “Civilisation et maladie. D’après un article récent”, 32.

24 *Ibid.*

25 Ingrid Kästner, “The Leipzig Period, 1925-1932” em Elizabeth Fee e Theodore M. Brown (eds.) *Making medical history: the life and times of Henry E. Sigerist*, 50.

26 Henry E. Sigerist. *Civilization and disease* (Ithaca: Cornell University Press, 1945). [*Civilização e doença*, trad. Marcos Fernandes da Silva Moreira. (São Paulo: Hucitec-Sobravime / Campinas: SindiMed, 2011)].

27 Elizabeth Fee e Theodore M. Brown, “Intellectual legacy and political quest: the shaping of a historical ambition”, em Elizabeth Fee e Theodore M. Brown (eds.) *Making medical history*, 186.

Quando *Einführung in die Medizin* foi publicado na Alemanha, em 1931, Sigerist já gozava de grande prestígio entre os historiadores das ciências. Além de uma década de experiência profissional na história da medicina, da Universidade de Zurique à Universidade de Leipzig, Sigerist era um militante da história das ciências, tendo fundado em 1928, ao lado de Abel Rey, George Sarton, Charles Singer, Aldo Mieli, Karl Sudhoff e Lynn Thorndike, o *Comité International de História das Ciências*, que, no ano seguinte, após um primeiro congresso em Paris, se tornaria a *Academia Internacional de História das Ciências* – cuja primeira sede foi a biblioteca do *Centre de Synthèse*, fundado por Henri Berr e ponto de encontro de importantes historiadores das ciências, como Alexandre Koyré, Hélène Metzger e Pierre Brunet. Tudo isso, aliado a uma produção de prosa fácil, mas sem abrir mão da erudição, já havia garantido para Sigerist um grande público leitor.

Os textos de Sigerist repercutiam na França e, de acordo com a revista *Archeion*, órgão oficial do *Comité* e depois da *Academia*, “basta anunciar os livros de Sigerist para fazer nascer em nossos leitores o desejo de lê-los e possuí-los”²⁸. De fato, *Einführung in die Medizin* foi um grande sucesso editorial à época do seu lançamento, imediatamente traduzido para diversas línguas. A tradução francesa *Introduction à la médecine* foi publicada já em 1932, poucos meses após a publicação do original alemão. É sobretudo a originalidade da perspectiva histórica de um manual de introdução aos estudos médicos que explica a recepção entusiasmada de *Introduction à la médecine* na França. Em 1933, Pierre Ménétrier, antigo presidente da *Société française d'Histoire de la Médecine*, apresentou assim o livro de Sigerist à *Académie nationale de médecine*: “o professor Sigerist (...) pensou que a melhor maneira de iniciar o jovem estudante, o futuro médico, nas ciências que ele deve aprender, bem como aos deveres e às obrigações de sua profissão, era lhe mostrando seu desenvolvimento histórico, sua lenta evolução e seu progresso”. Para Ménétrier, no livro de Sigerist “a história da Medicina não é mais apenas uma pura curiosidade retrospectiva, mas se torna um elemento de ensino científico e profissional da mais evidente atualidade”²⁹. Vejamos as primeiras linhas do livro de Sigerist:

Esse livro se dirige antes de tudo aos jovens homens que escolheram a carreira médica e que se encontram no início dos seus estudos. Ele tenta pintar em traços largos um quadro da medicina, as tarefas que ela se propõe, os problemas que ela evoca. Ele visa dar noções fundamentais, se servindo amplamente para isso do método histórico. Existe melhor procedimento para compreender uma ideia que fazer o leitor participar da sua elaboração?³⁰

Canguilhem e a “gênese das hipóteses”

Síntese das pesquisas realizadas durante meia década à frente do Instituto de História da Medicina em Leipzig, *Introduction à la médecine*, não era um livro de história, mas uma obra de iniciação destinada aos estudantes nos primeiros anos do curso médico – situação em que o próprio Canguilhem se encontrava na segunda metade da década de 30, ao mesmo tempo em que dava aulas de filosofia em Toulouse. Esse contexto nos ajuda a restabelecer o papel central do *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*³¹, tese de doutorado em

28 *Archeion. Archivio storico della scienza*, Organe officiel du Comité international d'histoire des sciences, (Roma), [vol.] XIV, t. 3, (1932).

29 *Bulletin de Académie nationale de médecine*, ano 97, 3ª série, t. CIX, 2, (Janeiro 1933): 34.

30 Henry E. Sigerist, *Introduction à la médecine*, trad. Maurice Ténine (Paris: Payot, 1933), *Prefácio*.

31 O livro *Le normal et le pathologique*, publicado em 1966, é a reunião de dois textos sobre a mesma questão, escritos com vinte anos de intervalo. A primeira parte do livro corresponde à tese de doutorado em medicina, de 1943, *Essai*

medicina defendida e publicada em 1943, no processo que chamamos historicização das ciências – antes mesmo de conferir “uma secreta unidade e uma sólida coerência a toda obra histórico-epistemológica”, como argumentou François Delaporte³². Tudo isso num livro onde não há sequer uma menção a Bachelard e no qual Canguilhem manifestou o desejo de não ser confundido: “(...) não pretendemos passar por historiador da medicina. Se na primeira parte colocamos o problema em perspectiva histórica, foi unicamente por razões de mais fácil inteligibilidade”³³. A preocupação acompanhava uma avaliação severa da historiografia de sua época, que Canguilhem percebia demasiadamente dedicada aos estudos dos grandes médicos e seus feitos: “Não temos nenhuma pretensão de erudição no campo da biografia”³⁴, ironizou. Evitava, assim, que os capítulos de sua tese dedicados a Broussais e Claude Bernard fossem confundidos com os panegíricos habituais dos historiadores da medicina.

No *Essai*, Sigerist é frequentemente evocado por Canguilhem, a propósito da “animação” da anatomia, do isolamento social experimentado pelos doentes, da relatividade individual do normal biológico, da relação entre clínica e endocrinologia etc. Mas é sobretudo “o modo habitual de proceder” de Sigerist, a inclusão das descobertas e ideias científicas “na história intelectual da civilização”³⁵ ou, para dizer de maneira mais clara, a relação intrínseca que Sigerist estabelece entre a história das ciências e a história das ideias, que chama a atenção de Canguilhem. O desenvolvimento dessa proposição na obra de Canguilhem abriu o caminho para a elaboração da noção do objeto da história das ciências como um objeto cultural, e, imediatamente na obra de Canguilhem, fez deslocar o interesse histórico das respostas para as questões. Ou seja, em vez de buscar escrever a história das conquistas da medicina e das ciências da vida, Canguilhem passou a se perguntar pelas condições de possibilidade histórica de um determinado problema e as condições que permitiram que uma teoria fosse aceita como verdadeira. É o que Canguilhem faz a propósito da teoria da doença de Leriche, apoiado em Sigerist:

“A medicina”, disse Sigerist, “é uma das ciências mais estreitamente ligada ao conjunto da cultura, toda transformação nas concepções médicas sendo condicionadas por transformações nas ideias de uma época”. A teoria [da doença de Leriche,] que acabamos de expor, ao mesmo tempo médica, científica e filosófica, comprova perfeitamente essa proposição [extraída do livro *Introduction à la Médecine*]. Parece-nos que ela satisfaz simultaneamente a diversas exigências e postulados intelectuais do momento histórico da cultura no qual ela foi formulada.³⁶

Essa maneira de problematizar a história das ciências foi apresentada por Sigerist a propósito da descoberta por Harvey da circulação do sangue em 1628. “De onde vem que a ideia da função entra na medicina precisamente no começo do século XVII? Por que não mais cedo? Por que não mais tarde? Quais circunstâncias lhe deram nascimento?”, perguntou Sigerist antes de convidar a “situar Harvey com mais precisão na história intelectual europeia”³⁷. Assim como muitas ideias publicadas no *Introduction à la Médecine*, esse problema tinha sua origem nas pesquisas desenvolvidas no Instituto em Leipzig. Foi em 1928 que Sigerist apresentou a conferência mais tarde publicada sob o título “William's Harvey position in the history of european thought”, na qual defendia a tese de que “a história da circulação do sangue, como a história da ciência em geral, e da medicina em particular, demonstra a íntima aliança com a história da cultura”³⁸. Segundo Sigerist, o objeto da fisiologia é o movimento, uma ideia que não poderia ter sido concebida em outro momento da história intelectual europeia posto que “a fisiologia e a ideia funcionalista na medicina são produtos do barroco” e

sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique. A segunda parte, escrita entre 1963 e 1966, recebeu o título *Nouvelles réflexions concernant le normal et le pathologique*. É no texto de 1943 que aparecem as referências a Sigerist mencionadas nesse artigo.

32 François Delaporte, “La problématique historique et la vie” em *Georges Canguilhem: philosophe, historien des sciences*, 226.

33 Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique* (Paris: Presses Universitaires de France, 2010), 8.

34 Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, 8.

35 *Ibid*, 136.

36 *Ibid*, 61.

37 Sigerist, *Introduction à la Médecine*, 40.

38 Sigerist, “William's Harvey position in the history of european thought” em Felix Marti-Ibañez (ed.), *Henry E. Sigerist On the history of medicine* (Nova Iorque: MD Publications, 1960), 185

“Harvey é o primeiro a incorporar o conceito do barroco”³⁹. Apoiado nas ideias do historiador da arte Heinrich Wölfflin, Sigerist defenderá que o barroco era uma forma de pensamento que reinava sobre todos os domínios do espírito da época. Para Sigerist, Harvey não era diferente de Galileu, em quem teria se produzido, de maneira análoga à da arte de Michelangelo, “uma evolução que o conduziu da ideia estática à ideia dinâmica”⁴⁰. No *Essai*, Canguilhem demonstrou ter se impressionado com essas ideias:

Sigerist não separa a ciência da vida, nascida em 1628, da concepção geral, digamos filosófica, da vida que se expressa então nas diversas atitudes do indivíduo diante do mundo. As artes plásticas em primeiro lugar, do fim do século XVI e começo do XVII, fixaram o estilo barroco, liberaram o movimento por toda parte. Ao contrário do artista clássico, o artista barroco não vê na natureza senão aquilo que é inacabado, virtual, ainda não circunscrito. “O homem do barroco [escreveu Sigerist] não se interessa por aquilo que é, mas por aquilo que vai ser. O barroco é infinitamente mais que um estilo na arte, é a expressão de uma forma de pensamento que reina nessa época em todos os domínios do espírito: a literatura, a música, a moda, o Estado, o modo de viver, as ciências”. Os homens do começo do século XVI, fundando a anatomia, privilegiaram o aspecto estático, delimitado, da forma viva. Aquilo que Wölfflin diz do artista barroco, que ele não vê o olho, mas o olhar, Sigerist diz do médico no começo do século XVII: “Ele não vê o músculo, mas sua contração e o efeito que ela produz. Eis como nasce a *anatomia animata*, a fisiologia. O objeto dessa ciência é o movimento. Ela abre as portas ao ilimitado. Cada problema fisiológico conduz às fontes da vida e permite as fugas sobre o infinito”. Harvey, ainda que anatomista, não via no corpo a forma, mas o movimento. Suas pesquisas não são fundadas sobre a configuração do coração, mas sobre a observação do pulso e da respiração, dois movimentos que só cessam com a vida.⁴¹

Canguilhem jamais abandonará a ideia contida nessa frase: “Sigerist não separa a ciência da vida, nascida em 1628, da concepção geral, digamos filosófica, da vida que se expressa então nas diversas atitudes do indivíduo diante do mundo”. Pierre Macherey, em 1964, na primeira análise de conjunto da obra de Canguilhem que se tem notícia, afirmou que o objetivo da tese de medicina de 1943, o *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, é “mostrar em que terreno ao certo se constituiu a fisiologia, ‘o espírito da fisiologia nascente’ (ver a chamada a Sigerist, a propósito da obra de Harvey): uma ciência das condições de saúde”. Curiosamente, quando decidiu reeditar seu texto em 2009, para a coletânea *De Canguilhem à Foucault, la force des normes*, Macherey excluiu a referência a Sigerist. Mais recentemente, Claude Debru, no artigo “Georges Canguilhem et la rationalité du pathologique”, lembra, *en passant*, porém mais decidido, que a ideia de Sigerist do movimento como objeto da fisiologia, a partir de uma concepção barroca, foi determinante para a argumentação de Canguilhem, para quem esse “espírito” da fisiologia nascente teria sido incorporado na definição da fisiologia como “ciência das condições de saúde”⁴².

Consideremos ainda o seguinte exemplo, também retirado da tese de 1943. Canguilhem propôs um exame histórico da tese amplamente difundida no século XIX segundo a qual os fenômenos patológicos seriam apenas variações quantitativas, e não qualitativas, dos fenômenos normais do organismo. Antes, porém, de passar à crítica dessa teoria, Canguilhem apresentou as chamadas concepções *ontológica* e *dinâmica* da doença, que enxergam a doença ora como a luta contra um ser estranho que invade o homem, ora como a luta interna de forças que se afrontam no homem. “As doenças de carência e todas as doenças infecciosas ou parasitárias fazem a teoria ontológica marcar um ponto”, escreveu Canguilhem. Por outro lado, “as perturbações endócrinas e todas as doenças marcadas pelo prefixo *dis* reafirmam a teoria

39 *Idem*.

40 Sigerist, *Introduction à la Médecine*, 40-42, *passim*.

41 Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, 136.

42 Claude Debru, *Georges Canguilhem, science et non-science* (Paris: Éditions Rue d'Ulm, 2004), 42.

dinamista ou funcional”. A concepção ontológica da doença pretende ser capaz de localizar o mal e combatê-lo. É a ideia de doença que atinge o homem, trazida de fora, e que, portanto, pode ser expulsa dele. Pasteur, afirma Canguilhem, deve muito do seu sucesso ao fato de suas teorias conterem uma representação ontológica do mal, o micróbio, entidade externa, visível, localizável (ao contrário dos miasmas) e, mais importante, combatível. Já na concepção dinâmica, a doença não pode ser localizada; ela está na totalidade do homem que perdeu sua harmonia interna, ainda que por alguma alteração no seu meio. Porém, nessa concepção, a doença é tanto a desarmonia quanto o esforço da natureza para obter um novo equilíbrio, o que exige uma medicina expectante, que tolere ou reforce essa terapêutica espontânea. Duas concepções de doença, dois tipos de otimismo: na técnica humana e na ação da natureza⁴³.

Essa diferenciação entre a concepção ontológica e a concepção dinâmica das doenças não é uma ideia original de Canguilhem. Foi novamente no livro *Introduction à la médecine*, de Sigerist, que Canguilhem afirmou ter encontrado “uma explanação sumária e magistral de toda essa evolução das ideias médicas”, que vai da medicina egípcia – a partir da qual houve uma “generalização da experiência oriental das afecções parasitárias, combinando-a com a ideia de doença-possessão” – e da medicina grega – segundo a qual “a natureza (*physis*), tanto no homem como fora dele, é harmonia e equilíbrio” – até a formação, no século XIX, de uma teoria que via doença e saúde como variações quantitativas dos mesmos fenômenos fisiológicos.

Canguilhem usa a palavra “dogma” para falar da teoria sobre a identidade qualitativa entre o normal e o patológico, mas não para depreciá-la, e sim para “fazer com que sua repercussão e seu alcance sejam bem apreendidos” (a palavra “dogma” já havia sido empregada no caso, citado há pouco, das teorias microbianas das doenças contagiosas de Pasteur). A filosofia da medicina, diz Canguilhem, costuma ser buscada mais nos livros de literatura que nos livros de medicina, e não é possível negligenciar a difusão das ideias de Comte nos meios médicos, científicos e literários, tampouco as relações entre o naturalismo literário do século XIX e as doutrinas médicas e biológicas de Claude Bernard. Pode-se objetar que, difundida na civilização, transposta de sua origem intelectual para outros domínios da cultura, uma tese científica dificilmente manteria sua integridade, e que a deformação parece mesmo inevitável – riscos aos quais um historiador das ciências como Canguilhem, a quem já se acusou de internalista e de fóssil conceitual, aparentemente não deveria se expor. Na verdade, para Canguilhem, esse é um dos principais méritos da história das ciências escrita em relação com a história das ideias: “diríamos que as deformações que ela [a tese] sofre no meio cultural podem revelar sua significação essencial”⁴⁴.

Ora, Canguilhem atribui a Comte a autoria do “princípio de Broussais”, e não a autoria da tese segundo a qual as doenças seriam apenas sintomas do “excesso ou falta de excitação dos diversos tecidos abaixo ou acima do grau que constitui o estado normal”⁴⁵. Em relação a essa concepção nosológica o “dogma” comteano seria uma “deformação”. Segundo Canguilhem, a identidade entre os fenômenos normais e patológicos aparece ao longo de toda a “evolução intelectual” de Comte, ou seja, do período preparatório do *Curso de filosofia positiva* (1830-1842), ao *Sistema de política positiva* (1851-1854), suas duas obras mais importantes. Comte aderiu publicamente àquele princípio em 1828, numa resenha do livro *De l'irritation et de la folie*,

43 Não raro esse “otimismo apaziguador” fez com que o pensamento médico oscilasse entre uma concepção e outra. No Brasil, Sérgio Arouca, em *O dilema preventivista*, constata, apoiado em Canguilhem, que a concepção dita “ecológica” de doença que caracteriza a medicina preventiva é, na verdade, a reunião das concepções ontológica e dinâmica: agentes externos são os causadores das doenças contagiosas, mas favorecidos por um desequilíbrio, seja do hospedeiro ou do meio. Assim, o conceito ecológico de doença seria duplamente otimista, “já que é sempre possível eliminar e (ou) equilibrar” em Sérgio Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1975), 157-160, *passim*.

44 Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, 17.

45 Auguste Comte, *Examen du Traité de Broussais sur l'irritation*, 1828, apêndice ao *Système de politique positive*, t. IV, 216, APUD Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, 18-19.

de Broussais. Segundo Canguilhem, desde então, a tese de que as doenças são sintomas da mudança de intensidade na ação dos estimulantes indispensáveis à saúde teria assumido um papel de axioma geral na filosofia de Comte, que lhe concedeu o mesmo “valor dogmático” atribuído à lei de Newton, mas à sua maneira. Canguilhem mostrará que o “princípio de Broussais” também foi investido de autoridade por Comte na ordem política. Mais que isso, ele argumenta, foi o valor político do princípio de Broussais que levou Comte a reconhecer, retroativamente, seu valor dogmático para a biologia. Foi essa operação, o uso particular da tese – tornada “princípio” – de Broussais na filosofia positiva que permitiu que Comte praticamente reivindicasse para si a paternidade da ideia. No *Sistema de política positiva* Comte afirma que:

Esse tratado [o *Traité philosophique d'astronomie populaire*, 1844] baseia-se no grande princípio cuja descoberta tive de atribuir a Broussais, porque sobressai do conjunto de seus trabalhos, embora somente eu tivesse elaborado sua formulação geral e direta. (...) Além de sua eficácia direta para as questões biológicas, ele [o princípio] constituirá, para o sistema geral da educação positiva, uma vantajosa preparação lógica aos processos análogos para a ciência final. Pois o organismo coletivo, em virtude de sua complexidade superior, comporta perturbações ainda mais graves, mais variadas e mais frequentes que a do organismo individual. Não tenho medo de assegurar que o princípio de Broussais deve ser estendido até esse ponto, e já o apliquei nesse campo para confirmar ou aperfeiçoar as leis sociológicas. Contudo, a análise das revoluções não poderia esclarecer o estudo positivo das sociedades, sem que haja, a esse respeito, a iniciação lógica resultante dos casos mais simples apresentados pela biologia.⁴⁶

Canguilhem explicou que não foi de maneira aleatória que escolheu os textos de Comte e Claude Bernard, entre tantos outros autores, talvez até mais citados, para falar sobre a teoria da identidade entre os estados normal e patológico. “É considerável a influência desses dois autores sobre a filosofia, a ciência e talvez ainda mais sobre a literatura”, explicou.⁴⁷ Sem minimizar o fato de que o *Essai* é um texto de filosofia da medicina, entendemos que, apoiado em Sigerist, Canguilhem começava a elaborar, já em 1943, uma nova maneira de refletir historicamente sobre as ciências da vida. Ainda que o tenha feito “unicamente por razões de mais fácil inteligibilidade”, a novidade não passou despercebida, ao menos não pelos historiadores de ofício.

Nos anos seguintes à publicação do *Essai*, a maior parte dos resenhistas se limitaram a ver exatamente aquilo que Canguilhem disse que o livro é: um estudo filosófico que toma por objeto uma matéria estrangeira, a medicina, para tratar de dois problemas humanos concretos, a relação entre as ciências e as técnicas e a relação entre o normal e as normas. Mas, em 1947, portanto quatro anos após a publicação da tese, Pierre Brunet publicou uma resenha do *Essai* no número inaugural da *Revue d'Histoire des Sciences*. “Não sendo um estudo histórico, esse trabalho, cuja primeira parte é inteiramente centrada em torno dos nomes de Comte e de Claude Bernard, é suscetível (...) de interessar aos historiadores das ciências”, escreveu⁴⁸. Consideremos o lugar institucional dessa resenha, a *Revue d'Histoire des Sciences*, criada pelo próprio Brunet, a pedido de Henry Berr, como órgão oficial da Seção de História das Ciências

46 Comte, *Loc. cit.*

47 Em *La volonté de puissance*, § 533, por exemplo, Nietzsche cita a seguinte passagem das *Leçons sur la chaleur animale*, de Claude Bernard: “A saúde e a doença não são dois estados essencialmente diferentes, como acreditaram os antigos médicos, e como ainda creem alguns práticos. Não se deve fazer deles princípios distintos, entidades que disputam entre si o organismo vivo e que fazem dele o teatro de sua luta. Essas são velharias médicas. Na realidade, existem apenas diferenças de grau entre esses dois modos de ser; o exagero, a desproporção, a desarmonia dos fenômenos normais constituem o estado doentio”. Da leitura de Claude Bernard, Nietzsche conclui que “o valor de todos os estados mórbidos consiste no fato de demonstrarem sob uma lente de aumento certas condições que, apesar de normais, são dificilmente visíveis no estado normal.”

48 Pierre Brunet, “Georges Canguilhem, Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique. Compte rendu”, *Revue d'histoire des sciences*, [vol. 1], 1 (1947): 90.

do *Centre de Synthèse*. A publicação do primeiro número, em 1947, aconteceu num período de transição entre dois projetos do *Centre de Synthèse*, o projeto filosófico da primeira metade do século passado, quando se tratava de situar as ciências na história, e aquele que caracterizaria os anos 60 e 70 na França, a constituição da História das Ciências como campo disciplinar. Brunet, que acumulava as funções de diretor da *Revue d'Histoire des Sciences* e da Seção de História das Ciências do *Centre de Synthèse*, localizou no *Essai* de Canguilhem ideias relevantes para esses dois projetos.

Favorecendo o projeto disciplinar, Brunet viu na abordagem histórica de exemplos precisos retirados da fisiologia e da patologia a confirmação de que “vários problemas científicos não se explicam verdadeiramente senão através da história das ciências, e que esta, conseqüentemente, está longe de possuir apenas um valor de simples curiosidade histórica”⁴⁹ (lembramos que a relevância para o conhecimento e a prática médica também foi o principal mérito reconhecido à abordagem histórica de Sigerist). Esse foi o principal argumento mobilizado por Brunet em um texto programático publicado no número seguinte da mesma revista sob o título “L'Histoire des Sciences dans l'enseignement”, dedicado à defesa da institucionalização da História das Ciências no ensino francês, dos liceus às universidades. Quanto ao projeto de inserção das ciências na história, questão de teoria das ciências tanto quando de teoria da história das ciências, Brunet afirmou ter encontrado no livro de Canguilhem “uma ideia interessante” que ele cita diretamente da primeira parte do *Essai*: “A história das ideias não pode ser necessariamente superposta à história das ciências”, afirmou Canguilhem. “Porém, já que os cientistas, como homens, conduzem sua vida em um meio e em companhias não exclusivamente científicos, a história das ciências não pode negligenciar a história das ideias.”⁵⁰

Tendo participado diretamente da organização dos arquivos do CAPHÉS e da publicação dos inéditos, é natural que Camille Limoges se empenhe, como ele mesmo reconhece, em estabelecer uma periodização da obra de Canguilhem. Não nos resta dúvida que essa insistência com a classificação interna dos textos fez com que Limoges descartasse os esforços historiográficos de Canguilhem no *Essai*, uma obra de “filosofia biológica” ou de “filosofia médica”. Diante daquela resenha de Brunet, Limoges viu apenas o que servia à sua classificação; entendeu que, já na época do lançamento do *Essai*, os leitores não se “enganavam” sobre a natureza do livro: “*Não sendo um estudo histórico...*”. A partir dessa frase de Brunet, todo o resto pareceu-lhe de menor importância. Assim, Limoges minimizou o reconhecimento, por Brunet, da perspectiva histórica de Canguilhem sobre as ideias de Broussais e Claude Bernard, afirmando serem semelhantes às análises encontradas nos livros de Émile Meyerson ou Léon Brunschvicg, a quem ninguém ousa acusar de historiadores das ciências.

Em sua argumentação, Limoges ainda lembra que o artigo “La théorie cellulaire”, que compõe a segunda parte, nomeada “História”, do livro *La connaissance de la vie*, foi publicado originalmente em 1946 com um subtítulo excluído da reedição de 1952, que, supostamente, revelaria sua verdadeira natureza: “Du sens et du valeur des théories scientifiques”. “Em 1946, no sumário da revista, esse artigo havia sido classificado numa seção intitulada ‘Filosofia das ciências’, pondera Limoges. “De maneira que o único artigo que daria a uma parte de *La connaissance de la vie* um caráter francamente histórico aparece de maneira equívoca”⁵¹. De nossa parte, preferimos encontrar o lugar dos textos numa história viva, e não numa classificação. Como já afirmaram outros importantes comentadores, como François Delaporte e Claude Debru, o artigo sobre a teoria celular, escrito apenas dois anos após o *Essai*, é o

49 *Ibid.*, 91.

50 *Idem.*

51 Camille Limoges, “L'épistémologie historique dans l'itinéraire intellectuel de Georges Canguilhem”, 61.

primeiro texto no qual Canguilhem reflete sistematicamente sobre a história das ciências, seus objetos e métodos:

A história das ciências recebeu até o presente momento na França mais encorajamentos do que contribuições. Seu lugar e seu papel na cultura geral não são negados, mas eles são bastante mal definidos. Seu sentido é mesmo flutuante. Deve-se escrever a história das ciências como um capítulo especial da história geral das ciências? Ou, antes, devemos pesquisar nas concepções científicas de um determinado momento uma expressão do espírito geral de uma época, uma *Weltanschauung*? O problema de atribuição e de competência está em suspenso. Essa história parte do historiador enquanto exegeta, filólogo e erudito (isso sobretudo para o período antigo) ou, antes, do cientista especialista, apto a dominar enquanto cientista o problema do qual ele retraça a história?⁵²

Canguilhem segue fazendo questões cada vez mais incisivas: devemos rastrear até os começos uma questão científica e fazer a história como o progresso daquela questão até sua forma atual? Basta encontrarmos um documento ou ideia ultrapassada, velha, para dizermos que fazemos história? E qual o valor para as ciências de uma história das ciências assim elaborada? A história das ciências não estaria, assim, reduzida a um museu de horrores, no qual são exibidos apenas os erros cometidos no passado, antes que a verdade científica viesse à luz? O artigo *La théorie cellulaire* é apenas o primeiro dos textos de Canguilhem onde aparece a denúncia contra uma concepção dogmática de ciências, mais ainda, contra “uma concepção dogmática da cultura científica, uma concepção dos 'progressos do espírito humano' que é aquela da *Aufklärung*, de Condorcet, de Comte”⁵³. É essa concepção dogmática da cultura científica que, para Canguilhem, fundamenta o preconceito segundo o qual aquilo que foi dito no passado está errado, segundo o qual a anterioridade cronológica é sinônimo de inferioridade lógica. É essa tese positivista que, como lembra Canguilhem, sustenta as páginas de história das ciências da famosa *Introduction à la médecine expérimentale* de Claude Bernard, onde lemos que “a ciência do presente está portanto necessariamente acima da ciência do passado, e não há razão para buscar um crescimento da ciência moderna nos conhecimentos dos antigos.” Ainda segundo Claude Bernard, “As teorias dos antigos, necessariamente falsas, pois abarcam os fatos descobertos desde então, não poderiam ter nenhum benefício real para as ciências atuais”. Em *La théorie cellulaire*, o objetivo de Canguilhem é restituir uma dignidade teórica ao pré-científico, defendendo uma continuidade entre certos objetos biológicos e suas primeiras formulações e imagens míticas. Vale a pena considerar a reavaliação recente desse texto de 1946 proposta por Claude Debru, também um ex-aluno de Canguilhem, uma avaliação que reforça nosso argumento sobre a presença, desde os anos 40, de uma preocupação teórica sobre as relações entre história das ciências e história das ideias:

Vemos se formar nesse trabalho bastante seminal de Canguilhem sobre a teoria celular uma prática da epistemologia sobre a qual, me parece, certos intérpretes de Canguilhem (eu me incluo) não insistiram suficientemente. A história das teorias e dos conceitos, que formará a vulgata da epistemologia histórica, que nos ensina que as teorias nascem de teorias preexistentes, não pode se dissociar do exercício da imaginação teórica. O que se passa antes do famoso corte epistemológico é tão importante quanto o que se passa depois. Mas o mais essencial do texto sobre a teoria celular não é seu conteúdo epistemológico. Ele se encontra na constatação da conexão e da circulação das ideias. A ciência,

52 Georges Canguilhem, *La connaissance de la vie* (Paris: Vrin, 2006), 53-54

53 *Ibid*, 54.

nesses textos, não aparece como um processo fechado, uma hiperespecialização cada vez mais minúscula. As ideias científicas, a filosofia das ideias científicas (mais até que a filosofia das ciências, expressão que eu nunca compreendi muito bem) estão em comunicação direta com muitos outros domínios que aqueles domínios de pertinência direta.⁵⁴

Durante muito tempo, a “problemática histórica” na obra de Canguilhem foi estudada como uma reflexão desenvolvida alheia ao trabalho dos historiadores profissionais. A abertura dos seus arquivos e a publicação das suas obras completas começa a mudar essa opinião, ainda que lentamente. Parece-nos que obviedade da questão – a aproximação entre história das ciências e história das ideias – para o leitor contemporâneo, após incontáveis transformações no campo da história das ciências, somada à internalização da leitura dos textos de Canguilhem, como antídoto contra a “influência” bachelardiana, impediram que a maioria dos comentadores apreciasse adequadamente a importância da reflexão sobre a “conexão e a circulação das ideias” apresentada no *Essai* (e no artigo sobre a teoria celular, como admite Debru) para o desenvolvimento da obra ulterior. Razão pela qual acreditamos que o tema da historicização das ciências na obra de Canguilhem ganha ao ser tratado como um problema de história intelectual e não de história da filosofia. Pois, sem abrir mão da compreensão interna da obra de determinado autor, a história intelectual busca situá-lo no contexto de ideias que garantiu as condições de sua emergência e para o qual sua obra está inteiramente voltada. Sem querer atentar contra a grandeza de Nietzsche, a história intelectual só existe porque não aceita a possibilidade de pensamentos extemporâneos.

Em 1943, portanto antes da aproximação com Bachelard e da marca da epistemologia histórica, Canguilhem já havia começado a elaborar uma técnica histórica própria às ciências da vida e à medicina, capaz de dar conta desses novos objetos inscritos no epíteto que lhe foi atribuído por Raymond Aron: “Doutor em medicina, historiador do pensamento médico e biológico”. E essa técnica histórica que vemos aparecer na obra de Canguilhem nos anos 40 está diretamente ligada à sua leitura de Sigerist, àquela forma de questionamento das ideias científicas elaborada inicialmente a propósito do nascimento da fisiologia, interessada não somente pelo seu sucesso, mas pelas condições que permitiram ou determinaram o seu aparecimento num momento específico da “história intelectual da civilização”. E o encontro com a epistemologia de Bachelard nos anos 50, sem dúvida crucial para a teoria canguilhemiana da história das ciências, marcará uma reformulação daquela problematização, e não o seu abandono. É o que nos indicam essas linhas retiradas do prefácio que Canguilhem escreveu, em 1979, para o livro de François Delaporte sobre a questão da vegetabilidade no século XVIII:

É certo que o conhecimento das estruturas e das funções vegetais deve impulsos decisivos aos botanistas do século XVIII. Todas as histórias da botânica o repetem. Mas, para a maioria, elas estão bem distantes de se interrogar sobre as razões e as circunstâncias da invenção pelos naturalistas de suas táticas ou de seus métodos. Para fazer isso, é preciso se interessar, na história de uma ciência, menos pelos seus resultados, celebrados como vitórias, que pelo modo como os problemas, mesmo aqueles não resolvidos, foram colocados. É preciso considerar a ciência como uma empreitada laboriosa de leitura dos fenômenos, dos quais as hipóteses são a grade. A gênese das hipóteses deve, então, ser privilegiada em relação ao recenseamento das observações.⁵⁵

54 Claude Debru, “Épistémologie historique et/ou Histoire épistémologique?” em *Epistemology and history from Bachelard and Canguilhem to today's history of science*, 115.

55 Georges Canguilhem, “Préface” em François Delaporte, *Le second règne de la nature* (Paris: Éditions des archives contemporaines, 2011), 8.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Introduction générale à une philosophie de l'action chez Georges Canguilhem: le concept, le contexte et les œuvres

Emiliano Sfara

Doctor en philosophie (Université "Paul Valéry" Montpellier III)
Montpellier - France
emiliano.sfara@gmail.com

Recebido em 26/03/2016. Aprovado em 24/04/2016.

Como citar este artigo: Sfara, Emiliano. "Introduction générale à une philosophie de l'action chez Georges Canguilhem: le concept, le contexte et les œuvres". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 84-99. 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>.
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.113281> Acesso em dd/mm/aaaa.

Introdução geral à filosofia da ação em Canguilhem: conceitos, contextos e trabalhos

Resumo: Esse artigo é uma introdução geral à filosofia da ação nos trabalhos de Georges Canguilhem. O conceito canguilhemiano de ação define precisamente a superação do livre agir contra as normas abstratas e rígidas. Baseados em 1) diversos manuscritos não publicados (como "Qu'est-ce qu'agir?" ou "Objet et nature de la philosophie") e 2) uma análise geral dos campos metodológicos (estética, filosofia, história da ciência etc.) que caracteriza a produção filosófica de Canguilhem, pretendemos esclarecer o alcance teórica desse conceito à luz do contexto histórico e filosófico no qual ele se desenvolveu.

Palavras-chave: Canguilhem, filosofia da ação, epistemologia histórica.

General introduction to a philosophy of action in Canguilhem: concept, context and the works

Abstract: This paper consists in a general introduction to the philosophy of action in Georges Canguilhem's works. The canguilhemian concept of action defines precisely the overcoming of the free act against the abstract and rigid norm. On the basis of 1) several unpublished manuscripts (as *Qu'est-ce qu'agir?* or *Objet et nature de la philosophie*) and 2) a general analysis of the methodological fields (aesthetic, philosophy, history of science, etc.) that characterize Canguilhem's philosophical production, we aim to clarify the theoretical extent of this concept in the light of the historical and philosophical context in which it has evolved.

Keywords: Canguilhem, philosophy of action, historical epistemology.

Le concept d'action

Il y a souvent, dans les blancs de l'historiographie philosophique qui marquent le passage d'une grande figure classique à une autre, des processus théoriques postérieurs de mise en cohérence et de systématisation de la pensée de l'une de ces grandes figures philosophiques. Depuis la mort de Georges Canguilhem en 1995, ce qui s'est produit autour de son héritage philosophique est justement une tentative progressive et multilatérale de mise en cohérence de la totalité de sa pensée écrite. Par le terme *marxisme*, par exemple, on entend habituellement une série historiquement constituée d'interprétations organiques et plus ou moins philosophiquement remarquables visant à une mise en cohérence de la pensée de Karl Marx. En ce qui concerne le philosophe de Castelnau-dary, avant ce processus de systématisation de ses œuvres commencé en 1995 (que nous ne voulons certes pas appeler 'canguilhemianisme', Canguilhem occupant une place du moins 'officiellement' mineure parmi les rangs historiques du théâtre philosophique traditionnel), l'on assistait à des approches isolées et à peu près descriptives - sous la forme surtout de commentaires aux publications récentes - qui passaient en revue la structure des seuls arbres au lieu de jeter un regard d'ensemble à la forêt, pour le dire comme Hegel. Bien entendu, loin de nous le fait de vouloir assumer un point de vue de type linéaire-positiviste en vertu duquel les analyses chronologiquement plus récentes autour d'un sujet philosophique - en ce cas la philosophie de Canguilhem - seraient intrinsèquement meilleures par rapport aux analyses moins récentes. Dans le cas de la philosophie de Canguilhem, nous croyons en effet que l'absence d'un regard d'ensemble à l'entière forêt ne pouvait pas tout simplement avoir lieu à cause d'une bibliographie incomplète, puisque les bibliographies se terminent comme on le sait avec la mort de l'auteur de référence. Pierre Macherey et Michel Foucault¹, donnent par exemple une coupure interprétative très efficace à l'œuvre de Canguilhem. Mais celle-là ne pouvait cependant être exhaustive pour la raison que nous venons d'expliquer². Il y a de même, selon nous, une autre raison en vertu de laquelle les études '*post-mortem*' ont tendance à être plus exhaustives que les études '*ante-mortem*'. Cette raison s'appuie sur le fait qu'après la mort d'un auteur qui assume pendant longtemps un rôle à la fois institutionnellement important et reconnu dans une certaine société (Canguilhem fut professeur à la Sorbonne pendant de longues années, ainsi que directeur de l'Institut d'Histoire et de Philosophie des Sciences et des Techniques à Paris³) et de guide intellectuel et inspirateur pour une certain nombre d' 'esprits doués' (Macherey et Foucault eux-mêmes, par exemple), il y a, surtout en milieu académique, une certaine diffusion de quelques coutumes sociales en vertu desquelles on célèbre l'héritage de cet auteur par des travaux monographiques concernant de plus en plus la globalité de sa production écrite. La rédaction de thèses de doctorat de la part de thésards en philosophie est interne à la reproduction sociale de pratiques de célébration de ce genre⁴. Nous croyons que celles-ci ont toutefois le droit d'être tenues en considération, car elles mettent à disposition du thésard une quantité de temps matériel à consacrer à la recherche de tel ou tel autre domaine ou auteur que le savant d'autrefois n'avait souvent pas.

¹ Particulièrement, quant à Macherey, nous faisons référence à 1) "La philosophie de la science de Georges Canguilhem, Epistémologie et histoire des sciences", *La Pensée, nouvelle série*, 113 (1964) (50-74) ; 2) "Georges Canguilhem : un style de pensée", *Cahiers philosophiques*, 69, Paris, C.N.D.P., (1996) (47-56). Quant à Foucault nous faisons référence à "La vie : l'expérience et la science", *Revue de métaphysique et de morale*, 90.1 (1985) (3-14), repris in Michel Foucault, *Dits et Écrits*, [vol.] IV (Paris: Gallimard, 1994), 763-76. Ce dernier texte n'est que la version française modifiée de l' "Introduction" de *On the Normal and the Pathological* (Dordrecht: Reidal, 1978) (IX-XX), c'est à dire de l'essai de 1943 et des autres textes de 1966 de Canguilhem (Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique* [Paris: Vrin, 1966 ; réimpr. Paris: PUF, 1993]) traduits en anglais.

² Signalons de toute façon deux textes de Macherey écrits après la mort de Canguilhem : *De Canguilhem à Foucault, la force des normes* (Paris: La Fabrique, 2009) et "Canguilhem et la philosophie" (exposé présenté le 15 juin 2012 au colloque *Un entre-deux-guerres philosophique : la formation de Georges Canguilhem*, Université Paris VIII, url : <https://philolarge.hypotheses.org/1275>).

³ A l'époque, Institut d'Histoire des Sciences et des Techniques.

⁴ Cet article n'est en fait qu'une partie de l'introduction de notre thèse de doctorat intitulée "La philosophie de Georges Canguilhem pendant son enseignement, 1929-1971 : examen du concept d'action", doctorat dont la soutenance a eu lieu le 24 octobre 2015 à l'Université "Paul Valéry" Montpellier 3.

En revenant à notre auteur, le début de cet *habitus* social commence véritablement, de notre point de vue, cinq ans après 1995, c'est-à-dire avec l'article "Canguilhem avant Canguilhem" de J.-F. Braunstein. Ce texte est important parce qu'il réinsère (de façon argumentée⁵) dans la bibliographie canguilhemienne deux écrits auparavant quasiment oubliés. Ils portent le titre "Descartes et la technique" (1937) et "Activité technique et création" (1938), et nous pouvons affirmer que, sans une lecture de ces deux textes, il est extrêmement difficile ou trompeur de considérer l'œuvre de Canguilhem comme une totalité organique cohérente. Ce type d'approche organique – répétons-le pour éviter tout futur malentendu - constitue à la fois la prémisse méthodologique et le but final de notre article, lequel ne vise donc pas à une étude isolée et limitée d'une catégorie autonome (par exemple celle de normativité), ou d'un terrain d'analyse spécifique (par exemple celui de l'histoire des sciences) ou de la mise en rapport de deux phases théorique-biographique différentes (par exemple celle du Canguilhem "jeune" qui n'avait pas encore abordé le domaine spécifique de l'histoire des sciences, avec celle du Canguilhem reconnu, enseignant de philosophie et histoire des sciences à la Sorbonne). Ce qui nous intéresse est le legs philosophique ultime de Georges Canguilhem, le message dans la bouteille qui a survécu à la mer d'interprétations faites sur lui.

Ce message ne coïncide qu'avec un concept très simple à résumer : une règle ou norme préliminaire et dépositaire d'une disposition particulière et idéale pour l'accomplissement d'un moment du vrai (logique), du bien (éthique) et du beau (esthétique), est destinée à être démentie, du point de vue de son contenu normatif, par le résultat pratique et individuel final. Vrai, bien et beau font évidemment partie d'une tripartition traditionnellement très utilisée en philosophie. Nous tenons à souligner que cette tripartition n'est cependant pas utilisée par Canguilhem. C'est nous qui l'utilisons à des fins heuristiques, car selon notre philosophe *tout* phénomène appartenant à l'expérience individuelle de la vie humaine - et donc compris dans l'expérience logique (par laquelle nous entendons le phénomène linguistique), dans l'expérience éthique (la réglementation supérieure à la base de la reproduction sociale d'une certaine communauté) et dans l'expérience esthétique - tend à être créatif, c'est-à-dire lisible par les catégories théoriques propres à la philosophie esthétique. Nous nous expliquons. Le fait qu'un peintre soit étonné du résultat achevé de sa performance picturale est dû au fait que ce résultat, représentant par exemple un certain paysage, est formellement différent de l'ébauche du même paysage qu'il avait en tête avant de passer à la pratique : c'est là un exemple esthétique de la pratique dépassant la norme préliminaire. Ce dépassement est, en tant que tel, créatif, tout comme l'œuvre, c'est-à-dire la création, du peintre. Sur le plan de la science, notamment du phénomène technique, la fabrication d'un objet, d'un outil ou artefact inédit, est elle-même une opération créative, en tant que marquant le dépassement pratique de n'importe quelles règles antécédentes (la méthode exacte de construction d'un outil inédit n'est certes pas consignée dans un manuel d'utilisation). Sous ce rapport le phénomène de la technique est donc lisible à travers le prisme des catégories de l'esthétique. Sur le plan de la vie sociale, le héros n'est qu'un homme permettant la survie d'une société sur le déclin, c'est-à-dire d'une société dont la survie dépend du dépassement salvateur des règles communautaires qui la fondaient. De fait, dit Canguilhem, toute société ne peut survivre que grâce à ces hommes exceptionnels⁶. Sur le plan de la production de la parole – et c'est là une question qui n'est pas abordée dans les écrits publiés, mais bien dans un manuscrit inédit - "si paradoxal que cela paraisse, il n'est pas nécessaire pour parler de savoir préalablement ce que l'on va dire. Il en est de

⁵ C'est-à-dire sous forme, justement, d'article, de réflexion : la première véritable 'réinsertion' a été faite à ce sujet par Camille Limoges, auteur d'une bibliographie pionnière des œuvres de Canguilhem, où plus de cent titres de celui-ci ont effectivement été récupérés pour la recherche (Camille Limoges, "Critical Bibliography". In *A Vital Rationalist. Selected Writings from Georges Canguilhem*, org. François Delaporte [New York: Zone Books, 1994], 385-454).

⁶ Cette allusion à la figure du héros se trouve dans un texte spécifique : "Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société?" *Cahiers de l'Alliance universelle*, 92, septembre-octobre (1955): 73 (64-73). Texte repris in Georges Canguilhem, *Ecrits sur la médecine* (Paris: Éditions du Seuil, 2002), 101-25.

l'improvisation comme de l'inspiration"⁷. Comme on le voit, donc, même le phénomène du social et le phénomène de la parole sont des phénomènes proprement esthétiques en vertu de leur portée créative. Dans la doctrine philosophique de Canguilhem, c'est précisément ce processus d'affranchissement pratique à tout niveau de l'expérience humaine individuelle que nous appelons *action*. La notion d'action ainsi comprise - une notion de type purement philosophique - est la clef théorique-interprétative pour lire le *corpus* philosophique canguilhemien comme un tout, où les parties ne sont nullement séparées mais bien communicantes les unes envers les autres. Par 'parties', nous entendons des œuvres spécifiques telles que *l'Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique* de 1943, ou des domaines théoriques spécifiques tels que la technique, ou le concept fondamental de normativité (nous reviendrons d'ici peu sur ce concept). Du reste Xavier Roth, dans sa thèse de doctorat, démontre avoir bien compris que le noyau crucial chez le philosophe de Castelnaudary réside dans "le problème des rapports de la connaissance à l'agir", qui "occupe dans sa pensée une place tout à fait centrale"⁸. Or ce qu'il faut signaler - comme d'ailleurs beaucoup de spécialistes de la bibliographie de notre auteur le savent bien - c'est que le terme *action* en tant que concept transversal désignant l'affranchissement de l'acte concret par rapport à toute norme sociale ou technique-scientifique n'apparaît pas dans les textes publiés. C'est-à-dire qu'une lecture d'ensemble de ces derniers permet certes au lecteur de comprendre le lien théorique qui les tient unis. Ce sont néanmoins les écrits inédits qui approfondissent ce lien théorique et lui confèrent en même temps un nom, qui est justement celui d'*action* et qui est de fait un terme unifiant, car l'action et les modes de l'action sont généralement multiples.

Les écrits inédits dont nous parlons ne sont autres que les notes des cours de philosophie que Canguilhem a donnés pendant une quarantaine d'années dans différents lycées et universités de France, de 1929 à 1971⁹. Dans les premières lignes d'un manuscrit intitulé *Qu'est-ce qu'agir ?* (1958), Canguilhem écrit qu'

agir c'est être l'origine de son mouvement, c'est-à-dire faire son mouvement au lieu de le subir (pâtir). [...]

Agir c'est commencer par soi un mouvement. [...] Être son motif.
Faire son motif.

Agir c'est finir par soi un mouvement. Si je ne puis pas décider la fin, il n'y a pas de commencement¹⁰.

Dans les notes d'un cours de 1966-67, *L'action*, l'auteur insiste de fait sur ceci : "agir, c'est être en situation de mouvoir, ou de changer, quelque chose ou quelqu'un sans être soi-même agi, c'est faire commencer le mouvement au lieu de le recevoir et de le transmettre"¹¹. Le fait que la philosophie n'est en dernier ressort que recherche d'une *sagesse comprise comme action*, à son tour loin d'être action routinière quotidienne (soit automatique, soumise de

⁷ In "De la signification et du langage", titre d'un paragraphe du manuscrit *Philosophie (éléments de doctrine et textes choisis)*, feuille 145/157.

⁸ Xavier Roth, "Georges Canguilhem et l'école française de l'activité. Juger, Agir (1926-1939)", p. 25. Thèse de doctorat soutenue à l'Université d'Aix-Marseille le 15 décembre 2010. Signalons aussi la version publiée et modifiée de cette thèse: Xavier Roth, *Georges Canguilhem et l'unité de l'expérience. Juger et agir, 1926-1939* (Paris: Vrin, 2013).

⁹ Les manuscrits de Canguilhem sont conservés dans le CAPHÉS (Centre d'Archives en Philosophie, Histoire et Éditions des Sciences) de Paris.

¹⁰ Georges Canguilhem, *Qu'est-ce qu'agir ?*, 1958, f. 52.

¹¹ Georges Canguilhem, *L'action*, 1966-1967, f. 12 (recto-verso).

façon répétée à l'application d'une même norme apprise par imitation : pensons par exemple au geste de faire ses lacets), est du reste spécifié dans un manuscrit remontant aux années 30 qui s'appelle *Objet et nature de la philosophie* :

L'état intellectuel dont la Philosophie est le désir, la recherche, donc la privation momentanée, c'est la Sagesse [...].

La Sagesse est [...] sans ambiguïté, attitude pratique, c'est-à-dire relative à l'Action.

Que faut-il entendre par Action ?

[...] L'Action au sens fort, c'est la conduite de la vie, l'effort pour ordonner, en rapport avec un idéal, l'expérience humaine et par là même lui donner un sens. L'Action dont la Philosophie paraît être la condition nécessaire comporte, de ce fait un ou plusieurs jugements de valeur systématisés qui, seuls, distinguent l'Action philosophique des Actes usuels ou routiniers¹².

Le contexte favorable à la naissance du concept

Bien évidemment, l'importance centrale que Canguilhem attribue dès les années 30 au rôle de l'action comme boussole conceptuelle pour se repérer dans l'ampleur ou l'immensité thématique et problématique de la philosophie ne se fait pas du jour au lendemain.

En fin de compte, en effet, la théorie de l'action n'est après tout qu'une revendication de l'affranchissement de l'individu, au sens autonome et singulier, par rapport aux normes dictées par les habitudes, les coutumes ou les appareils sociaux externes à l'individu lui-même. Or nous croyons, grâce aussi à l'enseignement canguilhemien, que la notion philosophique d'individu ne peut pas à son tour être philosophiquement saisie à partir de catégories abstraites et des-historicisées, sous peine d'une notion d'individu totalement fautive. C'est-à-dire que celle-ci, ainsi que toute idée philosophique en générale, prend corps d'abord en fonction de la phase historique dans laquelle un auteur a vécu. Cette phase historique, en ce qui concerne notre auteur, coïncide avec l'expansion idéologique et militaire du nazisme et du fascisme en Europe pendant la décennie 1930-1940 et quelques années plus tard. Ce n'est donc pas surprenant que Michele Cammelli ait écrit à cet égard que les premiers travaux de Canguilhem visaient essentiellement au cadrage, du point de vue de l'analyse du processus technique individuel, de ce mouvement créatif et intrinsèque à l'être humain de dépassement d'une norme imposée coercitivement d'un haut, représenté par la politique fasciste de contrôle technique-agricole des campagnes, politique commençant alors à se faire sentir en France¹³. La théorie canguilhemienne de l'action a-t-elle donc des racines solides dans une réaction théorique à la propagande perturbatrice des idéologies nazies et fascistes ? Bien sûr que oui, et il ne pouvait en être autrement.

¹² Ce manuscrit fait partie d'un dossier contenant des manuscrits non datés mais remontant probablement à la période de l'enseignement de Canguilhem à Toulouse vers la fin des années 30 (Georges Canguilhem, *Objet et nature de la philosophie* [non daté], f. 1).

¹³ Cf. Michele Cammelli, "Logiche della resistenza", préface à *Georges Canguilhem. Il fascismo e i contadini* (Bologna: Il Mulino, 2006) 9-73 (*Il fascismo e i contadini* n'est que la traduction italienne de l'œuvre *Le fascisme et les paysans* de Canguilhem, parue en 1935).

Canguilhem, pour qui le soi-disant “vital” passe toujours en premier, ne pouvait pas rester indifférent à la diffusion des idéologies susmentionnées. De plus, comme le signalent de nombreux ouvrages monographiques qui lui sont consacrés, notre auteur passe à un moment de sa vie (autour de 1934), précisément en raison de cette diffusion, d'une position politique fermement ancrée dans le pacifisme à la conviction de devoir prendre les armes pour combattre à côté de la résistance française, élevée contre les Allemands dans les territoires d'Auvergne. En 1934, Canguilhem adhère en effet au CVIA (Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes). Le point qui nous intéresse ici est que le pacifisme était en même temps ce qui caractérisait entre autres choses la pensée d'Émile-Auguste Chartier, de son nom de plume Alain (1868-1951)¹⁴, qui fut professeur de Canguilhem pendant sa période lycéenne. L'influence que le premier exerça sur le second fut énorme, tellement que ce que l'élève hérita du maître consista non seulement en une disposition active au pacifisme intégral¹⁵ (défendu bec et ongles par Canguilhem¹⁶), mais aussi bien en la théorie de l'action, de l'action créative. Celle-ci, dans ses articulations théoriques fondamentales (dépassement pratique d'une norme préliminaire), est bien présente dans la doctrine alinienne, bien qu'avec quelques contradictions bien remarquées par l'ancien disciple Canguilhem dans son manuscrit de 1947-48 intitulé *Le problème de la création*. Nous voudrions que le lecteur accorde une attention particulière à ce fait que, selon nous, la théorie de l'action canguilhemienne se situe *en continuité* avec la thèse de l'action alinienne. C'est là une question importante, car sur ce point nous voudrions nous démarquer de quelques interprétations faites à ce sujet. Sur la base de ces interprétations (qui ne sont que celles circulant oralement et de plus en plus dans les milieux universitaires parmi les spécialistes de Canguilhem), on a l'impression de comprendre que comme le philosophe de Castelnaudary est devenu à un moment un anti-pacifiste, il est devenu en même temps et du jour au lendemain un détracteur de la philosophie du jugement car celle-ci appartenait à Alain. Et comme chez Alain le jugement est ce qui permet l'action, la conséquence logique qui pourrait découler à partir de cette supposition serait que l'ancienne théorie de l'action d'Alain et la nouvelle théorie de l'action de Canguilhem ne seraient que très vaguement liées, dans la mesure où, chez Alain, l'action est une fausse action, c'est à dire une action non créative puisqu'étroitement connectée au jugement et donc, en dernière analyse, à la norme. En réalité il en va tout autrement, puisque ce sur quoi Chartier met l'accent est le caractère non rationnel du jugement, lequel relève plutôt de la sphère de la *volonté* et qui du coup ne se caractérise pas par un ensemble de *règles* proprement dites. Nous nous expliquons.

Le rapport de continuité entre jugement et action chez Alain est selon nous indéniable. Celui-ci, en défendant de tout cœur l'idéal intransigeant de la paix, écrit en effet que “pour ou contre la guerre, il s'agit de juger”. Et il continue : “j'entends de décider au lieu d'attendre des preuves [...]. Si tu décides pour la guerre les preuves abondent”. Il y a en fait “une intelligence qui est miroir seulement. Fidèle à retracer les circonstances de ce qui est. Parfaite pour enseigner et expliquer ; de nul effet pour l'action”¹⁷. D'abord, décider - soit juger - de se ranger du côté de la paix et contre la guerre ; ce qui signifie, après coup, agir concrètement en fonction de la paix en rejetant la guerre. Décider pour la guerre tient d'un type d'intelligence qui est miroir, dans le sens que ceux qui décident pour la guerre la voient souvent comme une conséquence inévitable (nécessaire, soit mécaniquement inscrite dans le

¹⁴ Alain (1868-1951), professeur, journaliste et écrivain français. L'influence que celui-ci exerça sur Canguilhem fut énorme. Rappelons, parmi ses ouvrages, le *Système des Beaux-Arts* (1920), *Vingt leçons sur les Beaux-Arts* (1931) et *Idées* (1932).

¹⁵ Spécifions qu'Alain fut néanmoins brigadier d'un régiment d'artillerie de l'armée française pendant la Grande Guerre. C'est aussi en conséquence des horreurs d'une guerre vécue en première ligne que sa dénonce aux égards de la guerre en général fut donc constante pendant toute sa vie.

¹⁶ Dans de nombreux écrits de jeunesse. Voir par exemple “Essais. Esquisse d'une politique de paix”, *Libres propos* (Paris), 20 mars 1929 (repris in Georges Canguilhem, *Œuvres complètes. Écrits philosophiques et politiques, 1926-1939*, vol. I, orgs. Jean-François Braunstein et Yves Schwartz [Paris: Vrin, 2011] 213-15).

¹⁷ Alain, *Mars, ou la guerre jugée*, (Paris: Gallimard, 1921; réimpr. 1995) 231; 230.

cours idéal de l'histoire humaine, souvent d'un peuple ou d'un pays), alors qu'elle n'est seulement, selon Alain¹⁸, qu'un fait purement humain.

Par ces brefs passages nous voulons donc justifier un rapport de continuité solide entre jugement et action dans la doctrine alinienne. Ce qui ne justifie pas, néanmoins, l'hypothèse de l'incompatibilité de l'action de type créatif alinienne avec l'action de type créatif canguilhemienne. Ces passages nous montrent en effet que, pour Alain tout comme pour Canguilhem, le jugement est ce qui permet un détachement conscient de l'opinion de l'individu doué de libre arbitre par rapport à l'opinion commune croyant positivement en une société qui suit un cours socio-naturel prédéfini et obligé.

Bien évidemment, lorsque nous disons *jugement* il faut penser à Kant. C'est Kant le référent majeur d'une philosophie ainsi dite du jugement. Et il se trouve qu'Alain était tout d'abord - avant d'être un comtien (malgré son refus de quelques aspects de la théorie positiviste et comtienne de l'histoire), un cartésien ou un hégélien - un passionné de Kant. Sur cela nous ne nous arrêterons pas beaucoup, car ce point a été développé de manière très détaillée par Xavier Roth, et nous ne pourrions en dire plus¹⁹. Nous tenons simplement à rappeler qu'Alain²⁰ avait appris une certaine façon d'interpréter Kant par Jules Lagneau (1851-1894) et ce dernier par Jules Lachelier (1832-1918).

Comprendre ce qui définit la lignée Alain-Lagneau-Lachelier est pour nous fondamental, car elle marque à la fois le début de la "philosophie réflexive" en France et la personnalité philosophique de Canguilhem. Selon l'approche réflexive, qui s'inspire de la conception du sujet transcendantal chez Kant, le sujet est ce qui organise en unité cohérente le chaos indéfini que nos sens nous offrent à partir du milieu externe. De là nous avons la notion d'induction développée par Lachelier²¹, qui n'est que cette opération de mise en forme homogène et générale intérieure d'un tout indifférencié extérieur ; ou le concept de perception²² avancé par Lagneau²³, laquelle n'est pas assimilée à une activité de simple réception des données externes mais, inversement, à un *acte* de combinaison subjective de ces données. Quant à Alain, sa notion de *valeur* revient à affirmer la capacité propre à tout individu à *valoriser* une multiplicité en soi dépourvue de sens qui ne laisse pas de place à la décision. Voilà son idéal indestructible d'une paix durable opposé aux valeurs des adorateurs du fait. Ceux-ci, en attendant passivement 'des preuves', croient que la guerre est un événement inexorable auquel on ne peut pas échapper.

Si, d'après l'école réflexive, il y a au niveau du sujet un effort constant d'organisation des données externes, cela suppose une opposition sujet-objet. Le premier essaie en fait d'imposer un ordre au second. Comme le second est opposé au premier, ce dernier se heurte, pendant son effort d'organisation du milieu, à des obstacles externes. C'est là que le concept-valeur représentant l'organisation subjective et approximativement générale du monde *change*. Cela étant, tout ce qui adhère intégralement aux formes de l'empirisme, du

¹⁸ Cf. *ibid.*

¹⁹ Cf. entièrement le texte de Roth, op. cit., 2013.

²⁰ Juste un exemple de l'influence kantienne dans la pensée d'Alain. Dans "Le problème de la perception" celui-ci fait allusion à la disposition purement humaine d'organiser perceptivement l'espace extérieur à travers un système bien défini de distances : "C'est à quoi pensait certainement l'illustre Kant lorsqu'il disait [...] que l'espace est la forme nécessaire de la connaissance sensible" (Alain, "Le problème de la perception", *Revue de métaphysique et de morale*, 8^e année, novembre [1900], 752 [745-54]).

²¹ Cf. Jules Lachelier, *Du fondement de l'induction* (Paris: Ladrance, 1871 ; réimpr. Paris: Pocket, 1993).

²² Quant aux *sens* et à l'implication des sens dans l'activité perceptive, Pierre F. Daled signale que ce sont justement les textes d'Immanuel Kant la source historique déclenchant, dans le domaine philosophique, la diffusion de la catégorie et du terme "sensualisme" en France : "Kant a [...] bien parlé de 'sensualphilosophen' et de 'sensualsystem' mais pas exactement de 'Sensualismus'". Sur ce point précis, Villers, qui a dû découvrir la philosophie de Kant dans le texte allemand (ou latin), pourrait bien avoir introduit en 1801 le terme français (en '-isme') de 'sensualisme' à partir du 'sensualsystem' ou des 'sensualphilosophen' allemands" (Pierre-Frédéric Daled, *Le matérialisme occulté et la genèse du "sensualisme"*. *Écrire l'histoire de la philosophie en France* [Paris: Vrin, 2005] 68).

²³ Cf. Jules Lagneau, *Célèbres leçons et fragments* (Paris: PUF, 1950 ; réimpression. 1964) et Jules Lagneau, *Cours intégral 1886-87*, 5 vols. (Dijon: CRDP de Bourgogne, 1996-1999).

pragmatisme, ou du rationalisme vulgaires devient alors pour l'école réflexive une véritable cible polémique. L'empirisme suppose en effet que le sujet n'est en dernier ressort que le résultat d'une impression des données externes fournies par les sens (là où, pour l'école réflexive, il y a le mouvement inverse) ; le pragmatisme conçoit le sujet comme un ensemble de dispositions à ce que lui est potentiellement utile dans la vie pratique (en posant, de façon linéaire, la finalité pratique-utilitaire comme ce qui meut le sujet, non pas une valeur opposée au monde extérieur) ; le rationalisme voit le sujet comme un ensemble de normes ou lois rationnellement organisées expliquant sa façon d'agir dans le monde (alors que, pour l'école réflexive, notamment pour Alain, ce qui donne lieu à l'action est bien le jugement, qui *ne participe pas de la rationalité*, mais bien de la *volonté*).

Pour toutes ces raisons, Canguilhem, suivant les traces de l'école réflexive et de son maître Alain, ne pouvait pas ne pas critiquer Henri Bergson (1859-1941). Celui-ci écrivait dans *l'Essai sur les données immédiates de la conscience* (1889) que l'expérience individuelle n'est finalement qu'une identification avec le flux ininterrompu des événements externes : une thèse incompatible avec celle d'Alain, de Lagneau et de Lachelier. La critique de Canguilhem remonte à 1929, notamment à l'article "La fin d'une parade philosophique : le bergsonisme"²⁴. En 1937, dans "Activité technique et création", Canguilhem rectifie le tir et affirme, en invoquant Bergson, qu'il faut agir en homme de pensée et penser en homme d'action²⁵. Définie en ces termes, la philosophie ne se caractérise plus seulement comme une activité synthétique d'un "dehors" désordonné, mais d'abord comme mise au avant d'un acte pratique pouvant démentir une règle abstraite pensée à l'origine de toute action. Or nous savons qu'une idée récurrente chez Bergson porte sur l'extrême pauvreté de la représentation abstraite des actes avant que ces actes ne se produisent. Dans *La pensée et le mouvant* ceux-ci sont assimilés aux mouvements des peintres, mouvements tout à fait originels et affranchis de prémisses abstraites et coercitives²⁶. C'est là d'ailleurs une assimilation utilisée par Alain lui-même, lorsqu'il écrit que le peintre de portrait n'a pas le projet de toutes les couleurs qu'il va employer pour l'œuvre qu'il commence et que, bien au contraire, "l'idée lui vient à mesure qu'il fait"²⁷. Canguilhem, quant à lui, n'hésite pas à assimiler Bergson et Alain juste quand il s'agit de développer la centralité du concept d'exécution pratique dans la philosophie de son ancien enseignant de lycée²⁸. Cette centralité lui appartient du reste complètement - dans la jeunesse comme dans les années suivantes, par exemple dans un manuscrit de 1956-57, *La vision comme modèle de la connaissance* - et il ne manque pas d'en rendre compte par des métaphores artistiques, surtout quand il s'agit de remarquer le fait qu'un peintre ne peint pas ce qu'il voit (ce qui est une façon de critiquer l'empirisme) mais bien ce qu'il veut voir (et c'est là un éloge de la valeur, à la décision non proprement rationnelle, soit à ce qui permet au sujet d'agir) :

On cesse de se demander si le Greco et Cézanne ont peint comme ils ont peint ce qu'ils ont peint parce qu'ils étaient *astigmatés*. Ils ont peint comme ils voulaient peindre, et non pas comme ils pouvaient voir. Leur vision était une décision²⁹.

²⁴ Cf. Georges Canguilhem, "La fin d'une parade philosophique : le bergsonisme", *Libres Propos*, 20 avril 1929 (Paris) (repris in Georges Canguilhem, *Œuvres complètes. Écrits philosophiques et politiques*, op. cit., 221-28).

²⁵ Cf. Georges Canguilhem, "Activité technique et création", *Communications et discussions*, 2e Série, Société Toulousaine de Philosophie (Toulouse : Siège Social à la Faculté des lettres, 1938) 81-86 ; repris in Georges Canguilhem, *Œuvres Complètes*, op. cit., (499-506) 500. Nous avons fait référence aux *Œuvres Complètes*.

²⁶ Cf. Henri Bergson, *La pensée et le mouvant* (Paris: Alcan, 1934; réimpr. Paris: PUF, 1985) 99-100.

²⁷ Alain, *Système des Beaux-Arts* (Paris: Éditions de la Nouvelle Revue Française, 1920; réimpr. 1926), 37.

²⁸ Cf. par exemple Georges Canguilhem, "Réflexions sur la création artistique selon Alain", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 57^{ème} année, (1952) (172-186).

²⁹ Georges Canguilhem, *La vision comme modèle de la connaissance*, 1956-1957, f. 60. Les italiques sont soulignées par l'auteur dans le manuscrit.

En extrême synthèse, c'est d'Alain que Canguilhem hérite les fondements théoriques pour une philosophie de la création, à savoir de la capacité inhérente à l'exécution pratique individuelle - ou action - d'enfreindre cette règle abstraite qu'on suppose être à la base de l'exécution pratique elle-même. Pour que l'action ait lieu, ce qui est au départ n'est pas une règle proprement dite, c'est-à-dire une disposition normative rationnelle, par exemple de type logique, mathématique ou scientifique prétendant refléter fidèlement la réalité. L'action est en fait tendance à la création d'une nouvelle réalité de type humaine, soit d'un objet technique, d'un concept ou d'un état social. Ce qui est à la base n'est alors qu'une *valeur* tenant de la *volonté*. Le jugement et la décision (nous faisons observer - non sans une certaine prudence car cela est difficile à déterminer exactement - que dans le langage canguilhemien les deux termes sont presque synonymes), instruments de la volonté, entament l'action. L'importance du jugement et de la volonté remonte évidemment à Kant et à l'École réflexive (dont surtout Lachelier, Lagneau et Alain sont les 'membres' les plus importants), qui a diffusé une certaine manière d'interpréter le philosophe du "je pense". Ce type d'interprétation repose sur une conception du sujet conçu comme activité de constante mise en ordre du flux continu et désordonné du réel perçu par les sens, une mise en ordre qui ne peut se produire que par rapport à un idéal unificateur, une valeur. La valeur, la volonté, le jugement sont le ciment idéal qui maintient un tout originairement désordonné et dépourvu de sens. La valeur de la paix chez Alain, pour donner un exemple concret, lui fait voir la guerre comme un fait éphémère mais en même temps fils de l'ambition ou tout simplement de la paresse, car tenant d'un ordre établi qui la voit à son tour comme une nécessité incontournable. Soutenu par l'idéal de la paix, Alain s'est opposé pendant toute sa vie à toute forme de conflit militaire entre États. Canguilhem se rendra compte de la contradiction interne à la valeur alinéenne de la paix lorsque le changement progressif du cadre géo-politique européen des années 30 le pousse à combattre aux côtés de la Résistance française. Sa valeur dévient alors *l'idéal de la liberté*, et c'est par conséquent une vraie philosophie de la liberté du sujet qu'il développera à partir des contradictions du maître. La catégorie de "valeur" jouera encore dans sa doctrine un rôle essentiel, mais elle sera virtuellement susceptible de transformations proportionnelles aux changements du contexte social externe.

Le concept d'action dans les œuvres publiées

Nous avons dit que la prise de distance de Canguilhem par rapport à Alain s'est produite autour du milieu des années 30. Tandis que le second reste un pacifiste convaincu, le premier choisit de s'engager sur la voie de la résistance armée contre les forces ultra-réactionnaires des nazis et des fascistes. Pour Canguilhem, la valeur trans-historique du pacifisme intégral n'est plus en mesure de s'accorder avec la nécessité historique de passer à l'action. Cette nécessité est bien loin d'être un "fait", c'est-à-dire cette catégorie qui a fait l'objet de nombreuses critiques de la part d'Alain. Canguilhem prend tout simplement conscience du national-socialisme en tant qu'obstacle aux valeurs libérales françaises de liberté, égalité et fraternité, valeurs qu'à partir de ce moment il ne mettra plus en question, selon le témoignage de H. B. Sinaceur³⁰. Nous disons donc que la valeur de la paix (compte tenu du fait qu'elle, à un certain moment, n'est plus en mesure de faire face à la variabilité du

³⁰ Nous avons eu un entretien avec H.B. Sinaceur au sujet de l'enseignement de Canguilhem le 23/01/2015. H.B. Sinaceur, philosophe, directrice de recherche au CNRS, fut élève de Canguilhem dans les années 60 pendant les cours de préparation à l'Agrégation. Selon Sinaceur, parmi les valeurs du Canguilhem qu'elle a connu personnellement il y avait sans aucun doute celles de la liberté, de l'égalité et de la fraternité (qui étaient du reste les idéaux de la Résistance). Nous en concluons que ce sont des valeurs qu'il fit siennes bien avant les années 60. Dès lors presque assurément déjà à l'époque de la Résistance.

contexte historique) chez le Canguilhem jeune se transforme en norme, c'est-à-dire en règle coercitive. Coercitive parce que plus applicable, ou faiblement efficace. C'était d'ailleurs Alain qui rappelait, non au sujet de la valeur mais bien de l'idée, que celle-ci "ne peut servir deux fois ... Quelque brillante qu'elle soit, il faut [...] la déformer, la changer, l'approcher d'une nouvelle chose, la conformer d'une nouvelle chose"³¹. C'est là du reste la première vraie action de Canguilhem *au sens canguilhemien* : "être l'origine de son mouvement, c'est-à-dire faire son mouvement au lieu de le subir et ne pas le tirer d'ailleurs"³². Il sort ainsi du dictat politique, et en partie théorique, alinien. Pourquoi disons-nous en partie théorique ? Puisque dès 1937, à savoir avec "Descartes et la technique", notre philosophe s'attachera à démontrer que l'idée est susceptible de toute sorte de changements. En effet, donc, il ne prend proprement pas ses distances par rapport à Alain, mais il "hypertrophie" une thématique dont il est déjà redevable à Alain, coupable à ce moment de contradictions. Cette thématique consiste en une notion de l'idée qui est conçue comme susceptible de transformations puisqu'en débat avec la variabilité du contexte.

Venons-en au fait. Le concept d'action compris comme dépassement pratique d'une norme initiale abstraite ne naît pas à l'improviste comme Athéna de la tête de Zeus. Comme nous l'avons dit, il trouve ses racines dans la philosophie d'Alain. Néanmoins, c'est seulement à un certain moment de la ligne chronologique de la bibliographie canguilhemienne qu'on peut l'identifier dans son intégralité conceptuelle, à savoir dans "Descartes et la technique" (1937) et "Activité technique et création" (1938).

Ces deux brefs textes développent conjointement un problème philosophique ample et général qui est formulé de la façon suivante : "l'activité technique est-elle une simple prolongement de la connaissance objective [...] ou bien est-elle l'expression d'un "pouvoir" original, créateur en son fond, et pour lequel la science élaborerait [...] un programme de développement ou un code de précautions ?"³³. Canguilhem nous rappelle en effet que selon l'une des thèses les plus importantes des Descartes, fabriquer manuellement un objet, par exemple une fontaine, ou encore une machine, consiste en l'application d'une série de règles constitutive d'une indispensable vérité de la connaissance. Pour construire une fontaine, l'ingénieur doit donc simplement suivre étape par étape des règles prédéfinies, de manière que son acte fabricant soit conscient de sa propre portée, soit réfléchi. Si l'action est réfléchie, cela signifie qu'elle applique fidèlement les règles en question. Si nous utilisons en revanche le couple terminologique science-technique, on peut certainement dire selon Canguilhem que, d'après ce modèle cartésien, la science – comprise en tant qu'ensemble de lois, principes et règles abstraites – précède chronologiquement et théorétiquement la technique – comprise en tant que simple et fidèle mise en pratique de règles préexistantes.

Notre auteur s'efforce de son côté de s'opposer à Descartes en renversant le rapport linéaire science-technique proposé par le penseur du *cogito* et en affirmant que c'est bien la technique qui précède la science, et non l'inverse. Et il affirme cela, par exemple, en remarquant des contradictions évidentes dans la méthode de Descartes lui-même. Celui-ci déclare de fait, dans *La Dioptrique*, que les lunettes d'approche ont été inventées (c'est-à-dire fabriquées pour la première fois) grâce à l'expérience et à la fortune. En posant la fortune au sommet du processus technique, et non une connaissance rationnelle soit consciente de sa portée, Descartes admet implicitement que ce qui commande l'acte fabricant d'un objet (les lunettes d'approche) n'est qu'une sorte d'élan vital échappant au contrôle rationnel de l'intellect et par conséquent affranchi de toute règle. Intellect et rationalité entrent en

³¹ Alain, *Vigiles de l'esprit* (Paris: Gallimard, 1942), 123. Edition électronique disponible sur le site de l'Université du Québec à Chicoutimi (<http://classiques.uqac.ca>). Nous avons tiré cette citation de Xavier Roth, "Georges Canguilhem et l'école française de l'activité", 2010, op. cit, 132.

³² Georges Canguilhem, *Qu'est-ce que agir ?*, 1958, f. 52.

³³ Georges Canguilhem, "Descartes et la technique", *Travaux du IX^e Congrès international de Philosophie* (Paris: Hermann et Cie Éditeurs, 1937), 78-85 ; repris in Georges Canguilhem, *Œuvres Complètes*, op. cit., 490 (490-98). Nous faisons référence aux *Œuvres Complètes*.

revanche en jeu lorsqu'un acte pratique originaire, soit un acte technique, échoue, dans la mesure où il ne correspond pas aux finalités qui avaient déclenchées l'acte pratique lui-même. Cette dernière thèse est bien mise en évidence dans "Activité technique et création" et étayée sur des exemples : "la thermodynamique est née de recherches relatives au rendement de la machine à vapeur ; [...] les théories pasteurienne ont été formulées et vérifiées à propos de mécomptes techniques"³⁴. Pour qu'il y ait une science il faut d'abord qu'un obstacle se pose. Evidemment pour qu'il y ait un obstacle il est nécessaire que le sujet soit engagé dans une activité d'organisation du milieu selon des finalités spécifiques, qui se déploient en fonction d'une certaine valeur (la valeur et les obstacles à organiser en fonction de la valeur démontrent que l'influence de l'École réflexive est forte). Cette activité, même si originairement supportée par la valeur, n'est qu'une activité pratique. Elle prend l'appellation de *technique*. Plus exactement, une technique est créative – c'est-à-dire que son résultat est une création – quand son produit concret achevé n'est pas conforme aux finalités initiales. Par conséquent, elle est le mouvement chronologiquement initial de réalisation d'un certain but habituellement soutenu par une valeur, alors que la science n'est que la réflexion enregistrant les obstacles s'interposant sur le chemin technique. Le binôme cartésien science-technique se renverse chez Canguilhem en devenant technique-science.

À l'origine de l'action, souvent, il y a donc une technique, non pas une science. Ce qui signifie que le mouvement pratique d'organisation subjective du réel précède la norme rationnelle.

L'*Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique* (1943) met encore une fois l'accent sur une critique de la prétendue antériorité temporelle de la science sur la technique, mais en déplaçant cette critique sur un plan proprement et plus spécifiquement biologique-médical. Le fameux "principe de Broussais"³⁵, salué par Auguste Comte comme l'un des paradigmes théoriques de la science positive, postulait en effet la coïncidence, au niveau de *l'intensité*, de l'état normal avec l'état pathologique dans le cadre de la physiologie et de l'étude du corps humain. En ce sens, la différence entre les deux pôles (normal-pathologique) se réduit à un écart quantitatif, soit à un simple excès ou défaut d'une composante matérielle déterminée. C'est pourquoi, par exemple, si l'air à l'intérieur des poumons est en surplus on a affaire à un cas d'irritation ; si l'air à l'intérieur des poumons manque on a affaire à un cas d'inflammation³⁶.

Une anecdote intéressante est rapportée à ce sujet dans *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie* (1977) : en 1820, la France importait un million de sangsues environ ; quelques années après, en 1827, trente-trois millions environ. Cela était justement dû à la diffusion de pratiques thérapeutiques qui opéraient sur la base d'une distinction binaire du type irritation/inflammation, en raison de quoi il n'y avait pas de différence entre une inflammation pulmonaire et une inflammation gastrique. Toutes deux n'étaient généralement soignées que par un enlèvement de liquides (portant le nom de "déplétion"), c'est-à-dire à la lumière d'un excès quantitatif de sang³⁷.

Inversement, pour Canguilhem, le diagnostic d'une maladie relève du contact quotidien avec le malade, de l'étude de ses pratiques de vie, et c'est par la clinique que le médecin établit avec le patient une relation. Selon le philosophe de Castelnau, la norme, qui pour Broussais est de type quantitatif ainsi que préalablement fixée, est intrinsèque au vivant et variable par rapport aux contextes. Donnons un exemple. A l'appui du "principe de Broussais" nous dirions que, relativement à la moyenne des rythmes cardiaques de l'être humain, le fonctionnement "normal" du cœur d'un individu s'élève entre un nombre x et y

³⁴ *Idem*, 503.

³⁵ François Joseph Victor Broussais (1772-1838), médecin et physiologiste français.

³⁶ Cf. Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique* (Paris: Vrin, 1966 ; réimpr. Paris: PUF, 1993), 23-24.

³⁷ Cf. Georges Canguilhem, *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie* (Paris: Vrin, 1977), 59-60.

de battements par minute, par exemple entre 70 et 80 battements par minute. En dehors de cet intervalle nous dirions du coup que le rythme cardiaque est anormal, soit pathologique. En suivant les argumentations de Canguilhem, la moyenne des battements cardiaques d'un sujet tient en revanche aux activités pratique-sociales qu'il accomplit dans un certain milieu et dans une certaine période de temps. Il est certain alors qu'un athlète, qui accomplit une activité physique régulière, a moyennement un rythme cardiaque plus bas qu'un simple employé de bureau. Une analyse comparative faite à grande échelle sur des zones géographiques différentes démontre que des constantes physiologiques qui paraissent universelles sont en réalité très variables (les "Kokatas", population australienne, ont en moyenne "un métabolisme plus bas que celui des Blancs de même âge, poids et taille vivant aux Etats-Unis"³⁸). L'organisme du vivant adapte en dernière analyse sa propre norme physiologique à la variabilité du contexte. Lorsque ce passage se produit on a affaire à la "normativité", notion canguilhemienne identifiant l'état soi-disant normal ; lorsqu'il y a une cristallisation de la norme on peut commencer à parler d'état pathologique.

Avec l'essai sur le normal et le pathologique, Canguilhem transporte le concept d'action créative d'un plan philosophique technique-esthétique transcendantal à un plan biologique-physiologique transcendantal. Ce qui est créatif est non seulement le processus technique mais aussi les dynamiques bio-physiologiques de l'organisme lui-même. Nous utilisons le terme 'transcendantal' pour bien marquer à la fois la transversalité d'une normativité humaine innée et commune à tout sujet, et la notion kantienne (filtrée par l'Ecole réflexive) d'obstacle opposé à une valeur (normative) au niveau du sujet. Ces deux points de vue perdurent aussi dans les écrits analysés jusqu'à maintenant que dans les écrits plus tardifs. La thèse de 1943 se termine en effet sur ces mots : "On peut pratiquer objectivement [...] une recherche dont l'objet ne peut être conçu et construit sans rapport à une qualification positive et négative, dont l'objet n'est donc pas tant un fait qu'une valeur"³⁹.

Un concept très important sur lequel repose l'*Essai* (mais aussi les deux articles sur la technique) est celui invoquant l'originalité de l'organisme par rapport au caractère abstrait et réducteur des lois scientifiques, organisme intrinsèquement créatif puisque exemple paradigmatique et biologique de normativité, soit de l'infraction persistante d'une norme, cette infraction identifiant l'état normal⁴⁰.

L'article "Machine et organisme", version écrite d'une conférence tenue au Collège Philosophique et publiée en 1952⁴¹, signale justement la fausse réduction du fonctionnement des organismes et des phénomènes naturels en général à la structure physique des machines, organes artificiels qui ne sont que le produit de l'activité technique de l'homme. En empruntant un terme très cher à la tradition marxiste, nous pouvons affirmer que ce qui se produit lorsqu'il s'agit de rendre compte de ce fonctionnement est l'effet d'une véritable *aliénation* : l'homme prend de fait en modèle, en en restant dépendant (du point de vue de l'explication de la nature et du social), les produits de sa propre force fabricante (technique). Canguilhem était par exemple fort opposé à l'assimilation du cerveau à l'ordinateur. C'est là cependant une thèse qui ne se trouve pas dans l'article en question⁴², dans lequel en revanche on postule qu'il ne faut pas voir dans la structure d'une machine (par exemple – nous ajoutons – dans un software, dans le cas d'un ordinateur) un

³⁸ Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, op. cit., 113.

³⁹ *Idem*, 157.

⁴⁰ C'est aussi dans ce sens que Pierre F. Daled parle, au sens large et à partir de Canguilhem, de "relative originalité du pathologique" (Pierre-Frédéric Daled, *L'envers de la raison, autour de Canguilhem* [Paris: Vrin, 2008], 16).

⁴¹ Cf. Georges Canguilhem, *La connaissance de la vie* (Paris, Hachette, 1952; éd. revue et augm., Paris: Vrin, 1992), 81-127.

⁴² A ce sujet voir par exemple Georges Canguilhem, "Le cerveau et la pensée", *Prospective et Santé*, 14 (1980), (81-98); repris in org. Étienne Balibar (et al), *Georges Canguilhem, philosophe, historien des sciences* (Paris: Albin Michel, 1992), 11-33.

ensemble de règles qui expliqueraient la structure et le fonctionnement d'un organisme, car la normativité appartient seulement à celui-ci - "la vie est expérience, c'est-à-dire improvisation"⁴³ - et son fonctionnement ne pourrait pas être expliqué à la lumière d'un regard rétrospectif et réducteur de type scientifique. La machine peut être réductible à un ensemble de règles applicatives juste après le moment technique. Canguilhem revient donc à l'antériorité de la technique sur la science. En même temps, à la manière d'Alain, il s'écarte de la vue comprise comme organe détecteur du "fait" en tant que reflet des choses externes. Dans le manuscrit *La vision comme modèle de la connaissance* (1956-1957), notre auteur vise à démontrer que l'œil n'est pas tant un miroir ou un appareil photographique sur lequel la réalité extérieure s'imprime qu'un organe de mise au point d'une petite partie de la surface visuelle sur laquelle le sujet à l'intention d'agir d'après une décision⁴⁴.

Par ailleurs, dans "Machine et organisme"⁴⁵, les différences entre la première et le second sont à trouver dans le fait que quant à ce dernier on a le droit de parler d'auto-construction, d'auto-réparation, d'auto-régulation, caractéristiques qui ne sont certes pas l'apanage d'un engin mécanique. Dans une machine la finalité ou les finalités sont, de plus, tout à fait limitées ; à la différence de l'organisme, où on peut observer une certaine polyvalence des organes. Aujourd'hui nous savons en effet qu'un estomac, en plus de sa fonction digestive, peut se comporter dans des cas particuliers et imprévus "comme une glande à sécrétion interne"⁴⁶.

C'est là le concept canguilhemien d'action qui se trouve au niveau de l'organe, où on assiste à la production d'une fonction ou d'une disposition physiologique inédite. La normativité n'est dès lors que le concept philosophique général d'action qu'on observe au niveau spécifique et biologique des organismes vivants.

Comme nous l'avons noté auparavant, la tentative canguilhemienne de dénonciation de l'assimilation de la machine à l'organisme n'est pas un but en soi, mais souffre de l'influence d'une période historique précise dans laquelle le danger matériel d'une réduction de l'être humain aux rouages d'une machine frappait aux portes des campagnes françaises et de la France entière. Ce type d'assimilation était du reste dans les faits opératoire dans beaucoup de chaînes de montage s'inspirant des théories de Frederick Winslow Taylor (1856-1915) et à son *The Principles of Scientific Management* (1911). Canguilhem en remarque les contradictions dans "Milieu et normes de l'homme au travail" (1947)⁴⁷. Si dans "Machine et organisme" nous lisons que "la machine, produit d'un calcul, vérifie les normes du calcul, normes rationnelles d'identité, de constance et de prévision, tandis que l'organisme vivant agit selon l'empirisme"⁴⁸, dans le texte de Taylor on peut lire l'exact opposé, à savoir que, pour un fonctionnement optimal des usines, le manager doit s'efforcer d'accomplir une étude scientifique pour toute opération manuelle concernant n'importe quel travail pratique qui doit substituer la vieille méthode empirique (du travailleur)⁴⁹. Une considération de cette ampleur théorique ne pouvait pas manquer de déclencher une vive opposition de la part de Canguilhem⁵⁰. Dans l'usine taylorienne l'ouvrier est obligé de répondre "[...] sans initiative personnelle à une somme de stimulations, mouvements mécaniques, ordres sociaux, dont il ne peut choisir ni la qualité, ni l'intensité, ni la fréquence"⁵¹. L'ouvrier n'est pas ainsi à

⁴³ Georges Canguilhem, *La connaissance de la vie*, op. cit., 118-19.

⁴⁴ Cf. Georges Canguilhem, *La vision comme modèle de la connaissance*, 1956-1957, notamment f. 60.

⁴⁵ Cf. Georges Canguilhem, *La connaissance de la vie*, op. cit., 116.

⁴⁶ *Idem.*, 117-18.

⁴⁷ Georges Canguilhem, "Milieu et normes de l'homme au travail", *Cahiers internationaux de Sociologie*, vol. III, deuxième année (Paris: Éditions du Seuil, 1947), 120-36. Cet article consiste en une analyse du livre du sociologue français Georges Friedmann (1902-1977), *Problèmes humains du machinisme industriel* (Paris: Gallimard, 1946).

⁴⁸ Georges Canguilhem, "Milieu et normes de l'homme au travail", op. cit., 118.

⁴⁹ Cf. Frederick Winslow Taylor, *The Principles of Scientific Management* (London: Routledge/Thoemmes, 1911; réimpr. 1993), 36.

⁵⁰ Cf. *idem.*, 126-29.

⁵¹ *Idem.*, 127-28.

l'origine de son mouvement (comme le voudrait le principe canguilhemien de l'action que nous avons auparavant rapporté) mais bien soumis à un processus abstrait de rationalisation qui prévoit le chronométrage des temps opératoires ainsi que l'élimination des temps superflus, processus rangeant le vivant du côté des comportements d'un assemblage de ressorts, valves et pistons.

Le taylorisme n'est pour Canguilhem (à notre avis) qu'une forme bien élaborée de fascisme au travail, dans la mesure où ce dernier ôte à l'employé d'usine une norme qui lui appartient biologiquement (nous avançons cette dernière conclusion d'après celles de la thèse de 1943 et de "Machine et organisme"), en lui imposant de manière prétentieusement scientifique une norme artificielle d'en haut. Dans l'idéologie fasciste et tayloriste – ainsi que dans quelques passages importants de la doctrine comtienne et cartésienne auparavant évoqués – l'action caractérisant l'être humain est conçue de façon rigide. Elle ne se réengendre pas au fur et à mesure par le biais de la catégorie biologique de la normativité.

Les aspects différentiels séparant la machine de l'organisme sont *l'un des signes distinctifs*, l'un des plus importants, de la conception canguilhemienne de l'action. En tirant quelques premières conclusions générales, nous pouvons affirmer que, selon notre philosophe, l'être humain est un être créatif puisque le type d'action qui le caractérise lui permet de transformer indéfiniment la norme (comprise comme valeur, non comme règle rationnelle) qui était à la base de ses actions précédentes en raison d'un débat entre lui-même et un contexte changeant ; inversement, la machine n'est nullement créative mais tout simplement le produit achevé d'une certaine action créative humaine (technique) : le type d'action qui la caractérise prévoit une gamme limitée et figée de normes ; c'est pourquoi elle n'agit pas en vertu d'une "normativité" mais sur la base de mouvements du type input-output.

En passant maintenant du cadre du vivant compris individuellement au cadre de l'organisation humaine sociale, une autre disparité entre la machine et l'organisme réside dans le fait que, tandis que dans le deuxième la finalité est intrinsèque à ses parties, la première opère pour obtenir une finalité externe mais à partir d'un manque de régulation interne (c'est-à-dire un manque d'auto-régulation, d'auto-réparations, d'auto-construction, etc.). Cette thèse est avancée dans un écrit intitulé "Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société" (1955).

De fait – on lit dans cet article⁵² – relativement à un organisme animal on peut parler d'idéal *in re*, en raison d'une série de fonctions régulatrices qui sont en revanche absentes dans les organismes mécaniques ainsi que dans les appareils sociaux : il ne fait aucun doute que l'idéal d'un organisme malade est un organisme en bonne santé de la même espèce. L'idéal d'un organisme est bien connu : c'est l'organisme lui-même. Cela est justement dû à ces mécanismes de régulation qui font en sorte que celui-ci se caractérise par l'influence que chaque partie a sur toutes les autres. Chez les animaux homéothermes (à sang chaud), par exemple, un mécanisme spécifique d'auto-régulation garantit un niveau à peu près constant de température interne même en présence d'un milieu externe hostile. L'organisme vit en somme comme *un tout*. Sa caractéristique est le tout organique, alors que la caractéristique de la société est la distribution dans l'espace de l'ensemble de ses parties ou organes. L'idéal de la société est en effet inconnu, car on ne connaît pas la forme de gouvernement idéalement la plus efficace à l'échelle des communautés humaines (libéralisme, Communisme, Théocratie, etc.). Une société ressemble dès lors plus à un instrument, à une machine pour nous administrer nous-mêmes qu'à un organisme. En l'absence de systèmes d'auto-régulation (ou systèmes "homéostatiques"), son organisation interne est plus proche du désordre ou de

⁵² Cf. Georges Canguilhem, "Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société", op. cit., 101-25. Un autre écrit très intéressant au sujet de la conception canguilhemienne de la sphère sociale est "Du social au vital", in *Le normal et le pathologique*, op. cit., 175-91.

la crise que de l'état d'équilibre typique de l'organisme vivant. C'est pourquoi la figure du héros (que notre auteur emprunte à Bergson dans *Les deux sources de la morale et de la religion*, 1932), dans la mesure où la société ne trouve pas en elle-même une norme d'auto-régulation qui est en revanche naturellement inhérente à l'organisme, survient lorsque les normes de régulation communautaire dictées par un gouvernement historiquement déterminé échouent. Le héros perçoit comme effectivement inefficaces les normes sociales en vigueur.

De notre point de vue, son action consiste dans la création d'une nouvelle norme sociale.

Nous allons maintenant évoquer brièvement les développements du concept d'action au point de vue général de l'histoire des sciences telle qu'elle est interprétée par Canguilhem dans l'ensemble de ses œuvres publiées.

Le concept d'action, tel qu'il est défini dans le manuscrit éponyme de 1966-67, postule que l'action est ce mouvement tirant de soi-même le motif poussant à agir, sans le pâtir, soit sans le tirer d'ailleurs. Nous avons vu que la normativité n'est que ce genre d'action autonome qui se renouvelle sans cesse au niveau de l'organisme biologique. Celui-ci connaît en effet déjà par avance sa norme-idéal, représentée par un organisme en bonne santé de la même espèce. Il en va autrement à la fois pour la machine et pour l'homme qui agit politiquement ou quotidiennement dans une société déterminée, car tous deux sont dépourvus d'une normativité spontanée. L'homme agissant dans une société, ne connaissant pas la norme-idéal, vit sa propre vie quotidienne sous l'influence de normes socialement créées se solidifiant dans le temps. L'action du héros instaure une nouvelle norme sociale à la place de la vieille norme dans le cas où elle est en crise.

Mais qu'en est-il donc de l'action dans l'histoire des sciences ? Comme nous l'avons dit, le rôle que le héros joue – même si Canguilhem ne l'évoque que dans un seul article – dans la philosophie de Canguilhem s'inspire de la notion du héros chez Bergson. Au sujet de la notion de l'obligation poussant le héros à l'action, Anthony Feneuil suggère que ce dernier n'est qu'un individu qui écoute «les résonances d'une émotion le libérant de ses habitudes, c'est-à-dire aussi bien de la société que de lui-même. Elle [l'obligation à la base de l'action du héros] n'est pas une pression, mais une *aspiration*»⁵⁵. Or, nous croyons que tout comme le héros arrive à remettre en cause et à s'affranchir lui-même des normes sociales devenues habitudes, chez Canguilhem une véritable histoire des sciences doit remettre en cause une vision idéologique-scientifique qui se propage socialement (en s'insinuant dans les milieux non-scientifiques de la vie d'une société, soit même dans le sens commun ou dans les habitudes ordinaires) par répétition d'une série de pratiques spécifiques dans un certain temps présent, pratiques qui ne sont somme toute qu'une forme rituelle d'autocélébration d'une vérité scientifique présumée et attestée par le modèle scientifique dominant. Expliquer l'histoire des sciences du point de vue de la théorie scientifique la plus récente (dominante) reviendrait à esquisser une histoire des sciences déformée, c'est-à-dire modelée selon le modèle scientifique dominant.

Selon le philosophe de Castelnau-d'Audoubert, l'explication historique-scientifique ne relève pas en revanche d'une théorie scientifique plus récente ou qui s'est idéologiquement cristallisée au niveau de la société, mais bien d'un contexte pratique-social historiquement déterminé. Lorsqu'il s'agit de rendre compte de la naissance de telle ou telle autre théorie scientifique, l'analyse canguilhemienne se déploie à partir de la détection du moment d'une pratique originaire qui ne naît pas d'une science préexistante : c'est là encore une fois le concept d'action, notamment de l'élargissement de la notion de technique au domaine de l'histoire des sciences, dans ce sens qu'avec *Etudes d'histoire et de philosophie des sciences* (1968),

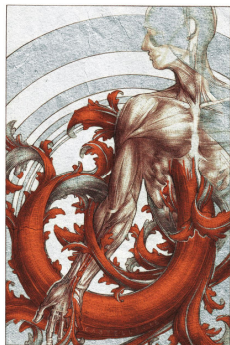
⁵⁵ Anthony Feneuil, *Bergson, mystique et philosophie* (Paris: PUF, 2011), 108.

Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie (1977) et d'autres écrits plus brefs, l'auteur ne fait pas proprement de l'histoire des sciences mais bien de *l'histoire des techniques*. Dans l'un de ces écrits plus brefs, "La décadence de l'idée de progrès"⁵⁴ (1987), remontant à quelques années avant la mort de l'auteur, on peut lire à un certain moment ce qui suit : "La nouveauté consistait en une invention de portée irréductible à celle d'un simple développement : la machine à vapeur de Watt [...]. Machine inventée et améliorée dans son rendement avant et sans la théorie qui en rend le fonctionnement intelligible"⁵⁵. A moins d'être prêts à croire que Canguilhem aborde dans sa jeunesse une thématique – la dialectique technique/science - qui n'a par la suite aucune influence importante sur ses thèses ultérieures, ce passage démontre que la notion de technique - affranchie d'une supposée science ou théorie rationnelle préliminaire - est le support d'une conception spécifique de l'histoire des sciences. Cette conception défend que l'histoire n'est pas une histoire fondée sur l'idée de progrès linéaire (tel qu'il était originellement conçu par les Lumières), ni du point de vue du développement intérieur à la science elle-même, ni du point de vue du chemin historique d'une humanité qui se conçoit comme une entité générique prenant de plus en plus conscience de soi-même au cours des siècles (ce qui est une façon "transcendantale réflexive" de se concevoir, pour utiliser une terminologie kantienne). Pour Canguilhem il n'existe pas en somme une destination préfixée et garantie par un certain développement obligé et nécessaire de l'histoire, ni pour la science ni pour une humanité génériquement conçue. Cette interprétation s'explique en raison du concept 'anti-nécessaire' de technique élaboré à la fin des années 30. Les premières lignes de l'article sur la décadence de l'idée de progrès laissent peu de place au doute : "Les philosophes du siècle des Lumières ont conçu le Progrès comme manifestation de la perfectibilité naturelle de l'humanité. Le XIXème siècle a vu se ternir cette image d'avenir sous l'effet de ruptures épistémologiques et de surprises techniques"⁵⁶.

⁵⁴ Georges Canguilhem, "La décadence de l'idée de progrès", *Revue de métaphysique et de morale*, 92.4 (1987) (437-54).

⁵⁵ *Idem*, 441.

⁵⁶ *Idem*, 437.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

A ciência é uma ideologia?

Gildo Magalhães

Professor Titular do Departamento de História – FFLCH - Universidade de São Paulo (USP)
gilsomsantos@hotmail.com

Recebido em 14/03/2016. Aprovado em 18/04/2016.

Como citar este artigo: Magalhães, Gildo. "A ciência é uma ideologia?". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n 1 [2], p. 100-111. 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.112277> Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Pretende-se mostrar que, mesmo independentemente de a resposta à pergunta ser positiva ou negativa, no mínimo a atividade científica pode ser ideológica. Para isto é necessário explorar o conceito de ideologia e tentar defini-lo com maior precisão, o que será empreendido a partir de um ensaio de Georges Canguilhem sobre as ideologias científicas. Torna-se interessante e oportuno pensar na questão em sua plenitude e não restrita às ciências sociais, especialmente considerando a pretensa objetividade das ciências naturais.

Palavras-chave: Ciência e ideologia; verdade e falsidade; Georges Canguilhem.

Is science an ideology?

Abstract: Independently of giving an affirmative or negative answer to the question, it is intended to show that at least the scientific activity can be ideological. For that purpose it is necessary to exploit the concept of ideology and try to define it more precisely, which will be undertaken from an essay of Geroges Canguilhem about scientific ideologies. It is interesting and adequate to think of this problem in full, not restricted just to social sciences, especially considering the purported objectivity of natural sciences.

Keywords: Science and ideology; truth and falsity; Georges Canguilhem.

A ideologia científica em Canguilhem

Há um bom número de pensadores que desenvolveram o tema das ideologias, mas quando se trata de sua relação com a ciência se limitam apenas às ciências sociais, e muito poucos se dispuseram a problematizar a relação da ideologia com as ciências naturais ou exatas, ou com as ciências como um todo.¹ Diferentemente, Canguilhem enfrenta o desafio em um curto e denso trabalho, em que examina as ideologias científicas.²

Em seu texto, Canguilhem aponta que a distinção entre o falso e o verdadeiro é um problema epistemológico para a prática da história da ciência que implica no modo pelo qual se constroem os conhecimentos científicos. Como a ciência critica os falsos saberes, seria razoável propor que a ciência é uma crítica das ideologias científicas? Lembra então que a popularização da noção de ideologia decorre da vulgarização do pensamento de Marx, que denuncia as ideologias em nome das ciências da história e da economia política, como pretende instituir. A pergunta passa a ser se uma ideologia científica pode ser compreendida na noção geral de ideologia no sentido marxista e a resposta é que isto seria uma contradição lógica, já que toda ideologia seria ilusória e a ciência revela a realidade, ainda que construída sobre as bases materiais da sociedade.

No entanto, a história é também a história das relações humanas com a natureza, campo das ciências naturais e, portanto, ao contrário das ideologias políticas, uma ideologia científica não é uma falsa ciência, ou uma superstição, ela é uma hipótese que pode ser algum dia demonstrada verdadeira, como por exemplo, o atomismo. As descobertas da química e física a partir do século 19 certamente alteram a ideologia científica anterior. Outros exemplos dados por Canguilhem são a ideologia da hereditariedade do século 18, que desaparecerá em confronto com a teoria mendeliana, e por outro lado a ideologia do evolucionismo social de Spencer, originada da teoria da embriologia de von Baer, reforçada pela teoria darwiniana e transformada num projeto de engenharia social associado ao liberalismo econômico. Neste último caso dá-se o reencontro de uma ideologia científica com o conceito marxista de ideologia.

O autor termina seu texto advertindo que não se deve confundir ideologia científica com ideologia de cientistas. Canguilhem pensa que a ideologia científica sempre antecede uma ciência propriamente dita. Conclui então que a história da ciência precisa investigar também as ideologias científicas e, diversamente de Bachelard, insiste que a história do que já caducou e do que foi sancionado como verdade estão entrelaçadas, e isto livra a história de uma ciência da insipidez e de um quadro de sombras sem relevo. Caso contrário, a história de uma ciência se torna uma... ideologia.

Com esses dados introdutórios, voltamos a examinar esse importante problema iluminado pelas considerações de Canguilhem,

Ideias sobre ideologia

¹ Por exemplo Leandro Konder em *A questão da ideologia* (São Paulo: Cia das Letras, 2002) arma uma série de comparações entre ideologia de um lado e, de outro, a linguagem, história, psicanálise, arte, ética, política, o cotidiano e o pós-modernismo; significativamente, não avança em nenhuma comparação em termos de ideologia e ciências naturais.

² Georges Canguilhem, "O que é uma ideologia científica", conferência proferida em 1969 na Polônia e incluída em *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida* (Lisboa: Ed. 70, s/d), 31-42. Vide também o comentário sucinto a esse texto feito por Pascal Acot em *História das ciências* (Lisboa: Ed. 70, 2001), 49-51.

Considera-se comumente que o termo *ideologia* se originou com Destutt de Tracy, que o empregou no sentido de “ciência das idéias” em sua obra *Les éléments de l'idéologie* (1801).³ Então, ao menos originalmente, a equação estava invertida e a ideologia era de fato uma ciência. De Tracy pertencia a um grupo intelectual, os “ideólogos” franceses que, na tradição de Étienne de Condillac, rejeitavam a metafísica e eram adeptos da crença no progresso humano, buscando uma fundamentação antropológica e psicológica para a cultura, tendo apoiado politicamente a ascensão de Napoleão Bonaparte. Mannheim localizou a origem histórica da depreciação que se faz contemporaneamente do termo *ideologia* na acusação de Napoleão Bonaparte a esse grupo quando se opuseram a seus projetos imperialistas. Eles acabaram aliados do poder pelo próprio Napoleão, que em 1812 os chamou de *metafísicos tenebrosos* e os acusou de serem responsáveis pela derrota militar francesa na Europa.

Poucas décadas depois do período napoleônico, um dos pais do positivismo contemporâneo e por sinal também inimigo da metafísica, Auguste Comte, adotou um sentido empirista para a palavra, opondo a *teoria*, como algo que explica, à *ideologia*, como sendo algo que só expressa. Curiosamente, antípodas políticos de Comte como Marx e Engels também oporiam teoria contra ideologia. É esta a base de sua crítica contra diversos pensadores alemães, exposta em *A ideologia alemã*, livro que só foi publicado em 1932, quase cinquenta anos após a morte de Marx, e que contribuiu para popularizar o termo “ideologia” no século XX. Para Marx e Engels a ciência em si mesma não seria uma ideologia (é como se fosse neutra) e o ataque à ideologia era dirigido contra filósofos considerados “idealistas” como Feuerbach, Stirner, Bauer e outros. Marx e Engels estavam preocupados em criticar aqueles que, como Hegel e os jovens hegelianos, a seu ver se divorciavam da realidade e se opunham à concepção materialista, dando predomínio às representações no pensamento puro ao invés da produção material que condiciona a formação dessas ideias. Isto fica claro já no prefácio, quando os autores afirmam ironicamente:

Em tempos, houve quem pensasse que os homens se afogavam apenas por acreditarem na ideia da gravidade. Se tirassem esta ideia da cabeça (...) ficariam imediatamente livres de qualquer perigo de afogamento.⁴

Nesta visão, a consciência reificada, fetichizada, se aliena dos homens que são os verdadeiros produtores de suas ideias. Ou, na formulação concisa de Marx e Engels, *não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência*, só que as ideologias fazem com que essas ideias pareçam ter uma autonomia.⁵ Os idealistas que promoviam essa alienação deveriam ser novos ideólogos, na tradição dos condenados por Napoleão e, segundo Marx e Engels, seriam os que vêm uma parte da realidade (e isto seria “ideologia”) e a tomam pelo seu todo (ver o todo seria possível apenas com uma teoria). Essa conceituação já nos permite fazer uma nova pergunta: será que a ciência, principalmente entendida em seus componentes de ciências naturais e exatas, vê o todo ou parte da realidade? Se em algum momento ela não conseguir ver o todo, estará consequentemente sendo ideológica, de alguma forma?

Houve muitas outras elaborações do que vem a ser uma ideologia. Pode-se nesta altura se utilizar provisoriamente de alguns resultados já extraídos desse debate e se deter em três acepções geralmente bem características do que usualmente se entende por ideologia (mas que logo à frente se mostrará não serem suficientes):⁶

a) *A ideologia expressa um conjunto de ideias que se constituem em um imperativo (moral).*

³ “Ideologia me parece ser o termo genérico porque a ciência das ideias compreende tanto a de sua expressão quanto a de sua derivação” – de Tracy, 1801, *apud* Karl Mannheim, *Ideologia e utopia* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1986), 97.

⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. (Lisboa e S. Paulo: Presença e Martins Fontes, 1980), 8.

⁵ Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, 26.

⁶ São as que constam de texto de Marilena Chauí, *O que é ideologia* (São Paulo: Brasiliense, 1995) - muito difundido no meio universitário, embora não estenda a discussão para além do que certos círculos marxistas decidiram entender como ideologia.

Parece que nesse sentido, mesmo levando em conta um imperativo moral, poder-se-ia traduzir ideologia por “visão de mundo” (*Weltanschauung*). Aqui surge outra pergunta à margem do conceito: pode-se dizer que a ciência se associa a um ou alguns imperativos morais, refletindo sua natureza ideológica, ou ao contrário ela seria manifesta e pretensamente “neutra”?

b) *Quando posta a serviço de uma dada diretriz sócio-econômica, a ideologia expressa a “consciência” da classe dominante, que por sua vez se transforma em ideia dominante também para as demais classes.*

Para essa difusão de ideias dominantes concorre o fenômeno da alienação, descrito também por Marx em várias ocasiões.⁷ Novamente pode-se inquirir se a ciência, agora de acordo com essa definição, não seria mesmo uma ideologia, porque ela comumente se cristaliza num conjunto de ideias dominantes, aceitas de forma paradigmática?

c) *A ideologia é uma projeção contínua da infraestrutura sobre a superestrutura, no sentido marxista dessas palavras, que exprimem a influência da base econômica sobre as demais facetas da vida social.*

Nesse caso, a ciência pode claramente ser ideológica, já que para ela concorre sempre alguma base material, como aliás sustentam alguns autores de história da ciência, principalmente os da linha externalista.

Pode-se então neste ponto tirar algumas conclusões se quisermos aplicar algum dos três conceitos acima ao caso das ciências. Em primeiro lugar, nesse contexto a palavra ideologia não precisa necessariamente ser tomada pejorativamente. Aliás a primeira definição é bastante geral (pode-se mesmo criticá-la por ser geral demais) para admitir as duas seguintes como casos particulares, e é também suficientemente neutra para não ter forçosamente conotações negativas. Portanto, não será considerada como aberração nem contradição a expressão “ideologia científica”; antes, vamos admiti-la como uma hipótese a ser verificada.

Adicionalmente, é importante compreender o caráter *histórico* das ideologias. Nesse sentido, a primeira definição é útil, pois por meio dela se pode demonstrar que a produção de ideias (e, por extensão, de ideologias) é historicamente situada e se projeta em todos ramos de atividade humana, tais como artes, religião, ciência, etc.

No sentido algo mais restrito da segunda definição, a ideologia costuma ser associada à falsidade, uma vez que politicamente sempre interessou à classe dominante deformar ideias, para facilitar a persuasão das classes dominadas; torna-se então difícil falar nesse caso em ideologias “verdadeiras”. A menos das ocasiões em que deliberadamente se manipulam ideias científicas com alguma finalidade política expressa, essa visão de ideologia pouco adianta no estudo da história da ciência e da técnica. Isto porque, pelo contrário, as ideias científicas não se acham explícita e claramente ligadas a motivações de outra natureza, mas tais interesses se encontram dissimulados ou despercebidos dentro do desenvolvimento racional das ciências, somente se revelando com características claramente ideológicas após um exercício hermenêutico.

Já no sentido da terceira conceituação, pode-se creditar à ideologia um caráter mais construtivo; para dar um exemplo mais extremo, de acordo com esse sentido pode-se acreditar, vivendo numa sociedade capitalista que a construção do socialismo seria também uma “ideologia”. Neste caso, inclusive a ciência ou a tecnologia podem ser positivamente associados à transformação da sociedade, como parte dessa ideologia.

⁷ A primeira menção de Marx à alienação parece que ocorre em “Sobre a questão judaica” in *Early writings*. (New York: McGraw-Hill, 1964), 19, e sua reelaboração na forma econômica é o tema da famosa seção 4 do capítulo I, Parte I, sobre a fetichização das mercadorias e a reificação da consciência (*Capital: a critical analysis of capitalist production* (London: Lawrence & Wishart, 1974, vol. 1), 76-87).

Vejamos agora algumas tentativas de sair do esquematismo das três conceituações apresentadas.

Mannheim afirmou que há duas concepções de ideologia: a concepção particular, com referência à psicologia do indivíduo e onde podem ocorrer fenômenos tais como modos falsos de pensamento e acobertamento de mentiras; e a concepção total, que decorre da vida coletiva, e em que há uma correspondência entre um contexto social e uma dada perspectiva de pensamento e conhecimento.⁸ As ideologias seriam aparentadas com as utopias, das quais se distinguiriam por se voltarem ao passado, serem defendidas pelas classes dirigentes e justificarem e dissimularem a realidade, enquanto que as utopias se voltariam ao futuro, sendo defendidas pelas classes ascendentes e atacarem a realidade com que não concordam. São distinções que para Mannheim aliás nunca são absolutas, porque frisava ao mesmo tempo que a realidade está sempre em mudança.

Em outro momento, naquilo que poderia passar por uma simples briga interna à Escola de Frankfurt, Jürgen Habermas discutiu com Herbert Marcuse em torno de como interpretar a razão tecnicista, a visão de que a técnica e a ciência passaram a legitimar a dominação capitalista, racionalizada pela intervenção do Estado, que com isto passou a cuidar de questões técnicas. O texto de Habermas resultante dessa discussão trata da técnica e ciência como ideologias, na verdade expandindo uma conclusão a que chegara antes.⁹ Para Habermas, as ideias individualmente podem servir para mascarar os motivos reais de nossas ações, o que coletivamente ele chama de ideologia. Entre o sujeito e um objeto haveria sempre um interesse guiando o conhecimento, mesmo na auto-reflexão. Negar isto seria cair na ilusão do objetivismo e neutralidade do conhecimento, ilusão que tem função legitimadora, uma perspectiva que seria no fundo positivista.

Paul Ricoeur retornou a esses dois autores, Mannheim e Habermas, num texto que se intitula justamente *Ciência e ideologia*.¹⁰ Embora ao falar de ciência Ricoeur se restrinja unicamente às ciências sociais, ele lembra que a crítica das ideologias nunca conseguirá se libertar totalmente de seu enraizamento nas próprias ideologias, ou seja, a crítica também é conduzida por um interesse, ainda que seja contraditoriamente o interesse pela libertação ideológica, o que seria em si mesmo uma ideologia ou utopia, dependendo do ângulo de quem a pratica. Só a história *a posteriori* poderia dizer se se tratava de ideologia ou utopia. Ainda assim, a crítica das ideologias deveria ser empreendida, mesmo que não possa ser completada. Na fórmula proposta por Ricoeur, o saber está sempre se desligando da ideologia, mas a ideologia permanece sempre como esquema de interpretação do saber.

Uma tipologia proposta por Raymond Boudon classificou as definições de ideologia em dois grandes grupos: as que usam o critério de separar entre verdadeiro e falso (que seria uma linha caracterizada inclusive por Karl Marx, mas também por Raymond Aron e Talcott Parsons) e as que não se referem a este critério (uma outra linha onde se enfileiram Lênin, Louis Althusser, Clifford Geertz e Edward Shils).¹¹ Há portanto nessa separação tanto pensadores marxistas quanto não marxistas, de lado a lado. Boudon concluiu que para Marx a ideologia se ligaria diretamente à falsa ciência, enquanto que para Aron a ideologia poderia ser apenas indiretamente julgada em referência ao verdadeiro e ao falso; e Parsons consideraria a ideologia um desvio em relação à objetividade, que a análise científica permitiria restabelecer.

⁸ Karl Mannheim, *Ideologia e utopia*, 81-98.

⁹ Jürgen Habermas, “Técnica e ciência como *ideologia*” e “Conhecimento e interesse” em *Técnica e ciência como “ideologia”* (Lisboa: Ed. 70, 1993), 45-92 e 129-147.

¹⁰ Paul Ricoeur, “Ciência e ideologia”, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, nº 1 (1980): 21-43.

¹¹ Raymond Boudon, *A ideologia: ou a origem das ideias recebidas*. (São Paulo: Ática, 1989), 25-46.

Na outra vertente, Lênin se preocuparia mais com a utilidade das ideologias na luta de classes do que com sua verdade ou falsidade, Althusser consideraria a ideologia como um sistema de representações indispensáveis e com função social, Geertz veria a ideologia como um ato simbólico, um procedimento metafórico e de retórica usado socialmente e, finalmente, para Shils a ideologia seria um tipo de sistema de crenças que existiria em qualquer sociedade. Boudon vai preferir a linha de critério que distingue entre verdadeiro e falso, defendendo que as ideias recebidas que entram na composição das ideologias têm uma racionalidade e que essas ideias recebidas podem resultar das ciências, que ele entende, também diferentemente do que se pretende aqui, unicamente como sendo as ciências sociais.¹²

Finalmente, antes de suspender a discussão sobre a definição de ideologia, e para insinuar como ela pode ainda vir a ser enriquecida, vale a pena uma referência ao livro *Ideologia*, de Terry Eagleton, por sua abrangência e clareza no tratamento do tema.¹³ Esse autor arrolou nada menos do que 16 sentidos correntes da palavra “ideologia” (e que cobrem inclusive aqueles três primeiros significados apontados atrás), passando a seguir a demonstrar serem todos imprecisos, problemáticos ou contraditórios. Depois de expô-los como inadequados e descartá-los, ele propôs seis definições como sendo mais aceitáveis, indo também de uma primeira de caráter mais geral para as outras cinco, mais particulares. Assim, ideologia poderia ter qualquer uma das seguintes acepções:

i) O processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social.

Corresponde portanto a uma noção com semelhanças à de “cultura”, entendida esta também como produto de um processo material.

ii) Ideias e crenças, verdadeiras ou falsas, que sintetizam as condições e experiências de vida de um grupo socialmente significativo.

Essa é uma definição que se assemelha à de “visão de mundo”.

iii) A promoção e legitimação dos interesses de grupos sociais, em presença de interesses conflitantes.

iv) A promoção e legitimação dos interesses de grupos sociais, restritas às atividades de um poder social dominante.

v) A promoção e legitimação dos interesses de grupos sociais, restritas às atividades de um poder social dominante e mediante distorção e dissimulação.

vi) Crenças falsas oriundas da estrutura material do conjunto da sociedade.

Um exemplo onde esta última conceituação cabe bem é o da ideologia do fetichismo das mercadorias, tal como exposta por Marx juntamente com sua crítica da alienação, já citadas anteriormente.

Uma última palavra sobre a questão de definições é que a complexidade que esta breve discussão deixa entrever mostra que se deve rechaçar simplificações que assumem ser inútil discutir o conceito de ideologia, por ser algo “superado”. Não é aceitável nenhum decreto do “fim das ideologias” nem a versão mais refinada que procura encerrar a discussão pela substituição da palavra ideologia por outras palavras, tais como “representações”. Há que

¹² Raymond Boudon, *A ideologia: ou a origem das ideias recebidas*, 93.

¹³ Terry Eagleton, *Ideologia: uma introdução*, (São Paulo: Universidade Estadual Paulista e Boitempo, 1997), 38-40.

enfrentar como problema político, mas também como uma problemática da teoria do conhecimento, muitas questões teóricas e práticas ainda não resolvidas, mesmo após a queda do muro de Berlim, tais como a natureza do Estado burguês, a teoria da luta de classes, e outras em que o conceito de ideologia ainda é, na verdade, central.

Uma radiografia da ideologia

Uma dificuldade adicional para responder se a ciência pode ser uma ideologia é que, em determinadas fases de seu desenvolvimento, teorias científicas devem permitir a contestação, desde que obedecidas uma série de condições - como ocorreu por exemplo com as teorias geocêntrica e heliocêntrica - e essas contestações permanecem até que uma nova teoria seja aceita por um grupo científico dominante e se firme, ao menos para esse grupo dominante. Ora, que ideologia admite uma abertura para a contestação? Por mais dialética que seja sua base teórica, uma ideologia se pretende “verdadeira” e inquestionável. E no entanto, sabe-se que as ideologias se tornam superáveis, tanto quanto as teorias científicas. Portanto, a ideologia se comporta, malgrado seu, como uma teoria científica, que pode ser escarafunchada, minada ou consagrada num determinado momento histórico.

Por outro lado, qualquer noção que queira aproximar ideologia de “falsa” consciência implicaria a possibilidade de existir alguma forma absolutamente correta de se ver e entender o mundo. No caso da ciência, isto coloca de imediato o problema da verdade - e a tentativa de alcançar a verdade é inerente à atividade científica, mas a história da ciência tem demonstrado o quão ilusória foi a “verdade” de tantas teorias científicas. E no entanto, nenhum cientista desistiria por causa disso de pesquisar a verdade científica.

Ora, qualquer ideologia se refere a uma ideia tida como verdadeira. Se fosse consensual que se trata de uma falsa ideia, um embuste reconhecido como tal, cairíamos no reino das simples mentiras e não das ideologias. Mas uma ideia pode ser verdadeira para alguns e falsa para outros? Evidentemente que sim, pois como já referido, isto é uma situação normal no desenvolvimento de teorias dentro até das ciências ditas exatas.

Um exemplo esclarecedor de ideologia como falsa ideia ocorreu em vários países, e no Brasil em especial, durante os anos da década de 1990 e início da de 2000, e que foi uma faceta do neoliberalismo econômico quando este apregoou que a privatização dos serviços públicos os tornaria mais eficientes. É certamente mais fácil julgar *post hoc*, e depois se tornou cada vez mais claro que ocorreu o contrário, com a escalada exorbitante dos preços pagos pelos consumidores desses serviços, as fraudes e falências nas empresas privatizadoras, além de problemas técnicos como apagões, no caso da energia elétrica, e outros. Como poderiam se comportar os indivíduos face a uma ideologia que se comprovou posteriormente ser uma ideia falsa? Alguns proponentes dessa ideologia poderiam saber que era uma balela a afirmação de melhorias com a privatização, mas a defendiam porque tinham interesses econômicos na privatização das companhias elétricas, telefônicas, de transportes, siderurgia, mineração – ou seja, para estes não se tratava de ideologia, mas de pura mentira.

Os que, mesmo sabendo da burla, apresentavam o motivo da racionalização e enxugamento das máquinas administrativas das estatais, e que tinham consciência de que isto era uma ideia falsa, divulgavam a ideologia do liberalismo, mas não se pode dizer que criam nessa ideologia, simplesmente defendiam uma versão mentirosa porque ela lhes era conveniente.

Já os indivíduos que pertenciam à parcela da opinião pública que aceitou a privatização e a defendeu como lógica certamente assumiram-na enquanto uma ideologia, ainda sem saber se seria falsa ou verdadeira, pois não tinham consciência de eventuais manipulações, até porque o argumento se encaixava na propaganda negativa amplamente veiculada pelos meios de comunicação sobre os maus serviços prestados pelas empresas públicas. Por desconhecer a realidade, não ter termos de comparação, ou ainda porque de fato conhecia aspectos negativos comprovados nas empresas estatais, o público as desacreditou e endossou a propaganda neoliberal.

Havia ainda outra possibilidade: pessoas que conheciam melhor a realidade das empresas públicas, como por exemplo alguns de seus funcionários, e de fato acreditavam na ideia neoliberal, porque parecia-lhes que a privatização resolveria os vícios que sabiam existir. Poderíamos dizer que essas pessoas conscientemente acreditaram naquela ideologia, que de forma alguma lhes parecia falsa. Finalmente, poderíamos ter as pessoas que sabiam que se tratava de uma ideia falsa e não compactuaram com ela, de forma que sua consciência do que seria a verdade os impediu de aderir à ideologia.

O esquema apresentado neste exemplo pode ser assim resumido: a realidade nos é conhecida sempre parcialmente, através de diversos tipos de “filtros”, que é como se pode descrever a ação de veículos ideológicos, tais como o sistema educacional, os meios de comunicação, etc. Há filtros mais sofisticados que se interpõem perante nós e a realidade, como exemplificado no caso das ciências pelas experiências realizadas em laboratório, mas todas estas visões parciais se integram de alguma forma em nossa consciência, que é onde pode ocorrer o mais perto de um conhecimento total que se poderia ter. Dependendo de como essa consciência foi formada e educada, ela será também seletiva com relação às ideias que aceita ou rejeita, facilitando a adoção de determinadas ideologias e dificultando a de outras.

Há uma relação de paralelismo, portanto, entre ideologia e consciência. No plano filosófico, uma clássica pergunta do conhecimento é saber quem sou. Do ponto de vista exterior, como eu poderia conhecer a totalidade das minhas imagens que se projetam para as demais pessoas, de forma que refletissem meu “verdadeiro” eu? Essas minhas imagens projetadas serão, porém, meu “eu”? O que dizer então da realidade interior que se desvenda apenas através da psicanálise, quando se rompem as barreiras das representações que fazemos de nós mesmos? Talvez a analogia pudesse ser levada ainda mais longe, de forma que o que se convencionou freudianamente chamar de superego fosse um bom exemplo do processo de formação das ideologias, no caso a ideologia que cada um tem a seu respeito, e que aliás acredita com certeza ser verdadeira, pela aplicação de vários filtros mentais.

Fica implícito então que uma ideologia pode-se também referir a uma ideia aceita como verdadeira e que se revele verdadeira. Pode-se, por exemplo, endossar a ideologia do republicanismo, defendendo o interesse pelo bem comum e pela coisa pública, respeitando o que isto acarreta, na forma de um corpo de leis que reforce essa ideologia. Pode-se mesmo acreditar no conjunto dessas ideias, mas divergindo de particularidades ou de aspectos da ideologia que causem desconforto, porque se está convicto de que a longo prazo isto tende a melhorar a vida das pessoas, aumentando as oportunidades de se desfrutar bens como saúde e educação.

A formulação original dos ideólogos franceses, a da “ciência das ideias”, pode remeter para o mito da caverna, descrito por Platão no Livro VII de *A República*.¹⁴ Neste diálogo socrático, conta-se a história de uma caverna escura onde os habitantes agrilhoados de costas para o Sol vêem apenas as sombras projetadas na parede da caverna. De onde estão não conseguem discernir o ilusório do real, todo o conhecimento do mundo exterior decorre apenas

¹⁴ Platão, *A República: ou sobre a justiça* (Belém: Universidade Federal do Pará, 2000, Livro VII), 319-324.

da visão das sombras. Quando um dos prisioneiros consegue se libertar e finalmente olhar a realidade iluminada pelo Sol é que compreende de fato o que eram as projeções na parede. Pode então voltar para o meio dos outros habitantes da caverna, onde é possível ganhar novos conhecimentos, mesmo através das sombras e mesmo tendo contra si os demais acorrentados, que não compreendem como poderiam se libertar das ilusões das sombras.

A alegoria platônica se presta a muitas interpretações, mas no presente contexto creio que uma aplicação imediata dela é que, em princípio, é possível desfazer a trama das ideologias (“sombras”), quando elas encobrem as idéias. Pode-se procurar conhecer a essência das idéias na realidade e desta forma vislumbrar o conhecimento verdadeiro, objetivo confesso da ciência. Por outro lado, o conhecimento para além das sombras certamente evoca o problema já mencionado da conscientização, o que suscita a interrogação mesma da ciência. Ou seja: pode haver uma ciência independente de qualquer ideologia, ou de opiniões ou, como queria Baruch Espinosa, um conhecimento *verdadeiro* e não dogmático?¹⁵ E a realidade - se ela (como penso) existe em si mesma de forma independente do homem - pode ser conhecida de forma objetiva e igualmente verdadeira? Devemos manter essas indagações à nossa frente, à medida que forem sendo explorados temas de história das ciências e suas ideologias.

A ideologia na ciência

A teoria das ideias de Platão é um ensejo também para se fazer uma incursão num pensamento pouco explorado de Marx, mas que tem analogia com a temática da ciência e ideologia e que é o da pertinência de sua apreciação estética. Na *Contribuição para a crítica da economia política*, ele confessa que, estranhamente, a arte grega parece não depender do desenvolvimento geral da sociedade e conservar um valor permanente, em várias e portanto diferentes condições históricas.¹⁶ Negaria isto a dependência de uma produção humana das suas bases materiais na sociedade? Por outro lado, parece haver mesmo em toda arte que atravessa os tempos e continua a proporcionar prazer estético um valor “verdadeiro”, porque “eterno”. É fácil compartilhar da perplexidade de Marx quando se admira a estatuária grega, como na mutilada Afrodite de Cnido ou até mesmo numa imitação romana de arte grega, como na magnífica estátua equestre de Marco Aurélio.¹⁷

Se a dúvida estética de Marx se aplica à arte grega, poderíamos ir mais longe e perguntar se ela não é válida também para a perfeição da geometria grega.¹⁸ Embora hoje tenhamos indicações que nosso espaço não seria euclidiano, e mesmo que o espaço euclidiano seja uma aproximação dentro de certos limites, não deixa de nos causar profunda admiração a beleza “permanente” do conhecimento geométrico atingido pelos gregos na obra de Euclides. É como se houvesse também, de modo análogo ao de certas manifestações artísticas, ideias científicas com um tipo de valor “permanente”, ainda que suplantadas por novas teorias.

Por outro lado, ocorre que as ideias científicas frequentemente camuflam suas origens extracientíficas, dissimulação geralmente característica em se tratando de ideologias. Como exemplo, pode-se lembrar do mecanicismo newtoniano e do evolucionismo darwinista. Essas

¹⁵ Para uma discussão do pensamento espinosano articulado com o desenvolvimento histórico da ciência, vide Gildo Magalhães, “A idéia adequada e a contribuição possível de Espinosa à ciência”, *Revista Brasileira de Filosofia*, [vol.] XLV, n° 193 (1999).

¹⁶ Karl Marx, *Contribuição para a crítica da economia política*, in *Os Pensadores*, vol. XXXV (São Paulo: Abril, 1974), 130-131.

¹⁷ Que esteve até algum tempo atrás exposta ao ar livre no centro do Campidoglio romano, e da qual Michelangelo teria afirmado não ser digno nem de lhe fazer o pedestal.

¹⁸ Georges Canguilhem, “O que é uma ideologia científica?”, in *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*, 35.

teorias, embora distanciadas cerca de 150 anos, se fundem na economia política com a ideia de “livre concorrência”, tendo uma origem comum no pensamento empirista britânico, e foram amplamente cultivadas justamente na Grã-Bretanha. Com fundamentações diferentes, a livre concorrência divulgada principalmente por Adam Smith e, de maneira indireta, por Thomas Malthus, levou ambos porém a concordarem na conclusão de que as leis da natureza e da religião favoreceriam a “luta pela vida” e a recomendarem a exclusão do Estado como regulador da vida civil. Nessa perspectiva, o mundo pode ser representado por um quadro de leis fixas, onde a própria divindade estaria excluída (a menos de intervenções oportunas em momentos críticos, como acreditava Newton), um mundo em que, ao menos aparentemente, não há imperativos morais.

Ora, no caso de Isaac Newton e Charles Darwin, tratava-se precisamente de justificar o *laissez-faire* com os olhos da ciência. No último caso, pode-se contrapor a posição política de Darwin à de seu competidor Alfred Wallace, que por ter certas convicções de fundo socialista e ter recusado a interpretação darwinista do papel do acaso na evolução, acabou ficando meio negligenciado pela comunidade científica e política da era vitoriana.¹⁹

Uns poucos casos marcantes que ocorreram na história da física podem ser resumidamente citados como exemplos da interpenetração das ideologias com as ciências:

- A unidade e a universalidade das forças da física buscadas por Hans Christian Oersted dentro do movimento da *Naturphilosophie*, por sua vez relacionada com as ideias de Friedrich Schelling sobre as oposições na natureza e as de G.W. F. Hegel sobre um “espírito universal”, em constante evolução.
- A formulação do princípio de complementaridade entre ondas e partículas como base da mecânica quântica por Niels Bohr muito deveu às ideias existencialistas de Søren Kierkegaard, interpretação que por sua vez acabou refluindo numa junção do papel do irracionalismo nas teorias psicanalíticas de Gustav Jung com ensinamentos do taoísmo.
- A firme defesa da causalidade no mundo por Albert Einstein derivava de suas leituras de Leibniz, e principalmente de Espinosa, no que tange à possibilidade de conhecimento da realidade pelo ser humano.

Para explicar melhor essas influências ideológicas, pensemos um momento como um físico ou químico poderia considerar, digamos, uma molécula de água. Ele vai nisto transpor um tanto de ideias filosóficas (às vezes até metafísicas) da sua época, que como dito atrás em geral ficam escondidas, dependendo de como irá explicar certos detalhes, como por exemplo os orbitais elétricos (espécie de trajetórias descritas por elétrons) e os *spins* (quantidades que se associam ao sentido horário ou anti-horário de rotação de entidades subatômicas). Pode haver nisto a possibilidade de que sejam assim representadas até mesmo posições políticas, o que ocorreu efetivamente na física soviética, ao responder à questão do exemplo em causa: se devemos tratar essas entidades subatômicas como coletividades ou individualidades – e a matemática que as descreve poderá mudar em consequência dessas posições.²⁰ Qualquer exemplo concreto de articulação das ideologias com as ciências e técnicas será melhor elucidado se levarmos em conta que a inter-relação se dá com o conjunto das atividades humanas, em que todos os componentes podem intervir com pesos diferentes, ou seja, pendendo para uma

¹⁹ O relato de Ricardo Ferreira a esse respeito é dos mais interessantes, pela comparação do pensamento de Darwin com o de Bates e Wallace. Cf. *Bates, Darwin, Wallace e a teoria da evolução* (Brasília e São Paulo: Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo, 1990).

²⁰ Alexei Kojevnikov, “Freedom, collectivism, and quasiparticles: social metaphors in quantum physics”, *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, [vol.] 29 (1999).

história em moldes externalistas, e não isoladamente olhando para dentro de uma determinada ciência.

Adicionalmente, eis mais alguns exemplos sucintos e diversos entre si de como se poderiam explorar ideologias científicas num espectro mais amplo da história das ideias e da cultura:

a) Na pintura, um exemplo famoso é o quadro *Os embaixadores*, de Hans Holbein (pintado em 1533), em que os enviados de Francisco I da França estão na Londres de Henrique VIII, tentando evitar o cisma com a Igreja de Roma. Junto aos embaixadores estão diversos objetos de cunho científico, como globos terrestre e celestial, gnômon com relógio solar, livros de aritmética e música. Não por acaso, a maioria dos instrumentos está relacionada com as viagens de navegação e as grandes descobertas. Pairando no ar sobre o chão está a impressionante anamorfose de uma caveira, não só um *memento* da difícil época vivida, mas uma alusão ao domínio do espaço através da perspectiva, o grande feito científico da Renascença. Pode-se ligar todas estas construções metafóricas com a ideia de progresso e sua antítese, a da decadência.²¹

b) A aplicação de novas tecnologias da informática como o cartão bancário transformou o cotidiano, especialmente numa sociedade como a brasileira, em que porções significativas de analfabetos e semianalfabetos, excluídos da sociedade de consumo paradoxalmente puderam passar a ter e acessar contas, como as da previdência social. A evolução nesse campo trouxe o “cartão inteligente”, uma aplicação da teoria matemática da informação e da ciência da computação – realizando uma das reivindicações preconizadas pela antiga cibernética. Por outro lado, a cibernética tinha pretensões de controle social das massas, que se poderiam realizar com a informática e se podem rastrear no modelo matemático da realimentação em malha fechada com que descreve certos processos.

c) Na poesia, pode-se citar o caso de Edgar Allan Poe, que aprendeu uma base científica o suficiente com a engenharia militar que estudou na academia de West Point, a ponto de se tornar um destacado precursor da moderna criptografia em seu conto *O escaravelho de ouro*. Além disso, ele incursionou pelo lado da inteligência artificial, ao desvendar um famoso “mistério” do século XIX, o autômato jogador de xadrez feito pelo inventor do metrônomo musical, Maelzel, que pretensamente era um robô, mas que Poe provou ser uma fraude engenhosa. Foi o primeiro a propor uma solução para o “paradoxo de Olbers” da astronomia: por que o céu noturno não é totalmente iluminado se o universo é praticamente ilimitado e há um número enorme de fontes de luz? Seu celebrado poema *O corvo* possui uma rigorosa estrutura, em termos de métrica e rimas, objeto de um ensaio explicativo do próprio Poe e que nada fica a dever a um teorema matemático, sem prejuízo naturalmente da inspirada ideia poética de sua criação.²²

d) Em termos musicais, o conceito de harmonia, em especial na forma da fuga, praticada por notórios compositores alemães a partir do século XVII, está próximo do desenvolvimento de vários séculos da teoria matemática do infinito, que culminou com a descoberta dos números transfinitos por Georg Cantor no século XIX. A partir do transfinito

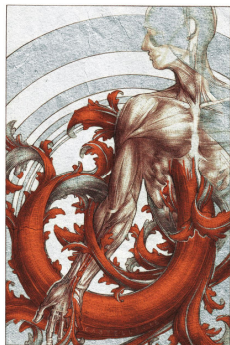
²¹ Um desenvolvimento mais detalhado deste exemplo se encontra em Gildo Magalhães, “Ciências e reformas religiosas no Renascimento”, *Revista Camoniana*, [v.] 14, (2003): 385-407. Para outras relações sobre pintura e ciência, vide o ensaio de Henriette Bessis, “A imagem da ciência na pintura”, em *A ciência e o imaginário* (Brasília: Universidade de Brasília, 1994), 159-190.

²² Edgar Allan Poe, “O escaravelho de ouro”, “O corvo”, “Filosofia da composição” e “Criptografia”, em *Ficção completa, poesia e ensaios* (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986), 130-160, 901-995, 911-920 e 1009-1019; e “Maelzel’s chess player”, em Edgar Allan Poe, *The complete tales of mystery and imagination* (Minneapolis: Amaranth, 1984), 551-566. A resposta de Poe para o problema do céu noturno está em seu poema em prosa “Eureca”, discutido em Edward Harrison, *A escuridão da noite: um enigma do universo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995), 169-178.

por ele chamado de “álefe-um”, temos um conjunto infinito e não enumerável, cujo processo de formação tem analogia com o desenvolvimento temático musical. Isto se dá porque no sistema tonal bem temperado uma composição não se transforma melodicamente de maneira fixa e estática, mas redefinindo e desenvolvendo sem cessar as relações musicais, numa constante “mudança da mudança” - algo que pode ser posto em correspondência com a existência de pontos no contínuo de números reais representados pela reta.²³ O que importa na música assim composta é a expressão das ideias musicais e a forma como elas interagem dentro de um “todo”, ou seja, uma forma de pensamento que se expressa sensualmente. Essa característica da relação do uno com o múltiplo em música é da mesma ordem que se encontra no citado processo de criação dos números e conjuntos transfinitos de ordem superior - e na poesia, assim como na música, isto é expresso por meio do uso de “metáforas” generalizadas como recurso cognitivo.

Utilizando o conceito de *ideologia* de forma às vezes mais ampla ou mais restrita, mas necessariamente flexível, pode-se entender melhor como se dá essa produção humana chamada *ciência*. Ao desvelar as bases desta produção, resulta também uma crítica das atividades científicas e tecnológicas, enquanto motivações humanas.

²³ Para conferir basta escutar como exemplo a Sonata n° 5, op. 24 (“Primavera”) de Beethoven, para violino e piano.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

O conceito epistemológico histórico de nostoc a partir de uma leitura indiciária de *A teoria celular* de George Canguilhem

Maurício de Carvalho Ramos

Grupo de Pesquisa em Epistemologia Histórica da Cultura Científica – FFLCH USP
Professor Livre-Docente do Departamento de Filosofia – FFLCH USP
maucramos@gmail.com

Recebido em 14/04/2016. Aprovado em 29/04/2016.

Como citar este artigo: Ramos, Maurício de Carvalho. "O conceito epistemológico histórico de nostoc a partir de uma leitura indiciária de *A teoria celular* de George Canguilhem". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 112-128. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Através de uma leitura indiciária de *A teoria celular* de Canguilhem, proponho, orientado metodicamente pelo estilo epistemológico histórico de investigação, a construção do conceito de nostoc como um conceito metamórfico que, integrado aos conceitos de blastema primordial e de lodo bíblico do botânico francês Charles Naudin, ajustam-se a uma cultura científica de amplo alcance empenhada em resolver o enigma da unidade morfológica dos seres orgânicos e vitais. O conceito de nostoc refere-se alquimicamente a uma substância gelatinosa proveniente das estrelas e dotada de virtudes médicas balsâmicas e, botanicamente, a uma alga cianofícea do gênero *Nostoc*. Examinado as ideias de Canguilhem, Naudin, Jung e Paracelso, esse conceito é proposto como uma oscilação nucleoplasmática, entendida como uma forma específica de expressão do tema mítico-científico da tensão entre continuidade e descontinuidade, tal como apresentado por Canguilhem em sua história do conceito de célula.

Palavras-chave: Nostoc, cultura científica, epistemologia histórica, paradigma indiciário, Naudin, Paracelso, Jung, Canguilhem.

The epistemological and historical concept of nostoc from an indiciary lecture of The cell theory of George Canguilhem

Abstract: Through an indiciary lecture of *The cell theory* of Canguilhem, I propose, methodically guided by a epistemological-historical style research, the construction of the concept of nostoc as a metamorphic concept that integrated the concepts of primordial blastema and biblical slime of the French botanist Charles Naudin, set up a scientific culture of broad reach committed to solving the riddle of the morphological unity of organic and vital beings. The concept of Nostoc refers alchemically a gelatinous substance from the stars and endowed with balsamic medical virtues and botanically, a cyanoficea algae of *Nostoc* genus. Examined the ideas of Canguilhem, Naudin, Jung and Paracelsus, this concept is proposed as a nucleoplasmatic oscillation, understood as a specific form of expression of the mythical-scientific theme of tension between continuity and discontinuity, as shown by Canguilhem in his history of cell concept.

Keywords: Nostoc, scientific culture, historical epistemology, inductive paradigm, Naudin, Jung, Paracelsus, Canguilhem.

Introdução

A leitura indiciária que farei de *A teoria celular* de Canguilhem¹ baseia-se no sentido de paradigma indiciário de Ginzburg.² Aplicarei em minha leitura duas de suas noções: (1) a precedência do indivíduo relativamente à categoria, tornando consistente uma ciência rigorosa dos indivíduos (*individuum non est inefabile*) e (2) a busca de sinais, sintomas e detalhes das coisas como modo principal de investigar vários âmbitos coordenados da realidade (biológico, antropológico, psicológico, social, filológico, histórico etc.) não hierarquicamente organizados em níveis ontológicos ou epistemológicos. Assim, a leitura indiciária consiste em tomar o texto como um indivíduo com inúmeras leituras possíveis, cada qual singularizada pelos sinais e pistas que o leitor identifica em função de sua investigação particular. A consistência do texto não será buscada em sua estrutura argumentativa interna, mas nas conexões que o leitor faz entre os vários índices que identificou; estes articular-se-ão entre si e com quaisquer outros elementos e fontes relevantes para a pesquisa.

A leitura indiciária visa obter material para uma investigação de acordo com o estilo epistemológico histórico. No estudo que publiquei no número inaugural de *Intelligere*,³ propus um método que expressa de modo prático esse estilo e o presente artigo é uma nova aplicação do mesmo. O principal resultado que visio é a proposição do conceito de nostoc, tal como se desenvolve dentro de uma ampla cultura científica interessada em compreender morfologicamente a unidade dos seres orgânicos e vitais. Em duas de suas expressões ou morfologias, esse conceito refere-se, para a alquimia renascentista, a uma substância produzida pelos astros que cai sobre a Terra na forma de uma massa pastosa dotada de muitas virtudes medicinais. Para a botânica contemporânea, refere-se a uma espécie de alga azul-esverdeada (cianofíceas) do gênero *Nostoc*. Em minha abordagem, botânica e alquimia não estão separadas por linhas de demarcação entre ciência e mito, mas reunidas como ciências epistemológica-historicamente legítimas na unidade dinâmica de uma cultura científica. Assim, nostoc pode transferir para a botânica (atual e do passado) componentes conceituais alquímicos e, para a alquimia (renascentista e de outros períodos), componentes botânicos. Neste artigo, utilizarei o nome geral nostoc para designar o conceito que se transforma no interior da cultura científica, nostoch para o conceito em sua forma alquímica e *Nostoc* quando referir-se ao conhecimento científico botânico atual.

Dentro da inteligibilidade e da unidade da cultura científica que considerarei, acetarei como científicas as duas conceptualizações que se seguem. Nostoch, de acordo com Paracelso, é “o eflúvio de uma certa estrela. Ele é depositado na terra no verão, parecendo com um fungo amarelo, mas sua consistência é semelhante à da gelatina. Alguns dizem que é cera”.⁴ Para um representativo tratado de botânica atual, o gênero *Nostoc*, com vinte e nove espécies, pertence à classe das esquizofíceas, também chamadas de “cianofíceas ou algas azuis porque contém um pigmento azulado, a ficocianina”. Vivem sobre as rochas húmidas e sobre o solo. *Nostoc commune* cresce sobre a terra

¹ G. Canguilhem, “La théorie cellulaire”, em G. Canguilhem, *La connaissance de la vie* (Paris: Hachette, 1956).

² C. Ginzburg, Sinais: raízes de um paradigma indiciário, em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

³ M. de C. Ramos, “Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas: a construção de um método epistemológico histórico morfológico”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, [vol. 1], 1 (2015): 82-115.

⁴ A. E. Waite, “A short lexicon of alchemy”, in Paracelsus, *The hermetic and alchemical writings*, vol. II. (London: James Elliott, 1894), 375.

húmida, os prados e os campos; durante a estação seca entra em repouso, mas na chuvosa absorvem a água e incham.⁵ Assim, nostoc, diferentemente de nostoch e de *Nostoc*, designa uma *mesma entidade* que, em suas metamorfoses epistemológicas históricas, foi compreendida como um ser astro-vegetante que habita os nichos celeste e terrestre e como uma planta cuja existência é puramente terrestre.

A elaboração da cultura científica que conferirá compreensibilidade ao conceito morfológico dinâmico de nostoc estará primariamente baseada em um sintoma que emerge da leitura indiciária de *A teoria celular* como ligação entre dois significados: (1) o da função epistemológica histórica que, na história do conceito de célula, Canguilhem atribui à ideia do botânico francês Charles Victor Naudin (1815 – 1899) de que “o blastema primordial era o lodo da Bíblia”;⁶ (2) o significado que nostoc possui quando associamos uma substância iatro-química a um organismo vegetal do grupo das algas cianofíceas. O núcleo de minha proposta será a criação do conceito epistemológico histórico de nostoc aproximando sua dualidade celeste-terrestre da dualidade divina-natural do lodo bíblico. Com isso, nostoc se integrará à cultura científica que enfrentou o desafio de resolver o enigma da unidade morfológica da vida.

Para introduzir o primeiro elemento dessa ligação e explicar o sentido do que pretendo realizar, examinarei uma tentativa de fazer algo semelhante ao que proponho presente em um breve estudo etimológico de *Nostoc*. Ele baseia-se na aproximação entre o conhecimento fenomênico da morfologia e do modo de vida da alga cientificamente concebida pela botânica atual e a compreensão de parte desses mesmos fenômenos na Idade Média. O autor nos diz que as colônias de exemplares do gênero *Nostoc*, especialmente da espécie *N. commune*, produzem um polissacararídeo extracelular complexo, um glicano com alto peso molecular com propriedades reológicas⁷ únicas (10). A quantidade de inchaço de uma colônia reumedecidas é prodigiosa e o processo ocorre de forma extremamente rápida. Qualquer um que tenha manuseado tal material esteve frequentemente muito consciente de seu penetrante e característico odor de terra, devido, principalmente, à trans-1, 10-dimetil trans-2-decalol ou geosmina [do grego, perfume da terra]⁸

A função desta caracterização científica de *Nostoc* é, para Pott, identificar o que dela teria se destacado popularmente e, por isso, incorporado-se à concepção que os sábios do passado criaram acerca dessa *mesma alga*:

Tudo o que é conspícuo e que possui uma odor estranho tende a atrair a atenção das pessoas. O rápido aparecimento de formações de *N. commune* após trovoadas levou à crença comum, durante a Idade Média, de que tais colônias caíam do céu, e tal formação era referida como ‘Sternschnupper’ (shootings stars), às quais nos chamamos estrela cadente [falling star], um tipo de gelatina ou limo frequentemente encontrado no verão nos campos e prados.⁹

Apesar de adotar o mesmo ponto de partida, o resultado que obterei da comparação alquímico-botânica entre nostoch e *Nostoc* é bem diferente. Ao invés de preservar os significados de ambas sob um mesmo conceito, Potts afirma que nostoch é *Nostoc*, ou seja, que as propriedades astrais na forma de estrela cadente de nostoch são *crenças* medievais derivadas das

⁵ C. G. Gola, G. Negri & C. Capelletti, *Tratado de botânica* (Barcelona: Labor, 1961), 624-28. Dada a estrutura primitiva de tipo procariótico de suas células, estudos sistemáticos mais recentes caracterizam e classificam *Nostoc* como bactérias (cianobactérias) e não como algas. Porém, não considerarei aqui esta modificação, pois é da compreensão da morfologia geral do organismo visível a olho nu (e não sua estrutura microscópica) que provêm os conceitos que aproximam as formas botânica e alquímica de nostoc.

⁶ G. Canguilhem, “La théorie cellulaire”, 81.

⁷ A reologia estuda fenômenos relacionados à deformação e ao fluxo de matéria, no caso, o de polissacarídeos (C. D. Rhan, *Rheology and processing of polymeric materials*. vol. 1 (Oxford: Oxford University Press, 2007, 3).

⁸ M. Potts, “Etymology of the genus name *Nostoc* (Cyanobacteria)”, *International Journal of Systematic Bacteriology*, [vol. 47], 2 (1997): 584.

⁹ M. Potts, “Etymology of the genus name *Nostoc* (Cyanobacteria)”, 584.

características biológicas reais de *Nostoc* que mais impressionaram o senso comum. Tal posição sustenta o passo final da hipótese etimológica de Potts: associar as características botânicas da alga a outras propriedades astrais de nostoch, concebidas no século XVII, e a aspectos da fisiologia humana. A partir do conceito de nostoch como “poluição pletórica e abundante de alguma Estrela, ou excremento soprado pela narina de algum planeta reumático”¹⁰ o autor propôs que “Tanto uma palavra do inglês antigo quanto do alemão descreve a parte da anatomia humana intimamente associada aos polissacarídeos extracelulares; *Nasrhryl* (narina) e *Nasenloch* [narina] = *Nostoch*”.¹¹

A hipótese acima sugere que o nome nostoch de onde proveio o nome *Nostoc* provavelmente existe porque o aspecto externo da consistência de uma substância bioquímica serviu como elemento comum de associação conceitual entre uma secreção mucosa algica e uma secreção nasal humana e, destas, uma secreção planetária que nada tem que ver com polissacarídeos. A universalidade e a racionalidade dos polissacarídeos estão fundadas na substancialidade molecular da química atual, consistente com uma cultura atomista descontinuista. Ambas são estranhas à universalidade cosmogônica que sustenta a substancialidade iatro-astro-alquímica medieval e renascentista de nostoch, baseada na cultura das ligações simpáticas micro-macrocósmicas: o muco é um *plenum* que flui do céu para a Terra. Creio que tal diferença, fundamental para mim, não é relevante para a hipótese de Potts, mesmo que estudos históricos e filológicos ulteriores venham corroborá-la. Minha comparação tem por objetivo mostrar um elemento fundamental do método de investigação que pratico, baseado no estilo epistemológico histórico: a aceitação da comunicabilidade entre culturas científicas conceitualmente e historicamente distantes pode ser feita em função da natureza das hipóteses que levanta e dos problemas que pretende resolver. Para o meu problema, a comunicação é de duplo sentido, pois os significados cosmogônicos iatro-alquímicos e os botânicos bioquímicos são mutuamente iluminadores. Para Potts, a comunicação é unidirecional, pois introduz apenas significados do presente para o passado (de *Nostoc* para nostoch). Entretanto, tenho neste artigo uma restrição de espaço que exigirá que a interação que vai de nostoch a *Nostoc* seja indicada, sem ser desenvolvida. Trata-se da transferência de conceptualizações do passado para o presente, possível quando a unidade metamórfica do conceito de nostoc for estabelecida. Apresentarei algumas pistas desse caminho na conclusão de meu estudo. Mas, apesar disso, o movimento do passado para o presente estará bem representado pela transferência de sentidos do conceito renascentista de nostoch para o moderno de blastema primordial.

1. Ciência e mito na epistemologia histórica de Canguilhem: a oscilação continuidade-descontinuidade

Nesta seção começarei a fazer a leitura indiciária de *A teoria celular*. Como disse acima, o índice primário dessa leitura é o sentido epistemológico histórico conferido por Canguilhem a uma sugestão que Naudin faz em um artigo sobre a afinidade e a evolução das espécies, a saber, aproximar conceitualmente o blastema primordial e o lodo que aparece no *Gênesis* bíblico:

Deus limita-se a pôr em ação as causas segundas: é a água que produz os peixes, os répteis e as aves; é a terra que primeiramente faz nascer as plantas, depois os animais terrestres; e quando chega o momento de criar o Homem, é ainda o limo da Terra que está encarregado de fornecer o animal sobre o qual

¹⁰ W. Charleton, “The translator supplement”, em J. B. Van Helmont, *The ternary of paradoxes* (London: James Flesher, 1650), 98.

¹¹ M. Potts, “Etimology of the genus name *Nostoc* (Cyanobacteria)”, 584.

Deus enxertará uma bela alma feita à sua imagem. Despojai essa linguagem de suas formas simbólicas e adaptai-a às nossas concepções modernas e não terás dificuldade em reconhecer nesse limo o blastema primordial, o grande reservatório da força organo-plástica e à matéria primeira de todos os organismos.¹²

Voltarei mais ao conteúdo dessa associação. O importante agora é o que Canguilhem diz sobre ela:

Eis porque propusemos que as teorias não nascem dos fatos que coordenam e que são supostos de tê-las suscitado. Ou, mais exatamente, os fatos suscitam as teorias, mas não engendram os conceitos que as unificam interiormente, nem as intenções intelectuais que elas desenvolvem. Essas intenções vêm de longe, esses conceitos são em número pequeno e, por isso, os temas teóricos sobrevivem à sua destruição aparente que uma polémica e uma refutação se gabam de haver obtido.¹³

Como sinais que se destacam, identifico acima três afirmações principais que aceitarei como a base para a elaboração do conceito de cultura científica apropriado à investigação de transformações conceituais dentro do estilo epistemológico histórico: (1) a independência que os conceitos e as intenções intelectuais desenvolvidas pelas teorias possuem dos fatos (2) a função atribuída aos conceitos de unificar interiormente as teorias e (3) a sobrevivência dos temas teóricos diante dos processos de crítica e refutação científicas. Em conjunto, elas contêm um sentido específicos da autonomia cognitiva e histórica que os conceitos possuem em relação às teorias. Ajustando-as sinteticamente a meus propósitos, aceitarei que, seguindo tal estilo, os conceitos são a primeira expressão das intenções intelectuais dos investigadores cuja origem é bastante afastada no tempo e o porvir é igualmente duradouro. Uma cultura científica entendida à luz da epistemologia histórica inspirada em Canguilhem será, neste artigo, a paisagem morfológicamente contínua e de grande amplitude conceitual e histórica que sustentará as metamorfoses que os conceitos sofrerão ao resistirem como fontes de compreensão, inspiração e satisfação que o desafio de resolver problemas intelectuais oferece ao homem. Isto está de acordo com o que eu disse sobre condicionar a natureza e a amplitude da comunicabilidade entre culturas científicas à natureza do problema a ser investigado. De modo mais simples, a cultura científica é o cenário em que sobrevivem as intenções intelectuais encarnadas como história metamórfica de conceitos.¹⁴

As culturas científicas mais interessantes para a epistemologia histórica são aquelas em que mito e ciência se articulam internamente de modo permanente, o que gera sua abertura, plasticidade e longevidade. Essa articulação também está sinalizada de modo discreto, mas profundo, em *A teoria celular*.

Talvez seja verdade dizer que as teorias científicas, no que se refere aos conceitos fundamentais que elas mantêm em seus princípios de explicação,

¹² C. W. Naudin, “Les spèces affines et la théorie de l'évolution”, *Bulletin de la Société Botanique de France*, [vo. 21], 8, 1874, 240-73, 18.

¹³ *Ibid.*, 97-8.

¹⁴ Encontro aqui uma importante semelhança entre a sobrevivência dos motivos intelectuais que se expressa historicamente nos conceitos e a sobrevivência das imagens que se expressa nas figurações artísticas. Pretendo futuramente explorar tal semelhança comparando e articulando o estilo epistemológico histórico de Canguilhem com o método iconológico de Aby Warburg. Esse método também me parece consistente com a noção de paradigma indiciário de Ginzburg.

enxertam-se em antigas imagens e, diríamos, em mitos, se esse termo não fosse hoje desvalorizado, com alguma razão, em decorrência do uso que dele foi feito nas filosofias manifestamente edificadas para fins de propaganda e de mistificação.¹⁵

Relembrando que a leitura indiciária é aplicada e investigativa, tomarei como orientação metódica plena o que Canguilhem afirma como conjectura. Os conceitos em mutação no interior das culturas científicas concebidos no estilo epistemológico histórico estão sempre enxertados com imagens míticas, desde que corretamente valorizadas como ingredientes indispensáveis para satisfazer intenções intelectuais. É exatamente isso que veremos ao examinar o conteúdo da associação de Naudin entre lodo mítico e blastema científico que Canguilhem deixou como uma pista para futuros investigadores aprofundarem.

Para seguir essa pista principal, será necessário ainda investigar a conexão entre mito e ciência feita por Canguilhem a partir de uma ideia proposta por Carl Jung em sua análise dos tipos psicológicos na filosofia moderna. Ela traz novos elementos acerca do papel da imaginação para a formação de conceitos científicos. Também incorporarei tais elementos ao estilo epistemológico histórico de investigação das culturas científicas:

[...] mesmo a fantasia, a mais livre das atividades da mente, nunca pode vagar no infinito (ainda que o poeta assim a perceba), mas permanece limitada a possibilidades pré-formadas, a imagens primordiais ou arquétipos. Na similaridade de seus motivos, os contos de fada dos povos mais remotos mostram esta conexão obrigatória a certas imagens-raízes. Até as imagens que fundamentam as teorias científicas revelam esta restrição inerente; por exemplo, éter, energia, suas transformações e constância, a teoria atômica, afinidade e assim por diante.¹⁶

Notemos primeiramente que há aqui algo complementar à proposição de Canguilhem, que gera uma relação dialética entre conceito científico e imagem arquetípica. A partir de sua proposta, pode-se obter a ideia de que a imaginação mítica possui a função de expandir os conceitos científicos; em Jung, as imagens possuem uma função limitadora, pois as imagens poéticas, os motivos literários primitivos e as raízes imagéticas de alguns conceitos científicos são gerados, organizados e delimitados por imagens arquetípicas originais na forma de protótipos que encerram possibilidades pré-formadas de compreensão. Não é necessário que nos envolvamos diretamente com o complexo problema das origens nessa situação primitiva para adotar a fecunda ideia de que os conceitos entendidos no estilo da epistemologia histórica são as expressões dessas possibilidades prototípicas cuja delimitação oscila de acordo com as exigências dos grandes motivos intelectuais. Com tal sentido, os conceitos transportam ao longo do tempo propriedades heurísticas que dificilmente se esgotaram graças ao enraizamento mítico de seus motivos.

É muito oportuno acrescentar aqui outra caracterização da leitura indiciária: ela é a captura dos sintomas e sinais de um texto através de uma espécie de sintonia com a força e os motivos imagético-cognitivos que seus conceitos preservam. Contudo, a possibilidade dessa forma de leitura depende tanto da abertura do leitor quanto da abertura dos conceitos para tais motivos. Quanto maior forem ambas, maiores serão as possibilidades conceituais que teremos

¹⁵ *Ibid.*, 97.

¹⁶ C.G. Jung, *Psychological types or the psychology of individuation* (London: Kegan Paul, 1946), 378.

acesso, encapsuladas no interior do texto. Daí que a leitura indiciária nunca é exegética ou interpretativa, mas plenamente investigativa, pois está amplamente motivada pelas intenções e interesses investigativos pré-formados tanto no indivíduo que busca o conhecimento quanto na cultura científica que preservou tais interesses.

O último passo que darei para estabelecer os elementos primários da leitura indiciária do texto de Canguilhem será examinar o motivo intelectual específico e mais geral que emerge da interação entre imagem mítica e conceito científico:

Depois que se interessou, em biologia, pela constituição morfológica dos corpos viventes, o espírito humano oscilou entre uma e outra de duas seguintes representações: ou uma substância plástica fundamental contínua, ou uma composição de partes, de átomos organizados ou de grãos de vida. Aqui, como em óptica, as duas exigências intelectuais de continuidade e de descontinuidade se defrontam.¹⁷

Darei o nome de *nucleoplasmática* a esta oscilação e a entenderei como a expressão, no mundo dos seres organo-vitais, do motivo ou tema epistemológico histórico, muito mais antigo, da tensão continuidade-descontinuidade. Lembrando da fundamentação primária dos conceitos sobre as teorias, vejo aqui embutida a possibilidade de conceber um plasma formativo pré-celular que, expandindo sua possibilidade interna nuclear, fará eclodir futuramente concepções de celularidade onde não valem os postulados de que a célula é a unidade fundamental de todos os seres vivos e nem de que toda célula provém de outra pré-existente. O fato da teoria celular ter se estabelecido na história das teorias científicas não elimina a possibilidade do “protoplasmismo” continuar a existir internamente na dinâmica da cultura científica. Como o motivo nucleoplasmático está sempre em oscilação, mesmo a crescente proeminência da biologia atomista ou particularista do século XIX até o presente, mantém-se a dimensão plasmática encapsulada no interior da nuclear, que poderá ser trazida de volta por novos movimentos dinâmicos da cultura, ainda que o estímulo heurístico para tanto provenha de fora da biologia ou mesmo das ciências oficiais.

2. Nostoch como princípio astro-iatro-químico de vida e de individuação.

Na presente seção, meu trabalho consistirá em extrair da trama de conceitos contida em um estudo de Jung sobre Paracelso¹⁸ a ideia central de que nostoch é uma entidade astro-iatro-química que possui a virtude terapêutica de aumentar a longevidade humana graças à sua capacidade natural de preservar a vida e a individuação do organismo, concebido alquimicamente em sua unidade corporal-espiritual-astral. Jung trata muito pouco do conceito específico de nostoch, mas o faz situando-o em um contexto de ideias que é central para minha abordagem epistemológica histórica do tema. Esse contexto confere a um conjunto de substâncias um significado sintético de agentes centralizadores somáticos e nostoch representa uma substância plasmática contínua que possui a função de manutenção do polo nuclear ou centralizador do nucleoplasma.

¹⁷ *Ibid*, 57.

¹⁸ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, em C. G. Jung, *Estudos alquímico*, vol. 13 (Petrópolis: Vozes, 2013). Trata-se de uma conferência pronunciada em 5 de outubro de 1941 por ocasião do 400º aniversário da morte de Paracelso.

O tratado de Paracelso estudado por Jung, o *De vita longa*, “ocupa-se com a apresentação e discussão das condições sobre as quais a longavidade, a longa vida será atingida e que – segundo Paracelso – pode estender-se até mil anos”.¹⁹ A vida que pode ser prolongada é compreendida como “uma múmia embalsamada, que preserva o corpo mortal dos vermes mortais e da putrefação, por meio de uma solução salina”.²⁰ As duas primeiras formas da entidade preservadora da vida são o bálsamo (que embalsama) e o sal. Elas estão sob a mesma conceptualização que caracteriza uma série de remédios arcanos, como o *cheyri*,²¹ que curam as doenças abreviadoras da vida através da preservação do corpo microcósmico (o homem) mantendo a integridade dos quatro elementos que o constitui.²² Mas o remédio arcano também é uma entidade natural, “o bálsamo é o princípio mesmo da vida” e coincide com o conceito de Paracelso a partir do qual farei a conexão com nostoch, o *iliastro*, “apresentado como prima matéria, da qual procedem as três substâncias: mercurius, sulphur e sal. Ele está acima dos quatro elementos e determina a duração da vida”.²³

O estudo de *iliastro* é aprofundado por Jung porque ele entende que esse conceito possui características especiais que o capacitam a caracterizar o conjunto da filosofia natural ou “teoria” de Paracelso:

Uma representação da filosofia de Teofrasto parece-me dificilmente possível sem um conhecimento profundo das fontes de seu tempo. Isto requer uma série de investigações específicas. Eu me propus, portanto, em vez de apresentar uma visão geral de sua filosofia da natureza, ressaltar uma única ideia que perpassa a estrutura de seu pensamento em diversas variações: trata-se da ideia de *iliaster*. Este conceito – se assim quisermos chamá-lo – cintila não só em vários significados como também usufrui de várias denominações igualmente variáveis: é chamado *yleides*, *yleidus*, *yuliadus*, *ileidos*, *iliadum*, *eliaster*, *ilistros*, *ileias* e *ilech*.²⁴

Jung tenta construir uma síntese para essa pluralidade de formas conceituais recorrendo a um princípio psicológico que, para mim, está inteiramente de acordo com uma investigação epistemológica histórica. Referindo-se à multiplicidade de significados e de designações que certos conceitos podem assumir, diz:

[...] a cada vez – pelo menos assim me parecia como leigo que eu era – acredita-se tratar-se de algo novo ou então de algo totalmente diferente ou bem determinado. Acho que descobri estar enganado. Lembrei-me então de uma regra psicológica segundo a qual, se forem dadas muitas variações ao nome de um mesmo objeto, isto sempre tem um significado para o objeto em questão. Paracelso ultrapassa aqui sua tendência neologística, e isso prova que o objeto por ele designado com um nome em suas múltiplas variações possui uma especial importância e uma particularidade característica: o objeto deste conceito é algo que sempre escapa no momento de sua captação; por isso o

¹⁹ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 143.

²⁰ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 144.

²¹ Jung explica em nota “Chery = Keiri (árabe), Levkoie (goivo) amarelo, segundo o livro das ervas do Tabernaemontanus: *Viola petraea lutea* (em francês: *girofle jaune*) abortivo e revigorante. A planta tem flores amarelas de quatro pétalas”. C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 144, nota 79.

²² C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 144-5.

²³ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 145-46. O significado etimológico de *iliastro* possivelmente deve envolver, como no caso de *nostoch*, muitas dificuldades. Podemos, entretanto, adotar a seguinte explicação geral: é um oximoro composto por “*hyle* (isto é, matéria) e *aster* (isto é, estrela ou, melhor ainda, espírito, já que as estrelas são entendidas como substâncias espirituais)” (A. Cardew, “The archaic and the sublimity of origins” em ed. P. Bishop, *The archaic: the past in the presente* (Hove: Rutledge, 2012), 93.

²⁴ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 145, nota 82.

espírito formulador tem de esforçar-se por criar o maior número possível de palavras ou conceitos significativos [...].²⁵

Tentar capturar um objeto fugidivo leva a uma pluralidade lexicográfica, tão comum na alquimia, que, longe de ser uma confusão, é fruto da forma de conceber os objetos em sua dinâmica própria. Tais objetos são aceitos como indivíduos que não se deixam subsumir a categorias fixas e, assim, devem ser compreendidos por conceitos abertos que capturam pelo menos parte das metamorfoses desses indivíduos. Isso significa que, sob os mesmos termos que caracterizei a leitura indiciária, a alquimia também é uma ciência indiciária, uma “teoria” sustentada por conceitos plásticos que permitem que os indivíduos falem de modo cognitivamente consistente.²⁶ Em suas metamorfoses, o iliastro

[...] é ora o principium, a prima matéria, o caos, a prima compositio constituída de Mercurius, enxofre e sal, ora o aer elementalis ou coelum, in homine vero spiritus, qui transit per omnia membra – que perpassa portanto todos os membros – ora [...] a força oculta da natureza, da qual todas as coisas recebem seu vigor, sua multiplicação [...] ora o spiritus vitae, o qual nada mais é do que a vis Mercurii (a força do Mercúrio).²⁷

Dentre esses sentidos, o que se associa mais diretamente a nostoch como um remédio arcano de origem celeste promotor da longevidade é aquele que combina um ar elementar ou “coelum” que flui pelos órgãos do homem e um espírito vital e seminal multiplicativo universal. Este último sentido pode ser melhor caracterizado nos seguintes termos:

No tratado intitulado *Labyrinthus medicorum errantium* (1537-1538), Paracelso fala da origem da semente primordial no contexto da Criação ex nihilo. Segundo ele, Deus criou todas as coisas estabelecendo ‘alguma coisa’ (etwas) a partir do nada (nichts). Ele identifica claramente essa “alguma coisa” à semente. Essa ‘alguma coisa’ é especificada na Filosofia das gerações dos frutos dos quatro elementos (data de redação incerta). Paracelso diz que, no início da Criação, o nada se transforma em ‘grande iliastro’ (grossen yliaster). Para ele, esse iliastro espiritual divide-se em quatro partes que se tornam quatro elementos matriciais através da intervenção das tria prima. Portanto, o grande iliastro inicial é a semente dessas quatro partes elementares e corresponde a essa ‘alguma coisa’ em questão.²⁸

Contrastando com esse caráter seminal cosmogônico, Jung nos apresenta outra característica do iliastro que mostra de modo inequívoco a sintonia entre o aspecto individual

²⁵ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 145-46, nota 82.

²⁶ Uma ideia metamórfica como a de iliastro funciona como índice, sintoma ou sinal que substitui, sem perda de rigor, o estudo geral da filosofia natural paracelsiana. Tal filosofia pode ser compreendida à luz dessa ideia, pois possui uma função integradora daquilo que Jung chamou de “estrutura do pensamento”. Temos aqui, a partir de um exemplo oriundo da história conceitual investigada psicologicamente, dois resultados que também podem ser obtidos com a epistemologia histórica: (1) ao contrário do que pressupõem epistemologias “teorético-centristas”, os conceitos são capazes de representar e dar coerência a sistemas e teorias; (2) pode-se elaborar uma psicologia histórica dos conceitos sem a necessidade de considerar as distinções entre contexto de descoberta (geralmente associado à psicologia) e de justificação ou entre história interna e externa.

²⁷ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 146, nota 82.

²⁸ H. Hirai, “Les logoi spermatikoi et le concept de semente dans la minéralogie et la cosmogonie de Paracelso”, *Revue d’Histoire des Sciences*, [vol. 2], 61 (2008): 245-64; 257-8.

radical do conceito e do objeto a que ele se refere. O *iliastro* é um princípio que se aplica a todos os seres criados, mas, ao mesmo tempo, “em cada homem habita um *iliastro* individual, o qual reúne as combinações próprias de cada indivíduo. Ele aparece, por isso ser uma espécie de princípio (universal) de formação e de individuação”.²⁹ Com os elementos até aqui apresentados, obtenho, a partir do que me referi inicialmente como a trama de conceitos paracelsianos, o sentido específico de entidade astro-iatro-química de vida e de individuação a ser associada ao conceito de *nostoch*: o objeto fugidivo que o conceito plástico de *iliastro* tenta capturar manifesta-se como os muitos aspectos de uma mesma vitalidade seminal, desde a geração dos elementos e dos seres primordiais até a manutenção da vida específica que se manifesta singularmente em cada corpo humano. *Nostoch* aparecerá, então, como a encarnação de outro objeto com propriedades similares.

Primeiramente, *nostoch* deve assumir a forma de um remédio arcano que age como um bálsamo mumificante. Uma vez preparado, a virtude dessa medicina “preserva a saúde do microcosmo [o homem] e é uma verdadeira defesa contra a idade avançada”.³⁰ Suas virtudes, graças às suas propriedades cosmogônicas seminais universais, sustenta a integridade dos quatro elementos que, desde as origens, é responsável pela conservação da vida e da individuação do corpo do homem: “O corpo não é valorizado por Paracelso. Ele é ‘*mallum ac putridum*’, mau e podre (no sentido de ‘putrefato’). Quando vive, ele depende necessariamente da ‘múmia’. Seu empenho é apenas apodrecer e transformar-se novamente em lodo” sendo que o retardamento dessa dissolução se dá pelo uso dos medicamentos balsâmicos ou “mumificantes”. Dentre eles, Paracelso destaca, além do já citado *cheyri*, outros três: o *tereniabin*, o *nostoch* e a *melissa*.³¹ Tal como o *manna*, estes últimos são gerados nos céus ou no ar e, por isso, retêm suas virtudes aéreas ou celestiais.³² Dentro desse mesmo núcleo de significados, Paracelso também designa *nostoch* como uma “mansão de coisas supracelestes”,³³ ou seja, um ser encontrado na terra que abriga virtudes astrais. Por fim, sobre a virtude específica de *nostoch*, Jung diz que, pelo fato de provir do céu, ajuda a *sublimar*.³⁴ A sublimação que, na massa de *nostoch*, representa a metamorfose do elemento pastoso em elemento aéreo, no corpo humano significa tornar sublime, no sentido de conferir propriedades espirituais que conservam a vitalidade.

Estes elementos são suficientes para caracterizar o núcleo da expressão particular de *nostoch* como conceito que se transforma e que, articulando-se a outros conceitos, contribui para a solução do problema fundamental da cultura científica que estou construindo. A propriedade regenerativa de *nostoch* é responsável pela *centralidade somática*, compreensível como a ideia geral de localizar a estabilidade, a saúde e a juventude do corpo em um centro dinâmico vital responsável pela individuação orgânica. Estas virtudes são inteligíveis apenas se a vida do organismo individual gozar de uma autonomia em relação à vida da espécie. O processo de individuação concebido iatro-quimicamente a partir das substâncias aqui em exame, possui grandes particularidades. As substâncias e entidades que formam o complexo do qual *nostoch* faz parte não individua através da geração de exemplares a partir de um gênero ou de espécimes a partir da espécie, como é o caso da individuação sob o conceito científico biológico de *Nostoc*. Nesta última, o gênero ou a espécie é o objeto científico principal que confere significado e inteligibilidade aos indivíduos. Na individuação alquímica, há uma substância seminal cuja universalidade existe consistentemente com uma pluralidade – que vimos claramente em relação

²⁹ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 146.

³⁰ Paracelsus, *Hermetical and alchemical writings*, vol. 2 (London: James Elliott, 1894), 101. Em nota a esta passagem, Waite explica que o bálsamo é obtido extraindo-o do corpo que ele sustenta. O bálsamo elementar é o que, dentre os três princípios (mercúrio, enxofre e sal), corresponde ao licor mercurial, que aparece manifestamente em *nostoch* (nota, 102).

³¹ C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 166-67.

³² Paracelsus, *Essential Theoretical Writings* (Boston: Brill, 2008), 130.

³³ Paracelsus, *Hermetical and alchemical writings*, 342. Um pouco antes, na mesma página, Paracelso diz que “a múmia supraceleste sustenta o microcosmo mais do que sua própria múmia”.

³⁴ Essa mesma propriedade é atribuída ao *tereniabin* que é “pinguedo *mannae* (gordura ou oleosidade do *mana*), o assim chamado mel silvestre, resina pegajosa que reveste as folhas, cujo sabor dizer ser adocicado. Este mel cairia do ar. Sendo um alimento do céu, ele auxilia a sublimação humana” (C. G. Jung, “Paracelso, um fenômeno espiritual”, 167, nota 171).

ao ilíastro. Cada nostoch individual pode manter sua vida latente e, assim, sua existência é autônoma em relação à existência da categoria à qual pertence. Em suma, como indivíduos, as massas gelatinosas de nostoch contém um princípio vital de origem celeste que as torna especialmente resistentes à corrupção própria do plano terrestre.³⁵

A resistência à corrupção pode ser transferida para o corpo humano através de um arcano de nostoch, conferindo-lhe rejuvenescimento e longevidade. O corpo adquire o que chamei acima de centralidade somática, que é uma propriedade morfodinâmica sem ser anatômica ou organográfica. O centro é representado pela “atração” individuante que o bálsamo exerce sobre os quatro elementos. Compreendendo-a assim, tal centralização está conceitualmente aberta à ideia de oscilação nucleoplasmática que, como expliquei acima, é a expressão organo-vital do tema epistemológico histórico apresentado por Canguilhem como uma tensão entre continuidade e descontinuidade. Nessa tensão, a individuação por meio da centralidade somática corresponde à manutenção do componente polar descontínuo frente a força dissolutiva do componente polar contínuo. Na oscilação nucleoplasmática, ela corresponde à expressão do polo nuclear em tensão com o componente plasmático. Assim, proponho agora nostoc (e não nostoch) como conceito plástico e expansível da alquimia para outros elementos da cultura científica que se consolida no esforço de compreender a referida unidade morfológica da vida.

3. Nostoc, o blastema primordial e o lodo bíblico

Nesta última seção, concluirei a caracterização do conceito de nostoc articulando-o à identificação que Naudin propõe entre duas entidades morfológicas primordiais: o blastema e o lodo bíblico. A ideia diretora é a de que uma pessoa pode viver mil anos porque recebeu, na forma de elixir ou bálsamo preparado com nostoch, uma força orgânica plástica suplementar que prorroga sua individualidade; o modo de ação dessa força alquímica pode ser concebido exatamente como Naudin faz para a força plásticas orgânica do blastema ou lodo primordial: através de um processo de diferenciação do corpo vivo por individuação a partir de um plasma contínuo. Para tanto, vejamos como o botânico francês concebe o que chamou de o grande reservatório original de força organo-plástica.

O artigo de Naudin trata da realidade e da natureza da transformação das espécies. Apesar de defensor dessa transformação, entende que ela não implica necessariamente uma recusa completa da ideia de criação com a consequente adesão ao ateísmo. É possível conceber um processo de evolução como *criação contínua* nos seguintes termos: “as formas atuais derivariam de um primeiro tipo, dotado de plasticidade, cujos descendentes seriam modificados em novas formas, sempre análogas ao mesmo gênero, mas não idênticas entre si [...] Esse processo de multiplicação de formas é o que chamamos *evolução* e, rigorosamente, equivale a uma criação prolongada”.³⁶ O mito da criação e a ciência da evolução podem se reunir

³⁵ Há estudos que mostram que a crença na ressurreição de certos tipos de organismos foi difundida nos séculos XVII e XVIII e, dentre eles, encontra-se *Nostoc*, juntamente com os rotíferos, nemátodos da espécie *Anguina tritici*, o fungo *Tremella* e os tardígrados (A. Dröscher, “La morte e la biologia. Resurrezione, cellule immortali e killer genes” em *Storia della definizione di morte*, ed. F. P. de Ceglia (Milão: Franco Angeli, 2014), 372 (371-89)). A resistência da vitalidade da alga será conhecida experimentalmente no século XIX, mas, mesmo podendo inúmeras vezes, com a umectação, “reverdecer e retomar novamente sua consistência gelatinosa e vegetante”, ao atingir certa idade “acaba apodrecendo e perdendo sua faculdade vegetativa”, ([Vários autores], *Dictionnaire des sciences naturelles*, Tome 35 (Strasbourg: F. G. Levrault, 1825), 153-54). Temos aqui a interessante hipótese, a ser oportunamente explorada, de que a autonomia da vida do indivíduo saiu do campo de possibilidades de compreensão dos seres vivos na medida em que tal autonomia foi atribuída à espécie como entidade natural em evolução.

³⁶ C. Naudin, “Les espèces affines et la théorie de l'évolution”, 6.

compreensivelmente no interior de uma cultura científica se ela aceitar a ideia logicamente paradoxal de um tipo mutável ou metamórfico. O tipo como entidade que encerra e eterniza as essências não pode ser plástico. Porém, esse paradoxo se desfaz quando o processo evolutivo é atribuído a entidades individuais, ao invés de entidades coletivas na forma de espécies, gêneros e classes:

Do protoplasma ou blastema primordial se formaram, sob a impulsão da força organo-plástica ou evolutiva, proto-organismos dos quais seria inútil tentar representar a figura, o volume, a longevidade e a quantidade, mas que deveriam ser bem simples estruturalmente, assexuado e dotados da propriedade de produzir por brotamento, e com uma grande atividade, outros proto-organismos já mais complexos e com formas menos indecisas. Não eram nem espécies, nem gêneros, nem ordens, mas simples formas larvais nas quais se elaborariam os caracteres das grandes ramificações ou as primeiras classes de um gênero.³⁷

Orientado pela perspectiva epistemológica histórica, vejo aqui uma articulação interna à cultura científica que, interessada em compreender a formação e a manutenção dos seres vivos, o faz estrita e precisamente em termos de *evolução morfológica de indivíduos*. De uma proto-forma plasmática brotam proto-organismos larvais cuja multiplicação assexuada é suficiente para gerar o aumento de complexidade morfológica que progressivamente gerará todas as espécies. Naudin diz que é irrelevante o conhecimento do que poderíamos chamar de características populacionais e taxionômicas dos seres primordiais. O que importa saber é que são indivíduos em intensa atividade gerativa plástica.

O substrato sob o qual age a entidade morfológica organo-plástica é uma matéria geral e indestrutível aliada a uma força permanente. Segundo Naudin, o progresso rumo a uma filosofia como ciência universal unificada e o crescimento das ciências particulares conduziram à formulação de concepções cada vez mais amplas que reuniram um grande número de fenômenos a um pequeno número de leis gerais. Uma das maiores dessas concepções é a lei ou princípio de continuidade, tradução científica moderna do velho adágio: *Ex nihilo nihil, et in nihilum nihil*. A indestrutibilidade da matéria (1) e a permanência da força, ambas sujeitas a mudar perpetuamente de figura, sempre equivalentes a si mesmas em suas transformações sucessivas, são a mais bela expressão desse grande e fecundo princípio de continuidade.³⁸

Não é por acaso que o problema específico da transformação das espécies biológicas seja diretamente remetido ao conjunto de temas científicos que Jung exemplificou como derivados de imagens arquetípicas primordiais: as transformações da energia, o éter e as afinidades. Uma matéria-força universal cuja sujeição a transfigurações não elimina sua permanência como unidade contínua possui a mesma função epistemológica histórica do tipo plástico, mutável e, sobretudo, *individual e contínuo* que é o ancestral de todas as espécies. Vejo aqui que, para cumprir essa função, a inteligibilidade cosmológica de uma matéria-força torna-se compreensibilidade cosmogônica de uma forma. Isso aparece claramente no texto de Naudin como uma precisão conceitual que a matéria-força deve receber para articular-se ao esquema evolutivo orgânico. Ao invés de indestrutibilidade *da matéria*:

Talvez fosse mais exato dizer indestrutibilidade da substância, pois a matéria nos é conhecida apenas no estado de agregados e todas as suas propriedades são apenas funções da força infinitamente modificada passando pelas

³⁷ C. Naudin, "Les espèces affines et la théorie de l'évolution", 11.

³⁸ C. Naudin, "Les espèces affines et la théorie de l'évolution", 7.

construções moleculares de agregados materiais. A essência mesma da matéria é incognoscível. É possível que todos os corpos simples sejam consubstanciais e que difiram entre si apenas pelo volume ou forma de seus átomos. Se esta hipótese puder ser verificada, será necessário admitir que os átomos não são, de modo algum, o estado primitivo, mas apenas um estado da substância, já modificada e diferenciada. Nesse caso, a matéria, tomada no sentido vulgar do termo, mesmo sendo a base de todos os fenômenos observáveis, não seria ela mesma um fenômeno mais geral e mais compreensível.³⁹

A matéria, em si mesma ininteligível e fenomenicamente conhecida como átomos e moléculas, é compreensível como um grau de diferenciação de uma forma substancial ainda mais primitiva. Isso significa, para mim, que a cosmologia da matéria-força foi incluída em uma cosmogonia morfológica na qual essa matéria-força universal está em continuidade com uma forma dinâmica plástica. A integração cosmológico-cosmogônica é assim expressa pelo autor: “[Foi] o sentimento da continuidade das coisas e o encadeamento necessário dos fenômenos que fez nascer a ideia de parentesco real dos organismos que as analogias de estrutura aproximam uns dos outros em todas as classificações naturais [...]. [Há] uma forma ancestral comum na origem de todas essas semelhanças”. Toda a diversidade organizada nas várias categorias taxonômicas proveio “de um protoplasma primordial, uniforme, instável, eminentemente plástico, no qual o Poder criador traçou inicialmente as grandes linhas da organização”. Essa grande síntese é um resultado direto do princípio de continuidade que “corresponde nas ciências morfológicas à hipótese de Laplace em astronomia. Como esta última, ela nos mostra a passagem gradual do homogêneo ou heterogêneo, do informe ao figurado, do simples ao múltiplo, da mais elementar organização à mais complicada organização”.⁴⁰

Na ciência morfológica, uma matéria-força indestrutível em transformação torna-se uma substância-forma indestrutível. Nessa ciência, cosmologia e cosmogonia intercambiam-se e os elementos descontínuos, átomos e moléculas, vão sendo moldados pelas propriedades morfológicas da continuidade de modo que, sendo apenas estados diferenciado secundários, restituem a continuidade primária de uma matéria-substância primordial cuja essência não se pode compreender. Há uma plena analogia cientificamente válida no plano da continuidade da cultura científica entre as espécies parcialmente discretas que derivam por evolução de uma espécie primordial e os átomos e moléculas que derivam da matéria-força primordial cuja descontinuidade total seria apenas aparente.

Se trocarmos os termos físico-químicos modernos por termos iatro-químicos renascentistas, criaremos uma continuidade conceitual epistemológica histórica na qual nostoc aparecerá, então, como mais uma entidade morfológica que nos ajudará a compreender melhor essa evolução cosmogônica de entidades individuais. O cenário evolutivo moderno como *criação contínua* segue muito de perto a cosmogonia alquímica. Do mesmo modo que um grande ilíastro seminal diferencia-se, no início da criação, na diversidade constituída por quatro formas elementares matriciais, a matéria-força-substância primitiva diferencia-se em átomos e moléculas e o blastema primordial diferencia-se nas formas protoplasmáticas blastêmicas – que também quer dizer embrionárias ou matriciais. As quatro formas encerram-raízes o poder de individuação de todos os indivíduos, pois produzem um centro organizador que produz aquela “atração” dos quatro elementos responsável pela vida e pela individuação dos corpos alquimicamente concebidos. Essa mesma atração produz a centralidade somática como virtude balsâmica que, oriunda das estrelas, concentra-se em nostoc quando processado como medicina arcana que retarda a morte. A força-organo plástica blastêmica e a força balsâmica de nostoch são, na

³⁹ C. Naudin, “Les espèces affines et la théorie de l'évolution”, 7, nota 1.

⁴⁰ C. Naudin, “Les espèces affines et la théorie de l'évolution”, 7-8.

unidade mutável da cultural científica, duas formas conceituais da mesma entidade ou objeto fugidio. Essa semelhança torna-se ainda mais forte quando percebemos que a proposta de Naudin de comunicar um sentido científico evolutivo ao relato mítico bíblico, abrindo a possibilidade de conceber a ação divina como uma causa primária natural, conecta geneticamente o limbo do Gênese ao conceito de nostoc: uma criação naturalizada une o celeste e o terrestre do mesmo modo que nostoc o faz, para outro contexto da cultura científica, ao apresentar-se como eflúvio gelatinoso vindo das estrelas.

Todas as ideias de Naudin e a aproximação que propus como continuidade entre os esquemas evolucionista cosmológico moderno e o cosmogônico renascentista perdem todo o seu valor se forem interpretadas como formas de reducionismo ou fundacionismo epistemológico, metodológico ou ontológico. Seria totalmente inútil, pois seria um completo desvio do estilo epistemológico histórico, tentar saber se Naudin é ou não um materialista que trocou uma ontologia fenomenista, ligada a uma epistemologia empirista, por alguma forma de substancialismo que, dada sua amplitude, seria, com alguma argumentação, facilmente expandido até um panorganicismo, um hilozoísmo ou a sistemas similares. Ou, investigar se seu criacionismo metafísico possui um caráter metodológico convencionalista etc. Muito pior seria tentar mostrar que Paracelso é um precursor de Darwin ou que Naudin é um criacionista científico, como gostariam muitos defensores contemporâneos do conceito de desenho inteligente.⁴¹ O avanço da investigação dentro do estilo epistemológico nada ganha com tais caracterizações, pois o que ele investiga é o processo de transformação conceitual envolvido nas tentativas de compreender o enigma da unidade morfológica dos organismos, e não as ideias de Naudin, o mesmo aplicando-se a Canguilhem, Pott, Jung e Paracelso. Charles Naudin, um botânico engajado na solução desse enigma, é um ator da cultura científica cujas ousadas reflexões colaboram para preservar a vitalidade desse tremendo e empolgante problema científico. Dito isso, concluirei a leitura indiciária de *A teoria celular* trazendo uma pista final que fará convergir o que propus nas duas seções anteriores e que servirá de base para as conclusões.

Canguilhem fez uma rápida referência às ideias de Naudin, mas a maneira genial com a qual atribui-lhe uma função epistemológica histórica gerou uma dinâmica para a realização de inúmeras explorações; o presente artigo é apenas uma dentre tantas possíveis. Tal função é assim apresentada:

No que concerne à biologia, não é absurdo pensar que, no que se refere à estrutura dos organismos, ela caminha para uma fusão de representações e de princípios, análoga àquela realizada pela mecânica ondulatória entre dois conceitos, aparentemente contraditórios, de onda e de corpúsculo. A célula e o plasmídeo são uma das duas últimas encarnações de duas exigências intelectuais de descontinuidade e de continuidade, incessantemente confrontadas ao longo da elucidação teórica que prossegue desde que os homens pensam [...]. esse plasma inicial contínuo, cuja consideração sob nomes diversos forneceu aos biólogos, desde a formulação do problema de uma estrutura comum aos seres vivos, o princípio de explicação evocado pelas insuficiências, para eles, de uma explicação corpuscular, esse plasma inicial não seria outra coisa senão um avatar lógico do fluido mitológico gerador de toda vida, da onda espumante de onde emergiu Vênus? Charles Naudin, o biólogo francês que deixou de descobrir, antes de Mendel, as leis

⁴¹ Um criacionismo científico tenderia a aceitar o relato do *Genesis* factualmente e resistiria a aceitar que é justamente em seu caráter profundamente mitológico que reside sua validade cognitiva e histórica para as culturas científicas. Quem deseja “provar” que o conhecimento bíblico é científico, aceita o critério de demarcação entre mito e ciência, pretendendo que a teologia revelada atravesse a barreira tornando-se teologia científica. Porém, a elevação de uma ideia arquetípica imagética-conceitual, investigativamente fecunda, ao estatuto de dogma teológico não é menos pernicioso à epistemologia histórica do que sua identificação, como eu disse, a escolas ou sistemas ontológicos, epistemológicos ou metodológicos de qualquer tipo.

matemáticas da hereditariedade, dizia que o blastema primordial era o lodo da Bíblia.⁴²

Um avatar lógico é outra maneira de expressar a ideia de um conceito que se metamorfoseia a partir de um arquétipo imagético-conceitual que encerra os grandes problemas que continuarão a existir nas culturas científicas. Em meus termos, esse avatar é uma forma nucleoplasmática, tal como apliquei esse conceito anteriormente. O estudo das formas que este fluido mitológico assume acaba por restringi-lo a expressões conceituais mais delimitadas, restrições estas que têm seu começo não em alguma epistemologia a-histórica, mas naqueles motivos míticos primordiais de Jung que impede que a mente vagueie pelo infinito de sua imaginação. Essa delimitação proporciona aos avatares lógicos uma fluidez nucleoplasmática das quais o lodo bíblico de onde saiu o adão protoplasto, a espuma que gerou Vênus, o blastema primordial, nostoc e a célula são encarnações que não se dualizam como dimensões míticas e científicas isoladas. A forma ontogenética que essas encarnações assumem é um processo oscilatório de desdobramento-dobramento ou de evolução-involução. Nessa dinâmica, há uma tendência a superar sinteticamente a oposição continuidade-descontinuidade que se opõe a uma tendência em destruir a oposição através da escolha por apenas uma delas. Para mim, essas duas alternativas estarão sempre acompanhadas de dogmatismos que, se representam algum progresso para as ciências, são um empobrecimento das culturas científicas - lembrando que esta sobrevive sem aquela, mas não o contrário.

Conclusão

As ideias de Canguilhem, Pots, Naudin, Jung e Paracelso mantêm a continuidade de um tema ou motivo investigativo enraizado nas imagens-conceitos primordiais que existem, nos termos de Canguilhem, desde que o homem começou a pensar. Esse motivo é a busca por compreender a gênese e o desenvolvimento dos seres orgânicos e vitais através de uma heurística morfológica. Matéria-força contínua, força organo-plástica, Nostoch, iliastro, protoplasma, blastema primordial, lodo bíblico e célula⁴³ são variações conceituais que tentam capturar um objeto fugidivo que se comporta como um indivíduo metamórfico e que não se deixa capturar por definições, teorias, sistemas ou ontologias fixas. Essa captura é uma busca constante que somente faz sentido quando vista a partir do movimento das culturas científicas.

Nostoc é um conceito epistemológico histórico que passa por um processo de metamorfoses onde um nucleoplasma oscila conceitualmente como aspecto particular de uma oscilação mais ampla entre a continuidade e descontinuidade no sentido que Canguilhem dá à mesma. Assim, aproximando os conceitos de nostoch e *Nostoc*, apresento o conceito de nostoc

⁴² *Ibid*, 96-7.

⁴³ O aprofundamento das referências de Canguilhem ao conceito de *urschleim* ou muco primordial de Lorenz Oken consolidaria ainda mais a continuidade da cultura científica a que nostoc pertence. Para Oken, “899. O muco é carbono oxidado e hidratado; ou, expresso em linguagem puramente filosófica, o muco é a universalidade dos elementos minerais, ou a síntese, na água e no ar, de terra, sal, combustível e minério. 900. Todo Orgânico que foi derivado do muco nada mais é do que muco sob diferentes formas. Todo Orgânico é novamente solúvel em muco [...]. 901. O muco primário, a partir do qual todo ser orgânico foi criado, é o muco marinho. [...] 905. O muco marinho, tal como o sal, ainda é produzido pela luz [...] A luz brilha sobre a água e ela se saliniza. A luz brilha sobre o mar salgado e ele vive. 907. Todo muco é dotado de vida. 908. A totalidade do mar é viva” (L. Oken, *Elements of physiophilosophy* (London: Ray Society, 1847), 185-86). Temos aqui um cenário genético geo-organo-químico no qual o que confere vida aos elementos marinhos, minerais e químicos é a luz geradora e transformadora de um muco marinho primordial muito semelhante conceitualmente ao lodo mítico organo-plástico de Naudin e os iliastro-nostoch paracelsiano. Tal semelhança reuniria sob uma mesma cultura a gênese natural pela luz universal do *urschleim*, a cosmogênese especial cristã naturalizada do lodo e a cosmogonia astro-alquímica de nostoch.

como resultado principal que propus neste artigo: ele é um nucleoplasma oscilatório vegetante que conserva as propriedades de vitalização e individuação das formas vivas e que serve de base para resolver questões ligadas a intenções intelectuais de longuíssimo alcance conceitual, histórico e cultural revelado pelas interações mutuamente iluminadoras entre mito e ciência. Ele confere consistência à cultura científica no sentido em que a concebo, pois transfere significados para diferentes coordenadas disciplinares, teóricas e temporais, talvez incomunicáveis fora desse cenário cultural.

A grande inter-relação existente entre epistemologia histórica, ciência do indivíduo e paradigma indiciário foi a base metódica que permitiu a obtenção desse resultado. A morfologia de nostoc nos fala, nos narra um movimento de dobrar-desdobrar como um processo evolutivo primordial. Ele corresponde ao conceito de evolução em um sentido cientificamente correto, uma evolução na qual não há separação entre ontogênese e filogênese. Algo análogo ocorre com os próprios conceitos, pois na forma alquímica de nostoch está dobrada a forma botânica de *Nostoc* e vice-versa. Isso permite-me acreditar fundamentadamente que, se ressuscitarmos a alquimia de nostoch que repousa sob a biologia de *Nostoc*, poderíamos encontrar novos caminhos de compreensão não só da história de seu conceito como da própria entidade natural a que ele se refere.

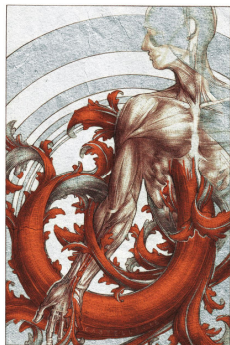
Dada essa crença, encerrarei este artigo indicando, tal como disse na introdução, algumas breves possibilidades conceituais permitidas pela unidade plástica de nostoc no sentido de contribuir para a compreensão de *Nostoc*. Mais especificamente, como a compreensão científica da alga do gênero *Nostoc* poderia ser enriquecida trazendo do passado os elementos apropriados de sua compreensão no sentido iatro-químico e alquímico. Trata-se de uma contribuição do conhecimento obtido pela investigação da epistemologia histórica da cultura científica para a ciência contemporânea. Colocada em termos gerais, essa contribuição consiste na criação de hipóteses a serem empiricamente testadas baseadas na perspectiva organicista do indivíduo presente na ciência iatro-química e alquímica do conceito fluido de nostoch (não necessariamente os conteúdos dessa ciência, mas sua perspectiva) para o conhecimento do gênero logicamente fixo, mas naturalmente evolutivo de *Nostoc*. Para tanto, as entidades individuais na forma de colônias de algas dessa espécie não seriam exemplares de um gênero cujo significado evolutivo está integralmente na espécie, mas na consideração dessas colônias como indivíduos singulares. Teríamos aqui a evolução dos indivíduos, ainda a ser pensada, fora da inteligibilidade da ontogênese, da filogênese e mesmo da integração entre ambas, no que ficou conhecido como “evo-devo”. Isso somente seria possível afastando-se da hegemonia atual do atomismo e do genocentrismo na biologia. Os organismos a serem investigados seriam justamente aqueles que mais se aproximariam das formas nucleoplasmáticas que ainda podem preservar a dialética continuidade-descontinuidade. Penso em entidades como os *biofilmes*, capazes de integrar em uma unidade orgânica semelhante a um protoplasma contínuo estruturas celulares que são descontínuas apenas em aparência. Eles podem apresentar uma ontogênese *sui generis* que não pode ser regulada por uma estrutura genética única, pois são pluri-específicos e apresentam mutação de formas fenotípicas completamente determinadas por fatores ambientais. As algas do gênero *Nostoc* estão envolvidas na produção desses biofilmes.⁴⁴

Também é bem conhecida a resistência que os biofilmes podem adquirir a uma série de fatores ambientais extremos, o que me leva a um exercício final de pura imaginação. Refletindo sobre o passado alquímico de *nostoch* como uma massa gelatinosa proveniente das estrelas, a resistência da morfologia dos biofilmes não sugeria alguma hipótese para as pesquisas em

⁴⁴ Pesquisas que poderiam ser tomadas como ponto de partida para tais articulações são W. E. Krumbein *et al.*, “Microbialites, oolites, stromatolites geophysiology, global mechanism, parahistology” em *Fossil and recent biofilms: a natural history of life on Earth*, eds. D. M. Paterson & G. A. Zavarin (Dordrecht: Springer Science, 2003); E. Ben-Jacob, “Social behavior of bacteria: from physics to complex organization”, *The European Physical Journal B*, 65 (2008): 315-22. J. A. Shapiro, “Bacteria are small but not stupid: cognition, natural genetic engineering, and sociobacteriology”, *Exeter meeting* (2006): 1-23; N. Dobretsov *et al.*, *Biosphere origin and evolution* (Dordrecht: Springer Science, 2008).

exobiologia? Quem sabe tal resistência não permitiria que eles atravessassem as condições inóspitas do espaço para colonizar planetas como a Terra.⁴⁵

⁴⁵ Dois artigos que poderiam introduzir o assunto são J. Toporski *et al.*, “Bacterial biofilms in astrobiology: the importance of life detection”, em *Fossil and recent biofilms: a natural history of life on Earth*, eds. D. M. Paterson & G. A. Zavarin (Dordrecht: Springer Science, 2003); R. J. C. McLean *et al.* “Bacterial biofilm formation under microgravity conditions”, *FEMS Microbiology Letters*, 195, (2011): 115-119.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Ciência e não-ciência ou as “Duas Culturas”: dominação, quase hostilidade e quase diálogo

Francisco Assis de Queiróz
Professor do Departamento de História – FFLCH USP
frantota@uol.com.br

Recebido em 19/04/2016. Aprovado em 30/04/2016.

Como citar este artigo: Queiróz, Francisco Assis. “Ciência e não-ciência ou as “duas Culturas”: dominação, quase hostilidade e quase diálogo”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 129-137. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Neste artigo procura-se apresentar e discutir algumas noções de ciência e cientificidade e suas relações com outras áreas do conhecimento. Essas relações podem ser de dominação, separação ou diálogo. Diversos autores tem procurado construir pontes entre as diversas ciências ou entre estas e o que se chama de não-ciência.

Palavras-chave: ciência, não-ciência, cientificidade, historicidade.

Science and non-science or the “Two Cultures”: dominance, almost hostility and almost dialogue

Abstract: In this article we seek to present and discuss some notions of science and scientificity and its relations with other knowledge areas. These relationships can be dominance, separation or dialogue. Many authors have sought to build bridges among the various sciences or among them and what is known as non-science.

Keywords: science, non-science, scientificity, historicity.

Talvez Canguilhem pudesse ser incluído na lista daqueles "mestres da suspeita" - suspeita das ilusões da consciência (Marx, Nietzsche e Freud) - que Paul Ricoeur analisou em sua obra *O Conflito das Interpretações: Ensaios de Hermenêutica*.¹ Mas ele é homenageado e incluído na lista dos "filósofos na tormenta", título de obra da historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco, que inclui ainda os nomes de Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Afirma ela que "Todos eles recusaram, à custa do que eu chamaria de uma travessia da tormenta, transformar-se em servidores de uma normalização do homem, a qual, em sua versão mais experimental, não passa de uma ideologia da submissão a serviço da barbárie".²

Uma edição especial de 1998 da revista *Economy and Society*, é dedicada a Georges Canguilhem. Vários dos artigos publicados neste volume foram inicialmente apresentados em uma conferência realizada em Londres, em setembro de 1996, e patrocinado conjuntamente pela revista, a Rede de Pesquisa de História do Presente e da Embaixada da França em Londres. Como afirmam Thomas Osborne e Nikolas Rose na Introdução: "Estamos convencidos de que os desenvolvimentos nas ciências da vida tem implicações fundamentais para a política, a economia e os arranjos sociais das sociedades contemporâneas...".³ De fato, como filósofo, médico, historiador das ciências da vida, Canguilhem apresenta contribuições fundamentais para se pensar o desenvolvimento das novas ciências e tecnologias, bem como as novas abordagens sócio-históricas, em alguma medida delas derivadas, passando pela biotecnologia, as neurociências e neurotecnologias, a bioeconomia e a neuroeconomia, as relações homem-máquina, cérebro-mente e a inteligência artificial, a bioética, etc. São, sem dúvida, áreas de pesquisa extremamente interessantes e desafiadoras para o presente e o futuro.

Mas a perspectiva que procuramos aqui adotar vai no sentido apontado por Nikolas Rose:

Pensar com Canguilhem nos debates atuais sobre o conhecimento, a ciência e a razão é escapar às opções de realismo ou relativismo, racionalismo ou irracionalismo e similares. É reconhecer que a objetividade não é menos objetiva porque ela é construída e histórica, que os cientistas não são menos científicos porque a sua maneira de se envolver com o mundo se dá em momentos e lugares determinados, que a verdade não deixa de ser um valor, porque é uma atitude ética, em vez da qualidade de um mundo além de toda a ética.⁴

Passo a apresentar algumas variações em torno destas considerações. No clássico livro *Ideologia e Utopia*, de 1929, o sociólogo alemão Karl Mannheim destacava a necessidade de estabelecermos relações com as diversas tentativas de "revisão de nossa concepção de ciência como um todo", ao afirmar:

¹ Paul Ricoeur, *O Conflito das Interpretações: Ensaios de Hermenêutica*, ed. Hilton Japiassu (Rio de Janeiro: Imago, 1978). Canguilhem era leitor de Marx, mas não era marxista e, como afirma Elisabeth Roudinesco, era "um leitor voraz da obra freudiana" e captou "como Sartre, na mesma época, a que ponto o homem Freud era um cientista em conformidade com sua própria representação da história das ciências: um cientista dividido entre o erro e a verdade, um cientista capaz de construir um modelo racional que não fosse uma ciência e cujo objeto jamais pudesse ser circunscrito pelo discurso da ciência" (Elisabeth Roudinesco, *Filósofos na Tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*, trad. , ed. André Telles (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2007), 55).

² Roudinesco, *ibid.*, 11.

³ Thomas Osborne & Nikolas Rose, "Introduction", *Economy and Society*, [Vol.27], 2&3 (1998): 152.

⁴ Nikolas Rose, "Life, reason and history: reading Georges Canguilhem today", *Economy and Society*, [vol.]27, 2&3 (1998): 161 (154-170); cf. Thomas Osborne, *Aspects of Enlightenment: Social Theory, and the Ethics of Truth* (London: UCL Press, 1988).

[...] torna-se claro que nossa concepção de ciência é muito mais restrita do que o âmbito dos conhecimentos atuais; e que o conhecimento atingível e comunicável não se restringe, de modo algum, aos limites das ciências atualmente estabelecidas.(...). A diferença entre ‘científico’ e ‘pré-científico’ depende, naturalmente, do que pressupomos serem os limites da ciência.⁵

Em 1961, em "Reflexões sobre Cultura e Ciência", conferência proferida na Academia Brasileira de Ciências, afirmava o físico norte-americano Robert Oppenheimer (que foi diretor científico do Projeto Manhattan): “Empregarei essa palavra [ciência] no sentido mais amplo que eu conheço, significando as ciências naturais, as ciências históricas, incluindo assim todos os assuntos a respeito dos quais os homens podem conversar objetivamente”.⁶

Em sentido lato, poderíamos pensar a cultura como tudo o que os humanos criaram para sua subsistência material (tecnologia, economia, comércio, ciência como força produtiva), social (família, associações diversas, política) e espiritual ou simbólica (ideologia, valores, crenças, arte). Dizemos também que tudo é história e tudo é cultura: arte, esporte, religião, política, ciência, tecnologia. É outro físico norte-americano que escreve: “Assim como a pintura, a música, a dança e a poesia – que são maneiras de ver, ouvir, mover-se e dizer – a ciência é um aspecto definido da cultura humana”.⁷

Pode-se pensar então, a ciência como cultura e a ciência como história? Ou como arte, como Canguilhem se refere à medicina? Arte e ciência não são campos opostos e incompatíveis, como não raro muito se pensa: a ciência como razão, materialista, crítica; a arte como imaginação, sensibilidade, criatividade. A divisão do trabalho se dá também por questão de conveniência. A especialização fez surgir a palavra ciência, assim como “cientista”, esta no século XIX. Arte e ciência floresceram juntas: como na Grécia, no Oriente, no Renascimento, no período da Revolução Industrial, no começo do século XX.

Quando nasce a ciência moderna, nasce um novo gênero de literatura, a utopia, com os ingleses Thomas Moore (*A Utopia*) e Francis Bacon (*Nova Atlântida*). Entre os que melhor captaram os efeitos da Revolução Industrial na Inglaterra estão os poetas e reformadores românticos que também formaram nossa sensibilidade (William Blake, Coleridge, Wilberforce, John Donne, entre outros). Além disso, “Os cientistas também fizeram parte do movimento romântico”... buscavam a “celebração do espírito humano”.⁸ A aguda visão do presente pelos literatos, fê-los também projetar luzes sobre o futuro, ainda que este não lhes parecesse tão radiante. Neste sentido, a Inglaterra produziu ainda várias utopias nos séculos seguintes até as mais conhecidas do século XX, como as de Huxley e Orwell.

A ciência e arte já estiveram unidas por uma linguagem comum. Não são formas opostas ou excludentes de ver e compreender o mundo. As dificuldades para se entender o que se passa na ciência moderna tem algo como as dificuldades para se compreender a arte moderna, a literatura, a pintura, a música, enfim, o que vemos e como percebemos.

Deve-se levar em conta, evidentemente, a complexidade de fatores, ou seja, enquanto em física o conceito de “vermelho” diz respeito a um preciso comprimento de onda, em ciências

⁵ Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, trad. , ed. Sérgio Magalhães Santeiro (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª ed., 1972), 189-190.

⁶ Robert Oppenheimer, “Reflexões Sobre Cultura e Ciência”, *Ciência e Cultura*, [Vol. 14], 2 (1962), 87 (Discurso lido a 20 de setembro de 1961, na Academia Brasileira de Ciências).

⁷ Joseph Schwartz, *O Momento Criativo*, trad., ed. Thelma Médici Nóbrega (São Paulo: Editora Best Seller/Círculo do Livro) (1992), 246.

⁸ Joseph Schwartz, *ibid.* , 66.

sociais e na política o mesmo pode estar associado, entre outras coisas, a ideias comunistas ou ainda a realeza, poder real. Por outro lado, acrescenta-se a isso as diferenças na percepção ou na denominação da “mesma cor” que pessoas diversas podem ter, o que não depende apenas de fatores neurofisiológicos, mas também históricos e culturais. Isso mostra, igualmente, o caráter de historicidade da mente humana, ou seja, das diferentes organizações funcionais do cérebro, que variam de um indivíduo para outro, assim como de uma cultura para outra:

A transformação que a mente do homem pode ter conhecido no decorrer dos séculos, e sobre a qual há documentos da literatura e da arte, não significa que, a uma certa altura da história humana, tenha aparecido uma nova anatomia cerebral e que, daquela época em diante, os homens tenham nascido com um cérebro diferente, que os tornava homens do mundo moderno e não mais da Idade Média, do mundo grego e não mais da Idade da Pedra... A transformação concerne, em vez disso, ao modo de funcionar de tal estrutura, ou, na expressão de Lúria, como o cérebro trabalha hoje e como trabalhou no passado... Assim como as relações sociais variam na história, essa determinação da atividade cerebral também tem sua evolução histórica.⁹

O que é “lá”? É denominação de lugar, mas também indica determinada frequência sonora (440 hz) e sexta nota da escala musical. Por estes exemplos, cientistas e humanistas ou artistas tratam de objetos ou realidades diferentes? Para Canguilhem,

O objeto em história das ciências nada tem de comum com o objeto da ciência. O objeto científico constituído pelo discurso metódico, é segundo, ainda que não derivado, em relação ao objeto natural, inicial, e que se diria de bom grado, brincando com o sentido, pré-texto. A história das ciências se exerce sobre esses objetos segundos, não naturais, culturais, mas não deriva deles, assim como estes não derivam dos primeiros.¹⁰

Se tratam de objetos diferentes, como se relacionam ou não as referidas áreas do conhecimento? Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Marx denunciava o estranhamento entre a filosofia e as ciências naturais: “As ciências naturais desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material que aumenta sem cessar. A filosofia, no entanto, permaneceu tão estranha para elas, como elas para a filosofia”. E continua: “As ciências naturais subsumirão mais tarde a ciência do homem, assim como a ciência do homem subsumirá as ciências naturais. Haverá, então, uma única ciência”.¹¹ Mais tarde, dirá que existe uma única ciência e esta é a ciência da história.

Pouco mais de cem anos depois, em 1959, o físico e escritor inglês Sir Charles P. Snow (que trabalhou com cientistas de porte e convivia com historiadores, sociólogos e literatos; ele mesmo se define como um cientista por formação e um escritor por vocação), em *The Two Cultures - As Duas Culturas [e a Revolução Científica]*, com uma segunda edição ampliada de 1963-, também denunciava a hostilidade entre o que ele chamou de as “duas culturas”, ou seja, cientistas e humanistas, cada um dos quais mais apegados ao que julgavam ser as prerrogativas exclusivas de seus campos de conhecimento. Também ele sugere a emergência de algo como uma “terceira

⁹ Luciano Mecacci, *Conhecendo o Cérebro*, trad. , ed. Eduardo Brandão (São Paulo: Nobel; Instituto Italiano di Cultura di São Paulo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1987), 140.

¹⁰ Georges Canguilhem, *Estudos de História e de Filosofia das Ciências Concernentes aos Vivos e à Vida*, trad. , ed. Abner Chiquieri (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012), 10.

¹¹ MARX, Karl, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, in *Os Pensadores*, (São Paulo: Abril Cultural, 2ª ed, 1978), 13-14.

cultura”, resultado do diálogo entre literatos, historiadores, físicos, médicos, enfim, intelectuais e cientistas em geral.¹²

Como afirma Lepenies,

O conflito entre as duas culturas é anterior ao século XIX. Entretanto, somente quando as consequências culturais e sociais da Revolução Industrial se tornaram aparentes, os contornos ainda indefinidos da civilização tecnológico-científica começaram a se delinear no horizonte e a educação pública começou a atingir parcelas cada vez maiores da população, é que esse conflito passou a ser um tema central do debate político cotidiano.¹³

Mas vale se perguntar até que ponto essa dicotomia se modificou efetivamente ou não. Tenho a impressão de que as constatações de Marx e Snow estão mais presentes do que nunca na universidade em geral, a despeito das palavras de Roland Barthes (1915-1980) em sua aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, em 7 de janeiro de 1977, quando ele afirmava: “É de bom-tom, hoje, contestar a oposição das ciências às letras, na medida que relações cada vez mais numerosas, quer de modelo, quer de método, ligam essas duas regiões e apagam frequentemente sua fronteira; e é possível que essa oposição apareça um dia como um mito histórico”.¹⁴

Se pensarmos nas nossas universidades, não obstante esforços de muitas pessoas e grupos, essa visão de Barthes talvez seja bastante otimista. Mas não se pode considerar que, em termos ampliados, a literatura inclua os escritos de Euclides, Copérnico, Galileu, Newton, Darwin, assim como a ciência inclua as línguas, a literatura, as humanidades? O *know how* (saber fazer) da técnica deve se ligar ao *know why* (saber porquê; compreender) da ciência.

Por onde se daria, então, a superação dessa dicotomia? Seria a emergência da “terceira cultura” de Snow, resultado do diálogo entre literatos, historiadores, físicos, filósofos, biólogos, enfim, intelectuais e cientistas em geral?¹⁵ Barthes, puxando a sardinha para sua brasa, afirma: “Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário”.¹⁶ Isso parece justificar, em alguma medida, a afirmação de Marx de que aprendeu mais com Balzac do que com todos os historiadores e economistas profissionais. No entanto, ele era filósofo, historiador, economista, sociólogo e escritor ao mesmo tempo. Ora, isso deve nos fazer pensar nas fronteiras e limites de nossas disciplinas dentro das chamadas ciências humanas, ousando dizer, inclusive, para além delas.

A despeito de que também desde 1848, na sua obra *Futuro da Ciência*, Renan dava lugar às ciências históricas e Fustel de Coulanges afirmava que a história é uma ciência e cujo método é o mesmo das outras ciências de observação, muitos historiadores hoje, como afirma Leônidas Hegenberg, procuram situar-se “entre as ciências e as humanidades, mais propensos a inclinar-se em favor destas, muito conscientes da dicotomia entre ciência natural e estudos humanísticos”.¹⁷ Certamente não é comum, em todos os seus elementos, a concepção que diversos autores têm de ciência. Tanto Hegenberg quanto Popper alertam para os mal-entendidos e incompreensões sobre

¹² Charles P. Snow. *The Two Cultures* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002).

¹³ Wolf Lepenies. *As Três Culturas*, trad. , ed. Maria Clara Cescato (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996), 165.

¹⁴ Roland Barthes. *Aula - Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França – pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*, trad. , ed. Leyla Perrone-Moisés (São Paulo: Cultrix, 1989), 20.

¹⁵ Charles P. Snow, *ibid.* , 2002.

¹⁶ Roland Barthes, *ibid.* , 18.

¹⁷Leônidas Hegenberg. *Método Científico e História* (Assis (SP): ITA-FFCL 1963).

a natureza das ciências naturais e seu método quando, por exemplo, cientistas sociais a elas se referem, seja para ressaltar a incomensurabilidade de suas abordagens, seja para defender suas semelhanças.

Associa-se geralmente as ciências naturais à observação, objetividade, quantificação, causalidade e estabelecimento de leis gerais sendo, portanto, chamadas de nomotéticas pela classificação de Windelband, de 1915 (*nomos* = lei; *tithemi* = assentar). Por outro lado, são chamadas ideográficas (*idios* = particular; *grafe* = descrição) as ciências que procuram compreender aqueles fatos que não podem ser objetos de experimentação, que são particulares e irreprodutíveis, como os fatos históricos. Popper chamou de “naturalismo equivocado” a abordagem metodológica “que frisa que está na hora das ciências sociais aprenderem das ciências naturais o que é método científico”. Para ele tal pretensão está baseada na crença no “mito do caráter indutivo do método das ciências naturais, e do caráter de objetividade das ciências naturais”.¹⁸ Daí sua crítica e tentativa de refutação do historicismo, que busca estabelecer leis gerais para a história.¹⁹

Jerzy Topolsky faz uma distinção entre o que ele chama de naturalistas e anti-naturalistas. Os primeiros – incluindo os marxistas – defendem a unicidade da ciência, ressaltando a semelhança fundamental da matéria de investigação nas ciências naturais e sociais; os segundos, ao contrário, ressaltam que há uma diferença essencial na estrutura dos métodos de investigação entre as ciências naturais e sociais.²⁰

A noção de lei científica se impõe no século XVII, com Descartes, Boyle, Newton, entre outros, quando a física se torna uma ciência autônoma em relação à filosofia, prosseguindo com a química no século XVIII, a biologia, a psicologia, geologia, geografia, economia, história, sociologia, etc., no século XIX. As ciências sociais, buscando constituírem-se como disciplinas científicas, positivas, pretendiam neutralizar a subjetividade do observador e eliminar qualquer juízo de valor da sua atividade.

A síntese newtoniana passa a ser a inspiração para a filosofia e demais áreas do conhecimento, incluindo a história. Conforme João Paulo Monteiro,

A filosofia de Hume se inspira explicitamente no modelo newtoniano. Ao pretender constituir-se como ciência da natureza humana, destinada a servir de fundamento geral às ciências humanas particulares (moral, estética, política), essa filosofia declara abertamente sua intenção de seguir o caminho e o método da filosofia natural, sobretudo o de seu exemplo mais ilustre, a ciência de Newton.²¹

E comentadores de Hume chegam a afirmar que sua ambição era tornar-se “o Newton das ciências do homem”. Analogias com a física de Newton estão presentes na *Investigação sobre a Moral*, na teoria do conhecimento, na teoria das paixões, assim como referências a Newton na sua *História da Inglaterra...* A “física newtoniana... era, como vimos, a inspiração e o modelo da própria filosofia de Hume”.²²

¹⁸ Karl Popper, *Lógica das Ciências Sociais* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UnB, 1978).

¹⁹ Ao contrário do historicismo, para o que na tradição alemã se chama *historismo*, as instituições e a cultura em geral estão sempre mudando, devendo ser estudadas como fatos singulares e particulares da história.

²⁰ Jerzy Topolsky, *Metodología de la Historia* (Madrid: Cátedra, 1985), 509. Na perspectiva daquela primeira corrente, ver também: Edward H. Carr, *Que é História?*, trad. , ed. Lúcia Maurício de Alverga (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1982).

²¹ João Paulo Monteiro, “Hume e a Gravidade Newtoniana”, *Ciência e Filosofia*, 1 (1979): 125 (125-140).

²² João Paulo Monteiro, *ibid.*, 139.

É o mesmo caso, em se tratando da história, como destaca Sara Albieri: "No século XVIII, a história, como a filosofia, tem inspiração newtoniana. (...). Quanto a Hume, expressava claramente sua intenção de obter, para a ciência do homem de modo geral, o mesmo estatuto de cientificidade que Newton havia conquistado para a física".²³ E continua:

Já que todo conhecimento deve fundar-se na experiência, a história constitui para a ciência do homem, ao lado da vida cotidiana, a grande fonte de 'observação' da natureza humana. A história desempenha, portanto, um papel fundamental na filosofia de Hume, na medida em que representa a condição de possibilidade do emprego do método experimental aplicado ao conhecimento da natureza física, também no campo da filosofia moral.²⁴

Outro expoente da filosofia moderna, Immanuel Kant (1724-1804),

[...] que estudara profundamente o tratado de Newton [Princípios Matemáticos de Filosofia Natural, de 1687] foi quem deu resposta a estas questões [sobre o conhecimento das leis fundamentais da natureza]. (...). Em 1756 Kant publicou um ensaio onde pretendia estender a teoria de Newton á explicação da origem da natureza. Era a sua 'História da Natureza e Teoria do Céu', onde propunha uma hipótese nebular, baseada na gravitação universal, como origem do Universo. Tudo de acordo com as leis mecânicas newtonianas.²⁵

O mecanicismo e certa racionalidade daí decorrentes acabaram criando, como diz Langevin, uma "nova mística", como a expressa na famosa afirmação de Laplace: "Dêem-me as leis de ação entre os átomos e eu lhes direi o futuro do mundo".²⁶ Essa "nova mística" (o mecanicismo) passou a intervir em todos os domínios do conhecimento: astronomia, a fisiologia, a filosofia, a ética, a física, economia, biologia, etc. "Com exceção da teologia, nenhum domínio do saber, em princípio, podia se subtrair aos princípios da filosofia mecânica. Por isso, procedendo nesta direção, Thomas Hobbes colocaria também a política sob o signo da filosofia mecânica".²⁷ Da mesma forma, para Comte, o estudo das sociedades seria feito à semelhança do estudo da natureza, através da *física social*, em que as sociedades são regidas por leis; logo, também o passado e, portanto, a história.

Assim, a partir da Idade Moderna todas as ciências passaram a buscar seu Galileu ou seu Newton, num crescente esforço de formalização, incluindo o comportamento humano. Além de Hume e Kant e Hobbes são, de alguma newtonianos, Voltaire, Locke, Smith, entre tantos outros filósofos, cientistas e aspirantes. Como disse certa ocasião uma aluna da psicologia que assistia ao meu curso: "nós, da psicologia, invejamos Newton".

Mas ainda que a ciência tradicional, como a mecânica clássica, já tenha sido mais determinista, mais ligada à noção de causalidade, de maneira necessária e rígida, as novas experiências e fenômenos físicos estudados no final do século XIX até o surgimento da teoria da

²³ Sara Albieri. "David Hume: Filósofo e Historiador", *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, [Vol.] 9, 2 (2004):, 23 (19-36).

²⁴ Sara Albieri, *ibid.*, 26.

²⁵ Milton Vargas, "A Influência dos 'Principia' de Newton na Filosofia de Kant", in Milton Vargas, *Para uma Filosofia da Tecnologia* (São Paulo, Alfa-Omega, 1994), 123.

²⁶ Paul Langevin, "O Valor Educativo da História das Ciências", in GAMA, Ruy, *Ciência e Técnica: Antologia de Textos Históricos* (São Paulo: T. A. Queiroz, 1993), 13.

²⁷ Paolo Rossi, *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*, trad. , ed Antonio Angonese (Bauru, SP: EDUSC, 2001), 248.

relatividade e, principalmente, da mecânica quântica no século XX, provocaram uma transformação radical também em termos conceituais.²⁸

Daí as noções correntes, hoje, de previsão provável ou probabilidade e indeterminismo. Mas, até que ponto existe determinação ou indeterminação objetiva na natureza e na história? Em que medida deve ser o objetivo das ciências encontrar leis gerais? Ou, em outro sentido, estas leis não têm também um caráter de localidade? Esse caráter relativo de tempo e espaço, bem como a indeterminação e as questões referentes à interferência do sujeito no ato de medição na mecânica quântica mudaram consideravelmente a perspectiva da ciência nas primeiras décadas do século XX.

Nesse período a física descobriu, na complexidade dos fenômenos elementares, a presença da acausalidade na natureza.²⁹ Contudo, ela não é mais ou menos científica quando trabalha com probabilidades e explicações não determinísticas. Ademais, conforme Prigogine (Nobel de Química de 1977) e Stengers, sistemas físicos abertos são produtos de sua história, na medida em que apresentam um caráter de irreversibilidade, de evolução.³⁰ Sua teoria das “estruturas dissipativas”, bem como outras teorias recentes vindas da física (“ordem implicada” de David Bohm) e da biologia (teoria da evolução de Jantsch), etc., todas “introduzem na matéria os conceitos de historicidade e de processo, de liberdade, de auto-determinação e até de consciência que antes o homem e a mulher tinham reservado para si”.³¹

Assim, as oposições quantitativo-qualitativo, objetivo-subjetivo, determinístico-indeterminístico, a experimentação e a verificabilidade ou sua ausência, a repetibilidade ou não, deixam de ser critérios absolutos para se definir o que é ciência ou não ciência. Hegenberg lembra os casos da topologia em matemática e a teoria da evolução, por exemplo, “em que se trata de mutações qualitativas, estudadas qualitativamente, sem que haja apelo a mensurações de qualquer tipo”.³² Afirma ainda que “os exemplos [da astronomia, geologia, embriologia] atestam que a ausência de experimentação não é, como se poderia imaginar, empecilho insuperável para o avanço de uma ciência”.³³ Por outro lado, “a experimentação é muito mais viável nas ciências sociais do que normalmente se supõe”³⁴

Dos sistemas físicos à química, geologia, astronomia, etc., pode-se constatar a existência de enunciados singulares decorrentes de sua evolução temporal, histórica, assim como a história

²⁸ O conhecimento maior do chamado estado sólido, da estrutura íntima da matéria tem apresentado problemas cruciais do ponto de vista filosófico, do conhecimento, da realidade, enfim, dando ensejo a acalorados debates, entre os quais está o famoso debate Einstein-Bohr entre 1925-1935 sobre a relação entre a teoria quântica e a realidade. Ela se constitui, assim, numa contribuição contemporânea fundamental para a história e a cultura em geral. Como exemplo disso e de lançamento de ponte entre as “duas culturas”, citamos o livro *O Direito Quântico: Ensaio sobre o Fundamento da Ordem Jurídica*, do renomado jurista Goffredo Telles Júnior, publicado em 1971. Duas resenhas da obra foram publicadas na revista *Ciência e Cultura*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A primeira em janeiro de 1972, escrita pelo consagrado biólogo e jornalista José Reis e a segunda, em 1974, escrita por Henrique Fleming, então diretor do Instituto de Física da USP. Telles Jr. fala da evolução da vida e, em grande parte do livro, expõe as ideias principais da física moderna e contemporânea estudando, nas palavras de Fleming, as consequências da revolução conceitual introduzida pela Física Quântica sobre os Fundamentos do Direito.

²⁹ Sobre o ambiente sócio-cultural e intelectual e as controvérsias entre os cientistas quanto às questões do determinismo/causalidade e indeterminismo/acausalidade e a posterior consolidação da acausalidade na interpretação e desenvolvimento da nova mecânica quântica, ver Paul Forman, *A Cultura em Weimar, Causalidade y Teoría Cuántica, 1918-1927: Adaptación de los Físicos y Matemáticos Alemanes a un Ambiente Intelectual Hostil*. Introducción, Apéndice y Traducción de José Manuel Sánchez Ron (Madrid: Alianza Editorial, 1984). (Uma tradução portuguesa foi publicada em *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (Unicamp, Suplemento 2) (1983)).

³⁰ Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*, trad. , ed. Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincadeira (Brasília: Ed. da UnB, 1991).

³¹ Boaventura de Sousa Santos, *Um Discurso Sobre as Ciências* (Porto: Edições Afrontamento, 1988), 38.

³² Leônidas Hegenberg, *ibid.*, 9.

³³ Hegenberg, *ibid.*, 56-57.

³⁴ Hegenberg, *ibid.*, 57.

também faz apelo a enunciados universais, “o que mostra que nem as ciências naturais são puramente nomotéticas, nem a história é ideográfica”³⁵

Essas concepções e as novas mudanças no campo das chamadas ciências naturais são logo captadas inclusive por historiadores que não eram historiadores das ciências, como o grande medievalista Marc Bloch que escreve, quando prisioneiro dos nazista em 1944, um pequeno grande livro, no qual afirma:

A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas a flexibilizaram. Com certeza, substituíram, em muitos pontos, o infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. (...). Estamos portanto agora bem melhor preparados para admitir que, mesmo sem se mostrar capaz de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição, um conhecimento possa contudo pretender ao nome de científico.³⁶

Ele está falando das teorias quântica e relativística, assim como o historiador, diplomata e teórico das relações internacionais Edward Carr, em conferências na Universidade de Cambridge em 1961:

[...] alguns físicos, de uns anos para cá, vêm falando de sua ciência em termos que parecem sugerir as mais surpreendentes analogias entre o universo físico e o mundo do historiador. Em primeiro lugar, diz-se que seus resultados envolvem um princípio de incerteza ou de indeterminação. (...). Em segundo lugar, dizem-nos que na física moderna as distâncias no espaço e os lapsos de tempo têm medidas que dependem do movimento do ‘observador’. Na física moderna todas as medidas estão sujeitas a variações inerentes devido à impossibilidade de estabelecer uma relação constante entre o ‘observador’ e o objeto sob observação; tanto o ‘observador’ quanto a coisa observada – tanto o sujeito como o objeto – entram no resultado final da observação.³⁷

É assim que diversos autores têm apontado para a emergência de novos paradigmas ou de novas abordagens com relação à ciência, ao conhecimento e à cultura. Nas palavras de Prigogine e Stengers, “Chegou o tempo de novas alianças, desde sempre firmadas, durante muito tempo ignoradas, entre a história dos homens, de suas sociedades, de seus saberes, e a aventura exploradora da natureza”.³⁸ É também essa abertura que Claude Debru destaca tratando de Canguilhem:

Canguilhem não estava preso a uma polêmica contra a filosofia dos filósofos, não mais do que a uma defesa da filosofia da ciência. Ele veio de outro lugar. Isto lhe permitiu ver outras coisas, captar com o mesmo olhar realidades distintas e opostas, o normal e o patológico, a ciência e a não-ciência, sempre disposto a atribuir ao negativo uma existência, uma positividade própria, um

³⁵ Hegenberg, *ibid*, 86.

³⁶ Marc Bloch. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*, trad. , ed. André Telles (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001), 49.

³⁷ Edward H. Carr. *Que é História?*, trad. , ed. Lúcia Maurício de Alverga (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1982), 106.

³⁸ Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*, trad. , ed. Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira (Brasília: Ed. da UnB, 1991), 226.

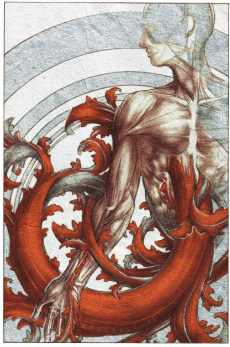
interesse merecido. (...). Esta capacidade de representar os opostos e de articulá-los dá, a seus pensamentos, tensão, força, mas também uma amplitude e abertura incomuns.³⁹

Referências bibliográficas

Georges Canguilhem, The decline of the idea of progress, *Economy and Society*, [vol.] 27, 2&3 (1998): 313-329.

Georges Canguilhem, *O Normal e o Patológico*, trad., ed. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014).

³⁹ Claude Debru, *Georges Canguilhem, Science et Non-Science* (Éditions Rue d'Ulm/Presses de l'École Normale Supérieure, 2004), 82-83.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Georges Canguilhem e a construção do campo da Saúde Coletiva brasileira¹

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres

Professor Titular do Departamento de Medicina Preventiva – Faculdade de Medicina USP

jrcayres@usp.br

Recebido em / Aprovado em : autor convidado.

Como citar este artigo: Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita. “Georges Canguilhem e a construção do campo da saúde coletiva brasileira”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 139-155. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A epistemologia histórica tem desempenhado um papel destacado no desenvolvimento da Saúde Coletiva brasileira. Nascido como um movimento simultaneamente acadêmico, de busca de novas bases conceituais para um campo científico comprometido com as causas sociais, e político, de resistência contra a ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964, o chamado Movimento da Reforma Sanitária Brasileira encontrou na epistemologia histórica francesa um poderoso aliado. Este artigo busca revisitar os principais traços desta relação, enfocando particularmente os trabalhos inaugurais de Sérgio Arouca e Cecília Donnangelo e a Teoria do Processo de trabalho em Saúde desenvolvida no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A discussão está centrada no modo como, de um lado, os conceitos filosóficos de Canguilhem, tais como o caráter normativo da vida e de seu conhecimento, a descontinuidade qualitativa entre os fenômenos normais e patológicos e a definição de saúde orientada pela noção de valor e, de outro lado, a metodologia histórica de Canguilhem, focada no desenvolvimento racional dos conceitos como núcleo da pesquisa histórico-epistemológica, o reconhecimento das influências “externas” sobre os desenvolvimentos científicos, tais como condições sociais e tecnológicas, e o papel positivo atribuído aos obstáculos, falhas e acidentes no progresso das disciplinas científicas, foram todos cruciais para promover a articulação entre os interesses políticos e acadêmicos do Movimento, e ainda permanecem sendo elementos desafiadores para as reflexões históricas e filosóficas da Saúde Coletiva.

Palavras-chave: Saúde Pública/história; Medicina Preventiva; Medicina Social; Epistemologia; Saúde Coletiva; Georges Canguilhem.

¹ Trabalho vinculado ao projeto “História da Saúde Coletiva no Estado de São Paulo: emergência e desenvolvimento de um campo de saber e práticas” (FAPESP 2013/12137-0) e apresentado ao Simpósio “Canguilhem, a História e os Historiadores”, organizado pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 15 de setembro de 2015.

Georges Canguilhem and the development of Brazilian Public Health field

Abstract: Historical epistemology has played an important role in the development of modern Brazilian Public Health or “Saúde Coletiva” (Collective Health). Born as an academic search for new conceptual foundations of a social committed field of scientific knowledge, as well as a social political movement against civil-military dictatorship implanted in Brazil in 1964, the so called Brazilian Sanitary Reform Movement found in the French historical epistemology, particularly in the works of Georges Canguilhem, a powerful ally. This paper aims to revisit the main features of this relationship, focusing in particular the inaugural works of Sergio Arouca and Cecília Donnangelo and the Health Work Process Theory as developed in the Department of Preventive Medicine of the Medical School of the University of São Paulo. The discussion is centered in the way Canguilhem’s philosophical concepts, such as the normative character of life and of its knowledge, the qualitative discontinuity between normal and pathological phenomena and the value oriented definition of health on one hand, and on the other hand, Canguilhem’s historiographical method, focused on the rational development of concepts as the core subject of the historical-epistemological research, the acknowledge of “external” influences over scientific developments, such as social and technological conditions, and the positive role attributed to obstacles, failures and accidents in the progress of a scientific discipline were all crucial to promote the intertwining of the political and academic goals of the Movement and still remain a challenging element for the development of the philosophical and historical reflections of the field of “Saúde Coletiva”.

Keywords: Public Health/History; Preventive Medicine; Social Medicine; Epistemology; Collective Health; Georges Canguilhem.

Canguilhem por um sanitarista, algumas notas introdutórias

Este artigo não é um trabalho de historiador, mas talvez seja útil para historiadores. Explico. Sou médico sanitarista e professor da Saúde Coletiva. Entre as diversas atividades abarcadas por um campo amplo e plural como este, tenho me dedicado também a estudar suas raízes históricas e bases epistemológicas e conceituais. Como outros em meu campo, aventurei-me por sendas interdisciplinares – não sem o risco sempre implicado nesses trânsitos – que acabaram por me levar à epistemologia histórica. Cheguei aí, portanto, não por um interesse estritamente historiográfico ou filosófico, mas por ver nesse diálogo possibilidades de melhor entender o que fazemos e o que não conseguimos fazer na Saúde Coletiva e pensar estratégias para aperfeiçoá-la, tanto em seus característicos investimentos críticos sobre as ciências e técnicas da saúde, quanto em seus compromissos práticos e tarefas instrumentais.²

Com base nessa experiência, busco aqui recuperar um pouco do diálogo estabelecido entre a Saúde Coletiva, no processo de sua constituição como campo acadêmico, e a epistemologia histórica. Espero fornecer alguns indícios de como, na história de efeitos³ da tradição discursiva da epistemologia histórica francesa, contabiliza-se uma influente leitura de Georges Canguilhem (1904-1995) nesse campo, ainda que as contribuições desse filósofo e médico estejam longe de ter sido aí incorporadas de modo radical a conceitos e práticas.⁴

² J. S. Paim e Fo. N. Almeida, *A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva* (Salvador: Casa da Qualidade, 2000).

³ H. G. Gadamer, *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (Petropolis: Vozes, 2002).

⁴ K. R. Camargo Jr, “As armadilhas da ‘concepção positiva de saúde’”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17, 1 (1991): 63-76.

Nesse sentido, para que possa melhor ser compreendido, é preciso situar o leitor não familiarizado com a Saúde Coletiva. Esta tarefa não é exatamente simples, mas pode-se, de maneira bem sintética, defini-la como movimento de ideias e práticas que emerge no Brasil com intentos críticos e reconstitutivos desde a Saúde Pública e a Medicina Preventiva e Social nos anos 1970. Tendo como marco institucional a criação, em 1979, da Abrasco (então Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, hoje simplesmente Associação Brasileira de Saúde Coletiva), esse campo se desenvolveu em estreita vinculação com o movimento social mais amplo que, envolvendo universidades, serviços, ativismo, conduziu ao processo chamado de Reforma Sanitária e à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988.⁵ Em síntese, de forma integrada à luta contra a ditadura civil-militar de então e ao processo de redemocratização do país, o campo da Saúde Coletiva vem buscando construir saberes e práticas ativamente interessados nos determinantes socioculturais e econômicos dos processos de saúde-doença-cuidado, articulando suas construções científicas e proposições técnicas em saúde aos compromissos com a emancipação política dos sujeitos, a democracia e a justiça social.

A leitura de Georges Canguilhem, em especial seu texto de 1943, “O normal e o patológico”,⁶ acompanhou o projeto acadêmico da Saúde Coletiva desde seu início, tornando-se uma referência nas obras consideradas fundadoras do campo,⁷ em particular na tese de doutorado de Sérgio Arouca (1941-2003), “O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva”⁸, e a de Livre-Docência de Cecília Donnangelo (1940-1983), “Medicina e estrutura social (o campo da emergência da medicina comunitária).⁹ O tipo de aproximação crítica às ciências médicas e a certas concepções e práticas da saúde desenvolvidas por Canguilhem mostrou-se bastante interessante na perspectiva dos impulsos reconstitutivos que animavam a Saúde Coletiva desde as suas origens. Ao longo dos cerca de 40 anos de existência desse campo, como era de se esperar, sua influência foi se diluindo e diversificando, mas nem por isso perdendo sua relevância, como pode ser atestado pelas referências já citadas. Entre os diversos destinos da leitura de sua obra, destacarei o aproveitamento realizado por professores do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo, ao qual se encontra vinculada minha própria formação e produção na Saúde Coletiva. A construção do quadro da Teoria do Processo de Trabalho em Saúde¹⁰ se desdobrou em uma série de linhas e projetos de investigação, conformando o que pode ser considerado uma certa “escola de pensamento” dentre as diversas que compõem o amplo e plural campo da Saúde Coletiva brasileira.¹¹ Penso que minha participação nesta vertente me permitirá identificar com certa clareza o significado de Canguilhem nesta trajetória e os desafios atuais que nos cobra essa presença.

⁵ J. S. Paim, *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* (Salvador: EDUFBA/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008).

⁶ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015).

⁷ Cf. M. T. A. D. Coelho e F. N. Almeida, “Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 9, 1 (1999): 13-36. Esse artigo endossa a posição aqui defendida quanto à forte presença de Canguilhem (e Foucault) nas obras fundadoras da Saúde Coletiva. Contudo, embora não seja esse o foco do artigo, seus autores tendem a achar que tal importância teria sido um fenômeno quase fortuito, por uma equivocada identificação das obras desses filósofos a uma epistemologia de esquerda. Sem entrar no mérito do quanto as obras de Canguilhem tenham ou não sido vistas à época como “de esquerda” (e do quanto elas poderiam ou não receber essa classificação), não acompanho os autores nessa interpretação e penso que o diálogo com Canguilhem foi peça chave para criar o produtivo trânsito que a Saúde Coletiva logrou estabelecer entre o plano da política, dos movimentos sociais e dos serviços, de um lado, e da comunidade científica da medicina e da saúde pública, de outro. E isto menos por qualquer suposta articulação desses autores com algum quadro teórico de esquerda, mas porque forneceram recursos conceituais efetivos para relacionar o “interno” e o “externo” nas ciências da saúde, como procurarei demonstrar no artigo –

⁸ S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva* (Tese de Doutorado, Unicamp, 1975).

⁹ L. Pereira, “Capitalismo e saúde”, em M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade* (São Paulo: Duas Cidades, 1976), 95-124.

¹⁰ R. B. Mendes-Gonçalves, *Práticas de saúde e tecnologias: contribuição para a reflexão teórica* (Brasília: OPS, 1988).

¹¹ R. B. Mendes-Gonçalves, Prefácio de J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação* (São Paulo: Hucitec, 1995), 13-20.

Canguilhem e as origens da Saúde Coletiva

As obras de Canguilhem começaram a ser divulgadas mais amplamente em português a partir do final dos anos 1970. Em 1978 foi divulgada a primeira edição de “O normal e o patológico”.¹² “Ideologia e racionalidade nas ciências da vida foi o segundo texto a circular em português, mas publicado em Portugal, pelas Edições 70.¹³ Editado em 1977, a circulação desta obra foi mais tardia e menos expressiva na Saúde Coletiva, embora também lida por pesquisadores do campo, até porque alguns já acessavam a obra de Canguilhem no original em francês.¹⁴ Depois seguiu-se um longo interregno e só nos anos 2000 voltariam a circular edições de obras inéditas de Canguilhem em português, como os “Escritos sobre a medicina”,¹⁵ “Estudos de história e de filosofia das ciências: concernentes aos vivos e à vida”¹⁶ e “O conhecimento da vida”.¹⁷

Cabe assinalar que, antes destas edições circularem, a revista *Tempo Brasileiro* já havia publicado, no início de 1972, um número inteiramente dedicado à epistemologia histórica francesa,¹⁸ que trazia duas traduções de textos de Bachelard, duas de Canguilhem, uma de Foucault e uma de Jacques-Alain Miller. Os textos de Canguilhem incluídos nessa coletânea foram também bastante citados na Saúde Coletiva, especialmente “O objeto da história das ciências”.¹⁹ Este trabalho é citado por Sérgio Arouca em sua tese entre outras referências a obras de pensadores que estariam, segundo ele, favorecendo movimentos renovadores na Medicina Preventiva, por tornarem possível pensar as ciências sob uma nova perspectiva, mais adequada às referências críticas marxistas – adequação também valorizada por Althusser.²⁰

Seguindo a Bachelard, a história epistemológica de Canguilhem rompia com o dogma do progresso contínuo e a imanência lógica do conhecimento, incorporava a materialidade técnica à compreensão das possibilidades heurísticas das ciências e, especialmente, considerava o aspecto ideológico elemento necessário para elucidar a construção de conceitos (embora considerando ideologia em um sentido em muitos aspectos diversos daquele que esta assumia na tradição marxista). Com isto, a obra de Canguilhem oferecia um suporte consistente para os impulsos renovadores de cunho político-emancipatório na saúde – e na Medicina Preventiva, em particular – sem que estes precisassem recusar, como irremediavelmente tecnocrática e opressora, a instrumentalidade das ciências médicas e sanitárias, constitutiva de sua identidade como campo. Sobre isso, diz-nos Arouca:

diante da realidade política latino-americana, em que o Estado tem frequentemente assumido total ou parcialmente o controle das ações de saúde, através dos diferentes sistemas previdenciários, leva, como tendência, a que a Medicina Preventiva se afaste, progressivamente, das suas relações com a sociedade civil para aproximar-se do Estado em sua dimensão tecnocrática.

Porém, no núcleo destas contradições, tem-se desenvolvido novas concepções do papel da Medicina Preventiva na transformação da teoria da Medicina,

¹² G. Canguilhem, *O normal e o patológico* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978).

¹³ G. Canguilhem, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida* (Lisboa: Edições 70, 1977).

¹⁴ R. L. Novaes, *A saúde e os conceitos*. São Paulo (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1976); R. L. Novaes, *Saúde e seu desenvolvimento histórico: aspectos críticos* (São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP/ Mimeo, 1973) & H. M. D. Novaes, *A puericultura em questão* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, 1979).

¹⁵ G. Canguilhem, *Escritos sobre a medicina* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005), 45.

¹⁶ G. Canguilhem, *Estudos de história e de filosofia das ciências: concernentes aos vivos e à vida* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012).

¹⁷ G. Canguilhem, *O conhecimento da vida* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012).

¹⁸ G. Bachelard, J. A. Miller, G. Canguilhem e M. Foucault, “Epistemologia”, *Revista Tempo Brasileiro*, 28 (1972).

¹⁹ G. Bachelard, J. A. Miller, *Revista Tempo Brasileiro*.

²⁰ Louis Althusser, “Apresentação do posfácio de Pierre Macherey”, em Georges Canguilhem, *O normal e o patológico* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015), 243-248.

através de uma prática teórica específica, que consegue delimitar o ideológico no seu interior... tal possibilidade de prática teórica tem sido possível através da divulgação de trabalhos como os de Canguilhem, Bachelard, Althusser e Balibar, Foucault et alii., Fichant e Pecheux, Bernis, Labastida, Silmon, Piaget, Boltanski, Illich, Jantsche, Heckenhauser e outros, que num processo de abertura de novos horizontes dentro das ciências sociais tem fornecido novos instrumentais para a análise da Medicina.²¹

Vê-se a forte presença de Canguilhem não apenas por ser o primeiro da lista, mas também porque parte expressiva dos demais autores citados fora por ele direta ou indiretamente influenciado. Como destaca Foucault:

suprimam Canguilhem e vocês não compreenderão mais grande coisa de toda uma série de discussões que ocorreram entre os marxistas franceses; vocês não mais apreenderão o que há de específico em sociólogos como Bourdieu, Castel, Passeron, e que os marca tão intensamente no campo da sociologia; vocês negligenciarão todo um aspecto do trabalho teórico feito pelos psicanalistas, especialmente os lacanianos. Mais: em todo o debate de ideias que precedeu ou sucedeu o movimento de 1968, é fácil reencontrar o lugar daqueles que, direta ou indiretamente haviam sido formados por Canguilhem.²²

Com efeito, a história epistemológica de Canguilhem, ao valorizar o erro, o acidente, o obstáculo como parte da construção dos conceitos científicos, permitia escapar da camisa de força do determinismo histórico, de matiz neo-hegeliano, fortalecendo novas perspectivas abertas no panorama filosófico pelas leituras fenomenológicas e estruturalistas que renovavam o marxismo. Ademais, suas pesquisas sobre as ciências da vida mostravam o caminho ao caminhar, abrindo possibilidades de se conceber e lidar com a inseparabilidade entre história e ciência, realizando na prática acadêmica concreta uma aproximação entre racionalismo e materialismo extremamente bem-vindas para a tradição marxista (Althusser, 2015).²³

É, porém, “Lo normal y lo patológico”²⁴, edição argentina da obra então inédita no Brasil, que seria de fato diretamente influente na construção de “O dilema preventivista”. Não tanto pelo método utilizado por Arouca, mais aparentado com a arqueologia do saber de Foucault e o estruturalismo marxista de Althusser,²⁵ mas porque é ali que se encontra aquilo que me parece o argumento central e original de “O dilema” e que o tornaria canônico no campo da Saúde Coletiva: a questão da *normatividade* como chave da leitura dos processos de saúde-doença. Ao receber de Canguilhem a definição de saúde como capacidade de resposta às infidelidades do correr da vida que vão pondo à prova o valor prático de nossos processos físicos e mentais, abre-se o caminho para, de um lado, compreender os valores que estavam por trás de um certo conjunto de proposições tidas como promotoras, preservadoras ou recuperadoras do “normal”, ou não patológico, como o discurso preventivista. De outro lado, as insuficiências percebidas nas práticas preventivistas tornavam possível questionar a eficácia normativa desses discursos, abrindo espaço para a crítica, por dentro do próprio

²¹ S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva* (São Paulo: Ed. UNESP/Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003), 142.

²² M. Foucault, “A vida: a experiência e a ciência”, em M. Foucault, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008) 352-366 (Ditos e Escritos II), 353.

²³ D. Lecourt, “La historia epistemológica de Georges Canguilhem”, em G. Canguilhem, *Lo normal y lo patológico* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1971), VII-XXX.

²⁴ G. Canguilhem, *Lo normal y lo patológico* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1971).

²⁵ E. D. Nunes, “Por uma arqueologia da Medicina Preventiva”, em S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva* (São Paulo: Ed. UNESP/Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003), 103-108.

preventivismo, em meio às suas tendências conservadoras. É assim que Arouca pode identificar a estéril fatoração do social ao criticar o modelo de História Natural da Doença, de Leavell & Clark,²⁶ mas, ao mesmo tempo, enxergar no modelo ecológico de explicação causal, aí proposto, potências para reclamar uma abordagem da prevenção não restrita a uma leitura estritamente médica. É assim também que percebe o movimento da medicina comunitária como uma mudança normativa frente aos limites do preventivismo nos campos da Medicina e da Saúde Pública tradicionais e os perigos e oportunidades que aí se estabelecem e que nos acompanham até hoje no campo da Saúde Coletiva: quando buscamos estreitar as relações entre o campo institucional da saúde (formação de quadros, organização de serviços, ações oferecidas) e os processos sociopolíticos mais amplos, estamos abrindo o campo da saúde a novos sujeitos e práticas sociais, segundo novos padrões normativos, ou simplesmente medicalizando o social, escondendo em normalizações científica e tecnicamente conduzidas a imposição acrítica de um mesmo padrão de resposta normativa?

A centralidade deste argumento, e sua dupla face, de denúncia do caráter conservador e impermeável aos valores sociais emancipatórios da medicina e da saúde pública hegemônicas, de um lado, e, de outro lado, de aposta política em alternativas reconstrutivas emergentes de dentro da própria estrutura de discursos e práticas criticados, marcas da Saúde Coletiva, vão aparecer belamente ilustradas pouco tempo depois da defesa de tese de Arouca, ocorrida em julho de 1976. Em novembro do mesmo ano foi lançado o primeiro número da revista Saúde em Debate, publicada pelo CEBES – Centro de Brasileiro de Estudos de Saúde, organização cuja importância para a construção do campo da Saúde Coletiva é comparável à da Abrasco. Esta revista divulgou e catalisou intensamente a produção conceitual e política do Movimento da Reforma Sanitária e foi, assim, se constituindo em seu mais importante veículo de construção. Em seu primeiro número, entre outras importantes contribuições, Saúde em Debate publicou dois artigos, sequenciais na ordem em que estão dispostos na publicação – e, de fato, constituem contribuições interligadas – que bem podem ser lidas como uma proposta programática para a Saúde Coletiva. Sérgio Arouca publica “A História Natural das Doenças” e Anamaria Tambellini Arouca, então casada com Sérgio, assina com ele o segundo artigo chamado “Medicina de comunidade: implicações de uma teoria”.

No primeiro artigo²⁷, na verdade um excerto da tese (parte 2 do capítulo 4), vemos Arouca desconstruir o modelo de História Natural da Doença (HND) de Leavell e Clark. Destacado do conjunto da tese e do exame das contradições e aberturas próprias ao processo de construção do preventivismo, a retórica parece adquirir aqui um tom bem mais duro (porque unilateral) na crítica ao caráter conservador do modelo de HND. Aqui o enfatizado é o que eu resumiria como a “cegueira normativa” da medicina. O social trazido no modelo se colocaria apenas como um adjetivo e, enquanto tal, apenas se somaria a ele como um “mito”, uma aparente reforma da medicina, mas que na verdade deixava intocado seu núcleo substantivo. E isso se daria, principalmente, por: 1) fatorar os aspectos sociais relacionados no modelo, subordinando-os à explicação dos processos de adoecimento como condições independentes entre si, como se não fossem partes de uma totalidade que os qualifica, integra e hierarquiza segundo modos de produção e reprodução material e culturalmente determinadas (um social naturalizado, portanto); 2) manter o padrão causalista de explicação dos fenômenos, repetindo o padrão das ciências naturais, apesar de expandi-lo para múltiplos fatores; usando o conceito de redes causais, o raciocínio linear e unidirecional das causas eficientes continuava, contudo, intacto; 3) manter no espaço tradicional das instituições de saúde o processo de trabalho a ser privilegiado na construção de respostas normativas às exigências de saúde, centralizadas na consulta médica, mantendo então os mesmos sujeitos e valores como detentores do monopólio das decisões normalizadoras sobre a saúde, a doença e o cuidado.

²⁶ H. R. Leavell & E. G. Clark, *Textbook of Preventive Medicine* (New York: MacGraw-Hill, 1953).

²⁷ S. Arouca, “História Natural das Doenças”, *Saúde em Debate* 1, 1 (1976): 15-19, 117-126.

Lido de forma isolada, esse artigo parece contraditório com o tipo de análise propiciada pela referência à obra de Canguilhem, que Arouca aproveitara de forma tão potente na tese. Há como que um determinismo, um destino imanentemente conservador do quadro da HND, do qual desaparecem as múltiplas vozes que vinham construído este quadro conceitual, entre as quais aquelas que, se ainda não eram capazes de transformar mais radicalmente os saberes da medicina e da saúde pública tradicionais, buscavam no conceito de prevenção/preventivismo respostas a problemas que, no mais fundamental, eram também preocupação do incipiente movimento da Reforma Sanitária: como integrar medicina com saúde pública, e como incorporar ao modo de conhecer e fazer de ambos o caráter social dos processos saúde-doença? Parece desaparecer também do excerto, fora do contexto da tese, o entendimento canguilhemiano do sentido de normatividade vital de que não se podem isentar quaisquer saberes sobre saúde, que permitiam entender a tensão que um quadro como o da HND provocava sobre as formas tradicionais da medicina e da saúde, favorecendo as apostas de renovação da então chamada medicina de comunidade.

No artigo seguinte, porém, passa-se desta postura de simples denúncia para uma abertura concreta a possibilidades de efetiva transformação das práticas:

Durante as últimas décadas, uma série de conceitos têm sido apresentados como solução para a chamada crise do setor saúde, tais como “medicina preventiva”, “medicina compreensiva” e, mais recentemente, “medicina de comunidade”. Na realidade, tais conceitos, surgidos de um mecanismo de adjetivação da medicina, não possuem atrás de si um quadro teórico que explique a realidade à qual se aplicam... a ausência de um quadro teórico que dê conta desta “crise” gera **posições** que, mantendo um distanciamento da teoria, constituem-se num conjunto desordenado de experiências empíricas que não colocam problemas ao conhecimento... porém o conjunto das experiências geradas por estas oposições pode ser um grande estímulo à produção teórica.²⁹

E o autor que é, então, chamado a fornecer subsídios para construir os conceitos necessários à produção de respostas para as novas necessidades práticas do campo da saúde é ninguém mais ninguém menos que Georges Canguilhem:

Pretendemos neste artigo, a partir das teorias de Georges Canguilhem, verificar algumas das explicações possíveis em relação a este conjunto de práticas denominadas medicina de comunidade.³⁰

Segue-se, então, uma resenha das contribuições de Canguilhem. Embora não haja referências bibliográficas no artigo, o trabalho resenhado é, basicamente, “Lo normal y lo patológico”. Na cuidadosa resenha, ainda que sintética, o que é destacado pelo casal Arouca é a reconstrução do conceito de saúde e doença levada a cabo por Canguilhem a partir do seu conceito central de normatividade vital e sua relação com os “modos de andar a vida”³¹. Isto é,

²⁹ A. T. Arouca e S. Arouca, “Medicina de comunidade: implicações de uma teoria”, *Saúde em Debate* 1, 1 (1976) : 20-23, 20.

³⁰ A. T. Arouca e S. Arouca, “Medicina de comunidade: implicações de uma teoria”, 20.

³¹ Uma curiosidade é que “modos de andar a vida”, esta bela e eloquente expressão, até hoje amplamente utilizada na Saúde Coletiva brasileira, não é encontrada na edição em português de “O normal e o patológico”. Ela foi uma tradução livre de “modos de andar de la vida”, originária da edição argentina de 1971. A tradução brasileira do original “allures de la vie” (G. Canguilhem, *Le normal et le pathologique* (Paris: PUF, 1966)) utiliza expressões diversas ao longo do texto, como “modos da vida”, “modos de vida”, “modos de ser da vida”, “rítmos da vida” e

a saúde passa a ser entendida como resposta satisfatória, na *experiência vivida*, de nossas capacidades de responder às “infidelidades” que ameaçam nossa integridade e bem-estar, qualificando, assim, saúde e doença como polaridades valorativas (positiva ou negativa) relacionadas à nossa capacidade de responder (ou não) às exigências normativas, assim como de produzir normas que atendam às nossas expectativas e necessidades como viventes. Nesta mesma perspectiva, e apoiando-se na crítica de Canguilhem às pretensões científicas de definir fisiologicamente a doença pelo valor negativo de fenômenos para o funcionamento ótimo da totalidade orgânica (“Não se ditam cientificamente normas à vida”), sugerem também a necessidade de reconstruir as relações entre ciências e técnicas na medicina. Propõem que se resgate a precedência prática destas últimas, assim como rever os espaços e recursos das práticas de saúde, de modo a tornar possível às pessoas “apropriar-se” de suas lógicas e recursos para seu próprio benefício, ao invés de serem expropriados das suas experiências e interesses em saúde pelo “mundo insólito” desses ambientes e procedimentos técnicos. E, embora ressaltando que esta é apenas uma entre outras possíveis contribuições teóricas inovadoras em torno à medicina de comunidade, concluem:

Portanto, devemos, a partir de Canguilhem:

- Libertar a vida para que ela, através da experiência dos sujeitos concretos, pergunte à ciência sobre a experiência...
- Libertar o homem em sua “experiência”, o que significa fornecer-lhe os meios para compreender e controlar o seu “modo de andar a vida...”³²

Canguilhem e o Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Em meados dos anos 1970, perseguido politicamente, o grupo de professores e estudantes catalisado por Arouca na Unicamp começa a se dispersar.³³ Este grupo era composto por nomes que viriam a ter grande relevância para a saúde no país, além do próprio casal Arouca, como David Capistrano Costa Filho (1948-2000) e Eleutério Rodriguez Neto (1946-2013). Arouca se transferiu em 1976 para a Escola Nacional de Saúde Pública. O Departamento de Medicina Preventiva e seu programa de pós-graduação, que também desempenhavam o papel de um importante centro de atração e irradiação do pensamento crítico da nascente Saúde Coletiva, recebeu também egressos e simpatizantes desse grupo, por exemplo, Eleutério Rodriguez Neto, Ricardo Lafeté Novaes (1945-1998) e Hillegonda Maria Dutilh Novaes. Aí já se encontravam Cecília Donnangelo e Guilherme Rodrigues da Silva (1928-2006), duas das maiores lideranças políticas e intelectuais na construção do campo. Também nesse ambiente vai se fazer notar a forte influência da obra de Canguilhem.

Ricardo Lafeté Novaes foi um dos que, em estreita relação com Arouca e seu grupo, e compartilhando com esses o interesse por refletir criticamente sobre os conceitos que embasavam as práticas de saúde, desenvolveu na Medicina Preventiva da USP, sob orientação do Prof. Guilherme Rodrigues da Silva, uma dissertação de mestrado onde a influência de

“comportamentos da vida” – cf. Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*, 2015. Essa tradução mostra-se, porém, problemática, como se vê no importante parágrafo em que Canguilhem define o conteúdo conceitual que pretende dar à expressão. Traduz-se “allures inédites de la vie” por “comportamentos inéditos da vida”, quando no parágrafo imediatamente acima, o autor diz preferir esta expressão (“allure”, ou passo, andamento, ou “modos de andar a vida”) ao uso do termo comportamento “... para fazer sentir melhor que a vida é polaridade dinâmica”. Nesse mesmo parágrafo, a tradução incorre em similar empobrecimento da intenção conceitual de Canguilhem ao traduzir *allures* por ritmos: “Parece-nos que, definindo a fisiologia como ciência dos ritmos estabilizados da vida, respondemos a quase todas as exigências oriundas de nossas posições anteriores” cf. Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*, 2015, 146). Já inseri a referência em nota na página 3 acima.

³² A. T. Arouca e S. Arouca, “Medicina de comunidade: implicações de uma teoria”, 23.

³³ *Comissão da Verdade e Memória Otávio Ianni* (Relatório Final, Unicamp: Universidade Estadual de Campinas, 2015).

Canguilhem é marcante. “A saúde e os conceitos”,³⁴ é contemporâneo dos trabalhos dos Arouca, acima citados, e se parece com eles. Desde a referência metodológica centrada em Althusser, até a defesa da necessidade de reconstrução conceitual para efetivar as mudanças apontadas pelas propostas de reforma da atenção e do ensino médicos, mas, especialmente, pelo apoio na epistemologia histórica de Canguilhem e no potencial reconstrutivo do seu conceito de normatividade em saúde, esse estudo de Novaes soa quase como uma continuidade do investimento teórico proposto no artigo da Saúde em Debate.³⁵

Maria Novaes também dá continuidade ao diálogo com Canguilhem, mas, diversamente de Lafetá, interessa-se mais pelo historiador das ciências do que pelo filósofo – embora, por força do próprio referencial da epistemologia histórica, sua recuperação da história da puericultura³⁶ foi também guiada pela reflexão sobre as bases epistemológicas das ciências médicas, ao mesmo tempo em que as discussões sobre esse conhecimento se apoiaram nas informações históricas que recolheu. Em seu estudo, o recurso a Canguilhem, embora também se apoie na questão da normatividade, que, como vimos, foi a ponte que ligou os territórios da Saúde Coletiva à obra de Canguilhem, foi fundamentalmente para caracterizar a particularidade do objeto da história das ciências e aproveitar os próprios desenvolvimentos desse autor sobre a história das ciências médicas. Para isso, além de “O normal e o patológico”, recorreu ao clássico texto “O objeto da história das ciências”,³⁷ e a “Ideologie et rationalité”,³⁸ em sua versão original francesa.

Do trabalho que Cecília Donnangelo vinha desenvolvendo no Departamento derivou-se também um importante aproveitamento das contribuições da epistemologia histórica na Saúde Coletiva que me interessa aqui examinar em particular, posto que produziu uma inflexão bastante original, e que resultou em uma linha de investigações até hoje em curso no Departamento e influente fora dele também.

Em “Saúde e sociedade”,³⁹ considerada, junto com “O dilema preventivista”, obra fundadora da Saúde Coletiva, conforme já assinalado, encontramos Canguilhem logo nos primeiros parágrafos. E aqui, como nos trabalhos acima citados, o recurso ao filósofo deve-se à sua concepção de normatividade da vida e o deslocamento que impõe às concepções tradicionais de saúde e doença – e suas consequências sobre o pensar as relações entre fisiologia e patologia e, especialmente, entre ciência, técnica e prática.

A Clínica é inseparável da terapêutica e esta é uma técnica de instauração e restauração do normal cujo objetivo, a saber a satisfação subjetiva de uma norma que está instaurada, escapa à jurisdição do saber objetivo. Não se ditam normas científicas à vida. (...) A própria vida (...) é quem introduz na consciência humana as categorias de saúde e enfermidade. Essas categorias são biologicamente técnicas e subjetivas e não biologicamente científicas e objetivas.⁴⁰

Donnangelo segue dialogando com “O normal e o patológico” por todo o primeiro capítulo, “Medicina: prática técnica – prática social”, da primeira parte do trabalho, denominada “Medicina e estrutura social”. Esta obra é fundamental para a construção daquilo

³⁴ R. L. Novaes. *A saúde e os conceitos*. São Paulo.

³⁵ A. T. Arouca e S. Arouca, “Medicina de comunidade: implicações de uma teoria”, 23.

³⁶ H. M. D. Novaes, *A puericultura em questão*.

³⁷ G. Bachelard, J. A. Miller, *Revista Tempo Brasileiro*.

³⁸ G. Canguilhem. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*.

³⁹ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade* (São Paulo: Duas Cidades, 1976).

⁴⁰ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade*, 16-17.

que viria ser a marca principal da contribuição da autora para o campo da Saúde Coletiva: a necessidade de se explorar *a consubstancialidade técnico-social dos saberes e práticas de saúde*. Foi por essa via que, mais uma vez, Canguilhem foi chamado a sustentar uma direção programática para a reconstrução das práticas de saúde almeçadas pelo movimento sanitário brasileiro – e também aqui motivada pela crise da medicina e pela crítica às insuficiências dos modelos de reforma propostos pelo preventivismo e pela medicina de comunidade, ou medicina comunitária, como a chama Donnangelo, alinhando-se àquelas já realizadas por Arouca⁴¹ e Guilherme Rodrigues da Silva.⁴² Ao apontar a prioridade ontológica do patológico sobre o fisiológico, entendendo-se aquele como um obstáculo experimentado por dado modo de andar a vida, reclamando novas normas de regulação a serem produzidas para o corpo ou para o seu meio, Canguilhem deixa claro que as leituras sobre corpos e meios efetuados pelas ciências da vida e da saúde, segundo os interesses normativos que irão produzir técnicas de intervenção normalizadora, não são expressões objetivas imanentes de uma natureza desvelada pelo conhecimento metódico das ciências, mas, antes, revelam a precedência e ascendência dos *valores* sobre a objetividade científica e a relação destes valores com necessidades e possibilidades inscritas na concretude das experiências de estar vivendo.

Esta construção, como já apontado, permitia estabelecer um bem-sucedido diálogo com as posições do materialismo histórico, tão importante no ambiente acadêmico da Saúde Coletiva, uma vez que fornecia elementos que não apenas davam densidade conceitual à denúncia do mito da neutralidade axiológica das ciências e das técnicas, como criavam a possibilidade de um trânsito teórico-metodológico entre a investigação dos aspectos sociopolíticos relacionados às experiências concretas de saúde, doença e cuidado e o plano epistemológico dos saberes e práticas da medicina.

Assim, dialogando com diferentes interesses e autores, dentro do marxismo e fora dele (destaque-se aí a importância de Foucault), foram derivadas diversas maneiras de aproveitamento da obra de Canguilhem no Departamento de Medicina Preventiva. Dialogando especialmente com Althusser, por exemplo, Novaes ressaltou especialmente o componente ideológico e a denúncia da intransparência dos sentidos normativos das práticas de exercício e ensino da medicina, por força de mecanismos estruturais de dominação de classe:

Pensamos que a saúde é processo orgânico sobredeterminado por normas vitais superiores que permitem ao organismo ser normativo, processo que é novamente sobredeterminado pois que o VALOR dominante é decorrente das representações e exigências da estrutura social que, dadas relações de produção, institui as classes e a sua luta. Saúde e doença são assim muito mais valores sociais historicamente colocados do que a simples expressão da situação biológica do organismo (em geral) em um meio dado.⁴³

Donnangelo, em diálogo também com autores estruturalistas, mas buscando especialmente em Gramsci oportunidades de pensar os aspectos estruturados e estruturantes das práticas de saúde nas formações sociais em termos dos conflitos e contradições entre projetos (e sujeitos) sociais (hegemônicos e contra-hegemônicos), colocará o foco de suas análises muito mais sobre a ação política do que sobre o aspecto da dominação ideológica propriamente dita. Na primeira e mais importante parte de seu trabalho, a autora traça um panorama da conformação das práticas de saúde nas formações sociais capitalistas, sintetizadas no excerto abaixo:

⁴¹ S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*.

⁴² G. R. Silva, “Origens da Medicina Preventiva como disciplina do ensino médico”, *Rev. Hosp. Clin. Fac. Med. S. Paulo*, 28 (1973): 91-96.

⁴³ R. L. Novaes. *A saúde e os conceitos*. São Paulo.

A redefinição da medicina como prática social aparece já marcadamente no século XVIII, através de sua extensão institucionalizada para o âmbito de toda a sociedade, permeando o processo político e econômico de forma peculiar. Não é o cuidado médico que então se generaliza e sim o que se poderia considerar, de maneira aproximada, uma extensão do campo de normatividade da medicina através da definição de novos princípios referentes ao significado da saúde e da interferência médica na organização da população e de suas condições gerais de vida.⁴⁴

Essa “medicalização” da vida social torna-se, então, a base da sua análise crítica sobre as relações entre saúde e sociedade e a consubstancialidade técnico-social das práticas de saúde. Mas sua análise da medicalização nos moldes operados pela medicina comunitária irá destacar não mais o sentido de “controle” da força de trabalho, como nos primórdios do processo de transformação capitalista das sociedades ocidentais, e sim a extensão (a baixo custo) do consumo de serviços de saúde, consolidando a prática médica como trabalho social e legitimando politicamente o padrão normativo (intransparente) reiterado pelas ciências e técnicas da medicina.

Com isso, Saúde e Sociedade não apenas produz um arcabouço teórico para análise sobre a medicina comunitária, mas constrói balizamentos conceituais para uma sociologia da saúde de maneira mais geral.⁴⁵ E, embora extrapole as possibilidades de tratamento no espaço deste artigo, não será difícil imaginar a riqueza de possibilidades que se abrem, então, ao pensamento crítico no campo da Saúde Coletiva pela combinação da abertura à consubstancialidade técnico-social das práticas de saúde e possibilidade de levar sua investigação à intimidade da conformação das ciências e técnicas que embasam essas práticas pelo produtivo diálogo estabelecido com a epistemologia histórica. O mais significativo desses tratamentos, ao menos aquele que se desdobrou na produção dos interlocutores mais próximos de Cecília, vai se debruçar sobre a questão da medicina como *trabalho*, entendido não na estrita condição de uma atividade produtiva “infraestrutural” das sociedades capitalistas, mas como prática de sujeitos (os médicos) vinculados de modos contraditórios (como dominados e dominantes) ao manejo tecnocientífico de normatividades postas para o controle da saúde no contexto de modos de reprodução social historicamente constituídos.⁴⁶ Não comentaremos toda essa extensa e rica produção em seu conjunto. Vou focar apenas a vertente teórica em que mais fortemente se estreitou o diálogo com a epistemologia histórica.

Canguilhem e a Teoria do Processo de Trabalho em Saúde

Ricardo Bruno Mendes Gonçalves (1956-1996), mais próximo colaborador de Cecília Donnangelo, defendeu seu mestrado, “Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico” pouco tempo após a Livre-Docência de Donnangelo. Seu trabalho é tão vinculado ao dela que até parece complementá-lo, no sentido cobrado por Luiz Pereira (1933-1985) em sua arguição à

⁴⁴ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade*, 47.

⁴⁵ L. Pereira, “Capitalismo e saúde”, em M. C. F. Donnangelo & L. Pereira, *Saúde e sociedade* (São Paulo: Duas Cidades, 1976), 95-124.

⁴⁶ R. B. Mendes-Gonçalves, *Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1979); R. B. Mendes-Gonçalves, *Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde. São Paulo* (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1986); L. B. Schraiber, *Contribuição ao estudo da educação médica* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1980); L. B. Schraiber, *Medicina Liberal e Incorporação de Tecnologia: as transformações históricas na autonomia profissional dos médicos em São Paulo* (Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 1989).

autora: “Justamente por ter a Autora apreendido as determinações infra-estruturais da prática médica pelas funções desta, deixa uma lacuna em sua tese no que se refere a tais determinações: deixa de pensar a prática médica como trabalho”.⁴⁷

Foi esse, como dissemos acima, o caminho tomado por Ricardo Bruno em seu mestrado. Não cabe aqui explorar em detalhe os conteúdos desta importante obra, mas vou apenas destacar, brevemente, o modo como ela, embasando o que viria a ser sua Teoria do Processo de Trabalho em Saúde (TPTS), permitiu continuar o diálogo de Canguilhem com a Saúde Coletiva. Nesse sentido, é importante apontar que, na perspectiva conceitual de “Medicina e história”, o materialismo e a história passaram a ser não apenas formas de expressar uma tomada de posição política, de denúncia crítica dos sentidos conservadores das práticas de saúde, mas configurou positivamente possibilidades de pesquisa teórica e aplicada de um caráter que podemos chamar de reconstrutivo. Talvez pela influência gramsciana, Ricardo Bruno mostrou-se especialmente sensível ao devir histórico e ao papel dos sujeitos e suas interações, permitindo apostar nas possibilidades reconstrutivas pelo interior mesmo das práticas de saúde. Esta perspectiva é aberta, em primeiro lugar, pela caracterização, em “Medicina e história”, da dupla posição dos médicos nas sociedades capitalistas: de um lado, membros de uma elite intelectual que formula os projetos sociais hegemônicos, baseados na legitimidade e poder prático das ciências médicas, de outro, trabalhadores que produzem serviços e, enquanto tal, são dominados não apenas pelas relações de produção que progressivamente definem seus modos de trabalho e de vida, mas também pelo progressivo poder da tecnologia em determinar o sentido e o valor do seu conhecimento e de determinar seu lugar nos processos (parcelares) de trabalho em saúde. É justamente essa inserção contraditória que torna possível, segundo Ricardo, enxergar as potencialidades emancipadoras de uma prática teórica que se dedique a explorar o modo como as tecnologias se relacionam com as ciências da saúde e seus sujeitos. Apostar na investigação empírica e reflexão crítica acerca das tecnologias do trabalho médico (incluindo sua relação com as ciências) pode, segundo esse autor, produzir tensões e transformar posições de sujeitos, relações de poder e, portanto, valores e normatividades orientadores de nossas práticas de saúde.⁴⁸

Um dos produtos desse fértil diálogo entre a compreensão da prática médica como trabalho e a epistemologia histórica de Canguilhem, iniciado com “Medicina e História”, vai aparecer com toda a força em um trabalho originalmente publicado em 1985 e reeditado em 1990,⁴⁹ de forte impacto na Saúde Coletiva. Nesse estudo é examinada a relação da ciência epidemiológica com a prática médica, desenvolvendo a tese de que, no trabalho concretamente operado no contexto do desenvolvimento histórico da clínica moderna, ao longo dos séculos XIX e XX, as perspectivas normativas das quais se originou este saber são subsumidas a uma perspectiva do trabalho médico. O Canguilhem de “O normal e o patológico” é central na construção do referencial teórico do texto (pgs. 41-53), principalmente para compreender como a normatividade higienista na origem da epidemiologia, que ambicionava o manejo dos determinantes sociais dos processos de adoecimento, foi subsumida como trabalho concretamente operado na medicina ao manejo individualizado desse social, tal como expresso no modelo de História Natural da Doença.

Em seu doutorado,⁵⁰ Ricardo deu sequência a seu empreendimento teórico adensando e amadurecendo seu quadro conceitual e aplicando-o, então, a uma pesquisa empírica acerca

⁴⁷ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade*, 111.

⁴⁸ J. R. C. M. Ayres, “Ricardo Bruno: história, processos sociais e práticas de saúde”, *Ciência e Saúde Coletiva*, 20, 3 (2015): 905-912.

⁴⁹ R. B. Mendes-Gonçalves, “Reflexão sobre a articulação entre a investigação epidemiológica e a prática médica, a propósito das doenças crônicas e degenerativas”, em D. C. Costa, *Epidemiologia: teoria e objeto* (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1990), 39-86.

⁵⁰ R. B. Mendes-Gonçalves, *Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde*. São Paulo (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1986).

dos processos de trabalho concretamente operados em Centros de Saúde da rede de São Paulo. A dívida deste empreendimento com a arquitetura conceitual que viemos discutindo é explícita nas referências bibliográficas e aparece sintetizada nos excertos abaixo:

[a prática médica] é trabalho, por fim, porque visa a obtenção de determinados efeitos, busca alterar um estado de coisas estabelecido como carecimento, e ao fazê-lo vale-se das concepções cientificamente elaboradas sobre o corpo para lidar com algo que escapa aos limites do corpo, ainda que possa ser assim apreendido: o patológico, enquanto expressão de uma normatividade específica. (...) ... as análises de Canguilhem e Donnangelo permitem compreender... que o corpo anátomo-fisiológico já não se define como normal ou patológico senão tomando já como referência essas estruturas de normatividade extra-biológicas e que, por consequência, a normatividade está imediatamente contida no objeto de trabalho do médico.⁵¹

Entendidas como trabalho, sustenta, as práticas de saúde admitem ser analisadas como conjunto de conhecimentos do tipo científico (“saber que”), saberes técnico-operatórios (“saber como”) e uma correspondente instrumentalidade material, todos integrados e qualificados por normatividades relativas a determinados modos de andar a vida e configurados enquanto tal (trabalho em saúde) apenas nas formas concretas de sua operação. Por conseguinte, toda desconstrução crítica das práticas de saúde encontrará um poderoso recurso na apreensão dos sentidos efetivamente assumidos por suas ciências no modo como se articulam com o trabalho concretamente operado em seu campo de normatividade. Na mesma direção, mas em sentido inverso, podemos assumir que a reconstrução das práticas de saúde depende de conseguirmos criar condições políticas para que novos horizontes de normatividade possam ser socialmente reconhecidos e validados e (e porquanto) o valor das ciências (e técnicas) que os podem fazer valer seja concretamente experimentado.

Em razão da fragilização de sua saúde e sua morte precoce, Ricardo Bruno não teve oportunidade de dar maiores desenvolvimentos teóricos a esse quadro, exceto em algumas produções mais pontuais, como sua discussão sobre necessidades de saúde⁵² e comentários a partir de trabalhos de alunos seus.⁵³ Contudo Lília Schraiber, Maria Ines Baptistella Nemes e outros colaboradores e alunos, muitos e em diversas partes do país, deram seguimento a programas de investigação derivados da TPTS ou em diálogo com essa produção – a começar pela própria experimentação de novos arranjos tecnológicos para as práticas da atenção primária à saúde em uma unidade básica, o Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa.⁵⁴

Em diversas dessas produções o pensamento de Canguilhem segue sendo, direta ou indiretamente, uma referência relevante e apontando, nos seus aproveitamentos e omissões, as exigências de renovação crítica a que um trabalho intelectual vigoroso e rigoroso como o seu está sempre convidando.

⁵¹ R. B. Mendes-Gonçalves, *Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde*. São Paulo, 66-68.

⁵² R. B. Mendes-Gonçalves, *Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades* (São Paulo: CEFOR, 1992) Cadernos CEFOR, Textos 1.

⁵³ R. B. Mendes-Gonçalves, Prefácio em J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação* (São Paulo: Hucitec, 1995), 13-20 & R. B. Mendes-Gonçalves, “Seres humanos e práticas de saúde: comentários sobre ‘razão e planejamento’” em Gallo E (org.), *Razão e planejamento: reflexões sobre política, estratégia e liberdade* (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1995b), 13-31.

⁵⁴ L. B. Schraiber (org.), *Programação em saúde hoje* (São Paulo: Hucitec, 1990) & L. B. Schraiber, M. I. B. Nemes, R. B. Mendes-Gonçalves (orgs.), *Saúde do adulto: ações e programas na unidade básica* (São Paulo: Hucitec, 1996).

Canguilhem e a Saúde Coletiva hoje, algumas reflexões finais

A difusão da obra de Canguilhem ampliou-se na Saúde Coletiva (e deve ampliar-se mais, com a recente publicação de novas obras suas em português), a tal ponto que seria difícil avaliar os modos de seu aproveitamento na produção atual desse campo sem um trabalhoso inventário, do que não se trata aqui. Algumas publicações dos últimos 20 anos em periódicos do campo já nos dão indícios, contudo, da continuidade do diálogo com esse pensador em diversos centros acadêmicos do país e mesmo fora dele⁵⁵ (Camargo Jr., 2007). Também é difícil julgar, frente a essa dispersão e crescimento da produção do campo da Saúde Coletiva, se o diálogo com essa obra continua exercendo o mesmo efeito de enraizar na experiência vivida, por intermédio da reflexão sobre a questão da normatividade, as reflexões sobre as ciências da saúde e as tecnologias a elas relacionadas. O que claramente parece não haver hoje é um recurso a Canguilhem como base conceitual para uma plataforma político-científica de natureza programática para o campo da Saúde Coletiva como um todo, como nos anos 1970 (mas existe alguma?!). Nesse sentido, talvez seja necessário realizar investigações mais regionais, não apenas no sentido geográfico, mas especialmente no sentido de regiões de aplicação da racionalidade da Saúde Coletiva, para avaliar a penetração e a fecundidade desse diálogo. Estará sua obra atuando efetivamente na construção de conceitos na Saúde Coletiva?

Vou procurar responder a esta questão a partir da reflexão sobre alguns desdobramentos das contribuições de Canguilhem no âmbito da Teoria do Processo de Trabalho em Saúde na minha própria produção.. Tal exame, a ser feito a seguir, não quer pretender qualquer tipo de representatividade ampliada, mas poderá ser útil para apontar algumas possibilidades e desafios para a continuidade desse produtivo diálogo com o pensador da normatividade vital.

Partindo da consubstancialidade técnico-social das práticas de saúde (Donnangelo) e da relação entre conhecimento e processos de trabalho na compreensão da historicidade e configuração epistemológica das ciências da saúde (Mendes Gonçalves), desenvolvi duas vertentes de produção acadêmica nas quais vejo claramente as contribuições de Canguilhem. Em primeiro lugar, na busca da compreensão da gênese e fundamentos epistemológicos da epidemiologia, saber estratégico na operação da normatividade sócio-sanitária nos processos de trabalho em saúde. Em segundo lugar, na crítica ao paroxismo tecnicista das práticas de atenção à saúde.

Já no modo como denominei a primeira vertente, fica explícita a influência de Canguilhem: crítica *histórico-epistemológica* da epidemiologia, trabalho de mestrado desenvolvido entre 1986 e 1991.⁵⁶ De fato, se com Ricardo Bruno fui despertado para estudar essa ciência tão relevante para o projeto da Saúde Coletiva a partir da perspectiva dos processos de trabalho em saúde (no caso, suas relações com as práticas de saúde pública), foi com a leitura de Canguilhem que encontrei um caminho coerente para fazê-lo. Isto porque, por mais que uma ciência esteja implicada em processos concretos de trabalho, há diferenças importantes, claro,

⁵⁵ A. Martins, “Novos paradigmas e saúde”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva* 9, 1 (1999): 83-112; J. R. C. M. Ayres, “Uma concepção hermenêutica de saúde”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17, 1 (2007): 43-62; K. R. de Camargo Jr., “As armadilhas da ‘concepção positiva de saúde’”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17, 1 (2007), 63-76; Caponi, “Georges Canguilhem: del cuerpo subjetivo a la localización cerebral”, *Salud Colectiva* 6, 2 (2010):149-161; M. T. A. D Coelho e F. N. Almeida, “Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica”, *História, Ciências, Saúde*, 9, 2 (2002): 315-33; D. Czeresnia, “Canguilhem e o caráter filosófico das ciências da vida”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20, 3 (2010): 709-727; A. Ostachuck, “La vida como actividad normativa y auto-realización: debate en torno al concepto de normatividad biológica en Goldstein y Canguilhem”, *História, Ciências, Saúde*, 22, 4 (2015): 1199-1214; C. Resende, “O que Pode um Corpo? O método Angel Vianna de conscientização do movimento como um instrumento terapêutico”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18, 3 (2008): 563-574; J. C. R. S. Soares e Camargo Jr. K. R., “A autonomia do paciente no processo terapêutico como valor para a saúde”, *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, 11, 21 (2007): 65-78.

⁵⁶ J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação* (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1995).

entre o modo como ela se deixa apreender como parte de uma tecnologia e os processos que caracterizam o momento de sua produção como conhecimento. Os interesses e compromissos “internos” e “externos” da comunidade de cientistas que produziam a epidemiologia, a materialidade técnica que promovia ou detinha seus caminhos, o grau e tipo de desenvolvimento da racionalidade que ela aplicava a seus problemas de investigação, e o contexto sociopolítico mais amplo, que sancionava ou não suas construções, tudo isso reclamava um referencial que trouxesse para o estudo a perspectiva não apenas de uma filosofia das ciências, uma epistemologia, mas também, para além dela, e junto dela, uma sociologia das ciências.

Entre os clássicos que de alguma forma traziam já essas perspectivas em diálogo, Thomas Kuhn⁵⁷ parecia iluminador com seu conceito de paradigma. “Estruturas paradigmáticas”, modo como incorporei as contribuições desse autor ao meu próprio quadro conceitual, permitiriam explorar racionalidades, instituições e recursos que, do interior da comunidade científica da saúde, construíram a ciência epidemiológica que dialogava (ou não) com as exigências sócio-sanitárias que se constituíam como trabalho social em diferentes momentos históricos. Porém Canguilhem já nos ensinara que as ciências da saúde eram, muito mais imediatamente que outras ciências, a própria vida humana estabelecendo para si e seu meio os padrões normativos capazes de satisfazer suas necessidades e experimentar suas possibilidades. Era preciso, então, uma certa “hibridização” do quadro kuhniano com uma reflexão acerca do problema do *valor* sócio-vital que esclarecia a construção dos conceitos – esse ponto de partida da história epistemológica de Canguilhem. Foi assim que cheguei à formulação das *estruturas normativo-paradigmáticas* para empreender meu estudo sobre a epistemologia da epidemiologia – a que chamei de *crítica* histórico-epistemológica para destacar um valor normativo que eu próprio estava perseguindo com meu estudo, basicamente o interesse reconstrutivo do campo da Saúde Coletiva.

Se o diálogo com o conceito de paradigma buscou suprir um certo “deficit sociológico”, frequentemente apontado como limite do método de Canguilhem,⁵⁸ da mesma forma que, por outro lado, Canguilhem permitiu trazer para a análise a questão do sentido normativo das ciências da saúde, de que carecia o quadro kuhniano, havia ainda um outro desafio a enfrentar na crítica histórico-epistemológica. Ele diz respeito às dificuldades da análise das estruturas de racionalidade para dar conta do *sentido da ação política* que as constrói e reconstrói na perseguição das exigências normativas a que respondem. Para isso recorreu-se naquele trabalho⁵⁹ às noções de *projeto antropeoemancipador* e *projeto tecnoconservador* (tributárias da tradição fenomenológico-existencialista), com relativo sucesso naquele contexto,⁶⁰ mas a questão do sentido da ação sempre se recolocará como desafio para a epistemologia histórica na medida em que se vão transformando não apenas os campos de aplicação das ciências, mas seus próprios interesses normativos.

Essa linha de investigação seguiu adiante, focalizando de modo mais aprofundado um dos conceitos desenvolvidos pela epidemiologia, justamente aquele que permitiu que seu discurso ultrapassasse o limiar de formalização,⁶¹ alinhando-se entre as ciências “hard” da saúde no século XX: o conceito de risco.⁶² Nesse estudo, Canguilhem não é chamado tão ativamente quanto no anterior a ajudar na construção do quadro teórico-metodológico, mas o fato de que contribuições suas sobre as ciências da vida e da saúde são evocadas ao longo de todo o

⁵⁷ T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas* (São Paulo: Perspectiva, 1989).

⁵⁸ M. T. A. D Coelho e F. N. Almeida, “Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica”.

⁵⁹ J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação*.

⁶⁰ R. B. Mendes-Gonçalves, “Seres humanos e práticas de saúde: comentários sobre ‘razão e planejamento’”, em E. Gallo (org.), *Razão e planejamento: reflexões sobre política, estratégia e liberdade* (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1995), 13-31.

⁶¹ M. Foucault, *A arqueologia do saber* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987).

⁶² J. R. C. M. Ayres, *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia*, (São Paulo: Hucitec, 1997).

trabalho afasta a hipótese de que isto se deva a algum tipo de esquecimento ou abandono. Como é provável que esteja acontecendo em outras produções no campo da Saúde Coletiva, a contribuição fundamental de sua epistemologia histórica resulta quase como um pressuposto, um ponto de partida tácito – o que, apesar de parecer uma boa explicação, não pode servir de justificativa para a negligência com a retomada crítica de um quadro tão rico e relevante para a Saúde Coletiva.

Penso que, em grande medida, foi esse o caso em “Sobre o risco”. Aqui Canguilhem não faz parte centralmente da exposição da arquitetura metodológica do estudo, ainda que seja chamado a sustentar alguns de seus traços fundamentais, em particular o sentido recorrente da investigação a partir do conceito desde sua forma mais acabada (para apreender-lhe a racionalidade, não a imanência lógica), e os conceitos, de extração bachelandiana, de obstáculo e ruptura epistemológica. O recurso mais relevante ao longo do texto refere-se a algumas de suas agudas discussões sobre as diferenças e vizinhanças entre uma ideologia científica e uma ciência plenamente estabelecida⁶³, o conceito de *meio* e sua importância para as ciências da saúde,⁶⁴ a questão da leitura fisiológica da patologia e seu dogma da continuidade qualitativa entre saúde e doença⁶⁵ e a questão mais contemporânea do organismo como sistema de informação.⁶⁶

Este estudo faz, contudo, um trânsito teórico-metodológico que aponta para outra área de desafios à atualização crítica do quadro canguilhemiano. Trata-se, da mesma forma que se buscou em “Epidemiologia e emancipação” o sentido da ação política por trás das estruturas normativo-paradigmáticas, ir também atrás das interações que conformam as perspectivas subjetivas identificadas nessa ação política. Em outras palavras, buscou-se elucidar nas proposições que validaram os discursos epidemiológicos as pretensões, condições e exigências de validade que construíram sua efetividade comunicacional e legitimação dos sujeitos e instituições que a sustentavam. Com base na hermenêutica de Gadamer⁶⁷ e Ricoeur,⁶⁸ mas especialmente na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas,⁶⁹ foi possível superar o que talvez seja também um aspecto do quadro da epistemologia histórica a ser criticamente reconstruído. Se é verdade que Canguilhem considera as interações sociais como determinantes sobre o que faz um cientista em “seu laboratório”, é ainda esse *indivíduo* cientista, portador de uma razão que busca respostas para os problemas colocados por sua ciência, que produzirá os conceitos. Não será esse um traço solipsista que permanece como um obstáculo às respostas que os novos tempos da Saúde Coletiva precisam obter da epistemologia histórica? Não será preciso descobrir de quais diálogos participamos enquanto estamos fazendo uma ciência para poder de fato apreender as pretensões/condições/exigências normativas que nos orientam como seus sujeitos?

Por fim, na segunda vertente desdobrada da TPTS vemos surgir a necessidade de um outro Canguilhem, não tanto o historiador das ciências, mas o filósofo da medicina. A crítica aqui realizada ao paroxismo tecnicista das práticas de atenção à saúde foi dirigido por diversas e inter-relacionadas motivações reconstrutivas – necessidade de uma atenção integral à saúde, humanização das práticas, respeito aos sujeitos em sua diversidade e seus direitos – sintetizadas no conceito de Cuidado.⁷⁰ O diálogo restringiu-se, assim, praticamente ao Canguilhem de “O normal e o patológico”, que, atualizando a máxima de Leriche “A saúde é a vida no silêncio

⁶³ G. Canguilhem, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*.

⁶⁴ G. Canguilhem, *O conhecimento da vida* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012)

⁶⁵ G. Canguilhem, *O normal e o patológico*.

⁶⁶ G. Canguilhem, “Epistemology of biology”, em F. Delaporte (ed.), *A vital rationalist – selected writings from Georges Canguilhem* (New York: Zone books, 1994), 67-90.

⁶⁷ H. G. Gadamer, *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*.

⁶⁸ P. Ricoeur, *Del texto a la acción: ensayos de hermenêutica II* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010).

⁶⁹ J. Habermas, *Teoria do agir comunicativo* (São Paulo: Martins Fontes, 2012).

⁷⁰ J. R. C. M. Ayres, *Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde* (Rio de Janeiro: CEPESC; IMS/UERJ; Abrasco, 2011)

dos órgãos”, nos ensina que a experiência do adoecimento é sempre percebida como obstáculo a um padrão normativo anterior e que antecede ontologicamente sua tradução na morfofisiologia. Aquele que nos mostra também que doença não é excesso ou falta de algo que temos na “normalidade”, mas diferença e novas possibilidades.

Na maior parte dos meus trabalhos relacionados ao Cuidado, porém, a preocupação maior se deu com as características das interações entre profissionais de saúde e usuários de serviços e, nesse sentido, a concepção de doença (e de saúde), altamente tributária de Canguilhem, como indicado acima, ficou por ser melhor explorada. Houve apenas um trabalho em que avancei um pouco mais nesse sentido: “Uma concepção hermenêutica de saúde”.⁷¹ Aqui está mais explícita a referência a Canguilhem⁷² e, inspirado também pelas reflexões de Gadamer,⁷³ semelhantes em muitos sentidos, isto foi o mais longe que logrei caminhar para responder ao inadiável desafio de repensar nossas concepções de saúde e doença. Ali defendendo a diferença não apenas de grau ou de qualidade entre elas, senão a diversidade de significado prático mesmo das experiências a que remetem como construções discursivas. Mas ao mesmo tempo em que sustento ser importante levar a sério essa diferença, postulo também a inseparabilidade dessas experiências e suas respectivas expressões discursivas, posto que os adoecimentos e as leituras técnico-científicas que deles fazemos são poderosos intérpretes da compreensão de saúde na qual habitamos e que, como diria Leriche, fui “no silêncio dos órgãos” (e dos preventivistas, eu acrescentaria).

Uma decorrência dessa concepção de saúde é que a medicina, a Saúde Coletiva, as práticas de saúde de modo geral, devem realizar, para além e junto de toda construção objetivante do adoecimento, uma verdadeira *hermenêutica* da saúde, e nós, estudiosos e profissionais de saúde, devemos ser seus cuidadosos *intérpretes*. Para minha satisfação encontrei uma proposição bastante semelhante de Canguilhem, a que apenas recentemente tive acesso. Deixo, então, a Canguilhem as últimas palavras deste artigo que, afinal, é apenas parte de um grande diálogo que desejamos que prossiga:

A verdade de meu corpo, sua própria constituição ou sua autenticidade de existência, não é uma ideia suscetível de representação. (...) Essa saúde sem ideia, ao mesmo tempo presente e opaca é, no entanto, o que suporta e valida, de fato e em última instância, para mim mesmo e também para o médico enquanto meu médico, o que a ideia do corpo, isto é, o saber médico, pode sugerir como artifício para sustentá-la. Meu médico é aquele que aceita, de um modo geral, que eu o instrua sobre aquilo que só eu estou fundamentado para lhe dizer. (...) Meu médico é aquele que aceita que eu veja nele um exegeta, antes de vê-lo como reparador.⁷⁴

Agradecimento

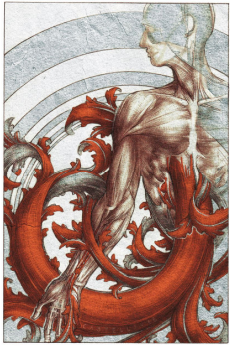
À Profa. Maria Novaes, pela generosa ajuda no acesso a algumas fontes bibliográficas e informações sobre o período de Sérgio Arouca e o grupo da Unicamp na década de 1970.

⁷¹ J. R. C. M. Ayres, “Uma concepção hermenêutica de saúde”.

⁷² Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*.

⁷³ H. G. Gadamer, *The enigma of health: the art of healing in a scientific age* (Stanford: Stanford University Press, 1996).

⁷⁴ G. Canguilhem. *Escritos sobre a medicina*, 45.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Entrevista com Jean-François Braunstein

Tiago Santos Almeida

Doutorando em História Social – USP

tiagoalmeida@usp.br

Marcos Camolezi

Doutorando em Filosofia – USP /

Univ. Paris 1 Panthéon-Sorbonne

marcos.camolezi@usp.br

Recebido em /Aprovado em : entrevista selecionada.

Como citar este artigo: Almeida, Tiago Santos e Camolezi, Marcos. "Entrevista com Jean-François Braunstein". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 156-171. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Jean-François Braunstein é professor titular de filosofia na *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, pesquisador junto ao laboratório *EXeCO (Expérience et Connaissance)*. Historiador do pensamento médico e da filosofia francesa dos séculos XIX e XX, Braunstein é um dos principais estudiosos, em âmbito mundial, sobre a epistemologia histórica. Possui diversas publicações sobre a obra de Georges Canguilhem – incluindo a codireção do primeiro tomo das suas *Œuvres Complètes*. Também editou os livros *Canguilhem, histoire des sciences et politique du vivant* e, em parceria com François Bing e Élisabeth Roudinesco, o livro *Actualité de Georges Canguilhem* (prêmio de melhor obra coletiva em psiquiatria do 7º *Salon international de psychiatrie et système nerveux central*).

Também merecem destaque os livros *Broussais et le matérialisme* (prêmio da Société française d'histoire de la médecine) e *La philosophie de la médecine d'Auguste Comte*. Em 2017, a editora Liber Ars publicará o primeiro livro de Jean-François Braunstein no Brasil, a coletânea *Da medicina às ciências humanas*.

Essa entrevista foi realizada no dia 4 de junho de 2015*, na sala do *Centre d'Histoire des Systèmes de Pensée Moderne* da *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*. Nela, Jean-François Braunstein conta-nos sua trajetória, de Broussais e Auguste Comte ao pensamento médico contemporâneo. Deixa-se refletir a propósito da história da filosofia "tradicional", do significado e da relevância da epistemologia histórica, e dos descaminhos que marcam o fim da história da medicina na França. Explicando o que entende por *estilo* em história das ciências, procura dar destaque à atitude criadora dos grandes autores, em lugar de simplesmente adorar suas obras. Assim, também coloca questões a respeito do perfil da massa de trabalhos publicados nos últimos anos sobre Foucault.

Temos o prazer de apresentar, num dossiê dedicado a Georges Canguilhem, a primeira parte desta conversa, cuja continuação será publicada no próximo número de *Intelligere*, Revista de História Intelectual.

* Os dois entrevistadores agradecem à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão das bolsas que permitiram que realizassem, entre 2014 e 2015, estágios de pesquisa sob a supervisão do professor Jean-François Braunstein junto ao *Centre de Philosophie Contemporaine* da *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*.

Tiago Santos Almeida e Marcos Camolezi: *Filósofo de formação, como o senhor chegou à história da medicina?*

Jean-François Braunstein: Comecei como historiador da filosofia puro e simples, se assim posso dizer. Mas isso fazia parte de um mundo circunscrito: era o mundo da história do materialismo. Eu trabalhava com alguém que fazia parte desse espaço [CHSPM, *Centre d'histoire des systèmes de pensée moderne*], Olivier Bloch, e pesquisava justamente sobre a história do materialismo. Nessa época, ocorreu-me que o principal autor que representava o materialismo na França era Broussais, que criticava tanto a ontologia filosófica quanto a ontologia médica¹. Assim, comecei com trabalhos sobre a história do materialismo, porém muito rapidamente notei que não tinha me deparado com Broussais por acaso. De fato, é um autor completamente central em *O normal e o patológico*, de Georges Canguilhem, e no *Nascimento da clínica*, de Michel Foucault. Ele permitia melhor compreender as teses de Canguilhem e de Foucault, e eventualmente completá-las, na medida em que o sucesso das teses de Broussais e sua própria originalidade também provinham de seu lado filosófico. Quando Canguilhem, Foucault ou Erwin Ackerknecht, os historiadores da medicina clássica, falam da Escola médica de Paris, eles falam muito pouco ou relativamente pouco da filosofia dessa escola médica. Ora, pareceu-me que havia um interesse propriamente filosófico na obra de Broussais.

Foi assim que me interessei, em seguida, pela história da medicina, pela história da psiquiatria, e me voltei para as obras de Canguilhem, Foucault, Bachelard etc. Por outro lado, eu diria que havia também uma tradição na universidade francesa nessa época que ainda estava no rastro de Canguilhem. Penso, por exemplo, em alguém como François Dagognet, um personagem bem fascinante por sua curiosidade universal, pelos campos que ele abria, mas que também era um personagem bem complicado, com quem eu de fato não trabalhei, mas com quem cruzei muitas vezes. Eis de modo geral o ponto de partida: é a história do materialismo – mas, ao mesmo tempo, a história da filosofia é entediante. “É preciso fazer alguma coisa diferente”, eu disse a mim mesmo, me servindo da fórmula canguilhemiana “toda matéria estrangeira é boa”². Logo, foi a história das ciências que me interessou para tentar refletir enquanto filósofo sobre uma matéria estrangeira.

T.S.A. e M.C.: *E como o senhor chegou a Auguste Comte?*

Jean-François Braunstein: Porque eu gosto dos loucos, talvez? E porque eu gosto de personagens muito paradoxais... Eu o conhecia como todos, como um historiador das ciências clássico, mas rapidamente me dei conta de que havia uma parte da obra de Auguste Comte que era inteiramente ignorada, inclusive por Canguilhem e por outros. Era o aspecto médico, a medicina de Auguste Comte³. Isso colocou-me em seguida no caminho da segunda filosofia de Comte, que é efetivamente religiosa, sintética, como ele diz, subjetiva⁴. Reli todos os trabalhos de Comte que ninguém mais lia há muito

1 Ver J.-F. Braunstein, *Broussais et le matérialisme. Médecine et philosophie au XIXe siècle* (Paris: Méridiens-Klincksieck, 1986).

2 Trata-se de uma das frases mais emblemáticas de Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique*. (Paris: Puf, 1966), 7: “A filosofia é uma reflexão para a qual toda matéria estrangeira é boa e, diríamos de bom grado, para a qual toda boa matéria deve ser estrangeira.”

3 J.-F. Braunstein, *La philosophie de la médecine d'Auguste Comte. Vierge Mère, vaches folles et morts vivants*. Collection Science, histoire et société (Paris: Puf, 2009), 256. Cf. também J.-F. Braunstein, “Auguste Comte et la psychiatrie,” *Les cahiers du Centre Georges Canguilhem*, 2 (2008/1): 259-282.

4 J.-F. Braunstein, “La religion des morts-vivants. Le culte des morts chez Auguste Comte,” *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, [vol.] 87, (2003/1): 59-73.

tempo e eles me interessaram, em particular porque Comte, digamos, é o próprio século XIX. Há realmente em Comte a dupla tendência do século XIX: as ciências mais rigorosas, mais puras, o politécnico, o matemático, toda uma filosofia baseada sobre isso, e que tem uma enorme importância na constituição da república, da laicidade, da escola. Por outro lado, há a face do fundador de religião, delirante. E isso é muito frequente. Por exemplo, para Fechner vale exatamente o mesmo princípio. Gustav Fechner é o mais científico dos psicólogos e, além disso, o mais delirante dos psicólogos. Ele escreveu um número de livros sobre a alma das plantas, sobre Zend Avesta, e isso me fascina bastante. Sobre essas questões há um belíssimo livro, *As três culturas*⁵, em que Wolf Lepenies mostra que a dificuldade de fundar as ciências humanas no século XIX deve-se ao fato de que elas estão *entre* as ciências e as humanidades, as ciências físicas e as humanidades literárias. É em parte por isso que os que tentam fundar as ciências humanas se fragmentam, de certa maneira.

Desse ponto de vista, portanto, interessei-me também pela história das ciências humanas e de suas relações com a medicina, com a psicologia e com a filosofia. No fundo, é isso que me interessava no já velho livro que coescrevi sobre a *História da psicologia*⁶. Como velhas questões filosóficas são retomadas, tratadas e se transformam em novas disciplinas, as ciências humanas, e como a medicina, a fisiologia ou teoria do cérebro intervêm como elemento de transformação desses problemas? De modo geral, a ideia é que os problemas continuam de certo modo, como a questão da alma e do corpo, mas mudam completamente e radicalmente: o cérebro e o corpo antes da alma e do corpo, o físico e o moral antes da questão do monismo e assim por diante⁷. É esse o ponto de partida.

Então, por que Comte? Para a grande glória do Brasil, se quiserem [risos]... Em princípio, é preciso desconfiar, evidentemente. Comte tem uma péssima reputação: dizem que se trata ou de um positivismo raso, ou de um doido, um enfurecido a evitar. Já eu penso que se trata de um autor bastante interessante para quem conseguir transpor seu estilo complicado e o caráter delirante de sua religião. É um personagem surpreendente. Escrevi sobre todos os aspectos mais delirantes de Comte, como as “utopias positivas”, e que são aspectos muito perturbadores, porque tudo de que ele fala, o futuro humano, a fecundação artificial, as vacas loucas, a longevidade, o cérebro, são de fato temas muito presentes. Fiquei um pouco mais tranquilizado quando vi que Michel Houellebecq tinha lido Comte, e Lévi-Strauss também⁸. Pois é verdade que são coisas muito fascinantes. Penso que Comte seja um personagem louco de certo modo, mas ele não é de modo algum ultrapassado. É um personagem pós-moderno, na minha visão. No livro *Comte after positivism*⁹, ele chega a aparecer como uma espécie de Richard Rorty melhorado, o que não acho um absurdo. Há algo muito interessante nele, e que

5 W. Lepenies, *Die drei Kulturen : Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft* (München: Hanser, 1985). Para a tradução francesa, ver W. Lepenies, *Les trois cultures: entre science et littérature, l'avènement de la sociologie*, trad., ed. Henri Plard (Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1990), 408. Para a tradução brasileira, ver W. Lepenies, *A três culturas*, trad., ed. Maria Clara Cescato (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp, 1996).

6 J.-F. Braunstein e E. Pewzner, *Histoire de la psychologie* (Paris: Armand Colin, 1999) 191. Para a tradução portuguesa, ver J.-F. Braunstein e E. Pewzner, *História da psicologia*, trad., ed. A. Emílio (Lisboa: Instituto Piaget, 2003).

7 J.-F. Braunstein “Antipsychologisme et philosophie du cerveau chez Auguste Comte,” *Revue Internationale de Philosophie*, [vol.] 52, 203 (1998): 7-28. Para a tradução brasileira, ver do mesmo autor “Antipsicologismo e filosofia do cérebro em Auguste Comte,” in *Da medicina às ciências humanas*, org., trad. e introduzido por Tiago Almeida e Marcos Camolezi. Prefácio de Jean-François Braunstein (São Paulo: LiberArs, 2017), no prelo.

8 Ver o prefácio de Michel Houellebecq a *Auguste Comte aujourd'hui*. Colloque de Cerisy, 3-10 juillet 2001, ed. M. Bourdeau J.-F. Braunstein e A. Petit (Paris: Kimé, 2003), 321. Quanto a Lévi-Strauss leitor de Comte, ver em particular o capítulo “Le temps retrouvé,” in *La pensée sauvage*. Édition Pocket (Paris: Plon, 1962), 262-264 (para a edição brasileira, Claude Lévi-Strauss, *O pensamento selvagem*, trad., ed. Tânia Pellegrini. 8ª ed. (São Paulo: Papirus, 2008), 244-246.

9 R. C. Scharff., *Comte after positivism* (Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1995).

não é, eu diria, o velhote, o fundador da filosofia das ciências, que é seguramente importante para a história das ciências.

É bem verdade que, se falamos em um diário da história das ciências, a disciplina foi inventada, requisitada, fundada por Comte e por seus discípulos. Mas penso que, até um período muito recente, as problemáticas de Comte no domínio da história das ciências ainda são válidas. Sobretudo, a questão da relação da ciência com a política, a questão da unidade ou da diversidade das ciências e a questão do progresso ou não das ciências são questões que tem um ar de resolvidas mas que ainda estão presentes pelo menos até Canguilhem, talvez mesmo até Foucault. Eu diria mesmo que elas estão presentes de modo quase institucional. Outro dia vocês foram ao apartamento de Auguste Comte: ele está lá como em seu primeiro dia. E quando o *Institut d'histoire des sciences* ainda existia sob sua forma antiga, lá havia um quadro de Abel Rey¹⁰. Portanto, de certa maneira, não estamos tão distantes assim.

T.S.A. e M.C.: *Na segunda metade do século XX, ao lado da filosofia do sujeito – para retomar a expressão de Foucault – e da revolução culturalista, a epistemologia histórica parecia uma ocupação de velhos, um assunto fora de moda. Qual é a situação da epistemologia histórica hoje?*

Jean-François Braunstein: Antes de mais nada, é preciso que nos entendamos sobre o que chamamos de epistemologia histórica. São os trabalhos de vocês que vão precisar o que ela é. Trata-se apenas de uma abordagem filosófica muito geral da história das ciências, ou ela permite ir mais longe? De início, parece-me que ela permite ultrapassar o velho debate verdade *versus* história ou filosofia do conhecimento *versus* história dos conhecimentos. De acordo com a ideia da epistemologia histórica tal como a praticava Canguilhem, seus predecessores e sucessores, é preciso ter uma história dos conceitos que não seja uma relativização universal dos conceitos¹¹. É possível haver conceitos que evoluem no tempo, e isso não implica uma crítica ao racionalismo, não é um relativismo, um nietzschianismo, um puro historicismo. Penso que seja de fato possível estudar a história dos conceitos científicos de uma maneira que não os faça desvanecer. Isso existe e tem uma coerência. Recusando a ideia de precursor¹², Canguilhem procura mostrar que é efetivamente possível fazer a história de um sistema de pensamento. “História dos sistemas de pensamento” é o título da cadeira de Foucault [no *Collège de France*], “Filosofia e história dos conceitos científicos” é o título da cadeira de Hacking¹³. Portanto, penso que se possa fazer história sem por isso relativizar o conhecimento. Trata-se de uma teoria que é efetivamente histórica e crítica.

Quanto à relação da história das ciências com a sociedade, eu diria que a abordagem de Canguilhem e de outros é relativamente interessante. Há evidentemente um peso da sociedade ou da cultura sobre a ciência. As ciências estão nas suas épocas, mas, ao mesmo tempo, elas não se reduzem a isso. Desse ponto de vista, há, portanto, uma crítica dos *science and technology studies* ou da ideia de uma “sociologização” das

10 J.-F. Braunstein, “Abel Rey et les débuts de l’Institut d’histoire des sciences et des techniques,” in M. Bitbol e J. Gayon, *L’épistémologie française* (Paris: Éditions Matériologiques, 2015), 165-182.

11 J.-F. Braunstein, “Die Geschichte des Regionsbegriff in der Epistemologie,” in A. Deuber-Mankowsky e C. Holzhey, *Situiertes Wissen und regionale Epistemologie. Zur Aktualität Georges Canguilhems und Donna J. Haraways* (Wien/Berlin: Turia + Kant, 2013), 35-49.

12 Georges Canguilhem, “L’objet de l’histoire des sciences,” in *Études d’histoire et philosophie des sciences*. 7^e éd. (Paris: Vrin, 2002), 20-23. Como comentário a essa crítica do precursor, ver J.-F. Braunstein, “Bachelard, Canguilhem, Foucault. Le ‘style français’ en épistémologie,” in *Les philosophes et la science*, ed. P. Wagner (Paris: Gallimard, 2002), 939-940.

13 Ian Hacking ocupou a cadeira de “Filosofia e história dos conceitos científicos” de 2000 a 2006 no Collège de France. Ele foi o primeiro estrangeiro a ter uma cadeira nessa instituição.

ciências. As ciências são ligadas à sociedade, e todavia elas não são o puro resultado da sociedade. Embora muito mal conhecidos na França, os trabalhos de Ludwik Fleck são extremamente interessantes a esse respeito¹⁴. Do ponto de vista das relações entre ciência e sociedade, a história da medicina é um caso exemplar. Nas *Journées d'études Épistémologie Historique*¹⁵ que realizamos na Sorbonne, houve discussões sobre a história das matemáticas e da lógica. Nessas discussões, as relações entre essas ciências e a sociedade são menos evidentes, mas a história da medicina é efetivamente cultural e científica. Ela é as duas coisas ao mesmo tempo.

Por outro lado, quanto à questão da filosofia do sujeito ou da filosofia sem sujeito, penso que a epistemologia histórica não dê resposta a essa questão. É evidente que em Canguilhem e em Foucault há a vontade de afirmar que se pode fazer uma filosofia sem sujeito que não seja uma filosofia da inação ou da colaboração. Pode-se agir no mundo sem a necessidade de fazer referência à noção de sujeito. Mas, evidentemente, isso é algo bastante complexo. É um argumento de fato: pode-se fazê-lo, já que Cavallès o fez – Cavallès era espinosista e lógico, mas foi Resistente¹⁶, logo pode-se ter uma filosofia, digamos assim, mais ou menos espinosista, a filosofia de um lógico e, todavia, agir. Então, eu diria que, em todo caso, isso previne contra a ideia de um sujeito onipresente, contra as histórias da psicologia ou mesmo contra as histórias da bioética, em que se poderia recorrer a uma noção preeminente de sujeito. Não! Pode-se fazer a história das ciências do homem sem a necessidade de invocar uma noção de sujeito.

Entretanto, isso não tem maior relação com a epistemologia histórica. É muito possível fazer epistemologia histórica e fazer como Pasteur: retirar seu jaleco de laboratório e em seguida se transformar em crente... Não estou seguro de que as duas coisas estejam forçosamente ligadas. Ocorre que, nesta tradição, as duas estiveram ligadas, em razão de aspectos institucionais, políticos, sociais. Penso que não se deve subestimar o peso das instituições de pesquisa e das tradições de pesquisa neste domínio. Se tomarmos o exemplo de Canguilhem, por que é que ele quase não cita mais Bergson, ao passo que cita Comte em seu lugar? Penso que seja também porque ele se tornou diretor do *Institut d'histoire des sciences*: o diretor do *Institut d'histoire des sciences* não cita Bergson como se não houvesse problema algum. E isso não é inteiramente absurdo. De fato, o que se ouve falar de Bergson em uma certa época, é o bergsonismo como uma crítica de tendência irracionalista. Aspectos como esses são bastante pertinentes.

Em todo caso, não há uso preciso da epistemologia histórica no debate da filosofia do sujeito ou da filosofia sem sujeito. Em contrapartida, do lado do debate culturalista ou do debate ciência e sociedade, essas questões são muito antigas e já são debatidas há bastante tempo – por que não por Auguste Comte? Comte é o primeiro autor dos *science and technology studies*, o primeiro que se pergunta “mas por que esta

14 Em particular, ver Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, trad., ed. Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira (Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010).

15 As *Journées d'études Épistémologie Historique: commencements et enjeux actuels* aconteceram entre os dias 21 e 23 de maio de 2015 e reuniram em Paris dezenas de jovens pesquisadores, doutorandos e pós-doutorandos, de diferentes formações e países. A segunda versão do encontro, novamente com o apoio da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, aconteceu entre os dias 19 e 21 de maio desse ano, e teve como tema *Épistémologie Historique: une histoire du présent*.

16 Jean Cavallès juntou-se à Resistência Francesa contra a ocupação nazista já em 1939. Foi membro do comitê diretor do movimento Libération-Nord e chefe da rede de inteligência Phalanx ZO (Cohors). Preso em agosto de 1943, foi condenado e executado pelos nazistas em 17 de fevereiro de 1944. Quando juntou-se à Resistência, Cavallès decidiu deixar seu posto de professor na Université de Strasbourg e Canguilhem foi chamado para ocupar sua vaga. Pouco mais tarde, Canguilhem também engajou-se no combate aos nazistas, assumindo as responsabilidades de Médico Tenente e Chefe do Estado-Maior político da Resistência.

disciplina toma tal sentido e não outro, por que a astronomia liga-se a tal ou tal prática comercial ou de navegação?”

T.S.A. e M.C.: *Atualmente, o Max-Planck-Institut für Wissenschaftsgeschichte formou um lar alemão da epistemologia histórica, que se consolidou com Lorraine Daston (que na verdade é estadunidense, mas está radicada em Berlim) e Hans-Jörg Rheinberger. No Canadá e nos Estados Unidos, Ian Hacking e Arnold Davidson também reivindicam a epistemologia histórica. Trata-se de uma recepção do estilo francês ou de novos estilos da epistemologia histórica?*

Jean-François Braunstein: É a questão sobre o que hoje chamamos quase classicamente epistemologia histórica *old school* e *new school*¹⁷. Do ponto de vista histórico – já que é este ponto de vista que me interessa –, parece-me com bastante clareza que esses autores não leram diretamente Bachelard ou Canguilhem. Penso que se trate de uma redescoberta independente, principalmente em torno de Hacking e em seguida de Davidson, Daston etc. Muito rapidamente, porém, eles se deram conta de que, efetivamente, havia coisas parecidas em autores que eles conheciam mais ou menos diretamente, em particular Canguilhem. Mas as duas correntes são de certo modo diferentes. Poderíamos dizer que a segunda tem uma tendência mais histórica, enquanto a primeira tem uma tendência mais filosófica. Também há questões institucionais: hoje a corrente é florescente na Alemanha, mas nos países anglo-saxões ela é muito mais tímida. Na França, são os estrangeiros como vocês que vêm revitalizar esta corrente.

No fundo, porém, há uma inspiração comum. Contrariamente ao que diz Yves Gingras em seu artigo famoso e muito engraçado, não se trata apenas de uma marca¹⁸. Alguma coisa se passa efetivamente, já que se quer fazer a história, a história da “formação, da deformação, da retificação”, como dizia Canguilhem, dos conceitos científicos sem nem por isso chegar ao puro relativismo. Por exemplo, o *Objectivity*¹⁹ de Daston e Galison poderia muito bem ser um livro escrito por Canguilhem. É o mesmo gênero de problemática. Trata-se de ver como noções metateóricas, meta epistemológicas, digamos, como a objetividade, são noções que têm uma história. Isso não impede que haja, de fato, algo como uma marcha rumo à objetividade, uma objetividade aproximada, expressa por todas as metáforas de Bachelard em torno do conhecimento aproximado, da exatidão aumentada etc. Isso está presente na epistemologia histórica *old* e *new school*.

Em contrapartida, é verdade que a ligação entre as duas não é direta, e são jovens pesquisadores como vocês que se colocam a questão de saber se há ou não uma relação entre elas. Eu diria que a interrupção brutal na França é uma verdadeira questão. Por que não há mais epistemologia histórica na França, à parte um ou dois sobreviventes isolados, como François Delaporte ou pessoas mais jovens como Pierre-Henri Castel? A princípio, porque Canguilhem foi, no fundo, fagocitado pelos althusserianos²⁰. Por conseguinte, acreditou-se que Canguilhem era apenas um althusseriano dentre outros, ou uma espécie de marxista, o que é evidentemente

17 J.-F. Braunstein, “Historical Epistemology, Old and New,” in *Epistemology and History. From Bachelard and Canguilhem to Today's History of Science*, ed. J.-F. Braunstein, e H. Schmidgen e P. Schöttler (Preprints of the Max Planck Institut für Wissenschaftsgeschichte, 2012), 33-40.

18 Y. Gingras, “Naming without necessity. On the genealogy and uses of the label 'historical epistemology'”, *Revue de synthèse*, [vol.] 131, 3 (2010): 439-454.

19 L. Daston e P. Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007), 50. Para a tradução francesa, ver L. Daston et P. Galison, *Objectivité*, trad., ed. Sophie Renaut et Hélène Quiniou (Dijon: Les presses du réel, 2012).

20 Notadamente por Dominique Lecourt, Pierre Macherey e Étienne Balibar. Ver D. Lecourt, *Pour une critique de l'épistémologie (Bachelard, Canguilhem, Foucault)* (Paris: Maspero, 1974).

absurdo, inteiramente contrário às próprias ideias de Canguilhem. Além disso, há o lado provinciano da França. No momento em que as filosofias analíticas da ciência começavam a se esmigalhar e até mesmo a desaparecer nos Estados Unidos, nós aqui dissemos: “é preciso absolutamente importá-las na França”. Logo, tentou-se erradicar a história das ciências à francesa dos estabelecimentos em que ela era praticada. É bastante curioso e irônico de ver: no mesmo momento em que a epistemologia tornava-se histórica novamente em toda parte do mundo, na França ela não deveria mais fazer história das ciências. Lembro-me de uma anedota da época em que eu ainda estava no *Institut d'histoire des sciences...* Eu tinha ido falar de Canguilhem na *London School of Economics*, e quando voltei me disseram: “Você não tem vergonha de dar essa imagem do *Institut d'histoire des sciences*? Nós teremos ar de quê no exterior se pensarem que ainda pesquisamos Canguilhem?”. Ao passo que era evidentemente o que as pessoas da *London School of Economics* queriam...

Enfim, é uma verdadeira questão. Vocês viram nas *Journées d'études Épistémologie Historique* um jovem biólogo que dizia que gostaria de trabalhar com a epistemologia histórica. Sua exposição era inteiramente interessante, mas, quando ele conta seu interesse pela epistemologia histórica em bancas de exame para obter um posto acadêmico, não é fácil para ele. Isso vai mudar, mas sempre há um pequeno descompasso.

T.S.A. e M.C.: *O senhor se interessa há muitos anos pela noção de estilo francês. Pode nos falar um pouco disso?*

Jean-François Braunstein: A noção de estilo agora é muito difundida na história das ciências, sobretudo a partir de Alistair Crombie e Ian Hacking. Retornando, ela vai remontar até Ludwik Fleck. Servem-se dela principalmente para falar de estilo probabilista, estilo comparatista, portanto, para aplicá-la a domínios precisos da história das ciências. Hacking o fez de maneira notável sobre as probabilidades²¹, Crombie sobre diferentes métodos de pesquisa²², e também seria possível dizer que Auguste Comte fez a mesma coisa, já que a lista de estilos de Crombie corresponde quase exatamente à lista dos métodos de pesquisa de Auguste Comte. É um ponto muito importante: a ideia de que novos estilos de raciocínio aparecem por ocasião de novos objetos e que é a partir disso que esses estilos vão poder eventualmente se difundir. Trata-se de uma noção que permite compreender a emergência. Por exemplo, para saber o que é a observação, e se se quer tratar a questão metodológica da observação, Auguste Comte explica que é preciso inicialmente prestar atenção ao que se passa na astronomia. Isso permite, então, compreender a uma só vez a *emergência* e a *remanência* do estilo. Há páginas famosas de Fleck sobre o estilo de pensamento astrológico que sobrevive ainda na sífilis no século XX, que não desaparece completamente, mas vai ser limitado ou vai ser transportado em dimensões populares²³. É, portanto, a ideia de uma continuidade.

Quanto ao que fiz, tentei empregar essa expressão a propósito somente do que se chamava em geral de *french network*, *french debate*, *french school*, em inglês, já que eram sobretudo historiadores estrangeiros que falavam disso. Isso me parece bastante eficaz, na medida em que há evidentemente um ar de família. Há um livro realmente

21 I. Hacking, *L'émergence de la probabilité*, trad., ed. Michel Dufour (Paris: Seuil, 2002).

22 A. Crombie, *Styles of Scientific Thinking in the European Tradition: The History of Argument and Explanation Especially in the Mathematical and Biomedical Sciences and Arts*, 3 vols. (London: Gerald Duckworth, 1994).

23 Para o desenvolvimento dessa ideia, ver J.-F. Braunstein, “Thomas Kuhn lecteur de Ludwik Fleck,” *Archives de philosophie*, [vol.] 66, 3 (2003).

surpreendente de Pietro Redondi, *The history of science : the french debat*²⁴, publicado na Índia. De longe, da Índia, vê-se alguma coisa de comum entre todos esses autores: história filosófica, história crítica, história dos conceitos etc. Do exterior, vê-se bem as semelhanças. Há outras que são mais sutis, como o caráter detalhado e preciso desses estudos. É isso que se propõe aos usos mais fascinantes. Se vocês fizessem um curso de Canguilhem, de Dagognet ou eventualmente meu, *mutatis mutandis*, as pessoas tentavam cultivar-se em assuntos precisos, relativamente detalhados, ao passo que se vocês lerem um manual de filosofia das ciências *standard*, analítica se eu puder dizer, vocês jamais verão a ciência botar suas mangas de fora. Aí não se vê nada do que se passa nas ciências. Talvez falte o nível intermediário: ou é muito detalhado ou muito geral. Mas é fascinante ver em Canguilhem coisas muito detalhadas como a patologia da tireoide no século XIX, os monstros; isso se vê de maneira ainda mais incrível em Dagognet, que se interessa por microquestões, como a pele, tal ou tal órgão, tal ou tal aspecto da psicologia, da psiquiatria, das dejeções etc. É uma epistemologia que, como ponto comum, se interessa *efetivamente* pelas ciências.

Os historiadores das ciências que se reclamam desse estilo francês são, portanto, curiosos pelas ciências. Lembro-me da última entrevista de Hacking, profundamente interessante, em que ele responde à questão “como você próprio definiria sua obra filosófica?”. O que é engraçado é que Hacking diz algo que será censurado no boletim do *Collège de France*. Mas, ele recebeu um prêmio na Noruega extremamente famoso, o *Prêmio Holberg*²⁵, que é uma espécie de Nobel da filosofia, e nesta ocasião lhe colocaram a mesma questão. Ele diz algo como “bem, eu gosto muito dos seus filmes, em particular dos filmes pornô *soft*”, filmes eróticos, dentre os quais um filme sueco que teve um sucesso colossal entre os anos 1960 e 1970 que se chamava *I Am Curious*²⁶. E Hacking diz que “se eu quisesse definir o que é minha obra, eu diria também que sou curioso”. Trata-se de um ponto comum. Hacking dizia igualmente que Foucault era um *fact-lover*²⁷. Tratam-se, então, de amantes de curiosidades, de “*curiosos*”. O próprio Hacking escreveu sobre assuntos muito estranhos. Há uma curiosidade pelo diverso, pelo variado, uma curiosidade pelas ciências, pelas técnicas, pela medicina em suas particularidades. Eis o ar de família, se assim pudermos dizer.

Há também comunidades de formação, autores de referência, livros mais ou menos paradigmáticos. Mas o que permite a ideia de estilo, é que há estilos muito diferentes. Por trás dessa semelhança há evidentemente diferenças. Não é de modo algum a mesma coisa ler Abel Rey, Bachelard, Foucault, Hacking etc. Cada um tem seu estilo próprio, que se apoia sobre as ciências que cada um estuda. Bachelard é muito mais, digamos, pelo progresso, porque ele se interessa pela física matemática; Canguilhem é muito mais dubitativo porque ele se interessa pela história da medicina e pela história da biologia, que não conhecem o mesmo tipo de revoluções. Ademais, há aspectos idiossincráticos. Não é a mesma coisa escrever como Bachelard – que é um aluno da república do progresso, um bolsista, de certa maneira um personagem extremamente progressista no velho sentido do termo, mesmo que ele seja próximo dos surrealistas sob certos aspectos – ou ter uma obra como a de Foucault, que é muito mais influenciada por Nietzsche do que por Abel Rey ou Auguste Comte. Isso é claro e evidente. Mas me parece que há, contudo, um certo número de pontos comuns: pontos comuns e divergentes.

24 P. Redondi e P. V. Pillai, *The History of Sciences: the French Debate* (London: Sangam, 1989).

25 Ian Hacking foi vencedor do Prêmio Holberg em 2009.

26 Tratam-se de dois filmes suecos intitulados *I Am Curious (Yellow)* (*Jag är nyfiken - en film i gult*) e *I Am Curious (Blue)* (*Jag är nyfiken - en film i blått*), realizados em 1967 e 1968 por Vilgot Sjöman.

27 I. Hacking, *Historical Ontology* (Cambridge: Harvard University Press, 2002).

Foi levando isso em conta que empreguei essa noção de estilo²⁸, já que se pode dizer que há o estilo barroco e ao mesmo tempo há tais e tais autores que singularizam esse estilo. Talvez eu pudesse ter falado de ar de família, embora se trate de uma família bastante desunida e que parte em todos os sentidos. A ideia que eu queria criticar, é a ideia de uma Escola Francesa, de uma tradição francesa, porque isso não funciona. Se observarmos as dedicatórias das teses, iremos de Foucault a Canguilhem, de Canguilhem a Bachelard, de Bachelard a Abel Rey: cada um dedica sua tese a seu orientador, e em seguida remontamos até Renan. Portanto, se formos de Foucault a Renan, não há evidentemente uma linhagem, uma tradição, uma família. Não há uma escola, uma instituição, não há uma tradição.

Se tomarmos o caso de Canguilhem, por exemplo, ele escreveu um terço de sua obra aproximadamente, até mais, sem estar de modo algum na posição de um discípulo de Bachelard. Ele mal cita Bachelard; ele o conhece, mas ele próprio não se apresenta como seu discípulo. É mais tarde que, refletindo sobre sua própria trajetória, ele vai dizer que, no fundo, Bachelard lhe dá as chaves para fazer história das ciências. Mas esse não é seu ponto de partida. Da mesma maneira, Foucault evidentemente não é um aluno de Canguilhem. Seria totalmente ridículo dizê-lo. Entretanto, pareceria ao mesmo tempo ridículo dizer que Foucault não é, em certo sentido, um historiador das ciências. Façamos uma experiência de pensamento: Foucault morre após *Nascimento da clínica* – mas, veja bem, diríamos simplesmente, então, que se trata de um dos mais brilhantes alunos de Canguilhem! No entanto, não é bem assim que essa trama vai se desenrolar. Há já uma questão de estilo. O estilo de *Nascimento da clínica* não é o de *O normal e o patológico*, e este não é o estilo de Comte. Quando digo “ar de família”, quero dizer que é preciso escutar o tom desses autores.

Para mim, o exemplo mais evidente continua sendo o de Foucault. Hoje, há muitos de meus colegas e jovens estudantes que dizem “Foucault é um grande filósofo, é preciso fazer cursos sobre o sistema de Foucault, é preciso estudá-lo para a agregação²⁹ etc.” Não, isso não é possível. É absurdo, se não escutarmos o estilo particular de Foucault, sua recusa dessa sistematização, sua recusa dos grandes autores, das grandes obras. É puramente absurdo. Vejo aprovarem algumas teses nesse sentido, “O sistema de Foucault em torno disso ou daquilo”, mas é simplesmente absurdo. De fato, ensinar Foucault é não fazer dele apenas um grande autor como os outros, que entrou na Sorbonne como todo mundo e que causa tédio em todo mundo mais ou menos como os demais. É o que tentei fazer com o *Séminaire Foucault* que inaugurei aqui há alguns anos. O mesmo vale para Canguilhem. Se pensarmos que Canguilhem é apenas um historiador das ciências, não compreenderemos o tom de seus artigos sobre a psicologia, sobre o cérebro, sobre o meio³⁰. Ele está muito irritado, ele está enfurecido: está em guerra contra o determinismo. É verdade que essa atitude tem um aspecto bastante clássico entre os intelectuais franceses laureados. Por exemplo,

28 Ver J.-F. Braunstein, “Introduction,” in *L’histoire des sciences. Méthodes, styles et controverses* (Paris: Vrin, 2008), 7-20.

29 A *agrégation* é um concurso nacional anual para recrutamento de professores de liceu na França. Trata-se de um concurso particularmente tradicional e competitivo, que coroa a formação básica no ensino superior (geralmente, os cinco primeiros anos) dos estudantes franceses que pretendem se consolidar na carreira de ensino e pesquisa em Filosofia. A inclusão de um título na bibliografia da agregação representa a promoção de seu autor aos cânons da universidade. Ela significa também que as obras desse autor passam a compor a matéria da última etapa de classificação e normalização prevista na trajetória de um estudante de filosofia, que ou será *agregado* ao corpo profissional de docentes ou conviverá com a marca da recusa. Michel Foucault precisou de uma segunda tentativa para ser aprovado. N.B.: *A arqueologia do saber*, de Foucault, participa da bibliografia do programa da agregação em filosofia de 2017.

30 J.-F. Braunstein, “La critique canguilhemienne de la Psychologie,” in *Bulletin de psychologie*, [vol.] 52 (2), 400, mars-avril (1999) : 181-190. Ver também outras edições, como em *Estudos e pesquisas em Psicologia*, [vol.] 4, 2 (2004): 6-23. E em *Questions d’orientation*, [vol.] 76, 1, jan.-mars (2013): 9-24. Para as questões concernentes à crítica do conceito de meio, ver J.-F. Braunstein, “Psychologie et milieu. Éthique et histoire des sciences chez Georges Canguilhem,” in *Canguilhem, histoire des sciences et politique du vivant* (Paris: Puf, 2007), 63-89.

Bourdieu e Foucault estão no cume da instituição e ao mesmo tempo criticam efetivamente a instituição. Seria possível colocar a mesma questão para Koyré, Meyerson etc, que são de certa maneira *outsiders*. Mas é isso que eu queria dizer com estilo. Basta ir para o exterior. Em qualquer livro de história e filosofia das ciências publicado fora da França, fala-se de um *french debate*. Há um estilo comum, mas há, ao mesmo tempo, personalidades e obras extremamente diferentes.

T.S.A. e M.C.: *Michel Foucault foi, sem dúvida, aquele quem mais contribuiu para a divulgação da epistemologia histórica na grande cena dos intelectuais. Ao mesmo tempo, como o senhor sublinhou, há uma distância que não se pode negligenciar entre Foucault e Canguilhem, assim como entre Canguilhem e Bachelard. O senhor pode se alongar um pouco sobre esse problema?*

Jean-François Braunstein: Há alguns anos dei um curso sobre Foucault historiador das ciências. É verdade que isso tinha um aspecto um tanto provocador, já que para os historiadores das ciências Foucault evidentemente não é um historiador das ciências. Ele é demasiado nietzschiano, demasiado relativista, demasiado romântico, demasiado literário, não é sério, não é profissional. Não é um “profissional da profissão”, como dizia Godard a propósito do cinema. Em suma, é um autor que não cai bem para os historiadores das ciências. Ao mesmo tempo, para os foucauldianos, essa ideia também é muito provocadora. “Foucault, o quê?!, apenas um historiador das ciências? Sendo que ele é um profeta do extremo, um teórico da liberação, um nietzschiano...”

Portanto, desse ponto de vista, essa ideia parecia-me bastante divertida. Se considerarmos que Foucault é um historiador das ciências no sentido da epistemologia histórica, sim, isso dá efetivamente certo. Ele se interessa por assuntos muito delimitados, e é verdade que seus trabalhos sobre a história da medicina e sobre a história da psiquiatria revolucionaram a história das ciências. Agora, há toda uma série de tentativas de reavaliação de Foucault: *Rewriting the History of Madness, Reassessing Foucault*, “gestação da clínica *versus* nascimento da clínica”³¹. Há uma quantidade enorme de trabalhos de historiadores das ciências que criticam Foucault, salvo que suas grandes disciplinas nasceram de Foucault. Ninguém fazia história do asilo antes dele, muito poucas pessoas se interessavam pela Escola médica de Paris antes dele³². Em todo caso, eram domínios muito especializados, que se transformaram em domínios filosóficos integrais a partir de Foucault. Portanto, eu diria que sim, *Foucault é um historiador das ciências*³³.

Por outro lado, se dissermos que ele é um historiador das ciências do ponto de vista da epistemologia histórica, não nos espantaremos que ele tenha se colocado questões acerca da história da verdade, da história das normas, da história da racionalidade etc. O famoso texto que Foucault dedica a Canguilhem, em que se interroga sobre o que é a história da racionalidade, é uma geografia dos racionalistas, ou a história das racionalidades³⁴. Isso me parece inteiramente coerente, ainda que disso

31 Ver especialmente A. Still e I. Veoldy, *Rewriting the History of Madness* (London; New York: Routledge, 1992), 225. Cf. também C. Jones e R. Porter, *Reassessing Foucault: Power, Medicine and the Body* (London; New York: Routledge, 1994).

32 No artigo “Darembert et les débuts de l'histoire de la médecine en France”, Braunstein afirma que, até a publicação de *Nascimento da Clínica*, a Escola Médica de Paris era praticamente ignorada pelos historiadores da medicina franceses. “Essas escolas”, escreveu “foi estudada sobretudo pelos autores anglo-saxões, como Erwin Ackerknecht, mais sensíveis, desde Henry Sigerist, aos aspectos sociais da história da medicina”. Ver, a esse respeito, o livro de Ackerknecht, *Medicine at the Paris Hospital (1794-1848)* (Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1967).

33 J.-F. Braunstein, “Foucault, de l'histoire des sciences à l'épistémologie historique,” in *Foucault(s) 1984-2014*, no prelo.

34 Para um comentário a todas essas questões, ver J.-F. Braunstein, “Bachelard, Canguilhem...” in *Les*

seja preciso constantemente desconfiar. Sempre é preciso ler Foucault seja com os documentos seja com os outros historiadores, porque, tratando-se de história da medicina e de história da psiquiatria, aqueles que confiam inteiramente em Foucault enganam-se. Foucault *interpreta*. François Delaporte teve muita dificuldade para fazer a edição de *Nascimento da clínica* para a Pléiade, porque diversas referências são falsas ou não são boas³⁵. É muito complicado... Eu li uma tese interessante há alguns anos de alguém que tentou refazer a história de Pinel, do tratamento moral, sem Foucault ou fora dele. Acabou não dando inteiramente certo, mas essa ideia era efetivamente muito boa. Ou também o livro *Consoler et classifier*, de Jan Goldstein, sobre a história da psiquiatria³⁶. Trata-se de um livro muito interessante porque sua autora tenta confrontar Foucault com Gauchet e Swain para fazer uma verdadeira história da psiquiatria. O desafio está realmente nisso.

Quantos *masters*³⁷ aceitei sobre a história do asilo em que as pessoas tinham lido apenas Foucault? Eu disse aos estudantes: “não, leia também outras coisas; leia Pinel, por exemplo”. É esse o efeito perverso da glória de Foucault: não se verifica. Ora, Foucault pode se enganar. Ele pode interpretar em tal ou tal sentido. Portanto, desse ponto de vista, é interessante ver que há diversas leituras possíveis de Foucault.

T.S.A. e M.C.: *A recepção brasileira pode oferecer um claro exemplo da importância do lado historiador das ciências de Foucault: Nascimento da clínica nasceu como um clássico entre nós. Ele nos foi apresentado como uma das maiores obras de história da medicina no século XX. Como se explica, então, o que o senhor chamou, em outra ocasião, “uma surpreendente ausência de reação quando da publicação de Nascimento da clínica na França”?*

Jean-François Braunstein: Desde Daremberg, a história da medicina está morta na França. No final do século XIX, a história da medicina torna-se essencialmente filológica, acerca de Hipócrates, de Galeno etc. Com Daremberg, vemos a ideia de que não é preciso fazer filosofia, não é preciso refletir: é preciso apenas estabelecer os textos³⁸. Então, a ideia de uma história social da medicina como havia nos Estados Unidos e por toda a parte no mundo desaparece completamente na França, por diversas razões que se ligam, na minha opinião, ao ensino universitário da medicina. Nunca tivemos departamentos de história da medicina. Os primeiros historiadores reúnem-se acerca da Escola dos *Annales*. Há alguns historiadores do corpo e da saúde, mas não são historiadores da medicina. Os historiadores das mentalidades não se interessam evidentemente pela medicina; eles vão se interessar preferencialmente pela água, pelo banho, pelos curativos, pela dor. Há trabalhos muito interessantes de Jean-Pierre Peter ou de Georges Vigarello, por exemplo³⁹. Mas a história da medicina é demasiado “científica” para interessá-los. Então, de um lado, a história da medicina tradicional é interrompida e se torna filologia, com grandes especialistas em Hipócrates,

philosophes et la Science, 920-963.

35 Ver M. Foucault, *La naissance de la clinique*. Édition dirigée par François Delaporte, in *Œuvres*. Tome I. Bibliothèque de la Pléiade (Paris: Gallimard, 2015).

36 J. Goldstein, *Console and Classify: The French Psychiatric Profession in the Nineteenth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987). Para a tradução francesa, ver J. Goldstein, *Consoler et classifier: l'essor de la psychiatrie française*. Collection “Les empêcheurs de penser en rond” (Le Plessis-Robinson: Institut Synthelabo, 1997).

37 Equivalente ao quarto e ao quinto ano da formação universitária na Europa, nos quais se propõe um projeto de estudos a um orientador ou supervisor.

38 J.-F. Braunstein, “Daremberg et les débuts de l'histoire de la médecine en France,” in *Revue d'histoire des sciences*, [vol.] 58, 2, juil.-déc. (2005): 367-387. Para a tradução brasileira, ver J.-F. Braunstein, “Daremberg e os começos da história da medicina na França,” in *Da medicina às ciências humanas* (2017), no prelo.

39 Ver, por exemplo, J.-P. Peter “Linges de souffrance, texture de chair: Problèmes et stratégies du pansement,” in *Ethnologie française*, [vol.] 19, 1 (1989). 75-82.

e nada mais. De outro lado, o lugar em que a história da medicina seria mais desenvolvido é em torno dos *Annales*, mas sobretudo como uma história do corpo ou da saúde.

Nos *Annales* desenvolveu-se, no entanto, um conflito entre a história das ciências e a história das mentalidades. Há um belíssimo artigo de Yvette Conry sobre esse problema⁴⁰, no qual ela tenta defender a história das ciências contra as críticas dos historiadores das mentalidades. Entretanto, até uma época recente, isso foi muito complicado. Por exemplo, entre 2007 e 2010, Raphael Mandressi e eu dirigimos o seminário “História da medicina e dos saberes científicos sobre o corpo” na *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS). Mandressi é um historiador da medicina, porém era a primeira vez, penso eu, que havia um seminário de história da medicina na *École des hautes études*. Houve seminários sobre história da saúde, do corpo, da sexualidade, mas a medicina é científica demais para ser um objeto para os historiadores dos *Annales*. O único grande historiador que trabalhou neste sentido é Jacques Léonard, que morreu muito cedo. Estive em contato com ele na época, já faz bastante tempo. Ele tinha se colocado essa questão em *La médecine entre les pouvoirs et les savoirs*⁴¹, no qual ele poderia ter de fato lançado alguma coisa. No entanto, ele não conheceu uma grande continuidade nessa abordagem.

Daí o fato de que ninguém lê *Nascimento da clínica*. No exterior se lê, e como um clássico da história da medicina. Basta ler as resenhas da época. Na França, é surpreendente ver que há somente uma resenha notável, a de Dagognet na *Critique*. Mas se trata de uma resenha um tanto ambivalente, já que ele reconhece a partir da “magistral *História da loucura*” o potencial de sistematização do *a priori* histórico, que implica “a fidelidade ao transcendental, assim como o desvio dos resultados do kantismo”⁴². Mas, ao mesmo tempo, ele vai perguntar a Foucault: “você ‘bateu’ forte na psiquiatria no seu livro anterior, por que você não ‘bate’ tão forte na medicina?”. Afinal, seria possível fazer uma crítica radical da medicina também. Ora, elogiar a medicina é muito menos vendável do que bater na psiquiatria. Dizer que os psiquiatras são policiais, que Pinel é um torturador e que o asilo é lugar de rejeição, o que é verdadeiro em certo sentido, isso tem muito sucesso. Dizer que Bichat e Broussais são equivalentes de Rilke e de Hölderlin, isso soa estranho. Assim, ninguém entende bem o que se passa.

É incrível que mesmo hoje os leitores de *Nascimento da clínica*, inclusive os foucauldianos, sejam uma ínfima minoria, ao passo que este é um dos mais belos livros de Foucault, penso eu, por suas mesclas de história e de literatura. É um livro muito literário. Mas quantos estudantes trabalham sobre *Nascimento da clínica*? Muito poucos, creio...

T.S.A. e M.C.: *Historiadores como Jacques Léonard ou Mirko Grmek não teriam lançado pesquisas que permanecem atuais em história da medicina na França?*

Jean-François Braunstein: Se considerarmos os trabalhos que Mirko Grmek fez sobre a edição dos manuscritos de Claude Bernard, ele se inscreve de certo modo na

40 Y. Conry, “Combats pour l’histoire des sciences : lettre ouverte aux historiens des mentalités,” in *Revue de Synthèse*, [vol.] 104 (1983/07): 363-406.

41 J. Léonard, *La médecine entre les pouvoirs et les savoirs: histoire intellectuelle et politique de la médecine française au XIXe siècle* (Paris: Aubier, 1981).

42 F. Dagognet, “Archéologie ou histoire de la médecine,” in *Critique*, [vol.] 21 (1965): 440.

tradição de Daremberg, aquela da história séria⁴³. Ao mesmo tempo, ele escreveu sua *Histoire du sida*⁴⁴, que é um livro fabuloso, apaixonante, entusiasmante. Mas não há tradição. Vejo uma ou duas pessoas que trabalham nessa direção, mas não muitas. Por outro lado, há, sim, tradição de Jacques Léonard, seriam pessoas como a historiadora Anne Carol. No entanto, é preciso admitir que não há história da medicina na França. Se você quiser fazer história da medicina, não haverá sequer um lugar, sequer um instituto de história da medicina. Havia uma cadeira de história da medicina na Faculdade de Medicina, aquela que era a cadeira de Daremberg, mas ela já não existe mais. Há individualidades, pessoas como Delaporte, por exemplo, que é um brilhantíssimo historiador da medicina. Ele trabalhou com médicos, sobretudo em Amiens acerca das questões sobre transplante. Ademais, sei que ele seja muito conhecido na América do Sul⁴⁵. De fato, Delaporte é efetivamente um dos verdadeiros sucessores de Canguilhem. Ele é, no entanto, um óvni: ele é um dos raros a ter feito sua tese com Foucault, em seguida ele ensinou principalmente no exterior. Ocorre que sua carreira foi um pouco marginalizada, não obstante ele seja um brilhante historiador da medicina. Logo, ele não teve ocasião de ter muitos discípulos, sucessores.

Há, portanto, algumas individualidades isoladas, mas não há escola, nem em torno de Grmek nem em torno de Léonard, nem em torno de Peter que poderia ter sido, em certo momento, um desses historiadores da medicina. Penso que sobre isso pesam questões ligadas à instituição do ensino da medicina. Para a quase totalidade dos professores franceses da medicina, a história da medicina não existe. Ela não apresenta nenhum interesse. A rigor, ela serve a aposentados que não sabem bem o que fazer. A Sociedade Francesa de História da Medicina, que me deu um prêmio há quase trinta anos⁴⁶, não é uma sociedade científica em sentido clássico. Antes, são historiadores da medicina americanos, amadores, aposentados, que se interessam por esse tipo de coisa. O que é, evidentemente, uma grande pena, pois no exterior há uma massa enorme de trabalhos, teses, pesquisas que são extremamente ricas e apaixonantes sobre a história da medicina, inclusive francesa.

T.S.A. e M.C.: *O senhor aproximou as escolas francesa e polonesa da história da medicina. Pode nos falar do ar de família entre Canguilhem e Fleck?*

Jean-François Braunstein: É verdade que Canguilhem é rapidamente reconhecido – ele tem uma cadeira –, ao passo que Fleck permanecerá sempre à margem. Mas, para além disso, há certa simultaneidade histórica interessante⁴⁷. A princípio, pelo fato de que um é vítima, enquanto judeu, da barbárie nazista, e de que o outro combate o nazismo em seu país. Mas me pareceu também que havia alguns pontos de vista comuns, principalmente em torno das relações entre ciência e sociedade, ciência e ideologia: a medicina é impelida, digamos, por demandas populares, sociais, políticas.

43 Ver M. Grmek, *Catalogue des manuscrits de Claude Bernard*. Avec la bibliographie de ses travaux imprimés et des études sur son œuvre. Édition du Collège de France (Paris: Masson, 1967). Cf. também M. Grmek, *Raisonnement expérimental et recherches toxicologiques chez Claude Bernard* (Genève; Paris: Droz, 1973).

44 M. Grmek, *Histoire du sida* (Paris: Payot, 1989).

45 F. Delaporte, *Histoire de la fièvre jaune: naissance de la médecine tropicale*. Présentation de Georges Canguilhem. Collection “Médecine et sociétés” (Paris: Payot, 1989). Esta obra foi traduzida em diversas línguas. Ver também F. Delaporte, *La maladie de Chagas: histoire d'un fléau continental* (Paris: Payot, 1999), 219. Para a edição brasileira, ver *A doença de Chagas: história de uma calamidade continental* (Ribeirão Preto: Holos, 2003).

46 Ver o discurso de recepção do prêmio da *Société française d'histoire de la médecine*: J.-F. Braunstein, “Broussais et le matérialisme,” *Histoire des sciences médicales*, [vol.] XXI, 1 (1987): 33-36. Para a tradução brasileira, ver “Broussais e o materialismo,” in *Ibid. Da medicina [...]* (2017), no prelo.

47 J.-F. Braunstein, “Deux philosophies de la médecine: Canguilhem et Fleck,” in *Philosophie et médecine. En hommage à Georges Canguilhem*, ed. A. Fagot-Largeault e C. Debru e M. Morange (Paris: Vrin, 2008), 63-80. Para a tradução brasileira, ver “Duas filosofias da medicina: Canguilhem e Fleck,” in *Ibid. Da medicina [...]* (2017), no prelo.

Há também, tanto em um quanto em outro, a ideia de uma historicidade da verdade, e a ideia de que as normas são constrangedoras. Trata-se da famosa harmonia das ilusões de que Fleck trata. As ideologias médicas de que você falava nas *Journées d'études Épistémologie Historique*, Tiago, são algo que se poderia encontrar em Fleck. Outro aspecto também é a ideia de que há um estilo de pensamento médico. Fleck desenvolve efetivamente essa ideia de estilo de pensamento acerca da medicina que o tornará célebre. Nos primeiros artigos em que fala de estilo de pensamento, ele o faz a propósito do estilo de pensamento médico. Há, portanto, segundo ele, um estilo de pensamento próprio à medicina. E em Fleck encontra-se também a ideia de que, no fundo, a filosofia da medicina é algo de radicalmente diferente da filosofia da química, da biologia, da física. Ambos têm, portanto, essa sensibilidade para a particularidade da medicina.

Em seguida, há também a importância, digamos, do não científico na ciência, o que Fleck chama *Urideen*, as ideias originais, antigas, que acabam por ter um papel relativamente positivo. Por sua vez, Canguilhem escreveu a propósito de “antigas imagens”, que tiveram, elas também, um papel positivo. Ambos os autores sempre tomam aproximadamente os mesmos exemplos: a célula, a bactéria etc. Tratam-se de velhas histórias que, entretanto, têm um papel positivo. Portanto, desse ponto de vista, não há, como em Bachelard, a crítica do papel da imaginação no começo da ciência. Ao contrário, é a ideia de que a ciência sempre começa por imagens. A ciência é sempre “impura”, de modo que seu ponto de partida nunca é a ciência verdadeira. Em Fleck, isso está dito claramente: ele coloca-se contra o Círculo de Viena, contra a ideia de uma ruptura radical entre ciência e não ciência, ciência e imagem, ciência e ideologia. E Canguilhem também julga ingênua essa ideia do Círculo de Viena, de que um dia a ciência começa. Não, a ciência não começa; ela já está sempre em germe no pré-científico. Mesmo se isso for contra a representação tradicional de Canguilhem como pensador das descontinuidades, eu diria que há, ao contrário, fortes continuidades. Por exemplo, entre a imagem do reflexo em um espelho e o conceito de reflexo há efetivamente uma continuidade. Por sua vez, Fleck pensa que germes de racionalidade já se encontram nas mais míticas das ciências. É a mesma ideia, ainda que com isso eu remonte às minhas obsessões, em Auguste Comte. A teoria da “idade teológica” em Comte é a explicação pelos deuses. Ora, é explicação, portanto, já é ciência de certa maneira. Canguilhem cita as páginas bem famosas de Comte sobre o fetichismo e sobre o espírito teológico como sendo efetivamente a compreensão de que a ciência não começa a partir do zero. Ela começa com a não ciência. De certa maneira, portanto, penso que a mesma ideia se encontra em Fleck: as velhas imagens são inspiradoras. Elas fazem existir alguma coisa. Não se pode começar a ciência a partir de nada. Ela começa sempre a partir de antigas imagens, velhas noções etc.

Outro ponto em comum entre os dois que me parecia interessante é o estilo: uma ética sem fraseados. Eles não criam uma “lábria” nem falam de qualquer maneira. O Canguilhem da Resistência jamais fala de sua resistência. Ele fala apenas de Cavailès e de uma maneira bastante conceitual, procurando dizer o que é a Resistência. Por sua vez, Fleck escreve um artigo alucinante sobre o laboratório de Auschwitz ao qual ele foi conduzido para trabalhar sobre o tifo para sobreviver⁴⁸. É um texto completamente fascinante, pois ele fala disso como se fosse interessante de um ponto de vista epistemológico, ao passo que era o fundo do inferno. Ele fala disso como uma espécie, digamos, de epistemologia aplicada. É incrível. Portanto, ambos os autores atravessam um período catastrófico, e tentam seja sobreviver seja combater sem fazer fraseados. É também o que me parecia bastante simpático nos dois. Ora, há muitas diferenças,

48 L. Fleck, “Problèmes de théorie des sciences,” *Archives de philosophie*, [vol.] 73, 4 (2010): 585-600.

evidentemente, principalmente pelo fato de que a questão da norma é, com efeito, menos presente em Fleck do que em Canguilhem. A recuperação de Fleck por Latour ou outros é efetivamente possível⁴⁹, ao passo que a de Canguilhem é impossível.

T.S.A. e M.C.: *A publicação das obras de Canguilhem nos revela a unidade de um pensamento, ou se trata na verdade – segundo a expressão do próprio Canguilhem sobre a história das ciências em Bachelard – da “edificação difícil, contrariada, retomada e retificada” de um pensamento?*

Jean-François Braunstein: Eu escolheria a segunda, é claro, mas me parece que essa obra mostra ao mesmo tempo a unidade de uma motivação, a unidade de um estado de espírito. O primeiro e talvez o segundo volume das *Œuvres complètes* de Canguilhem mostram bem que ele não faz história das ciências apenas como uma profissão ou como um *hobby*⁵⁰. Para ele, a história das ciências responde a exigências, digamos, políticas, éticas, portanto, a engajamentos fundamentais. Há coisas que são inaceitáveis para Canguilhem: a concepção determinista do meio, a reificação do homem pela psicologia e pela sociologia do trabalho. Desde o começo da trajetória de Canguilhem, é fascinante ler seus textos contra o Exército, contra a hierarquia. No Exército, ele não suporta que o soldado seja tratado como uma peça ou ferramenta. É exatamente o que ele vai dizer trinta, quarenta, cinquenta anos depois em seus textos sobre o homem no trabalho, o meio e as normas etc.

No entanto, não há unidade. Seria absurdo dizer que Canguilhem é até o fim de sua vida uma espécie de discípulo de Alain ou de Lagneau. Não é o caso, evidentemente. A prova é que ele não fala dos mesmos assuntos, não fala da mesma maneira, e que, efetivamente, ele refuta as teses de Alain, de Lagneau etc. Portanto, Canguilhem não é, como se diz algumas vezes, o filósofo do pensamento, da escola reflexiva do pensamento. Não! Em contrapartida, ele mantém o mesmo *tônus*. Penso que o termo mais bem adaptado seja o de *tônus*. Para quem o ouviu como eu ao final de sua vida pronunciar a conferência “Qu’est-ce qu’un philosophe en France aujourd’hui?” [“O que é um filósofo na França hoje?”]⁵¹, na qual ele se enervou muito violentamente contra um filósofo a serviço das empresas, ele é *tônico*, efetivamente. Ele deve ter oitenta e poucos anos, mas tem o mesmo *tônus* de quando ele se levantava contra a preparação militar na *École normale supérieure*. Então seria isso a unidade de uma obra?... Penso que não, pois há efetivamente um monte de coisas muito diversas. Trata-se de uma obra de historiador das ciências ou não, isso é uma verdadeira questão.

Segundo a tese de Camille Limoges, que é muito grande conhecedor de Canguilhem⁵², e com quem tive a oportunidade de trabalhar, Canguilhem é historiador das ciências no momento em que ele é professor de história das ciências na Sorbonne. É um pouco excessivo, talvez, mas ele tem uma verdadeira ideia. No fundo, Canguilhem apresenta-se frequentemente como um filósofo utilizando os conceitos da biologia, da medicina, com fins filosóficos ou antropológicos. A unidade será efetivamente a filosofia como sistematização e hierarquia de valores. Penso que desse ponto de vista, todavia, Canguilhem seja um filósofo. Mas não um filósofo no sentido tradicional, que ele execra tanto quanto o fazia Auguste Comte. Para ele, os filósofos

49 J.-F. Braunstein, “Thomas Kuhn lecteur de Ludwik Fleck,” 403-422.

50 G. Canguilhem, *Œuvres complètes. Écrits philosophiques et politiques (1926-1939)*. Tome I. Sous la direction de Jean-François Braunstein et Yves Schwartz (Paris: Vrin, 2012).

51 G. Canguilhem, “Qu’est-ce qu’un philosophe en France aujourd’hui ?,” *Commentaire*, [vol.] 14, 53 (1991): 107-112.

52 Ver o tomo das obras completas de Canguilhem editado por Limoges em *Œuvres complètes. Résistance, philosophie biologique et histoire des sciences (1940-1965)*. Tome IV. Textes présentés et annotés par Camille Limoges (Paris: Vrin, 2015).

que não se interessam por objetos, que não fazem o esforço de se exercer em tal ou tal disciplina científica, não são verdadeiramente filósofos. Eles são filósofos apenas se lidarem com diversos “valores”. É a ideia de que, no fundo, o trabalho do filósofo é o de sistematizar, como dizia Comte, ou de hierarquizar valores, como diria Canguilhem.

Portanto, eu diria que ele mantém a mesma inspiração, o mesmo tônus, mas também objetos que algumas vezes continuam os mesmos. E isso é fascinante. Em princípio, o conceito de meio é um conceito popular: de qual meio você vem, em qual meio você vive e trabalha? Ao mesmo tempo, há o conceito de meio em Lamarck, em Comte, em Bichat etc. É verdade que ver aparecer esse Canguilhem que chamei de “perdido”⁵³ surpreendeu muitos leitores. Mas isso me parece inteiramente coerente. É de certo modo uma descoberta que fiz graças a Limoges. Eu me dizia que antes de 1943, durante quase quarenta anos de sua vida, Canguilhem devia realmente ter feito alguma coisa, mas eu não sabia o quê. Olhando a bibliografia da edição americana, eu disse “olhe só, há muitas coisas!”. Efetivamente, penso que o som, a tonalidade de seus escritos de juventude é exatamente a mesma daqueles do fim de sua vida. Eu diria, portanto, que sim, há uma unidade de postura, praticamente em sentido corporal, mas não uma unidade de tema e de objeto.

53 J.-F. Braustein, “A la découverte d’un Canguilhem perdu,” in *Œuvres complètes, tome I*, 101-137. Cf. também o artigo histórico no qual primeiro se detalhou em que consistia o “Canguilhem perdido”, J.-F. Braustein, “Canguilhem avant Canguilhem”, *Revue d’histoire des sciences*, [vol.] 53, 1 (2000): 9-26.



DOSSIÊ "Georges Canguilhem, a história e os historiadores"

Entretien avec Jean-François Braunstein

Tiago Santos Almeida

Doctorant en Histoire – Universidade de São Paulo (USP)

tiagoalmeida@usp.br

Marcos Camolezi

Doctorant en Philosophie – USP /

Univ. Paris 1 Panthéon-Sorbonne

marcos.camolezi@usp.br

Recebido em /Aprovado em : entrevista selecionada.

Como citar este artigo: Almeida, Tiago Santos e Camolezi, Marcos. "Entretien avec Jean-François Braunstein". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 172-185. 2016. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Tiago Santos Almeida et Marcos Camolezi: *Philosophe de formation, comment êtes-vous venu à l'histoire de la médecine ?*

Jean-François Braunstein: J'ai commencé comme historien de la philosophie pure et simple, si je puis dire. Mais cela était lié à un monde englouti : c'était le monde de l'histoire du matérialisme. Je travaillais avec quelqu'un qui était dans ce bureau [CHSPM, Centre d'histoire des systèmes de pensée modernes], Olivier Bloch, et qui travaillait justement sur l'histoire du matérialisme. A cette époque-là, il m'était apparu que l'auteur principal qui représentait le matérialisme en France au XIXe siècle, c'était Broussais, qui critiquait l'ontologie à la fois philosophique et médicale¹. Donc, je suis parti de travaux sur l'histoire du matérialisme, mais, assez rapidement, je me suis aperçu que je n'étais pas tombé sur Broussais par hasard. Effectivement, c'est un auteur tout à fait central dans *Le normal et le pathologique* de Canguilhem et dans la *Naissance de la clinique* de Michel Foucault. Il permettait de mieux comprendre les thèses de Canguilhem et de Foucault, et éventuellement de les compléter quelque peu dans la mesure où le succès des thèses de Broussais, et son originalité même, venaient aussi de son côté philosophique. Quand Canguilhem, Foucault ou Erwin Ackerknecht, les historiens de la médecine classique, parlent de l'École médicale de Paris, ils parlent très peu, ou relativement peu, de la philosophie de cette école médicale. Or, il m'a semblé qu'il y avait un intérêt proprement philosophique dans l'œuvre de Broussais.

Donc, c'est ainsi que je me suis ensuite intéressé à l'histoire de la médecine, à l'histoire de la psychiatrie, et que j'ai tourné autour de ces œuvres de Canguilhem, Foucault, Bachelard, etc. Par ailleurs, je dirais qu'il y avait aussi une tradition qui existait dans l'Université française à cette époque-là, qui était encore la suite de Canguilhem. Je pense, par exemple, à quelqu'un comme François Dagognet, un personnage assez fascinant par la curiosité universelle qui était la sienne, par les champs qu'il ouvrait, mais qui était aussi un personnage assez compliqué, et avec qui je n'ai pas vraiment travaillé, mais que j'ai croisé et recroisé. Voilà donc en gros le point de départ. C'est l'histoire du matérialisme – mais, en même temps, c'est ennuyeux

¹ Voir J.-F. Braunstein, *Broussais et le matérialisme. Médecine et philosophie au XIXe siècle* (Paris: Méridiens-Klincksieck, 1986).

l'histoire de la philosophie. Je m'étais dit : il faut faire quelque chose d'autre, en me servant de la formule canguilhemienne « toute matière étrangère est bonne »². Donc, c'est l'histoire des sciences qui m'a intéressé pour essayer de réfléchir en tant que philosophe sur une matière étrangère.

T.S.A / M.C: *Et comment êtes-vous arrivé à Auguste Comte ?*

Jean-François Braunstein: Parce que j'aime bien les fous, peut-être ? Et parce que j'aime bien les personnages très paradoxaux... Je le connaissais comme tout le monde, comme un historien des sciences classique, mais je me suis vite rendu compte qu'il y avait toute une partie de l'œuvre d'Auguste Comte qui était totalement ignorée, y compris par Canguilhem et par d'autres. C'était l'aspect médical, la médecine d'Auguste Comte³. Cela m'a mis ensuite sur la piste de la deuxième philosophie d'Auguste Comte, qui est une philosophie effectivement religieuse, synthétique, comme il le dit, subjective⁴. J'ai relu tous les travaux de Comte que personne ne lisait depuis bien longtemps et cela m'a relativement intéressé, en particulier parce qu'Auguste Comte, je dirais, c'est le XIXe siècle. Il y a vraiment chez Auguste Comte la double tendance du XIXe siècle : les sciences les plus rigoureuses, les plus pures, le polytechnicien, le mathématicien, toute une philosophie est basée là-dessus, qui a une énorme importance dans la constitution de la IIIe République, de la laïcité, de l'école, etc. Et puis, sur l'autre face, il y a le fondateur de religion, assez délirant. Cela est assez courant. Par exemple, pour Fechner c'est exactement le même principe. Fechner est le plus scientifique des psychologues et c'est par ailleurs le plus délirant des psychologues. Il écrit bon nombre de livres sur *L'âme des plantes*, sur le Zend Avesta, et c'est cela qui me fascine assez. Sur ces questions il y a un très beau livre, *Les trois cultures*⁵, que j'ai beaucoup apprécié, où Wolf Lepenies montre que la difficulté de fonder les sciences humaines au XIXe siècle tient au fait qu'elles sont *entre* les sciences et les humanités, les sciences physiques et les humanités littéraires. C'est en partie pour cela que ceux qui essaient de fonder les sciences humaines « craquent » d'une certaine manière.

Donc, de ce point de vue-là, je me suis aussi intéressé à l'histoire des sciences humaines et de leurs rapports à la médecine, à la physiologie et à la philosophie. Dans le vieux livre que j'avais coécrit sur *l'Histoire de la psychologie*, c'est cela qui m'intéressait au fond. Comment des vieilles questions philosophiques sont reprises, traitées, transformées dans des disciplines nouvelles, les sciences humaines, et comment la médecine, la physiologie ou la théorie du cerveau interviennent comme élément de transformation de ces problèmes ? En gros, l'idée c'est que les problèmes continuent d'une certaine manière, comme la question de l'âme et du corps, mais changent complètement et radicalement : le cerveau et le corps plutôt que l'âme et le corps, le physique et le moral plutôt que la question du monisme et ainsi de suite⁷. C'est cela le point de départ.

2 "La philosophie est une réflexion pour qui toute matière étrangère est bonne, et nous dirions volontiers pour qui toute bonne matière doit être étrangère." Voir Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique* (Paris: Puf, 1966), 7.

3 Voir J.-F. Braunstein, *La philosophie de la médecine d'Auguste Comte. Vierge Mère, vaches folles et morts vivants*. Collection "Science, histoire et société" (Paris: Puf, 2009). Cf. aussi J.-F. Braunstein, "Auguste Comte et la psychiatrie," *Les cahiers du Centre Georges Canguilhem*, 2 (2008/1): 259-282.

4 Voir J.-F. Braunstein, "La religion des morts-vivants. Le culte des morts chez Auguste Comte," *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, [vol.] 87 (2003/1): 59-73.

5 W. Lepenies, *Die drei Kulturen : Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft* (München: Hanser, 1985). Para a tradução francesa, ver W. Lepenies, *Les trois cultures: entre science et littérature, l'avènement de la sociologie*, trad., ed. Henri Plard (Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1990). Pour la traduction brésilienne, voir W. Lepenies, *A três culturas*, trad., ed. Maria Clara Cescato (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp, 1996).

6 J.-F. Braunstein e E. Pewzner, *Histoire de la psychologie* (Paris: Armand Colin, 1999). Pour la traduction portugaise, voir ver J.-F. Braunstein e E. Pewzner, *História da psicologia*, trad., ed. A. Emílio (Lisboa: Instituto Piaget, 2003).

7 Voir J.-F. Braunstein "Antipsychologisme et philosophie du cerveau chez Auguste Comte," *Revue*

Alors, pourquoi Comte ? Pour la plus grande gloire du Brésil, si l'on veut [rires]... D'abord, il faut évidemment se méfier. Comte a une très mauvaise réputation : on dit soit que c'est un positiviste plat, soit que c'est un dingue, un fou furieux à éviter. Moi, je trouve que c'est un auteur assez intéressant si l'on arrive à surmonter son style compliqué et le caractère délirant de sa religion. C'est un personnage très frappant. J'ai écrit sur tous les aspects les plus délirants de Comte, comme les « utopies positives », et qui sont des aspects très troublants, parce que tout ce dont il parle, l'avenir humain, la fécondation artificielle, les vaches folles, la longévité, le cerveau, ce sont effectivement des thèmes très présents aujourd'hui. J'ai été un peu rasséréiné quand j'ai vu que Michel Houellebecq avait lu Comte, et Lévi-Strauss aussi de son côté⁸. C'est vrai que ce sont des choses assez fascinantes. Je pense qu'Auguste Comte est un personnage qui est fou d'une certaine manière, mais ce n'est pas du tout un personnage dépassé. C'est un personnage post-moderne, à mon avis. Dans le livre *Comte after Positivism*⁹, il apparaît même comme une espèce de Richard Rorty amélioré. Je trouve que ce n'est pas absurde. Il y a quelque chose de très intéressant chez lui. Ce n'est pas le côté vieillot, si je puis dire, celui de fondateur de la philosophie des sciences, qui est bien sûr important pour l'histoire des sciences.

Il est vrai que, si l'on parle dans un journal d'histoire des sciences, la discipline a été inventée, revendiquée, fondée par Comte et par ses disciples. Mais je pense que, jusqu'à une période très récente, les problématiques qui sont celles de Comte dans le domaine de l'histoire des sciences sont encore des problématiques valides. Surtout, la question du rapport de la science et de la politique, les questions de l'unité ou de la diversité des sciences, la question du progrès ou non des sciences, ce sont des questions qui ont l'air dépassées mais jusqu'à Canguilhem au moins, voire jusqu'à Foucault, ce sont encore des questions présentes. Je dirais même qu'elles sont présentes quasiment institutionnellement. Vous êtes venus l'autre jour à l'appartement d'Auguste Comte : il existe comme au premier jour. Et lorsque l'Institut d'histoire des sciences existait encore sous sa forme ancienne, il y avait un tableau d'Abel Rey¹⁰. Donc, on ne s'est pas si éloigné que cela, d'une certaine manière.

T.S.A / M.C: *A la deuxième moitié du XXe siècle, à côté de la philosophie du sujet – pour reprendre l'expression de Foucault – et de la révolution culturaliste, l'épistémologie historique semblait être un affaire de vieux, un sujet démodé. Qu'en est-il de l'épistémologie historique aujourd'hui ?*

Jean-François Braunstein: Il faut d'abord s'entendre sur ce que l'on appelle l'épistémologie historique. Ce sont vos travaux qui vont préciser ce qu'il en est. Est-ce que c'est juste une approche philosophique très générale de l'histoire des sciences, ou est-ce que cela permet d'aller plus loin ? Il me semble que cela permet déjà de dépasser le vieux débat vérité *versus* histoire ou philosophie de la connaissance *versus* histoire des connaissances. L'idée de l'épistémologie historique, telle que la pratiquaient Canguilhem, ses prédécesseurs et ses successeurs, c'est qu'il faut avoir une histoire des concepts qui n'est pas une relativisation universelle des concepts¹¹. Il peut y avoir des concepts qui évoluent dans le temps, mais ce

Internationale de Philosophie, [vol.] 52, 203 (1998): 7-28. Pour la traduction brésilienne, voir "Antipsicologismo e filosofia do cérebro em Auguste Comte," in *Da medicina às ciências humanas*, org., trad. e introduzido por Tiago Almeida e Marcos Camolezi. Prefácio de Jean-François Braunstein (São Paulo: LiberArs, 2017), à paraître.

8 Voir la préface de Michel Houellebecq à *Auguste Comte aujourd'hui*. Colloque de Cerisy, 3-10 juillet 2001, ed. M. Bourdeau J.-F. Braunstein e A. Petit (Paris: Kimé, 2003), 321. Quant à Lévi-Strauss lecteur de Comte, voir notamment le chapitre "Le temps retrouvé," in *La pensée sauvage*. Édition Pocket (Paris: Plon, 1962), 262-264.

9 R. C. Scharff, *Comte after positivism* (Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1995).

10 J.-F. Braunstein, "Abel Rey et les débuts de l'Institut d'histoire des sciences et des techniques," in M. Bitbol e J. Gayon, *L'épistémologie française* (Paris: Éditions Matériologiques, 2015), 165-182.

11 J.-F. Braunstein, "Die Geschichte des Regionsbegriff in der Epistemologie," in A. Deuber-Mankowsky e C. Holzhey, *Situiertes Wissen und regionale Epistemologie. Zur Aktualität Georges Canguilhems und Donna J. Haraways* (Wien/Berlin: Turia + Kant, 2013), 35-49.

n'est pas une critique du rationalisme, ce n'est pas un relativisme, un nietzschéisme, un pur historicisme. Je pense que l'on peut effectivement étudier l'histoire des concepts scientifiques d'une manière qui ne les fait pas s'évanouir. Cela existe, cela a une cohérence. En refusant l'idée de précurseur¹², l'idée de Canguilhem c'est de montrer qu'on peut effectivement faire l'histoire d'un système de pensée. « Histoire des systèmes de pensée » est le titre de la chaire de Foucault au Collège de France, « Philosophie et histoire des concepts scientifiques » est le titre de la chaire de Hacking¹³. Donc je pense que l'on peut faire de l'histoire sans relativiser pour autant la connaissance. C'est une théorie qui est effectivement historique et critique.

Quant au rapport de l'histoire des sciences à la société, je dirais que l'approche de Canguilhem et des autres est une approche relativement intéressante. Il y a évidemment un poids de la société ou de la culture sur la science. Les sciences sont dans leur époque, mais en même temps elles ne se réduisent pas à cela. De ce point de vue-là, il y a donc une critique des *Science and technology studies* ou de l'idée d'une « sociologisation » des sciences. Les sciences sont liées à la société, mais néanmoins elles ne sont pas le pur résultat de la société. Quoique très mal connus en France, les travaux de Ludwik Fleck sont extrêmement intéressants à cet égard¹⁴. Du point de vue des rapports entre science et société, l'histoire de la médecine est un cas exemplaire. Dans les Journées d'étude Épistémologie Historique que l'on a réalisées à la Sorbonne, il y a eu des discussions sur l'histoire des mathématiques et de la logique. Les rapports entre ces sciences et la société y sont moins évidents, mais l'histoire de la médecine est effectivement culturelle et scientifique. Elle est les deux à la fois.

D'autre part, pour la question de la philosophie du sujet ou de la philosophie sans sujet, je pense que l'épistémologie historique ne donne pas de réponse à cette question. Il est évident que chez Canguilhem et chez Foucault il y a cette volonté d'affirmer qu'on peut faire une philosophie sans sujet qui ne soit pas une philosophie de l'inaction ou de la collaboration. On peut agir dans le monde sans avoir besoin de faire référence à la notion de sujet. Mais c'est évidemment quelque chose d'assez complexe. C'est un argument de fait : on peut le faire puisque Cavailles l'a fait – Cavailles était spinoziste et logicien, mais néanmoins il a été résistant, donc on peut avoir une philosophie, si l'on veut, plus ou moins spinoziste, une philosophie de logicien et néanmoins agir. Alors, je dirais qu'en tout cas cela prévient contre l'idée d'un sujet omniprésent, contre les histoires de la psychologie ou même contre les histoires de la bioéthique où l'on pourrait avoir recours à une notion de sujet qui serait prééminente. Non, on peut faire l'histoire des sciences de l'homme sans avoir besoin de faire appel à une notion de sujet.

Cependant, cela n'a pas grande chose à voir avec l'épistémologie historique. On peut très bien faire de l'épistémologie historique et faire comme Pasteur : enlever sa blouse portée au laboratoire et se transformer en croyant après... Je ne suis pas sûr que les deux soient forcément liés. Il se trouve que dans cette tradition les deux ont été liés, en raison d'aspects institutionnels, politiques, sociaux. Je pense qu'il ne faut pas sous-estimer le poids des institutions de recherche et des traditions de recherche dans ce domaine-là. Si l'on prend Canguilhem, par exemple, pourquoi ne cite-t-il plus Bergson ou quasiment plus, alors qu'il cite Auguste Comte à la place ? Je pense que c'est aussi parce qu'il est devenu directeur de l'Institut d'histoire des sciences : le directeur de l'Institut d'histoire des sciences ne cite pas Bergson comme si de rien n'était. Et ce n'est pas tout à fait absurde. Effectivement, ce qu'on entend à une certaine époque, c'est le bergsonisme comme une critique de tendance irrationaliste. Des

12 Georges Canguilhem, "L'objet de l'histoire des sciences," in *Études d'histoire et philosophie des sciences*. 7^e éd. (Paris: Vrin, 2002), 20-23. En commentaire à cette critique du précurseur, voir J.-F. Braunstein, "Bachelard, Canguilhem, Foucault. Le 'style français' en épistémologie," in *Les philosophes et la science*, ed. P. Wagner (Paris: Gallimard, 2002), 939-940.

13 Ian Hacking a occupé la chaire de Philosophie et histoire des concepts scientifiques, de 2000 à 2006, au Collège de France. Il a été le premier étranger à avoir une chaire dans cette institution.

14 En particulier, voir L. Fleck *Genèse et développement d'un fait scientifique*. Traduit de l'allemand par Nathalie Jas. Préface de Ilana Löwy, postface de Bruno Latour (Paris: Flammarion, 2008).

aspects comme cela sont assez prégnants. En tout cas, il n'y a pas d'usage précis de l'épistémologie historique dans le débat entre la philosophie du sujet et la philosophie sans sujet. En revanche, du côté du débat culturaliste ou du débat science et société, ces questions sont très anciennes et sont déjà débattues depuis longtemps – pourquoi pas par Auguste Comte ? C'est le premier auteur des *Science and technology studies*, et qui se dit déjà « mais pourquoi cette discipline prend tel sens plutôt que tel autre, pourquoi l'astronomie est-elle liée à telle ou telle pratique commerciale ou navigatrice ? »

T.S.A / M.C. : Actuellement, au Max Planck Institut il y a un foyer allemand de l'épistémologie historique, qui s'est consolidé avec Lorraine Daston et Hans-Jörg Rheinberger. Au Canada et aux États-Unis, Ian Hacking et Arnold Davidson se revendiquent également de l'épistémologie historique. S'agit-il d'une réception du style français ou bien de nouveaux styles de l'épistémologie historique ?

Jean-François Braunstein : C'est la question de ce que l'on appelle aujourd'hui quasi classiquement les *old school* et *new school* de l'épistémologie historique¹⁵. À l'évidence, du point de vue historique – puisque c'est ce point de vue qui m'intéresse –, il me semble que ces auteurs-là n'ont pas directement lu Bachelard ou Canguilhem. Je pense qu'il s'agit d'une redécouverte indépendante, notamment autour de Hacking et puis de Davidson, de Daston, etc. Mais très rapidement ils se sont bien rendu compte qu'il y avait effectivement de pareilles choses chez des auteurs qu'ils connaissaient plus ou moins directement, en particulier Canguilhem. Mais les deux courants sont quelque peu différents. On pourrait peut-être dire que la seconde a une tendance en un sens plus historique, alors que la première a une tendance en un sens plus philosophique. Il y a là aussi des questions institutionnelles : aujourd'hui le courant est florissant en Allemagne, mais dans les pays anglo-saxons il est beaucoup plus timide. En France, ce sont les étrangers, comme vous, qui viennent revitaliser ce courant.

Sur le fond, il y a quand même une inspiration commune. Contrairement à ce que dit Yves Gingras dans son article fameux, et très drôle, ce n'est pas juste une marque¹⁶. Il y a effectivement quelque chose qui se passe, puisqu'on veut faire l'histoire des sciences, l'histoire « de la formation, de la déformation, de la rectification » comme disait Canguilhem, des concepts scientifiques sans pour autant arriver au pur relativisme. Par exemple, l'*Objectivité* de Daston et Galison pourrait être très bien un livre écrit par Canguilhem¹⁷. C'est le même genre de problématique. C'est de voir comment des notions méta-théoriques, méta-épistémologiques, si l'on veut, comme l'objectivité, sont des notions qui ont une histoire. Cela n'empêche pas qu'il y ait en effet quelque chose comme une marche vers l'objectivité, une objectivité approchée, exprimée par toutes les métaphores de Bachelard autour de la connaissance approchée, de l'exactitude augmentée, etc. Cela est présent dans l'épistémologie historique *old* et *new school*.

En revanche, il vrai que le lien entre les deux n'est pas direct, et ce sont des jeunes chercheurs comme vous qui se posent la question de savoir s'il y a un rapport ou non entre les deux. Je dirais que l'arrêt brutal en France, c'est une vraie question. Pourquoi n'y-a-t-il plus d'épistémologie historique en France si ce n'est un ou deux survivants isolés, comme François Delaporte, ou des gens plus jeunes, comme Pierre-Henri Castel ?

15 J.-F. Braunstein, "Historical Epistemology, Old and New," in *Epistemology and History. From Bachelard and Canguilhem to Today's History of Science*, ed. J.-F. Braunstein. e H. Schmidgen e P. Schöttler (Preprints of the Max Planck Institut für Wissenschaftsgeschichte, 2012), 33-40.

16 Y. Gingras, "Naming without necessity. On the genealogy and uses of the label 'historical epistemology' ", *Revue de synthèse*, [vol.] 131, 3 (2010): 439-454.

17 L. Daston e P. Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007). Pour la traduction française, voir L. Daston et P. Galison, *Objectivité*, trad., ed. Sophie Renaut et Hélène Quiniou (Dijon: Les presses du réel, 2012).

D'abord, c'est parce que Canguilhem a été au fond phagocyté par les althussériens¹⁸. On a donc cru que Canguilhem était juste un althussérien parmi d'autres, ou une sorte de marxiste, ce qui est évidemment absurde, ce qui est tout à fait contraire aux idées mêmes de Canguilhem. Et puis, il y a le côté provincialiste de la France. Au moment où les philosophies analytiques de la science commençaient à s'effriter ou même à disparaître aux États-Unis, on s'est dit « il faut absolument l'importer en France ». Alors, on a essayé d'éradiquer l'histoire des sciences à la française des endroits où elle était pratiquée. C'est assez curieux et assez ironique de le voir : au moment même où l'épistémologie redevenait historique partout dans le monde, en France on ne devait plus du tout faire de l'histoire des sciences. Je me souviens d'une anecdote de l'époque où j'étais encore à l'Institut d'histoire des sciences... J'étais allé parler de Canguilhem à la *London School of Economics*, et à mon retour on m'a dit « tu n'as pas honte de donner cette image de l'Institut d'histoire des sciences ? De quoi avons-nous l'air à l'étranger si on pense que nous faisons encore du Canguilhem ? » Alors que c'était évidemment ce que voulaient les gens de la *London School of Economics*...

Enfin, c'est une vraie question effectivement. Vous avez vu dans les Journées d'études Épistémologie Historique un jeune biologiste qui disait qu'il aimerait bien travailler sur l'épistémologie historique. Son exposé était tout à fait intéressant, mais, lorsqu'il fait part de son intérêt pour l'épistémologie historique devant des commissions universitaires pour avoir un poste académique, ce n'est pas facile pour lui. Cela va bouger, mais il y a toujours un petit décalage.

T.S.A / M.C: *Vous vous intéressez depuis bien des années à la notion de style français. Pouvez-vous nous en parler ?*

Jean-François Braunstein: La notion de style est maintenant très répandue en histoire des sciences, depuis surtout Alistair Crombie et Ian Hacking. Puis, en retour, on va remonter jusqu'à Ludwik Fleck. On s'en sert plutôt pour parler du style probabiliste, du style comparatiste, donc pour l'appliquer à des domaines précis de l'histoire des sciences. Hacking l'a fait de manière remarquable sur les probabilités¹⁹, Crombie l'a fait sur les différentes méthodes de recherche²⁰, on pourrait dire aussi qu'Auguste Comte a fait la même chose, puisque la liste de styles de Crombie correspond à peu près exactement à la liste des « méthodes de recherche » d'Auguste Comte. C'est un point assez important : l'idée que des nouveaux styles de raisonnement apparaissent à l'occasion de nouveaux objets et que c'est à partir de là que ces styles vont ensuite pouvoir éventuellement se diffuser. Il s'agit d'une notion qui permet de comprendre l'émergence. Par exemple, pour savoir ce que c'est que l'observation, si l'on veut traiter de la question méthodologique de l'observation, Auguste Comte explique qu'il faut d'abord regarder ce qui se passe en astronomie. Alors, cela permet de comprendre l'émergence et la rémanence du style à la fois. Il y a des pages fameuses de Fleck sur le style de pensée astrologique qui survit encore dans la syphilis au XX^e siècle, qui ne disparaît pas complètement, qui va être limité ou qui va être transporté dans des dimensions populaires²¹. C'est donc l'idée d'une continuité.

Moi, j'ai essayé d'employer cette expression juste à propos de ce que l'on appelait en général le *french network*, le *french debate*, la *french school*, en anglais puisque ce sont plutôt des historiens étrangers qui en parlaient. Mais cela me semble assez efficace, dans la mesure où il y

18 En particulier par D. Lecourt, *Pour une critique de l'épistémologie (Bachelard, Canguilhem, Foucault)* (Paris: Maspero, 1974).

19 I. Hacking, *L'émergence de la probabilité*, trad., ed. Michel Dufour (Paris: Seuil, 2002).

20 A. Crombie, *Styles of Scientific Thinking in the European Tradition: The History of Argument and Explanation Especially in the Mathematical and Biomedical Sciences and Arts*, 3 vols. (London: Gerald Duckworth, 1994).

21 Pour le développement de cette idée, voir J.-F. Braunstein, "Thomas Kuhn lecteur de Ludwik Fleck," *Archives de philosophie*, [vol.] 66, 3 (2003), 417.

a évidemment un air de famille. Il y a un livre tout à fait étonnant de Pietro Redondi qui s'appelle *The History of Science: the French Debate*²² publié en Inde. De loin, de l'Inde, on voit quelque chose de commun à tous ces auteurs : histoire philosophique, histoire critique, histoire des concepts, etc. De l'extérieur, on voit bien les ressemblances. Il y en a d'autres qui sont plus subtiles, par exemple le caractère détaillé et précis de ces études. C'est cela qui est à l'usage le plus fascinant. Si vous suivez un cours de Canguilhem, de Dagognet ou éventuellement de moi, *mutatis mutandis*, les gens essayaient de s'intéresser à des sujets précis, relativement détaillés, alors que si vous prenez un manuel de philosophie des sciences *standard*, analytique si je puis dire, vous ne voyez jamais la moindre science pointer le bout de l'oreille. On n'y voit rien du tout de ce qui se passe dans les sciences. Peut-être manque-t-il chez les auteurs de l'épistémologie historique le niveau intermédiaire : c'est à la fois très détaillé ou très général. Mais il est très fascinant de voir chez Canguilhem des choses très détaillées, comme la pathologie de la thyroïde au XIXe siècle, les monstres, etc. ; on le voit de manière encore plus incroyable chez Dagognet, qui s'intéresse à des micro-questions, comme la peau, tel ou tel organe, tel ou tel aspect de la psychologie, de la psychiatrie, les déchets, etc. C'est une épistémologie qui a comme point commun de s'intéresser *effectivement* aux sciences.

Les historiens des sciences se réclamant de ce style français sont donc des gens curieux des sciences. Je me souviens du dernier entretien de Hacking, qui est tout à fait intéressant, où il répond à la question : « comment définiriez vous vous-même votre œuvre philosophique ? » Ce qui est amusant, c'est que Hacking dit quelque chose qui a été censuré dans le *Bulletin* du Collège de France. Mais il a reçu un prix en Norvège extrêmement fameux, le Prix Holberg²³, qui est une sorte de Nobel de la philosophie, où on lui a posé la même question. Il dit : « bah, j'aime beaucoup vos films, en particulier les films porno *soft* », les films érotiques *soft*, dont un film suédois qui a eu un succès colossal entre les années 1960 et 1970 qui s'appelait *Je suis curieuse*²⁴. Et Hacking dit : « si je voulais définir ce qu'est mon œuvre, je dirais aussi : « je suis curieux ». Je dirais que c'est un point commun. Hacking disait également que Foucault était un *fact-lover*²⁵. Alors, il s'agit d'amateurs de curiosités, voire de « curiosa ». Hacking lui-même a écrit sur des sujets très bizarres. Il y a une curiosité pour le divers, pour le varié, une curiosité pour les sciences, les techniques, la médecine, dans leur particularités.

Voilà l'air de famille, si je puis dire. Oui, il y a aussi des communautés de formation, des auteurs de référence, des livres plus ou moins paradigmatiques. Mais ce qui permet l'idée de style, c'est qu'il y a des styles très différents. Derrière cette similitude il y a évidemment des différences. Ce n'est pas du tout la même chose de lire Abel Rey, Bachelard, Foucault, Hacking, etc. Chacun a son style propre qui tient aux sciences qu'il étudie. Bachelard est beaucoup plus, disons, pour le progrès, parce qu'il s'intéresse à la physique mathématique ; Canguilhem est beaucoup plus dubitatif parce qu'il s'intéresse à l'histoire de la médecine et à l'histoire de la biologie, qui ne connaissent pas le même type de révolutions. Puis, il y a des aspects idiosyncrasiques. Ce n'est pas du tout la même chose d'écrire comme l'a fait Bachelard – qui est un élève de la République, un tenant du progrès, un boursier, d'une certaine manière un personnage extrêmement progressiste au vieux sens du terme, même s'il est à certains égards proche des surréalistes – ou d'avoir une œuvre comme celle de Foucault, qui est beaucoup plus influencé par Nietzsche que par Abel Rey ou Auguste Comte. C'est clair et évident. Mais il me semble qu'il y a quand même un certain nombre de points communs : des points communs et divergents. Donc c'est pour cela que j'ai employé cette notion de style²⁶, puisqu'on peut dire qu'il y a le style baroque et en même temps qu'il y a tels ou tels auteurs qui

22 P. Redondi e P. V. Pillai, *The History of Sciences: the French Debate* (London: Sangam, 1989).

23 Ian Hacking a été lauréat du Prix Holberg en 2009.

24 Il s'agit d'un pair de films suédois intitulés *Je suis curieuse (jaune)* (*Jag är nyfiken - en film i gult*) et *Je suis curieuse (bleu)* (*Jag är nyfiken - en film i blått*), réalisés en 1967 et 1968 par Vilgot Sjöman.

25 I. Hacking, *Historical Ontology* (Cambridge: Harvard University Press, 2002), 74.

26 Voir J.-F. Braunstein, "Introduction," in *L'histoire des sciences. Méthodes, styles et controverses* (Paris: Vrin, 2008), 7-20.

singularisent ce style. J'aurais peut-être pu parler d'« air de famille », sauf qu'il s'agit d'une famille assez désunie et qui part dans tous les sens. L'idée que je voulais critiquer, c'est l'idée d'une « école française », d'une « tradition française », parce que cela ne marche pas. Si l'on regarde les dédicaces des thèses, on va de Foucault à Canguilhem, de Canguilhem à Bachelard, de Bachelard à Abel Rey : chacun dédie sa thèse à son directeur, et puis si on continue en lisant la dédicace d'Abel Rey, on remonte jusqu'à Renan. Donc, si l'on va de Foucault à Renan, ce n'est évidemment pas une lignée, une tradition, une famille. Ce n'est pas une école, il n'y a pas une institution, ce n'est pas une tradition.

Si l'on prend le cas de Canguilhem, par exemple, il a écrit un tiers de son œuvre à peu près, voire plus, où il n'est pas du tout un disciple de Bachelard. Il cite à peine Bachelard : il le connaît, mais il ne se présente pas lui-même comme son disciple. C'est plus tard que, en réfléchissant sur sa propre trajectoire, il va dire qu'au fond Bachelard lui donne les clés pour faire de l'histoire des sciences. Mais ce n'est pas son point de départ. De même, Foucault n'est évidemment pas un élève de Canguilhem. Ce serait totalement ridicule de le dire. Cependant, il me semble en même temps que ce serait ridicule de dire que Foucault n'est pas, en un certain sens, un historien des sciences. Faisons une expérience de pensée : Foucault meurt après *Naissance de la clinique* – eh bien on dirait alors simplement que c'est l'un des plus brillants élèves de Canguilhem ! Pourtant, ce n'est pas du tout comme cela que cela va se passer par la suite. Et puis il y a déjà une question de style. Le style de *Naissance de la clinique* n'est pas celui du *Normal et le pathologique*, et celui-ci n'est pas le style de Comte. Quand je dis air de famille, je veux dire qu'il faut écouter le ton de ces auteurs.

Pour moi, l'exemple le plus évident demeure celui de Foucault. Aujourd'hui, il y a beaucoup de mes collègues et de jeunes étudiants qui disent « Foucault, c'est un grand philosophe, il faut faire des cours sur le système de Foucault, il faut l'étudier pour l'agrégation, etc. » Non, ce n'est pas possible. C'est absurde, si l'on n'entend pas le style particulier de Foucault, son refus de cette systématisation, son refus des grands auteurs, des grandes œuvres. C'est purement absurde. Je vois passer quelques thèses comme cela, « Le système de Foucault autour de ceci ou de cela », mais c'est juste absurde. Enseigner Foucault, c'est effectivement ne pas juste faire de lui un grand auteur comme les autres, qui est entré à la Sorbonne comme tout le monde et qui ennue tout le monde, plus ou moins comme les autres. C'est ce que j'ai essayé d'éviter avec ce « Séminaire Foucault » que j'ai lancé ici il y a quelques années. De même pour Canguilhem. Si l'on croit que Canguilhem est juste un historien des sciences, on ne comprend pas le ton de ses articles sur la psychologie, sur le cerveau, sur le milieu²⁷. Il est très énervé, il est très courroucé : il est en guerre contre le déterminisme. Il est vrai que cette attitude a un côté assez classique chez les intellectuels couronnés français. Par exemple, Bourdieu et Foucault sont au sommet de l'institution et en même temps ils critiquent effectivement l'institution. On pourrait se poser la même question à propos de Koyré, de Meyerson, etc. qui sont d'une certaine manière des *outsiders*. Mais c'est cela que je voulais dire avec style. Il suffit d'aller à l'étranger. Dans n'importe quel livre d'histoire et de philosophie des sciences publié ailleurs qu'en France, on parle d'un *french debate*. Il y a un style commun mais en même temps il y a des personnalités et des œuvres extrêmement différentes.

T.S.A / M.C. *Michel Foucault a sans doute été celui qui a le plus contribué à la divulgation de l'épistémologie historique sur la grande scène des intellectuels. En même temps, comme vous l'avez souligné, il y a*

27 J.-F. Braunstein, « La critique canguilhemienne de la Psychologie, » in *Bulletin de psychologie*, [vol.] 52 (2), 400, mars-avril (1999) : 181-190. Voir aussi d'autres éditions, comme dans *Estudos e pesquisas em Psicologia*, [vol.] 4, 2 (2004) : 6-23. Et dans *Questions d'orientation*, [vol.] 76, 1, jan.-mars (2013) : 9-24. Pour les questions concernant la critique du concept de milieu, voir J.-F. Braunstein, « Psychologie et milieu. Éthique et histoire des sciences chez Georges Canguilhem, » in *Canguilhem, histoire des sciences et politique du vivant* (Paris : Puf, 2007), 63-89.

un écart que l'on ne peut pas négliger entre Foucault et Canguilhem, ainsi qu'entre Canguilhem et Bachelard. Pouvez-vous vous allonger un petit peu sur ce problème ?

Jean-François Braunstein: Il y a quelques années j'ai fait un cours sur « Foucault historien des sciences ». C'est vrai que cela avait un côté un petit peu provocateur, puisque pour les historiens des sciences Foucault n'est évidemment pas un historien des sciences. Il est trop nietzschéen, trop relativiste, trop romantique, trop littéraire, ce n'est pas sérieux, ce n'est pas professionnel. Ce n'est pas un « professionnel de la profession », comme le disait Godard à propos du cinéma. Bref, c'est un auteur qui ne va pas pour les historiens des sciences. En même temps, pour les foucauldien(ne)s, cette idée est aussi très provocatrice. « Foucault, quoi ! Juste un historien des sciences ? Alors que c'est un prophète de l'extrême, un théoricien de la libération, un nietzschéen... »

Donc, de ce point de vue-là, cette idée me semblait assez amusante. Si l'on considère que Foucault est un historien des sciences au sens de l'épistémologie historique, oui, cela colle effectivement. Il s'intéresse à des sujets très déterminés, et c'est vrai que ses travaux sur l'histoire de la médecine et sur l'histoire de la psychiatrie ont révolutionné l'histoire des sciences. Maintenant, il y a toute une série de tentatives de réévaluations de Foucault : *Rewriting the History of Madness*, *Reassessing Foucault*, « gestation de la clinique » versus *Naissance de la clinique*²⁸. Il y a énormément de travaux d'historiens des sciences qui critiquent Foucault, sauf que leurs disciplines sont nées de Foucault. Personne ne faisait l'histoire de l'asile avant lui, très peu de gens s'étaient intéressés à l'École médicale de Paris avant lui. En tout cas, c'était auparavant des domaines très spécialisés, qui ne sont devenus des domaines philosophiques à part entière que depuis Foucault. Je dirais donc que oui, *Foucault est un historien des sciences*²⁹.

D'autre part, si l'on dit qu'il est un historien des sciences du point de vue de l'épistémologie historique, on ne s'étonne pas de ce qu'il se pose des questions autour de l'histoire de la vérité, autour de l'histoire des normes, autour de l'histoire de la rationalité, etc. Il faut lire le texte fameux qu'il consacre à Canguilhem où il s'interroge sur ce que c'est que l'histoire de la rationalité : c'est une « géographie des rationalistes », il existe une véritable « histoire des rationalités »³⁰. Cela me semble tout à fait cohérent, même s'il faut constamment se méfier. Il faut toujours lire Foucault avec soit les documents originaux, soit les autres historiens, parce que les gens qui font entièrement confiance à Foucault s'agissant de l'histoire de la médecine ou de l'histoire de la psychiatrie se trompent. Foucault *interprète*. Delaporte a eu beaucoup de mal à faire l'édition de la *Naissance de la clinique* pour la Pléiade, parce que plusieurs références sont fausses ou ne sont pas très exactes³¹. C'est très compliqué... J'ai lu une thèse intéressante il y a quelques années de quelqu'un qui avait essayé de refaire l'histoire de Pinel, du traitement moral, sans Foucault, ou en-dehors de lui. Ce n'était pas entièrement réussi, mais l'idée en était effectivement très bonne. Ou bien on peut lire le livre *Consoler et classer*, de Jan Goldstein, sur l'histoire de la psychiatrie³². Il s'agit d'un livre très intéressant parce que son auteur essaie de renvoyer dos à dos Foucault et Gauchet et Swain pour faire une vraie histoire de la psychiatrie. Le défi est vraiment là.

28 Voir en particulier A. Still e I. Veoldy, *Rewriting the History of Madness* (London; New York: Routledge, 1992). Cf. aussi C. Jones e R. Porter, *Reassessing Foucault: Power, Medicine and the Body* (London; New York: Routledge, 1994).

29 J.-F. Braunstein, « Foucault, de l'histoire des sciences à l'épistémologie historique, » in *Foucault(s) 1984-2014*, à paraître.

30 Pour un commentaire à toutes ces questions, voir J.-F. Braunstein, « Bachelard, Canguilhem... » in *Les philosophes et la Science*, 920-963.

31 Voir M. Foucault, *La naissance de la clinique*. Édition dirigée par François Delaporte, in *Œuvres*. Tome I. Bibliothèque de la Pléiade (Paris: Gallimard, 2015).

32 J. Goldstein, *Console and Classify: The French Psychiatric Profession in the Nineteenth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987). Pour la traduction française, voir J. Goldstein, *Consoler et classer: l'essor de la psychiatrie française*. Collection « Les empêchements de penser en rond » (Le Plessis-Robinson: Institut Synthelabo, 1997).

Combien de masters ai-je fait passer sur l'histoire de l'asile où les gens n'avaient lu que Foucault ? J'ai dit aux étudiants : « mais non, lisez aussi d'autres choses ; lisez Pinel, par exemple ». C'est cela l'effet pervers de la gloire de Foucault : on ne vérifie pas. Or, Foucault peut se tromper. Il peut interpréter dans tel ou tel sens. Donc, de ce point de vue-là, il est intéressant de voir qu'il y a plusieurs lectures possibles de Foucault.

T.S.A / M.C: *La réception brésilienne peut offrir un clair exemple de l'importance du côté historien des sciences de Foucault : la Naissance de la clinique est un classique chez nous. La préface à sa traduction nous le présentait déjà comme l'un des plus grands ouvrages d'histoire de la médecine dans le XXe siècle. Alors, comment expliquez-vous ce que vous avez appelé, à une autre occasion, une étonnante absence de réaction lors de la publication de la Naissance de la clinique en France ?*

Jean-François Braunstein: Après Daremberg, l'histoire de la médecine est morte en France. A la fin du XIXe siècle, l'histoire de la médecine devient essentiellement philologique, autour d'Hippocrate, de Galien, etc. Avec Daremberg, on voit l'idée qu'il ne faut pas faire de philosophie, qu'il ne faut pas réfléchir : il faut juste établir les textes³³. Alors, l'idée d'une histoire sociale de la médecine comme il y en a eu aux États-Unis et partout dans le monde disparaît complètement en France, pour diverses raisons qui tiennent, à mon avis, à l'enseignement universitaire de la médecine. Il n'y a jamais eu de départements d'histoire de la médecine. Les premiers historiens se réunissent autour de l'école des *Annales*. Il y a quelques historiens du corps et de la santé, mais ce ne sont pas des historiens de la médecine. Les historiens des mentalités ne s'intéressent évidemment pas à la médecine ; ils vont s'intéresser plutôt à l'eau, au bain, aux pansements, à la douleur. Il y a les travaux très intéressants de Jean-Pierre Peter ou de Georges Vigarello, par exemple³⁴. Mais l'histoire de la médecine est trop « scientifique » pour les intéresser. Alors, d'un côté, l'histoire de la médecine traditionnelle s'arrête et devient de la philologie, avec de grands spécialistes d'Hippocrate, et c'est tout. D'un autre côté, l'endroit où l'histoire de la médecine serait le plus développée c'est autour des *Annales* mais c'est surtout une histoire du corps ou de la santé.

Dans les *Annales* se déroule cependant un conflit entre l'histoire des sciences et l'histoire des mentalités. Il y a un très bel article d'Yvette Conry là-dessus³⁵, où elle essaie de défendre l'histoire des sciences contre les critiques des historiens des mentalités. Jusqu'à une période récente, cela a été pourtant très compliqué. Par exemple, entre 2007 et 2010, Rafael Mandressi et moi, nous avons dirigé un séminaire « Histoire de la médecine et des savoirs scientifiques sur le corps » à l'École des hautes études. Mandressi est un historien de la médecine, mais c'était la première fois, je crois, qu'il y avait un séminaire d'histoire de la médecine à l'École des hautes études. Il y a eu des séminaires d'histoire de la santé, du corps, de la sexualité, mais la médecine est trop scientifique pour être un objet pour les historiens des *Annales*. Le seul grand historien qui a travaillé dans ce sens est Jacques Léonard, qui est mort trop tôt. J'avais été en contact avec lui à l'époque, cela fait déjà longtemps. Il s'était posé cette question dans *La médecine entre les pouvoirs et les savoirs*³⁶, où il aurait pu lancer effectivement quelque chose. Cependant, il n'a pas connu énormément de suite dans cette approche.

33 Voir J.-F. Braunstein, "Daremberg et les débuts de l'histoire de la médecine en France," in *Revue d'histoire des sciences*, [vol.] 58, 2, juil.-déc. (2005): 367-387. Pour la traduction brésilienne, voir J.-F. Braunstein, "Daremberg e os começos da história da medicina na França," in *Da medicina às ciências humanas* (2017), à paraître.

34 Voir, par exemple, J.-P. Peter "Linges de souffrance, texture de chair: Problèmes et stratégies du pansement," in *Ethnologie française*, [vol.] 19, 1 (1989), 75-82.

35 Y. Conry, "Combats pour l'histoire des sciences : lettre ouverte aux historiens des mentalités," in *Revue de Synthèse*, [vol.] 104 (1983/07): 363-406.

36 J. Léonard, *La médecine entre les pouvoirs et les savers: histoire intellectuelle et politique de la médecine française au XIXe siècle* (Paris: Aubier, 1981).

D'où le fait que personne ne lit la *Naissance de la clinique*. A l'étranger on le lit, et comme un classique d'histoire de la médecine. Il suffit de voir les comptes rendus à l'époque. En France, il est très fascinant de voir qu'il n'y a qu'une recension, remarquable, celle de Dagognet dans *Critique*. Mais c'est une recension un petit peu ambivalente, puisqu'il reconnaît à partir de « la magistrale *Histoire de la folie* » le potentiel de systématisation de l'*a priori* historique, qui implique « la fidélité au transcendantal, ainsi que le détournement des résultats du kantisme »³⁷. Mais, en même temps, il va demander à Foucault « vous avez bien 'tapé' sur la psychiatrie dans votre précédent livre, pourquoi ne 'tapez'-vous pas aussi fort sur la médecine ? » Après tout, on pourrait faire une critique radicale de la médecine aussi. Or, faire l'éloge de la médecine, c'est beaucoup moins vendeur que 'taper' sur la psychiatrie. Dire que les psychiatres sont des flics, que Pinel est un tortionnaire et que l'asile est lieu de relégation, ce qui est en un sens vrai, cela a beaucoup de succès. Dire que Bichat et Broussais sont des équivalents de Rilke et de Hölderlin, cela semble bizarre. Donc personne ne comprend ce qui se passe.

Ce qui est très fascinant aussi, c'est que même aujourd'hui les lecteurs de *Naissance de la clinique*, y compris les foucauldien, sont une infime minorité, alors que c'est un des plus beaux livres de Foucault, je trouve, par ses mélanges d'histoire et de littérature. C'est un livre très littéraire. Mais combien d'étudiants travaillent sur la *Naissance de la clinique* ? Très peu, je pense...

T.S.A / M.C: *Des historiens comme Mirko Grmek ou Jacques Léonard n'ont-ils pas lancé des recherches qui demeurent actuelles en histoire de la médecine en France ?*

Jean-François Braunstein: Si l'on considère les travaux que Mirko Grmek a fait sur l'édition des manuscrits de Claude Bernard, il s'inscrit d'une certaine manière dans la tradition de Daremberg, celle de l'histoire sérieuse³⁸. En même temps, il a fait son *Histoire du sida*³⁹, qui est un livre fabuleux, passionnant, enthousiasmant. Mais il n'y a pas de tradition. Je vois une ou deux personnes qui travaillent dans cette direction, mais pas énormément. D'autre part, la tradition de Jacques Léonard, oui, ce serait effectivement des gens comme l'historienne Anne Carol. Il faut pourtant admettre qu'il n'y a pas d'histoire de la médecine en France. Si vous voulez faire de l'histoire de la médecine, il n'y en a pas un seul endroit, un seul institut d'histoire de la médecine. Il y avait une chaire d'histoire de la médecine à la Faculté de Médecine, celle de Daremberg, mais je crois qu'elle n'existe plus. Il y a des individualités, des gens comme Delaporte, par exemple, qui est un historien de la médecine très brillant. Il a travaillé avec des médecins, notamment à Amiens sur les questions de transplantation. En plus, je sais qu'il est très connu en Amérique du Sud⁴⁰. De fait, Delaporte est effectivement l'un des vrais successeurs de Canguilhem. Il est néanmoins un ovni : il est l'un des rares à faire sa thèse avec Foucault, puis il a enseigné surtout à l'étranger. Il se trouve que sa carrière a été un peu marginalisée, alors qu'il est un très brillant historien de la médecine. Il n'a donc pas eu l'occasion d'avoir énormément de disciples, de successeurs.

Il y a donc quelques individualités isolées, mais il n'y a pas d'école, ni autour de Grmek ni autour de Léonard, ni autour de Peter qui aurait pu être, à un moment donné, l'un de ces historiens de la médecine. Je pense que sur cela pèsent des questions liées à l'institution de

37 F. Dagognet, "Archéologie ou histoire de la médecine," in *Critique*, [vol.] 21 (1965): 440.

38 Voir M. Grmek, *Catalogue des manuscrits de Claude Bernard*. Avec la bibliographie de ses travaux imprimés et des études sur son œuvre. Édition du Collège de France (Paris: Masson, 1967), 419. Cf. aussi M. Grmek, *Raisonnement expérimental et recherches toxicologiques chez Claude Bernard* (Genève; Paris: Droz, 1973).

39 M. Grmek, *Histoire du sida* (Paris: Payot, 1989).

40 F. Delaporte, *Histoire de la fièvre jaune: naissance de la médecine tropicale*. Présentation de Georges Canguilhem. Collection "Médecine et sociétés" (Paris: Payot, 1989). Cet ouvrage a été traduit en plusieurs langues. Voir aussi F. Delaporte, *La maladie de Chagas: histoire d'un fléau continental* (Paris: Payot, 1999). Pour la traduction brésilienne, voir *A doença de Chagas: história de uma calamidade continental* (Ribeirão Preto: Holos, 2003).

l'enseignement de la médecine. Pour la quasi-totalité des professeurs français de médecine, l'histoire de la médecine n'existe pas. Cela ne présente aucun intérêt. A la rigueur, cela sert à des retraités qui ne savent pas trop que faire. La Société française d'histoire de la médecine, qui m'a accordé un prix il y a presque trente ans⁴¹, n'est pas une société savante au sens classique. Ce sont plutôt des espèces d'amateurs, des médecins à la retraite, qui s'intéressent à ce genre de choses. Ce qui est évidemment très dommage parce qu'à l'étranger il y a une masse énorme de travaux, de thèses, de recherches, qui sont extrêmement riches et passionnantes sur l'histoire de la médecine, y compris française. Il y a beaucoup de gens qui travaillent sur nos archives, mais plus beaucoup de gens en France.

T.S.A / M.C: *Vous avez rapproché les écoles française et polonaise de l'histoire de la médecine. Pouvez-vous nous parler de l'air de famille entre Canguilhem et Fleck ?*

Jean-François Braunstein: Il est bien vrai que Canguilhem est assez vite reconnu – il a une chaire –, alors que Fleck restera toujours à l'écart. Outre cela, il y a une certaine simultanéité historique qui est intéressante⁴². D'abord, du fait que l'un est la victime, en tant que juif, de la barbarie nazie, et que l'autre combat le nazisme dans son pays. Mais il m'a semblé également qu'il y avait quelques points de vue communs, notamment autour des rapports entre science et société, science et idéologie ; la médecine est poussée, si je puis dire, par des demandes populaires, sociales, politiques. Il y a aussi, chez l'un comme chez l'autre, l'idée d'une historicité de la vérité, et l'idée que les normes sont contraignantes. Il s'agit de la fameuse « harmonie des illusions » dont parle Fleck. Les idéologies médicales dont vous [Tiago Almeida] parliez aux Journées d'études Épistémologie Historique sont quelque chose que l'on pourrait retrouver chez Fleck. Un autre aspect aussi, c'est l'idée qu'il y a un style de pensée médical. Fleck développe effectivement cette idée de style de pensée qui le rendra célèbre autour de la médecine. Les premiers articles où il parle de style de pensée, il le fait à propos du style de pensée médical. Il y a donc, selon lui, un style de pensée propre à la médecine. Et l'on retrouve aussi chez Canguilhem l'idée qu'au fond la philosophie de la médecine, c'est quelque chose de radicalement différent de la philosophie de la chimie, de la biologie, de la physique. Ils ont donc tous les deux cette sensibilité à la particularité de la médecine.

Puis, il y a aussi l'importance, je dirais, du non-scientifique dans la science, ce que Fleck appelle les *Ursideen*, les idées originelles, antiques, qui finalement ont un rôle relativement positif. A son tour, Canguilhem écrit à propos des « antiques images », qui, elles aussi, ont un rôle positif. Les deux auteurs prennent à peu près toujours les mêmes exemples : la cellule, la bactérie, etc. Il s'agit de vieilles histoires qui néanmoins ont un rôle positif. Donc, de ce point de vue-là, il n'y a pas du tout, comme chez Bachelard, la critique du rôle de l'imagination au début de la science. C'est au contraire l'idée que la science commence toujours par des images. La science est toujours déjà « impure », de sorte que son point de départ n'est jamais la science vraie. Chez Fleck cela est très clairement dit : il se prononce contre le Cercle de Vienne, contre l'idée d'une rupture radicale entre science et non science, science et image, science et idéologie. Mais Canguilhem lui-aussi juge naïve cette idée du Cercle de Vienne, qu'un jour la science commence. Non, la science ne commence pas ; elle est toujours déjà en germe dans le préscientifique. Même si cela va contre la représentation traditionnelle de Canguilhem comme penseur des discontinuités, je dirais qu'il y a au contraire de fortes continuités. Par exemple, entre l'image du reflet dans un miroir et le concept de réflexe il y a effectivement une

41 Voir le discours de réception du prix de la Société française d'histoire de la médecine: J.-F. Braunstein, "Broussais et le matérialisme," *Histoire des sciences médicales*, [vol.] XXI, 1 (1987): 33-36. Pour l'édition brésilienne, voir "Broussais e o materialismo," in *Ibid. Da medicina* [...] (2017), à paraître.

42 J.-F. Braunstein, "Deux philosophies de la médecine: Canguilhem et Fleck," in *Philosophie et médecine. En hommage à Georges Canguilhem*, ed. A. Fagot-Largeault e C. Debru e M. Morange (Paris: Vrin, 2008), 63-80. Pour la traduction brésilienne, voir "Duas filosofias da medicina: Canguilhem e Fleck," in *Ibid. Da medicina* [...] (2017), à paraître.

continuité. A son tour, Fleck pense que des germes de rationalité se retrouvent déjà dans les plus mythiques des sciences. C'est la même idée, même si là je remonte à mes obsessions, chez Auguste Comte. La théorie de l'âge « théologique » chez Comte, c'est l'« explication par les dieux ». Or, c'est donc de l'explication, c'est d'une certaine manière déjà de la science. Les pages très fameuses de Comte sur le fétichisme et sur l'esprit théologique, Canguilhem les cite souvent comme étant effectivement la compréhension que la science ne commence pas à partir du zéro. Elle commence avec de la non science. D'une certaine manière, je pense que l'on trouve la même idée chez Fleck : les vieilles images sont inspiratrices. Elles font exister quelque chose. On ne peut pas commencer la science à partir de rien. On la commence toujours à partir d'antiques images, de vieilles notions, etc.

Un autre point commun qui me semblait intéressant entre les deux, c'est leur style : une éthique sans phrases. Ils ne font pas de « baratin », ils ne parlent pas n'importe comment. Canguilhem résistant ne parle jamais de sa résistance. Il parle juste de Cavallès et d'une manière, je dirais, assez conceptuelle, en essayant de dire ce qu'est la Résistance. Pour sa part, Fleck écrit un article hallucinant sur le laboratoire d'Auschwitz, où il a été amené à travailler sur le typhus pour essayer de survivre⁴³. C'est un texte très fascinant, parce qu'il en parle comme si c'était intéressant d'un point de vue épistémologique, alors qu'il était au fond de l'enfer. Et il raconte cela comme une espèce, je dirais, d'épistémologie appliquée. C'est incroyable. Donc les deux auteurs, disons, traversent une période catastrophique, et ils essaient soit de survivre soit de combattre sans faire des phrases. C'est ce qui me semblait aussi assez sympathique chez eux. Or, il y a évidemment beaucoup de différences, notamment le fait que la question de la norme est en effet moins présente chez Fleck qu'elle ne l'est chez Canguilhem. La récupération de Fleck par Latour ou d'autres est effectivement possible⁴⁴, alors que celle de Canguilhem est impossible.

T.S.A / M.C. *La publication des œuvres de Canguilhem nous révèle-t-elle l'unité d'une pensée, ou bien s'agit-il – selon l'expression de Canguilhem lui-même sur l'histoire des sciences chez Bachelard – de « l'édification difficile, contrariée, reprise et rectifiée » d'une pensée ?*

Jean-François Braunstein: Je choisirais la deuxième réponse évidemment, mais il me semble que cette publication montre en même temps l'unité d'une motivation, l'unité d'un état d'esprit. Le premier et aussi le deuxième volume des *Œuvres complètes* de Canguilhem montrent bien qu'il ne fait pas de l'histoire des sciences juste comme une profession ou comme un hobby⁴⁵. Cela répond pour lui à des exigences, disons, politiques, éthiques, donc à des engagements fondamentaux. Il y a des choses qui sont inacceptables pour Canguilhem : la conception déterministe du milieu, la réification de l'homme par la psychologie et par la sociologie du travail. Dès le tout début de la trajectoire de Canguilhem, il est très fascinant de lire ses textes contre l'armée, contre la hiérarchie. Il ne supporte pas, dans l'armée, que le soldat soit traité comme une pièce ou un outil. C'est exactement ce qu'il va dire trente, quarante, cinquante ans après dans ses textes sur l'homme au travail, sur le milieu et les normes, etc.

Il n'y a pourtant pas d'unité. Ce serait absurde de dire que Canguilhem est, jusqu'à la fin de sa vie, une espèce de disciple d'Alain ou de Lagneau. Ce n'est évidemment pas le cas. La preuve en est qu'il ne parle pas des mêmes sujets, il ne parle pas de la même manière, et qu'il réfute effectivement les thèses d'Alain, de Lagneau, etc. Donc, ce n'est pas, comme l'on dit quelquefois, le philosophe de la pensée, de l'école réflexive de la pensée. Non. En revanche, il garde le même *tonus*. Je pense que le terme le plus adapté, c'est celui de tonus. Pour qui l'a

43 L. Fleck, « Problèmes de théorie des sciences », *Archives de philosophie*, [vol.] 73, 4 (2010): 585-600.

44 Voir J.-F. Braunstein, « Thomas Kuhn lecteur de Ludwik Fleck », 403-422.

45 G. Canguilhem, *Œuvres complètes. Écrits philosophiques et politiques (1926-1939)*. Tome I. Sous la direction de Jean-François Braunstein et Yves Schwartz (Paris: Vrin, 2012).

entendu comme moi à la fin de sa vie prononcer la conférence « Qu'est-ce qu'un philosophe en France aujourd'hui ? »⁴⁶, où il s'est emporté très violemment contre un philosophe au service des entreprises, il est tonique, effectivement. Il doit avoir quatre-vingt et quelques années, mais c'est le même tonus que lorsqu'il s'emporte contre la préparation militaire à l'École normale supérieure. Alors, est-ce l'unité d'une œuvre ?... Je ne pense pas, parce qu'il y a effectivement beaucoup de choses très diverses. Est-ce une œuvre d'historien des sciences ou non ? Cela est une vraie question.

Selon la thèse de Camille Limoges, qui est un très grand connaisseur de Canguilhem⁴⁷ et avec qui j'ai eu la chance de travailler, Canguilhem est historien des sciences le temps où il est professeur d'histoire des sciences à la Sorbonne. C'est un peu excessif, peut-être, mais il y a là une vraie idée. Au fond, Canguilhem se présente souvent comme un philosophe utilisant les concepts de la biologie, de la médecine, à des fins philosophiques ou anthropologiques. L'unité, ce serait effectivement la philosophie comme systématisation et hiérarchisation de valeurs. Je pense que, de ce point de vue-là, Canguilhem est un philosophe, quand même. Mais pas du tout un philosophe au sens traditionnel, qu'il exècre autant que le faisait Auguste Comte. Pour lui les philosophes qui ne s'intéressent pas à des objets, qui ne font pas l'effort de s'entraîner dans telle ou telle discipline scientifique, ne sont pas véritablement des philosophes. Ils ne seront des philosophes que s'ils ont affaire à plusieurs « valeurs ». C'est l'idée qu'au fond le travail du philosophe est celui de systématiser, comme disait Auguste Comte, ou de hiérarchiser des valeurs, comme dirait Canguilhem.

Je dirais donc qu'il garde la même inspiration, le même tonus, mais aussi des objets qui quelquefois sont les mêmes. C'est cela qui est fascinant. D'abord, le concept de milieu est un concept populaire : de quel milieu tu viens, dans quel milieu vis-tu et travailles-tu ? Puis, c'est à la fois le concept de milieu chez Lamarck, chez Comte, chez Bichat, etc. Il est vrai que cela a étonné beaucoup de lecteurs, de voir apparaître ce Canguilhem que j'ai appelé « perdu »⁴⁸. Mais cela me semble tout à fait cohérent. C'est un peu une découverte que j'ai faite grâce à Limoges. Je me disais déjà qu'avant 1943, pendant presque quarante ans de sa vie, Canguilhem avait bien dû faire quelque chose, mais je ne savais pas quoi. En regardant la bibliographie de l'édition américaine, je me suis dit « tiens, il y a plein de choses ! » Effectivement, je pense que le son, la tonalité de ses écrits de jeunesse est exactement la même que celle de la fin. Je dirais donc que, oui, il y a une unité de posture, au sens quasiment corporel, mais pas une unité de thème et d'objet.

46 G. Canguilhem, "Qu'est-ce qu'un philosophe en France aujourd'hui ?," *Commentaire*, [vol.] 14, 53 (1991): 107-112.

47 Voir notamment Canguilhem, *Œuvres complètes. Résistance, philosophie biologique et histoire des sciences (1940-1965)*. Tome IV. Textes présentés et annotés par Camille Limoges (Paris : Vrin, 2015).

48 Voir J.-F. Braunstein, "A la découverte d'un Canguilhem perdu," in *Œuvres complètes, tome I*, 101-137. Cf. aussi J.-F. Braunstein, "Canguilhem avant Canguilhem", *Revue d'histoire des sciences*, [vol.] 53, 1 (2000): 9-26.